

LEONARDO BOFF
FREI BETTO
PAULO FERNANDO C. ANDRADE
CLODOVIS BOFF
MÁRCIA MIRANDA
WALDEMAR BOFF
MARCOS ARRUDA

FÉ E POLÍTICA

fundamentos



PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA
(Organizador)

**IDÉIAS &
LETRAS**

ÍNDICE

Apresentação.....	2
Da Mística e da Política.....	9
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	17
Mais Humano.....	18
Um Tempo Fecundo de gestação.....	19
A Igreja dos pobres e a atividade Político-Partidária.....	21
Fé e política em novos termos.....	41
Qual a contribuição dos militantes Cristãos na política partidária.....	71
A política como Liturgia.....	93
De como fazer política sem perder a alegria de viver.....	103
Militância e Crise de Subjetividade.....	115
Polêmica Poética I.....	121
Polêmica Poética II.....	122
Rumo a uma democracia ecológico-social.....	123
Roteiro para exame de consciência o mandato do Amor.....	131
Variante de um poema Sioux.....	133
Os 10 mandamentos da relação Fé e Política.....	134
Do Céu, Vê-se tudo.....	136
Ser Parlamentar e ser Cristão.....	143
Refundação da Dignidade Humana a partir da Nova Cosmologia.....	145
Morte e Vida Militanta.....	161
A Mística da Militância em tempo de crise.....	165
Reflexões de Fé e Política.....	179
Espiritualidade do Militante.....	195
Bibliografia.....	?

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma coletânea de artigos publicados nos Cadernos de Fé e Política. Os Cadernos foram o principal veículo de comunicação do Movimento Fé e Política entre 1989 e 1996. Para o leitor e a leitora que não conheceram o MF&P naquela sua primeira fase, faço aqui a memória do Movimento e sua caminhada em busca de responder aos desafios que a realidade do momento trazia para militantes cristãos. Como alguns temas perpassam toda a discussão e continuam atuais, convém aqui retomá-los para contextualizar os textos escolhidos: o caráter espiritual do MF&P e sua organização em grupos locais, a Carta de princípios, e a articulação entre utopia e mediações políticas.

Memória histórica

Começo lembrando o contexto de abertura política do início dos anos 80. Muitos cristãos, formados nas Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais populares, estavam em movimentos populares, movimento sindical, campanha contra a carestia, luta de moradores, associação de bairros, luta pela terra, e sentiam necessidade de desdobrar sua luta também para a política partidária. Para os que tinham participado de partidos antes do golpe militar de 1964 (Partido Democrata Cristão e Partido Trabalhista Brasileiro, entre os partidos oficiais, Ação Popular e Partidos de inspiração marxista-leninista, entre os partidos ideológicos), este era o conduto normal de toda luta popular. Mas para o pessoal mais novo, nascido e criado nos movimentos sociais, a política partidária era vista sob suspeita de ser igual a “politicagem”, sem qualquer proveito para o povo.

Já haviam algumas experiências. Creio que as primeiras, ou pelo menos as mais marcantes, foram da *Corrente popular* do MDB, em Mato Grosso. Eram as *prefeituras populares*, com a presença de muitas pessoas ligadas à Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 1985 - 86, depois que o PT conquistou a prefeitura de Fortaleza, a pergunta “qual papel

dos cristãos na política partidária?” veio à tona, com toda força. Foi então que Fr. Clodovis Boff, preparando o 6º Encontro Intereclesial de CEBs, de Trindade, escreveu um texto sobre os cristãos na política. Foi a maior discussão no meio dos “assessores” das CEBs e Pastorais populares. O interessante é que o texto de Clodovis foi debatido por escrito¹, de modo que as críticas e comentários foram publicados, explicitando as diferentes posições. A partir daí, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Petrópolis, tomou a liderança nessa reflexão, e depois de algumas reuniões e muitos contatos, promoveu um encontro de 30 pessoas, no Rio, na véspera da festa de São João de 1989. Assim nasceu o *Movimento Fé e Política*, que reunia gente de diferentes lugares, cada qual trazendo sua experiência de articulação de cristãos na política.

Desde o primeiro momento ficou claro que os cristãos não deveríamos formar um Partido próprio, nem ser uma tendência no interior do PT. Deveríamos, contudo, nos organizar para não dispersar nossa capacidade de influência nos movimentos sociais e no próprio PT, onde éramos muito numerosos na base mais, mas pouco presentes nas cúpulas. A nos unir, tínhamos a Fé cristã engajada nas lutas populares, afinidade de pensamento e de práticas, laços de amizade e de solidariedade entre nós, e sintonia no campo da ética. Ainda que não explicitássemos nossa Fé, nossa maneira de ser e fazer política tinha – e tem até hoje - um jeito próprio que nos diferencia, identifica e nos aproxima uns dos outros e outras.

Como meios para consolidar essa identidade e favorecer ações articuladas, nos propusemos a promover encontros de estudo, dias de espiritualidade e oração e publicar cadernos de reflexão. Quem ler o *Caderno de Fé e Política nº 1*, pode sentir que uma das nossas preocupações naquele momento era criar uma coordenação e conseguir sustentação econômica. Depois de algum tempo, porém, vimos que não era por aí. O *MF&P* nunca seria uma organização, como uma ONG ou um movimento específico. Tinha que ser uma rede, um conjunto de grupos de *Fé e Política* espalhados pelo país, cada um na sua. O quanto possível, articularíamos essa grande rede através dos *Cadernos* e encontros. Foi então que, com muito esforço, conseguimos publicar 15 cadernos, promovemos alguns encontros, retiros e dias de espiritualidade

¹ Foi publicado, primeiramente, como suplemento dos Cadernos do CEDI, e depois, com novos textos, como livro da Coleção “como fazer”, pela Editora Vozes.

ou de discussão sobre temas específicos. Tudo para alimentar e dinamizar a rede de grupos. Mas era muito esforço e pouco resultado: participavam dos encontros muito menos pessoas do que esperávamos, e era muito difícil vender todos os cadernos que tanto nos custava produzir.

Com o passar do tempo e o fim dos recursos disponíveis, desistimos de publicar os *Cadernos* e de promover encontros de estudo ou espiritualidade, que já não despertavam maior interesse das pessoas mais envolvidas nos grupos de base. Afinal, tínhamos dado o impulso inicial e menos de 10 anos após a criação do *MF&P* já existiam no Brasil diversos grupos (com ou sem o nome de "Fé e Política"), o Movimento Evangélico Progressista - MEP- as dioceses incentivavam a Pastoral política e até foram criadas Escolas de Fé e Política. De fato, muitos grupos nasceram e desenvolveram excelentes trabalhos sem que tivessem um laço explícito com o *MF&P*.

Tudo parecia indicar que o grupinho inicial iria dar por terminada sua missão, quando em janeiro de 1998 Fr. Betto resolveu convocar uma nova reunião do *MF&P*, em São Paulo, ainda que fosse a derradeira. Ali percebemos que havia muita gente esperando que o *Movimento* desse um novo passo. Os problemas agora não eram mais os dos anos 80. Muitos cristãos e cristãs haviam amadurecido na sua prática política, mas sentiam falta de um amadurecimento correspondente na dimensão da Fé. A missão do *MF&P* não estava terminada. Era hora de reconvocar os antigos companheiros e companheiras, chamar gente nova e relançar o *Movimento* dentro do mesmo espírito de serviço a essa rede de grupos, para dinamizá-los e animá-los na sua espiritualidade. Foi assim que resolvemos, depois de duas reuniões, promover um grande Encontro em Santo André – SP, sobre *Mística e Militância*, em dezembro de 2000. Esperávamos 600 pessoas, vieram quase 2000. Em 2002, o Encontro foi em Poços de Caldas, com 4.500 pessoas que buscavam "*as razões da nossa Esperança*". O terceiro encontro, em Goiânia, tem como tema "*conquistar a terra prometida*".

O que vem pela frente, não se pode prever. As necessidades básicas de uma sólida formação política e de uma espiritualidade militante são as mesmas de há 15 anos atrás. As respostas, porém, devem ser pensadas tendo em vista o quadro atual. A Teologia da Libertação, que continua fundamentando as razões da nossa Fé, é produzida cada vez menos dentro dos quadros institucionais das Igrejas, e muitos de nós não sabem a quem recorrer para articular fundamentadamente sua experiência de Fé. Por outro lado, a experiência do PT na Presidência da República colocou a nu nossa fraqueza teórica: sentimos que o Governo não vai tão bem quanto esperávamos, mas faltam-nos instrumentos

científicos capazes de fazer um diagnóstico adequado da realidade e a partir dele, fundamentar uma estratégia política que, como diz nossa *Carta de princípios*: “afirme as classes populares como sujeito da sua história, na construção de uma sociedade democrática e pluralista”.

A organização de um movimento *espiritual*

Desde o início, ficou claro que o *MF&P* deveria ser um movimento espiritual, o que não quer dizer que fosse um movimento “religioso”. Era – e continua sendo - um movimento espiritual por duas razões: a primeira, porque sua ênfase está na Espiritualidade entendida como exercício da dimensão espiritual que perpassa e anima nossa atividade política; a segunda, porque o Movimento optou por confiar mais na força feminina do Espírito, do que na força masculina da organização. É bom explicar um pouco o que significa isso.

A Espiritualidade que anima o *MF&P* não pode ser entendida dentro de uma concepção dualista que separa corpo e alma, e identifica a dimensão espiritual à alma. É preciso entender a pessoa como um corpo vivo, pervadido pelo *Espírito de vida*, que a coloca em relação com outras pessoas, com a natureza e com a divindade. Na medida em que esse *Espírito de vida* se afasta do corpo, este vai morrendo. No limite, transforma-se em cadáver. Deixar-se animar – entusiasmar-se – pelo *Espírito – santo – de vida*, é a essência do Movimento Fé e Política. Não é por outra razão que, de vez em quando, deixamos nossa família, nosso grupo de atuação e, sacrificando momentos de lazer, participamos de um Encontro de Fé e Política: é para nos deixar entusiasmar pelo Espírito Santo que, pela mediação de companheiros e companheiras de luta, anima e critica nossa vida política. Nesse sentido, o Movimento é propriamente espiritual. Ele não oferece diretrizes para ação política dos cristãos, nem se comporta como se fosse uma *tendência* política. Ele luta, sim, por uma sociedade que supere o capitalismo, mas sua maneira de lutar é dando força espiritual para que cada um de seus membros, animado pelo Espírito Santo, seja fiel à missão de anunciar e construir o Reino de Deus. Nossas orações, celebrações e retiros espirituais sempre foram momentos de experiência espiritual dos quais saímos mais fortes para a “nobre luta pela Justiça Social”, na feliz expressão de João Paulo II.

Movimento *espiritual* significa, também, um Movimento sem organização material. Se no primeiro momento predominou uma preocupação organizativa (filiar pessoas, criar grupos, cobrar a contribuição, eleger

coordenações que dirigissem o Movimento), isso durou pouco. Logo percebemos que, se aquela idéia ganhasse força, o Movimento acabaria se transformando numa *tendência* ou algo assim. Foi então que as mulheres presentes na coordenação – principalmente a Márcia Miranda – nos convenceram de que devíamos confiar mais nas forças espirituais do que na organização racional. Em outras palavras: se a proposta do Movimento era boa, convincente, capaz de responder às necessidades dos militantes cristãos, ele seria procurado e aceito por muita gente. Cabia a nós lançar as propostas, como quem joga sementes na terra. Os frutos não pertenceriam a nós, mas aos grupos que fizessem essas sementes desabrochar e desenvolver. E assim foi. Optamos por não ter organização, mas pessoas que se dispunham voluntariamente a prestar algum serviço ao movimento. Na maior parte do tempo, foi o CDDH de Petrópolis quem fez os serviços de secretaria. Quando começaram os grandes encontros nacionais, a secretaria passou para um pequeno grupo ligado à Pastoral Operária de Santo André- SP, e ali está até hoje.

A organização do *MF&P* é bem simples: apenas um grupinho de coordenação e uma secretaria encarregada de ajudar a equipe do local onde será realizado o Encontro, produzir o vídeo e publicar os textos que possam ajudar na reflexão dos grupos. Com exceção da secretária - que é mantida pela contribuição da coordenação e de algumas entidades de apoio – todo o trabalho é voluntário. Reina, como sói acontecer nas organizações *em rede*, a informalidade nas relações. Talvez a melhor maneira de expressar isso seja o modelo das verdadeiras comunidades eclesiais: grupos *em comunhão*. Ou seja, grupo que partilham a adesão ao mesmo ideário, que se explicita (mas não se reduz a ela!) na *Carta de Princípios do Movimento Fé e Política*.

A Carta de Princípios

Para definir-se, o *MF&P* redigiu no seu primeiro encontro uma *Carta de Princípios* que ajudasse a marcar sua identidade. Dez anos depois, sentimos a necessidade de reformular um ou outro ponto, para tornar o *Movimento* mais abrangente, sem contudo abrir mão dos princípios fundamentais, para os quais chamo aqui a atenção. Uma comparação entre as duas redações mostra que pouca coisa foi mudada, embora pelo menos uma mudança seja muito importante na definição da sociedade que queremos: *democrática e socialista* (1989) mas também *ecológica e planetária* (1999).

O *Movimento* define-se como *ecumênico, não-confessional e não-partidário*. Embora quem professa a Fé cristã normalmente afilia-se a uma determinada confissão ou Igreja, o *Movimento* enquanto tal não pertence a nenhuma Igreja, nem a um conjunto de Igrejas cristãs (como são os organismos ecumênicos em sentido estrito). O mesmo se dá no plano partidário: os membros do *Movimento* normalmente são afiliados a um Partido, mas não o *Movimento*.

O *Movimento* une Fé e Política na medida em que, para nós, a política é *uma dimensão fundamental para a vivência da Fé e a Fé é o horizonte da utopia política*. Para nós, a política não é um campo religiosamente neutro, mas é o espaço no qual queremos realizar nossa *vida da Fé*. Em outras palavras, o *Movimento* está aberto a quem vive a Política como *vocação*. Isso também distingue o *MF&P* de outros movimentos, destinados a pessoas que realizam sua vocação cristã preferencialmente noutros espaços sociais.

O *Movimento* define seu enfoque propriamente político na medida em que assume *a causa dos pobres, oprimidos e excluídos*, prioriza a *conscientização e organização popular*, afirma *as classes populares como principal sujeito da própria história*, compromete-se com o *exercício da cidadania ativa* e quer construir uma *sociedade socialista, democrática, plural e planetária*. É interessante notar que a consciência ecológica só entrou na reformulação de 1999, quando foi bastante discutida a permanência do socialismo como proposta de sociedade. Isso significa que o *MF&P* quer estar presente no espaço político de esquerda, animando os cristãos que atuam em seus partidos, organizações ou movimentos sociais.

Enfim, o *MF&P* define-se como *um serviço de formação e estímulo a grupos de reflexão e celebração*. No fundo, ele não é mais do que um grupo informal de serviço aos grupos de base. Usando uma categoria cara a Leonardo Boff, trata-se de exercer o *cuidado* com os cristãos e cristãs que, nos partidos, sindicatos, associações, movimentos, cooperativas e outras organizações populares, lutam por um mundo alternativo onde, superada a sociedade de mercado, a Humanidade se reconcilie consigo mesma e com a Terra, aproximando-se assim da utopia do Reino de Deus.

Utopia e mediações políticas

Ao fazer esta reflexão, quero chamar a atenção para um problema não abordado na *Carta de princípios*, mas que aparece quando se quer

aplicá-la a situações concretas. Trata-se da difícil articulação entre nossa utopia e suas mediações históricas. Não é difícil a uma pessoa motivada pela Fé cristã a assumir um pensamento e uma prática política de *esquerda* identificar-se com a *Carta de princípios* e assim aderir ao *MF&P*. Isso não significa, contudo, que todos nós partilhemos as mesmas posições políticas concretas. A utopia do Reino de Deus na História humana nos torna companheiros e companheiras de caminhada, mas as opções políticas concretas muitas vezes nos colocam em campos diferentes, senão opostos. Já foi dito que a política "é a arte do possível", e sabemos que a utopia "impossível" só poderá realizar-se passando pelas muitas mediações do "historicamente possível". E aqui, torna-se muito difícil discernir qual a mediação mais adequada para o momento histórico. Muitas opções, diferentes e até mesmo antagônicas entre si, são legítimas dentro das margens da Ética e das exigências da Fé cristã. Por vezes, é doloroso ir contra um companheiro de *Movimento* que optou por uma posição diferente da minha. Em uma situação dessas, somos tentados a manipular as categorias da Fé para trazê-lo para nossa posição, como se a Fé obrigasse todos os cristãos a pensar e agir politicamente do mesmo modo, desrespeitando a liberdade responsável de cada pessoa e transformando o *MF&P* numa *tendência*. Mas há que se vencer tal tentação e assegurar o que, desde os seus primórdios, nos une: a afinidade de pensamento e de práticas, os laços de amizade e de solidariedade, e a sintonia no campo da ética.

Concluindo, quero dizer que a importância do *Movimento Fé e Política* não reside tanto em fazer encontros e publicações, apoiar grupos de base, nem noutros serviços que presta, mas sim no fato de valorizar a *Espiritualidade* e a *Mística* aplicadas à vivência da *Política*. O que ele faz de melhor, é ajudar quem está imerso na política a ver o que está ali escondido atrás do aparente, tornando-se então capaz de contemplar o mistério do Reino de Deus que se realiza (também) no espaço político. Isso nos dá ânimo para ver de maneira diferente a realidade do dia-a-dia da política e nos ajuda a assumir animadamente (com alma) a nossa militância.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Brasília, 19/ agosto. 2003

DA MÍSTICA E DA POLÍTICA

Frei Betto⁽¹⁾

Nos últimos anos, o lento e progressivo avanço da “abertura democrática” levou militantes da pastoral popular a não mais priorizarem sua inserção nas Comunidades Eclesiais de Base (incluindo aqui as pastorais operária e da terra), como ocorreu na década de 70. A nova conjuntura política destituiu a igreja de principal atriz no palco das denúncias contra o regime autocrático. Novos partidos e novos atores sociais passaram a ocupar o palco, ampliando o raio de ação política dos militantes cristãos, bem como suas demandas de trabalho. Assim, a década de 80 caracterizou-se por uma deseclesiasização do engajamento desses militantes. PT, CUT, ANAMPOS e movimentos específicos – como Sem-Terra, Negro, Mulher e Direitos Humanos – absorveram e direcionaram os recursos humanos gerados pela pastoral popular. Esse fenômeno, produzido pela própria conjuntura do país, criou a impressão de que a Igreja recuara. Não foi propriamente a instituição como um todo que recuou. Foram os seus militantes leigos que avançaram, reforçando instrumentos políticos que passaram a dividir com a Igreja o papel contestatário da realidade nacional. Se hoje há recuo em setores da Igreja, ele é sem dúvida provocado por pressões de Roma, pela progressiva mudança na composição ideológica do episcopado e pelo fato de a instituição eclesiástica já não servir de caixa de ressonância exclusiva – como sob a ditadura – do grau de respeito dos direitos do cidadão por parte do Estado. Em outras palavras, se operários são baleados pelo Exército em Volta Redonda, “queixar-se ao bispo” já não é a

(1) *Frei Betto é escritor e assessor de movimentos pastorais e sociais, autor de “Entre todos os homens”*

única alternativa. Pode-se queixar-se à CUT, à OAB e aos partidos de esquerda. Ampliaram-se as formas de organizações de mobilização da sociedade civil. Vista sob o ângulo dessa ampliação, a esfera pastoral parece restrita, embora nela ainda se faça, de modo exemplar, este raro e importante trabalho de “marco zero”: o primeiro estágio de inserção grupal de pessoas que, até então, se encontravam atomizadas em seu mundo doméstico e profissional.

I – A CARÊNCIA DE UMA PASTORAL DA POLÍTICA

Nos anos 80, a migração do pastoral para o político – não como exclusão, mas como área prioritária – provocou forte impacto nos militantes cristãos, forçados a aprender a nadar depois de jogados n’água. É inútil criticar as CEBs por não tê-los preparado adequadamente. Política aprende-se na prática, embora a teoria seja necessária. Do coro afinado da Igreja, os militantes passaram à “guerra” do festival de música, na qual cada um toca diferentes instrumentos, em diferentes tons e segundo diferentes pautas. O “consenso” dos tempos em que a ditadura era a inimiga comum desfez-se na medida em que a “abertura democrática” ampliou espaços de luta pelo poder político, arduamente disputados pelo vasto leque da esquerda. Enriqueceram-se a coleção de siglas de tendências e o vocabulário político. Hoje, não há ninguém que a rigor conheça o perfil exato da árvore genealógica da esquerda, com seus galhos, ramos e folhas. A cada semana, grupos se fundem e se fracionam, deixando perdido o cristão que há meses combatia militantes do PC do B numa assembléia sindical e agora, em plena campanha presidencial, se vê irmanado a seus antigos concorrentes.

A instituição eclesiástica não foi capaz de oferecer, aos militantes cristãos, o acompanhamento adequado nesse encontro com o conflitivo universo da política. Não havia – como ainda não há – uma espécie de “pastoral da política”. Na medida em que ingressavam em núcleos partidários, os militantes sentiam-se institucionalmente órfãos. Já não encontravam nas CEBs o alimento sólido à nova etapa de seus engajamentos. Assim, a vida cristã ficava como uma referência de origem (“os igrejeiros”) ou meramente subjetiva, cada um realimentando-se na fé, sabe Deus como. Alguns tentaram uma sobrevivência comunitária formando grupos de oração, de reflexão ou participando de celebrações ocasionais. Ou de algum episódico encontro onde a questão da relação fé e política era debatida.

Clodovis Boff teve o mérito de denunciar que havia algo de mais profundo e inquietante nessa migração do pastoral ao político. Os cristãos sabiam-se numericamente fortes, vinculados organicamente às bases populares e, no entanto, incapazes de uma atuação articulada que os impedisse de servir de massa de manobra na Babel das tendências. O texto lançado por Clodovis sobre os cristãos e a questão partidária tocou a ferida, suscitando um rico debate em textos reunidos no livro *Cristãos: como fazer política (Vozes/IBASE)* e na publicação *Os cristãos e a militância político-partidária*, (Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis/CECA). O saldo positivo de toda aquela discussão foi múltiplo: 1) evitaram-se desvios graves, como o de se criar, dentro da luta partidária, uma “tendência cristã”, confessionalmente articulada; 2) criaram-se, no interior de movimentos pastorais, esferas de reflexão e acerto de ponteiros entre os militantes engajados na política, sem prejuízo das diferenças ideológicas existentes entre esses companheiros; 3) evidenciou-se claramente que a inserção política não criara nenhum antagonismo com a vida de fé – apenas esta carecia de novas fontes de abastecimento. Ou seja, a migração do pastoral ao político – repito, não como transferência e sim como prioridade – não repetira, nessa década de 80, o que ocorrera com a JUC dos anos 60, quando a opção pela Ação Popular, de corte marxista, gerou, em muitos militantes, uma ruptura com a Igreja e uma crise seguida de abandono da fé. A origem popular dos militantes oriundos das CEBs e a nova consciência de ser-Igreja advinda do Vaticano II, produziram uma maturidade que não admite os antagonismos comuns na consciência cristã de origem pequeno-burguesa. Esta sente dificuldade em conciliar fé e política e tende a sectarismos típicos de quem trafega no tênue limite entre razão e emoção. A consciência cristã popular, mais calejada, está mais dotada dessa paciência histórica que a permite não fazer da diferença, divergência. Também os agentes pastorais ligados aos movimentos populares aprendem com os militantes a unir, na prática, esferas teoricamente distintas.

II – AS LIÇÕES DOS MANDATOS ELETIVOS

A discussão em torno dos textos provocados por Clodovis Boff estimulou um maior contato entre companheiros e companheiras que reconhecem ser impossível suprimir um dos pólos da tensão entre vida de fé e compromisso político. Nesta segunda metade da década, tornou-se mais premente a busca da síntese entre fé e política, na medida

em que muitos cristãos assumiram mandatos eletivos, como parlamentares ou em cargos executivos. Viram então que uma canoa se faz com muito mais paus do que supunham. Para desempenhar bem o mandato não basta ser de esquerda e querer governar com o povo e para o povo. Na prática, são muitas as dificuldades: falta de preparo técnico-administrativo; carência de um partido organicamente integrado; ônus de alianças políticas necessárias, porém conflitivas; confusão entre objetivos estratégicos e demandas conjunturas. Alguns dão murro em ponta de faca, na ilusão de que é possível uma administração socialista num regime capitalista; Outros, livres dessa ilusão, gostariam de provar que são tão competentes quanto as administrações burguesas. Poucos encaram suas tarefas políticas e administrativas dentro de um horizonte ideológico que impeça a perda do rumo revolucionário, mantendo o objetivo prioritário de organizar politicamente a classe trabalhadora, sem ceder ao subjetivismo de supor que a opinião pública é desprezível. Na atual conjuntura, a administração ideológica de qualquer função política é mais importante do que seu desempenho em obras e conquistas. O que se faz e não transparece como capital simbólico de uma proposta alternativa, cai no vazio, sucumbindo a ofensiva ideológica da direita. Nesta primeira civilização televidente, da qual fazemos parte, a imagem raramente é decorrência natural do que se faz. Ela precisa ser trabalhada como um fator em si, capaz de legitimar politicamente todo desempenho parlamentar e administrativo, inclusive erros e fracassos.

Mergulhados no intenso varejo do ativismo cotidiano, os políticos cristãos se dão conta de que nesse andar da carruagem a proposta que carregam corre o risco de perder o vigor – salvo se contarem com o respaldo de espaços comunitários onde possam se reabastecer teórica, ideológica e religiosamente. Caso contrário, não terão condições de interferir na condução estratégica da política partidária, perdendo-se no eleitoralismo, desgastando-se em disputas intrapartidárias, afastando-se da tarefa prioritária de organizar politicamente a classe trabalhadora para transformar a natureza do Estado e o caráter da democracia no Brasil.

III – RESGATAR A ESPIRITUALIDADE E A MÍSTICA

No exercício de funções políticas, eletivas ou não, os militantes cristãos descobrem algo de que só agora o socialismo real se dá conta: na história, o fator subjetivo é de grande importância e pode ser até prepon-

derante. Não há teoria política ou mecanismo econômico que, por si, façam nova a sociedade. O desafio de se construir o homem e a mulher novos torna-se premente quando se constata o quanto velhas práticas se repetem e antigos vícios perduram sob novas idéias e propósitos. De sua parte, os militantes cristãos sabem que possuem, na fé, um precioso capital a ser investido nesse desafio. A prática de Jesus, os valores evangélicos e a sabedoria bíblica apresentam-se como utopias normativas a serem efetivamente alcançadas, de modo a se criarem novas relações humanas e políticas condizentes com o projeto revolucionário.

O aprofundamento da vida de fé surge, pois, como exigência da radicalidade do projeto político. Não basta o domínio teórico de temas como marxismo e socialismo, democracia e revolução, partido e massa, alianças táticas e estratégicas. E preciso enfrentar a questão ética e os valores evangélicos se constituem num manancial privilegiado, capaz de livrar a prática política de marcas herdadas dos longos tempos de opressão, onde o modelo predominante caracteriza-se pela ambição pessoal, oportunismo, mentira, vingança e corrupção.

A fé é o horizonte último da política. Em outras palavras, o que a política busca, em última instância, é o conteúdo da fé. Por sua vez, a política é a mediação prioritária da fé no contexto latino-americano. Todos os propósitos cristãos caem no vazio de piedosas abstrações se não encontram, na política, o meio de efetiva encarnação. Como diria São Tiago, autor da carta incluída no Novo Testamento, a política é o meio de realização das obras de fé (2,14-25). Fora disso, é pôr remendo novo em pano velho.

A fé não é um mero catálogo de verdades abstratas. Proveniente da graça de Deus, brota na experiência de vida. Esse acolhimento e essa experiência requerem uma referência comunitária. Se a Igreja, institucionalmente, não é capaz de oferecer essa referência, respeitando sua própria doutrina sobre os direitos e a autonomia dos leigos em matéria política, resta aos próprios militantes cristãos tratarem de criá-la, de modo a articularem, teórica e existencialmente, a síntese entre fé e política.

Essa experiência de abertura ao dom de Deus – que também se manifesta no rosto crístico dos oprimidos e no testemunho de justiça e de amor dos companheiros – engendra uma espiritualidade e uma mís-

tica. A espiritualidade é o estilo ou o modo como se vive a fé e a mística, a emulação derivada dessa espiritualidade – essa energia amorosa, impregnada da presença inefável de Deus, voltada à constante afirmação da soberania da vida. Crer no Deus da Vida e na ressurreição de Cristo, é recusar todos os fatores de morte – dos sentimentos negativos mais íntimos às estruturas sociais mais sedimentadas. A conversão nada mais é do que a versão pessoal da revolução social. Assim como a mera vontade política não é suficiente para mudar um país – a menos que vá ao encontro de condições objetivas, também as boas intenções não são suficientes para subverter o homem e a mulher velhos – a menos que se abra à presença inquietante e amorosa de Deus.

Nessa linha, os militantes cristãos precisam resgatar a espiritualidade e a mística. A começar por uma crítica a todos esse símbolos – lagoas paradisíacas, praias desertas, bosques verdejantes – que pretendem significar o clima adequado à espiritualidade cristã. São imagens próprias de uma cristandade burguesa, europeizada, apegada a um espiritualismo que exclui todo esse povo que mora em favelas ou acampamentos rurais e enfrenta árdua jornada. E no Evangelho que se deve procurar a fonte da espiritualidade. E o que ele relata é uma permanente conflitividade de ponta a ponta na vida de Jesus. Nada de imagens evasivas, como se o drama humano fosse estranho ou incompatível à comunhão com Deus. Jesus assumiu a espiritualidade do conflito, propagando a proposta da vida e do Reino de Deus, em choque com os partidários da morte e do reino de César. Sua espiritualidade abastecia-se na intimidade amorosa com o Pai e no contato direto com o povo. Os evangelhos mostram Jesus entregue a uma intensa atividade pública (Mt 9,35) que não o impedia de ficar horas em oração (Lc 6,12), sobretudo em momentos de opções decisivas. Nele não havia a contradição oração x ação. Sua disposição da serviço ao povo e sua fé reabasteciam-se no exercício de gratuidade amorosa que é a oração pessoal e comunitária.

Hoje, a dificuldade é que não sabemos rezar. Falamos de Deus, sobre Deus ou a Deus, mas quase não há espaço para que Ele fale em nós (Rom 8,26-27). O desafio é saber encaixar, na labuta diária, o momento da oração, assim como há o da alimentação. Sem esse espaço de gratuidade o militante corre o risco de desumanizar-se, endurecer, perder o senso autocrítico e passar a racionalizar suas próprias incoerências. A seus olhos, toda diferença aparece como divergência;

toda crítica, como ataque; todo concorrente, como inimigo. E a velha prática ressurgiu, agora agravada por recobrir-se de propósitos revolucionários.

Essa releitura da prática de Jesus é válida para toda a tradição mística da Igreja. São raros os místicos, mesmo entre aqueles que acen-tuaram em suas obras a exclusividade da contemplação, que não vive-ram imersos em intensa atividade política. Basta estudá-los em seus contextos históricos para perceber isso. Teresa de Ávila e João da Cruz, por exemplo, tiveram vidas atribuladas, com suas agendas repletas de viagens, de contatos e de afazeres. Sob suspeita do núncio, Teresa foi denunciada como bruxa, enquanto João da Cruz esteve preso em Toledo e morreu condenado ao ostracismo por seus próprios confrades. Ocorre que os hagiógrafos maquiavam a vida desses cristãos exem-plares, de modo a permitir que o poder eclesiástico resgate aqueles que, outrora, questionaram esse próprio poder naquilo que ele possuía de estranho ao Evangelho.

É lamentável constatar que, hoje, os movimentos espirituais na Igreja se identificam com o que há de mais reacionário e servem para legitimar um aparente apoliticismo que, de fato, é conivência com a exploração capitalista. Entretanto, observe-se que nunca houve na Igreja um cisma “de esquerda”. Todos os cismas dos últimos 100 anos – do bispo de Maura ao arcebispo de Saigon, da TFP a monsenhor Lefèbvre – derivaram da direita. Movida pela ambição do lucro, a direita faz até mesmo da espiritualidade um valor de troca. Seja estimulando uma “Igreja paralela” – dos cismas citados aos movimentos que se colocam por cima das pastorais diocesanas –, seja fortalecendo a expansão de uma espiritualidade centrada na privatização da fé. Em geral, espiritualidade originária de países sob ditadura, como a Espanha de Franco, relegando-se an Estado a di-mensão social e política da fé e reservando à Igreja o cuidado da vida espiritual aparentemente despolitizada – mas, de fato, coniven-te com a ordem vigente. Prova disso é que todo o potencial político aí contido emerge abruptamente quando tal ordem se vê ameaçada – por uma eleição, por uma política que afeta os interesses do capital ou por uma revolução. Então, o que se proclamava apolítico trans-forma-se, como por encanto, na mais ferrenha trincheira reacionária, inclusive capaz de patrocinar o terrorismo.

Enfim, é preciso romper a bipolaridade entre mística cristã e práxis política. Essa é uma tarefa de incalculável importância histórica. Articular fé e política, recuperar a experiência mística, resgatar os místicos, redescobrir a espiritualidade de Jesus – são desafios imprescindíveis à construção do homem e da mulher novos encarados sob a ótica cristã. Só assumindo-os é possível consolidar práticas e valores que preparem a qualidade – não só desse atual desempenho partidário-administrativo – mas também do futuro socialista brasileiro. Na história, como na vida, colhe-se amanhã o que se planta hoje.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Versão Popular de Frei Betto⁽¹⁾

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos.
Todos temos direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social.
Todos temos direito de resguardar a casa, a família e a honra.
Todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado.
Todos temos direito ao descanso, ao lazer e às férias.
Todos temos direito à saúde e à assistência médica e hospitalar.
Todos temos direito à instrução, à escola, à arte e a cultura.
Todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice.
Todos temos direito à organização popular, sindical e política.
Todos temos direito de eleger e ser eleitos às funções de governo.
Todos temos direito a informação verdadeira e correta.
Todos temos direitos de ir e vir, mudar de cidade, de Estado ou país.
Todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação.
Ninguém pode ser torturado ou linchado. Todos somos iguais perante a lei.
Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou privado do direito de defesa.
Toda pessoa é inocente até que a justiça, baseada na lei, prove o contrário.
Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer.
Todos temos direito ao amor e aos frutos do amor.
Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade.
Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação desses direitos.

MAIS HUMANO

Eu não sei se é mais bonito
reparar aqui, bem perto,
este gesto mais gratuito
de uma flor, botão aberto,
ou notar o inconcebível:
esta gente maltratada
que aprendeu a repartir
todo o seu, que é quase nada!

Eu não sei se é mais profundo
olhar longe, frente ao mar,
o horizonte lá na frente
– que o silêncio vai falar! –
ou tentar o desconforto
de o meu povo compreender:
multiplica tantos filhos
para a fome de viver!

Eu não sei o que é mais sábio:
mergulhar de corpo inteiro,
ir ao leito das razões,
mapear o seu roteiro
ou sentar-me bem atento
neste banco improvisado
pra. escutar quem não tem vez?
– Há surpresas do outro lado!

Eu não sei se é mais humano
me curvar com sensatez
à harmonia do universo
e dizer: "Foi Deus quem fez!"
ou deixar que a indignação
me comova para a luta
de quem sofre sem saída.
– Voz de Deus! Quem não escuta?

UM TEMPO FECUNDO DE GESTAÇÃO

A experiência de Fé Cristã fecundou homens e mulheres gestando um comprometimento renovado nas raízes do cristianismo. Recriando a reflexão da Palavra de Deus na Bíblia e das práticas ensinamentos de Jesus em seu espaço originário – na comunidade –, o fruto natural foi o engajamento na luta pela vida. Vida no seu sentido integral, não desvinculada da totalidade do ser humano, que inclui a mística e a política, a espiritualidade e a militância, a racionalidade e a afetividade, o pessoal e o social. A fé perpassa todas as dimensões e alimenta a luta pelos meios concretos de produção e reprodução da vida, sobretudo das maiorias condenadas a morrer antes do tempo.

A partir daí, a fé descobriu que a política é um instrumento primordial pra fazer germinar a semente fecundada. Como consequência, emergiu nas bases da sociedade e das Igrejas uma prática social no sentido da libertação através de movimentos populares e sindicais, desembocando na militância político-partidária. Todo este processo, tenso e contraditório, problematizou a relação tradicional da fé com a política e da política com a fé. E em dores de parto de algo novo, surgiu, a pedido do CDDH de Petrópolis, em 1986, o texto de Clodovis Boff “Os cristãos e a questão partidária”. Tal texto desencadeou rico debate envolvendo vários intelectuais orgânicos que normalmente acompanhavam o crescimento deste algo novo em gestação (entre outros Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, Luiz Alberto Gómez de Souza e Herbert de Souza).

Em 1987 a coleção “Como fazer” de Vozes/BASE recolheu todas estas contribuições em forma de livro sob o título: “Cristãos: como fazer

política". O livro animou enormemente a discussão que já estava em curso nos grupos politicamente comprometidos a partir de sua fé. Cabe ressaltar que nesta publicação se enfatizava a incidência da fé na política. Entretanto, este embrião se desenvolveu e agora tratava-se de sublinhar a incidência da política na fé. Foi aí que um pequeno grupo de cristãos militantes em movimentos sociais e na política partidária se reuniu nos dias 3-4 de julho de 1988 em Petrópolis para refletir esta nova formulação da questão. Os debates havidos foram criativamente sintetizados por Márcia Miranda e Leonardo Boff no texto "Qual a contribuição dos militantes cristãos na política partidária". Continuando a reflexão, marcou-se uma nova reunião, novamente em Petrópolis, no dia 29 de agosto de 1988, onde Clodovis Boff, em forma de réplica, alimentou a reflexão com o texto: "Repensando a questão da articulação dos militantes cristãos". A rica discussão transformou-se em alimento para o embrião, dando origem a um novo texto, desta vez recolhido por Leonardo Boff, José Américo de Lacerda Jr. e Adair Rocha: "Os militantes cristãos, face às estruturas de poder e do saber". E a partir daí já não podemos falar de embrião mas de um feto que ainda em gestação começa, no entanto, a se movimentar e a construir sua vida relativamente autônoma.

Em 20 de dezembro de 1988 em Petrópolis o grupo estava convicto de que aquele algo novo exigia nascer. Neste sentido, foi organizado um seminário ampliado para os dias 24 e 25 de junho de 1989 no Rio de Janeiro. Aí então, entre foguetes e fogueiras de S. João que iluminavam os céus do Rio de Janeiro, nasceu finalmente a criança, batizada com o nome de *"Movimento Fé e Política"*. Pais e mães, padrinhos e madrinhas dela são todos aqueles que participaram do longo período de gestação. Esta criança vai precisar de uma família que a ame e que a queira ver crescer saudável e robusta. Por isso, todos aqueles que sentirem em seus corações despertar o comprometimento com a fé e a política farão parte desta grande família que permitirá a esta criança ser jovem e depois adulta. Assim como nós o queremos, também o queria Deus, Pai e Mãe.

Márcia Miranda

A IGREJA DOS POBRES E A ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Pedro A. Ribeiro de Oliveira ⁽²⁾
ISER/UERJ – Rio de Janeiro

O debate sobre a Fé Cristã e a atividade política, lançada por um texto de Clodovis Boff em 1986, está merecendo ser relançado no momento atual. Seria muito proveitoso que alguém se detivesse em analisar os textos publicados, buscando as convergências e divergências, pontos de consenso alcançados, problemas teoricamente já superados e questões ainda pouco ou mal abordadas, enfim, alguém que fizesse um balanço crítico do debate e apontasse novos temas para seu desenvolvimento. O material existente é bem rico, e daria uma excelente tese de Ciências Sociais ou de teologia ⁽³⁾. Não é esta, porém, minha intenção. Pretendo relançar a discussão, sim, mas usando um outro ponto de partida: os fatos novos que estamos vivendo em 1989. Situando o problema teórico na conjuntura eclesial e política atual, pretendo aqui retomar a discussão levantando as questões que neste momento ganharam prioridades para a prática e a teoria dos cristãos comprometidos com a causa do pobre.

⁽²⁾ Devo esclarecer que, embora a responsabilidade pela elaboração deste texto recaia sobre mim, grande parte das idéias aqui expostas vem de anotações tomadas durante as inúmeras reuniões e encontros dos quais participei nos últimos dois anos. Vários companheiros e companheiras encontrarão aqui idéias por eles formuladas e que tornei minhas sem indicar as fontes. De fato, seria praticamente impossível identificar todas as fontes utilizadas para esta reflexão na qual atuei como uma escriba encadeador de idéias expostas em pequenos grupos, com o objetivo de levá-las a um público amplo.

⁽³⁾ Os textos mais diretamente relacionados a este debate foram publicados pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis. O primeiro teve por título: *Cristãos: como fazer política*, Ed. Vozes, 1987; o segundo, *Os cristãos e a militância político-partidária CDDH*. Petrópolis, 1988. Recentemente esta publicação foi ampliada numa co-edição CDDH-Petrópolis/CECA São Leopoldo sob o mesmo título.

Pelo menos dois fatos novos tornam o atual contexto eclesial e político bem diferente daquele no qual iniciou-se o debate. O primeiro, é o avanço político do Movimento Popular – avanço que se evidencia nos resultados eleitorais de 1988, na força da candidatura de Lula à presidência da República, no êxito da greve geral de março, e em outros fatos de menor expressão nacional. O segundo dado é o movimento de retração cada vez mais nítido na Igreja Católica Romana, em cujas cúpulas as forças de direita detêm hoje total hegemonia, ameaçando até a hegemonia popular nas bases. Isto significa que enquanto o Movimento Popular avança na luta política – puxado principalmente mas não exclusivamente pelo PT e pela CUT –, as bases populares da Igreja Católica sentem-se hoje com menor liberdade de movimento do que há dois anos. Chega-se mesmo a aventar a possibilidade de uma ruptura da histórica aliança entre CEB's e o Movimento Popular, risco que não aparecia no horizonte quando se iniciou o debate sobre a atuação política dos cristãos. É justamente porque temos hoje no horizonte este risco, e porque queremos evitá-lo, que devemos retomar seriamente o debate sobre o desafio político-partidário aos cristãos.

Situando o debate no contexto do momento atual, nossa reflexão ganha contornos bem nítidos. Não vamos falar abstratamente da política partidária, mas dos problemas que emergem mais diretamente para quem atua no Partido dos Trabalhadores. De outra parte, vamos focar o problema a partir da situação vivida na Igreja Católica Romana, mesmo sabendo que para cristãos de outras confissões o tema apresenta-se de modo diferente. Este método de reflexão tem, portanto esse inconveniente: sua nitidez para uns torna-se alheamento para outros. Acreditemos, porém, que esta reflexão poderá ser útil aos cristãos que não são membros da Igreja Católica e aos que atuam noutros partidos políticos e noutras organizações populares como sindicatos, associações e movimentos específicos. Um limite, entretanto, deve ficar claro: este texto destina-se a quem, professando a Fé cristã, tem uma atuação política pautada pelo compromisso com as causas do pobre e com Movimento Popular. Quem fez outra opção política tirará melhor proveito lendo textos de doutrina social católica que certos cardeais e bispos fazem publicar, com freqüência, nos jornais do Brasil.

Hoje já é claro que sob o tema “cristão e política partidária” estão sendo tratados dois distintos: a atuação conjunta dos cristãos nas organizações políticas, e o seu acompanhamento pastoral.

Embora os dois problemas estejam associados na prática, são teoricamente distintos e devem ser tratados separadamente para evitar equívocos. Basta lembrar que as críticas mais fortes sobre o texto pioneiro de Clodovis Boff recaíram sobre sua sugestão de que os cristãos deveriam atuar de modo articulado: aí parecia estar o risco de uma neocristandade popular. Para evitar qualquer equívoco neste sentido, vamos analisar aqui os dois problemas separadamente, para no final articulá-los de modo sintético.

1. O PROJETO DO REINO E OS CONDUTOS POLÍTICOS HOJE

A conjuntura política de 1989 está marcada pela contradição entre contenção econômica x distensão política. A exportação de dólares em enormes quantidades determina a economia brasileira, uma vez que o Brasil não produz dólares em seu território tendo que obter de qualquer modo saldos comerciais e novos empréstimos para pagar a dívida contábil com o sistema financeiro internacional. A falência política do regime de segurança nacional, porém, obrigou as elites dirigentes a uma distensão política, e agora teremos eleições diretas para presidente da república. Sabemos que as elites do poder só gostam de eleições quando têm certeza da vitória, porque o ritual eleitoral legitima seu poder. Mas em 1989 a vitória da elite dirigente não está assegurada por antecipação: nenhum analista sério poderia descartar a possibilidade de uma vitória do PT. Ora, a vitória do PT representa a vitória do trabalho sobre o capital, e isto é inadmissível para as elites assentadas sobre o modo de produção capitalista. Nem é preciso lembrar que esta é a grande diferença entre o PT e os outros partidos, inclusive de esquerda: a opção pelo domínio do trabalho sobre o capital). É claro que a história é imprevisível, e tem singularidade que não conseguimos captar pela análise científica; mas é claro também que a estrutura econômica e política brasileira não comporta o acesso das classes populares ao poder de Estado. Se a atual conjuntura é marcada pela singularidade, um dos seus autores principais também o é. O partido dos trabalhadores é uma experiência singular de partido revolucionário, que por ser ideológico e de massa, já se tornou uma alternativa viável de poder popular sem ruptura da ordem constitucional. Seu crescimento deve-se a esta sua singularidade, mas também à perda de substância política das elites dirigentes, que se corromperam com as mordomias, subsídios e facilidades do regime de segurança nacional, e que já não têm mais qualquer liderança moral. Neste contexto, a candidatura Lula

tornou-se uma real ameaça ao domínio do capital sobre as classes trabalhadoras. A participação dos cristãos no PT retoma às suas origens. Há até quem diga que o PT seja filho das CEB's, o que é certamente um equívoco. Se há algum parentesco, seria na forma de irmandade: o PT e as CEB's nasceram do mesmo útero: o Movimento Popular. É deste manancial de força histórica dos pobres que nasceram o PT, as CEB's, o sindicalismo autêntico, os movimentos de sem-terra, de bairros, de negros e tantas organizações populares. Os cristãos vêem no PT – como aliás noutras organizações nascidas do Movimento Popular – um dos condutos de atuação no processo social através dos quais vai se realizando o Projeto do Reino que é a libertação de todo tipo de opressão e iniquidade e a construção de uma nova ordem humana e natural, onde a justiça e a liberdade sejam plenamente realizadas. Tal participação não é portanto uma escolha arbitrária, por simples questão de simpatia, como é a escolha de um time para o qual se torce. Embora todos reconheçamos que o PT não é o único conduto para a realização do Projeto do Reino, afirmamos que a nossa opção por ele tem uma motivação profunda: é o Partido onde percebemos maior coerência entre a prática política e o Projeto do Reino. Respeitamos quem, em sã consciência, (e não por oportunismo político) opta por outro partido, pois sabemos que o Projeto do Reino pode ser realizado através de diferentes maneiras. Não é, portanto, mera coincidência a grande participação de cristãos formados pelas comunidades cristãs populares no Partido dos Trabalhadores. Tal participação, porém, não se dá sem problemas. Aqui é necessário analisar mais de perto a experiência dos últimos anos.

Não é segredo para ninguém que as comunidades cristãs populares – aí incluídas as CEB's e as comunidades e grupos de base ligada às diversas igrejas cristãs – fornecem a maioria dos membros do PT, do Movimento Sindical e de outras organizações populares. Nessas comunidades cristãs muitas pessoas recebem aquela formação básica que desperta a consciência política e favorece a participação nas organizações populares. Não seria exagero dizer que a grande maioria das pessoas atuantes nas organizações populares de base são pessoas de uma forma ou outra ligadas às comunidades cristãs populares, ou, pelo menos, por elas formadas. Aquele trabalho miúdo, molecular, de pessoa a pessoa, na fábrica, na roça, no bairro, nos vários ambientes da vida, é, em geral, realizada por gente ligada às igrejas cristãs. Ocorre, porém, que a participação de pessoas ligadas às comunidades cristãs nas cúpulas das organizações populares é sensivelmente

menor. Os cristãos percebem, assim, que executam o trabalho de base mas exercem pouca influência na direção do partido, do sindicato ou dos movimentos específicos. E isso ocorre porque sua atuação é toda voltada para o trabalho junto à massa, e não para a disputa política interna ao partido ou sindicato. Percebe-se que outros grupos, em geral com pouco trabalho de base, exercem maior influência no partido, justamente porque fazem um trabalho interno, disputando os lugares nos postos de direção partidária. Este fato, uma vez, constatado, gera insatisfação entre os cristãos e, não raro, leva-os a desanimar da atividade partidária ou a recusar toda legitimidade a tais grupos e opor-se à direção do partido quando nela percebem a influência de quem não tem trabalho de base. Diante deste problema, tem sido levantada a proposta de se constituir uma espécie de “tendência” dos cristãos no PT.

Uma das formulações dessa proposta foi feita por mim há dois anos, e pode ser assim resumida. Seu ponto de partida é a existência de um certo número de pessoas que, no PT e noutras organizações populares, reconhecem-se umas às outras pelo mesmo tipo de **práticas**. Cheguei a dizer que essas pessoas formam uma espécie “tribo” cujos membros se reconhecem na medida em que têm certos pontos básicos comuns. O primeiro é, sem dúvida, a prioridade à conscientização e organização popular de base. A “tribo” recusa a manipulação das bases, e rejeita qualquer vanguardismo. Ela prefere errar por “basismo” a adotar práticas vanguardistas ou manipuladoras. O segundo ponto é a afirmação de que é o próprio povo, o sujeito da História na construção de uma sociedade socialista. Esta idéia-força está intimamente ligada à prática de conscientização e organização popular, reafirmando a convicção de que são as classes populares que, conscientes de sua força e seu projeto, poderão criar uma nova sociedade. Tais convicções não decorrem da Fé cristã – ateus também consideram o povo sujeito da nova ordem social – mas certamente afinam-se bem com a opção preferencial pelos pobres, que os cristãos encontram na Bíblia e que fundamentam teoricamente com uma concepção dialética da História.

Esta “tribo” que partilha as mesmas práticas de trabalho político e as mesmas idéias-força encontra-se com muita freqüência nas comunidades cristãs populares. Estas constituem um espaço onde a “tribo” tem seus encontros, cursos, e até a infra-estrutura para algumas atividades políticas: o fusca do padre, o salão das irmãs, o mimeógrafo da Igreja local. Por isso, com freqüência a “tribo” é vista pelos outros como

“o pessoal da Igreja”, “o pessoal cristão”, “os igrejeiros”. Na realidade, a ligação da “tribo” com as instituições eclesiásticas é menos forte do que parece a quem olha de fora; porém, é certo que ela confere à “tribo” uma identidade “cristã” que favorece equívocos. A proposta de fazer da “tribo” uma tendência viria justamente eliminar esse equívoco, assumindo uma identidade político-ideológica definida a partir das práticas e idéias-força que lhe são essenciais, e não a partir do espaço institucional onde se abriga, que é uma eventualidade histórica. Constituída como tendência autônoma, em bases ideológicas e práticas nítidas, a “tribo” estaria apta a disputar a direção interna do partido e das organizações populares onde atua, resolvendo-se assim o problema que ainda hoje afeta tantos cristãos: fortes nas bases, mas pouco influentes na direção do partido e organizações populares.

Tal proposta, embora atraente, não “pegou”. Vários argumentos foram invocados, contra e a favor da proposta: porém, não foram os argumentos contrários que a derrubaram, mas um dado de fato: uma tendência organizada tende a ser fechada a um pequeno número de militantes que atuem sem se darem a conhecer como membros de uma tendência organizada. Ora, isso seria impossível dada às dimensões e as características da “tribo”. Ela não caberia num modelo de tendência organizada porque, por sua natureza, ela é aberta a todos os que partilham as mesmas práticas e as mesmas idéias-força. Não poderia tornar-se um grupamento político “fechado” porque é numerosa demais para promover reuniões secretas. ⁽⁴⁾ Isto significa, entretanto, que a “tribo” está destinada a ser eternamente atuante nas bases mas não nas cúpulas dirigentes do partido. Se uma organização em forma de tendência está excluída, não está excluída alguma forma de articulação política da “tribo”, nem está excluída a necessidade de uma identidade política que a desliga das instituições eclesiásticas onde está até agora alojada.

A articulação da “tribo” deve ser um esforço para sua atuação junto à massa e também no interior do partido e de organizações populares. Ora, examinando o que falta à “tribo” para ganhar força política, os diagnósticos apontam quase unanimemente para a **formação teórica**. Uma das principais fraquezas dos ativistas cristãos nos movimentos populares é justamente seu ativismo. O senso do concreto, que lhes advém do seu contato direto com a massa popular, é uma guia exce-

⁽⁴⁾

lente para o trabalho de base; por isso a “tribo” faz um bom trabalho de base, sem doutrinário e sem manipulação da vontade popular. Quando se trata porém, de atuar em níveis de direção, onde propostas de médio ou longo alcance precisam ser teoricamente fundamentadas para se tornarem viáveis. A “tribo” geralmente revela sua fraqueza. Salvo uma ou outra personalidade excepcional, autodidata a partir da prática popular, os cristãos em geral não sabem dar fundamentação teórica às suas propostas políticas. Sabemos cantar e celebrar a utopia da sociedade justa e fraterna, sem luta de classes; mas não sabemos definir os projetos históricos que medirão o processo que leva para lá. Sabemos que o povo é o sujeito histórico da nova sociedade, mas não temos uma teoria do partido – ou da frente popular – como conduto para a conquista do poder. Na prática, a “tribo” é forte; mas fica sem argumentos diante de propostas elaboradas conforme os cânones dos partidos de esquerda. Assim torna-se difícil para ela exercer influência efetiva na direção do partido e organizações populares. A formação teórica é pois o ponto de partida para a conquista do poder de direção. Vejamos. Como hoje se coloca esta questão.

Hoje entende-se formação como **auto-formação**. Não faz mais sentido o método doutrinário, no qual a partir de um conjunto de postulados pré-estabelecidos (sejam eles algo como a Doutrina Social da Igreja, ou a versão doutrinária do Materialismo Dialético) se deduzem diretrizes práticas, como se a prática política fosse uma aplicação de uma teoria. Também não se entende por formação o simples treinamento para aplicar as diretrizes emanadas de um congresso ou de uma cúpula partidária, conforme o clássico modelo da agitação e propaganda. Formação é entendida hoje como capacitação para analisar a realidade e tomar decisões com respaldo teórico. Ela só pode ser uma teorização da prática política, isto é, uma reflexão crítica e sistematizada sobre a realidade que conhecemos porque nela atuamos. Elaboração teórica sobre a prática política, a formação supõe que a “tribo” conte com uma boa equipe de assessores capazes de transmitir as categorias clássicas de análise da realidade e as experiências históricas de lutas populares, para que a reflexão não se torne empiricista nem espontaneísta. A “tribo” deve contar também com assessores que ajudem a elaborar um método pedagógico – na linha do que Paulo Freire iniciou – que permita grande eficiência de aprendizado, pois são pessoas de pouco treino intelectual e pouco hábito de leitura que deverão manejar as categorias dialéticas do pensamento e análise da reali-

dade. Enfim, a “tribo” terá que incentivar seus intelectuais a elaborarem categorias científicas de análise a partir do saber popular (não é possível que para fazer uma análise dialética da história uma camponês, latino-americano seja obrigado a conhecer Hegel, por exemplo). Trata-se, portanto, de um empreendimento teórico extremamente exigente. Os responsáveis pela formação política dos dirigentes populares deverão (I) manejar perfeitamente as categorias dialéticas de análise, (II) dominar o conhecimento da história das lutas populares, (III) desenvolver o método de Paulo Freire para a educação política superior, e (IV) articular teoricamente a concepção materialista da história e do saber popular latino-americano (inclusive em sua dimensão religiosa que não se reduz ao Cristianismo).

A formação de dirigentes políticos populares afigura-se, portanto como um empreendimento teórico digno de uma instituição de ensino superior. Não seria fora de propósito dizer que hoje “tribo” precisa criar um instituto autônomo onde seja elaborada a teoria do projeto histórico popular latino-americano. Trata-se menos de criar uma instituição, e mais de pôr em ação, de modo articulado, todo o time de intelectuais que o Movimento Popular foi conquistando e formando ao longo desses últimos 20 anos. Já existem experiências isoladas de formação, dentro e fora dos espaços eclesiais. As igrejas cristãs bem poderiam prestar mais este serviço ao Movimento Popular, facilitando a articulação dessa gente para a criação de uma Escola Superior de Paz – velho sonho de D. Hélder Câmara.

Deve ser considerada também a importante questão da linha ideológica da formação política. Ninguém teria a ingenuidade de propor uma formação neutra ou imparcial. Uma linha diretriz básica é indispensável, e deve ficar explícita desde o início. Ela deve ser definida a partir da prática política dos cristãos, ou seja, a partir daquilo que a “tribo” já vem fazendo: trabalho político voltado para a conscientização e a organização das classes populares desde a base, articulado com a idéia-força do socialismo como processo conduzido pelas próprias classes populares. Estes seriam os marcos de identidade da formação política dos cristãos. Sabemos que no interior desses grandes marcos cabem diferentes versões, mais à esquerda ou mais à direita, versões cujas diferenças ganham nitidez quando se debate concretamente o que significa, Por exemplo, socialismo, democracia, papel dos intelectuais, etc. A formação deverá ser portanto **plural**: ela não poderia priorizar uma úni-

ca versão, sob pena de provocar um “racha” na “tribo”. Este ponto não é uma simples questão abstrata: as diferentes versões existem, e expressam-se no interior da “tribo” pela adesão de seus membros a diferentes grupamentos políticos. A presença da “tribo” em grupos como a “articulação”, “Poder Popular e Socialista” e os chamados “independentes” é uma que por si mesmo impediria uma formação ideologicamente monolítica. E o debate ideológico – e conseqüente a disputa pela hegemonia no interior da “tribo” – contexto de legítimo e democrático pluralismo é certamente um dos melhores métodos pedagógicos para a formação política. Diferentes assessores e diferentes cursistas, num ambiente de honestidade intelectual, serão talvez a melhor garantia de uma formação não doutrinária nem impositiva.

Mas não é apenas por uma razão de fato que a formação deve ser plural. É também por uma razão de fé. A Fé inspira opções ideológicas e políticas, servindo como um marco limite (há princípios e práticas inaceitáveis ao cristão) e como um desafio à utopia (o projeto do Reino não se esgota nos projetos políticos); porém ela não pode ser confundida ou identificada com uma opção política ou ideológica. Não há o projeto dos cristãos, mas projetos nos quais, de um modo ou outro concretiza-se o Projeto do Reino. (Não podemos criar uma espécie de doutrina social da Igreja para fundamentar um projeto socialista, porque ela cabaria tendo o mesmo destino da doutrina social católica que nem mesmo os defensores da ordem estabelecida levam a sério). A formação de que hoje necessitamos deve ser, portanto, uma formação ideológica e politicamente pluralista, onde as diferentes versões da idéia-força da “tribo” se reconheçam, mas, ao mesmo tempo, dentro de determinados marcos impostos pela Fé Cristã que não admite a opressão e postula o Direito à vida – principalmente a vida do pequeno, do pobre – como direito fundamental de todos os seres humanos. Na medida em que conseguirmos reunir nossas forças intelectuais, nossos recursos econômicos, e mobilizarmos os quadros dirigentes nascidos da prática popular, a “tribo” vai superar a sua grande fraqueza atual – carência teórica – e vai mostrar de que é capaz.

2. O ACOMPANHAMENTO PASTORAL DE DIRIGENTES POLÍTICOS POPULARES

Vimos que a articulação política dos cristãos deve ser tratada como fato político: uma “tribo” de gente, que se reconhece uns aos outros por

práticas políticas de respeito à consciência e à organização popular de base e pela adesão à idéia das classes populares como sujeito histórico do processo de construção do socialismo, quer exercer maior influência nas decisões do Partido e de organizações populares. Para isso, necessita hoje de uma formação teórica adequada ao novo desafio que tem pela frente: elaborar um projeto político viável, através do qual exerça sua influência no processo de transformação social. Vimos também que a Fé cristã de identidade dessa "tribo" política. As práticas e idéias-força que definem, embora profundamente compatíveis com a Fé num Deus Trinitário e Libertador, prescindem da Fé Cristã para se justificarem teórica e praticamente. Tanto é, que se encontram na "tribo" muita gente que professa convicções atéias. O que dá aparência cristã a essa "tribo" é o fato histórico de ela estar geralmente associada a espaços das igrejas cristãs populares e das instituições a elas ligadas. Porém esta é uma circunstância histórica, e não um elemento essencial à existência da "tribo".

Imaginemos agora que as igrejas cristãs aceitem o desafio político que têm pela frente e favoreçam o processo de formação política de alto nível, acima esboçado. A "tribo" em pouco tempo ganharia maturidade política e conquistaria um rosto institucional próprio, distinto do rosto eclesiástico que tem ainda hoje. Será que então acabaria a missão pastoral da Igreja diante da política? A Igreja voltaria para suas bases, deixando as lideranças populares, então dotadas de uma sólida formação política e ideológica, atuando de modo emancipado e adulto? Ou a Igreja teria ainda uma missão pastoral junto a essas pessoas? Este é o tema que vamos tratar em seguida. O acompanhamento pastoral a militantes políticos ainda não tem sequer um título aceito por todos. Há quem fale de "pastoral política", "pastoral dos militantes", "pastoral dos partidos de esquerda" ou "pastoral de lideranças política populares". Já há, porém um consenso sobre quem deve ser o destinatário primeiro dessa pastoral: as pessoas que foram despertadas para atividade política através das comunidades cristãs populares e que hoje desempenham função de liderança ou direção através de partidos políticos afinados com o Movimento Popular em outras organizações de luta popular. A pastoral não teria portanto o objetivo despertar os cristãos para a atividade política, mas ajudar aqueles que já têm atuação política em nível de direção ou liderança. O pessoal de base já é pastoralmente atendido pelas comunidades de base e pastorais específicas, que poderão beneficiar-se com os trabalhos da pastoral política através dos mecanis-

mos de intercâmbio pastoral. Fica claro, também, que a pastoral política volta-se explicitamente para as pessoas comprometidas com as causas políticas e partidos afinados com o Movimento Popular. Para os cristãos que conseguiram fazer outras opções políticas há sempre a pastoral dos homens de poder decisório e atendimento personalizado por inúmeros sacerdotes, bispos e até cardeais. A experiência mostra que reunir representantes do capital e do trabalho para um debate só resulta em negociação ou em diálogo mais ou menos civilizado, mas de pouco proveito para o crescimento espiritual das partes. Uma pastoral voltada para a política tem que fazer opção. Nossa opção é a opção pelo Movimento Popular.

Outro ponto que convém deixar claro é que pastoral não significa atividade exclusiva dos pastores, como uma exegese literal poderia erroneamente induzir. A atividade pastoral cabe à Igreja enquanto tal, e Igreja são comunidade de fiéis, e não só ministros ordenados. É óbvio que os ministros ordenados têm certas atribuições específicas, como veremos mais adiante, mas tais atribuições não esgotam o serviço pastoral exercido pela Igreja. Lembramos, mais uma vez, que pensamos mais concretamente na Igreja Católica Romana, mas não pretendemos que a pastoral política seja uma pastoral católica. Ao contrário, ela deverá ser a mais ecumênica das pastorais, pela própria natureza do campo de sua atuação. Fica claro, assim, que as idéias aqui reunidas sobre a pastoral dos dirigentes políticos populares pretendem ser um estímulo à criatividade de todos os cristãos, independentemente de ordenação ministerial e de denominação religiosa.

O ponto de partida para esta reflexão é o fato de existirem inúmeros casos de pessoas oriundas de comunidades cristãs populares em posição de liderança política popular, e essas pessoas se sentirem distantes da Igreja, apesar de sua fé cristã. Quem são essas pessoas se sentirem distantes da Igreja, apesar de sua fé cristã. Quem são essas pessoas? Homens e mulheres, em geral das classes populares, que foram eleitos vereadores, deputados ou prefeitos pelo PT ou outro partido afinado com as lutas populares. São também dirigentes do Partido, lideranças sindicais, dirigentes de movimentos de Sem-terra, associações de moradores, etc. Até ocuparem algum posto de responsabilidade política, essas pessoas desempenhavam normalmente funções religiosas em suas comunidades. Eram ministros da Palavra ou da Eucaristia, dirigiam cultos, cuidavam da catequese ou da escola domi-

nical, animavam outras comunidades, enfim, exerciam toda uma série de atividades pastorais hoje correntes nas comunidades cristãs populares. Depois de assumirem um posto de responsabilidade política estes homens e mulheres se viram distantes das suas comunidades de base. Os motivos são os mais diversos: por um lado, os novos compromissos tomam seu tempo, e pouco sobra para as atividades comunitárias e religiosas; por outro, é a própria comunidade que se defende contra uma possível instrumentalização político-partidária e cria obstáculos à participação de pessoas politicamente marcadas. Parece que em geral não ocorrem rupturas bruscas; mas com o passar do tempo a pessoa verifica que seus laços com a comunidade cristã de base à qual estava tão ligada vão se afrouxando e chegam até a desaparecer.

Esse fato não deve causar estranheza. É normal que uma pessoa deixe certos compromissos na medida em que assume outros compromissos de maior responsabilidade. Um deputado não poderia dedicar-se só à sua comunidade de base, mesmo porque seria infiel ao seu mandato que é geral. O que é estranho é o isolamento que cerca as pessoas com responsabilidade política. Distantes da sua comodidade de base, elas não têm outro elo de união com sua Igreja. É como se quem se distanciasse da comunidade de base se afastasse da Igreja toda, como se as comunidades de base fossem o único espaço de participação das classes populares na Igreja. Mais estranho ainda porque em geral essas pessoas são conhecidas no Partido como gente de Igreja, sentem-se membros da Igreja, mas não têm como expressar de modo visível essa participação. É para essas pessoas que deve voltar-se, prioritariamente, a pastoral dos dirigentes políticos populares. Quais seriam suas demandas à Igreja?

2.1 Vida de comunidade, esta é certamente a falta maior que sentem os dirigentes populares. Os cargos de responsabilidade, principalmente na política, criam uma situação de solidão para seus ocupantes. Um deputado, uma prefeita, uma vereadora, uma presidente de sindicato têm poucas pessoas que viviam situações similares à sua. Não é como um operário, uma professora ou um lavrador, cuja situação de vida é semelhante à de inúmeras outras pessoas. Um dirigente político popular está só, na maioria dos casos. Seus antigos vizinhos e companheiros não conseguem entender seus problemas atuais, porque não têm a mesma vivência. Aos olhos dos outros, parecem “metidos”, “mascarados”, ou mesmo orgulhosos e presunçosos: “não á mais

um dos nossos"... Esta solidão que atinge todos os que ocupam postos de direção e responsabilidade política não afeta apenas a sua vida de Fé. Muitas vezes aquela solidão transtorna a vida afetiva e sexual, levando a crises sérias. Um peão que é eleito deputado sofre uma mudança tão profunda na sua biografia, que corre o risco de terminar seu mandato divorciado, noutra cidade e sem amigos.

E não é apenas a solidão humana e religiosa que atinge o dirigente político popular. A política tem muitas armadilhas. Talvez a mais perigosa seja aquela que fica armada para pegar os ingênuos que não aprendem a jogar seu jogo de cartas marcadas. A atividade política tem muito de teatro, onde se é obrigado a desempenhar um papel para o público. Quem não consegue desempenhar seu papel de personagem político, acaba sendo ridicularizado. O ambiente político pode destruir uma pessoa, transformando gente honesta em canalha, e isto acontece com frequência. Justamente por recear que isto aconteça, muitas comunidades cristãs populares afastam-se da política e dos políticos – mesmo quando estes nasceram e desenvolveram sua consciência política nas próprias comunidades. Porém esta atitude não leva a nada. É como quem quer tomar leite, mas não entra no curral e ainda critica o retireiro porque sujou-se ao ordenhar vacas... A pastoral dos dirigentes políticos deve ser a pastoral dos que entraram no curral para tirar o leite que nos alimenta, mesmo correndo o risco de saírem sujados de estrume.

Para fazer frente à solidão que atinge o dirigente político, a Igreja precisa oferecer-lhe um ambiente de acolhida fraterna, um ambiente de comunidade humana, onde ele seja tratado com toda simplicidade, sem puxa-saquismo, mas com considerações pela condição de vida que ele agora tem. A Igreja pode oferecer a esses homens e mulheres uma comunidade em primeiro lugar humana, e por isso propícia à vivência da fé em comum. Há que se pensar até numa espécie de pastoral familiar especializada para dirigentes políticos populares, já que sua vida familiar tem características peculiares. O primeiro elemento desta pastoral seria, portanto o elemento humano: uma comunidade para seres humanos.

2.2 A evangelização certamente é outra necessidade de quem está na política. Não se trata simplesmente de repetir uma doutrina conhecida, mas de descobrir – mais uma vez – a Boa notícia do Reino. A atividade política é extremamente desgastante para nossos ideais: entra-se

nela com os mais puros propósitos, mas as decepções, o êxito dos que não tem ética, e a acomodação diante de situações que parecem imutáveis, acabam por fazer esmorecer a Fé no projeto do Reino. O anúncio da Boa Nova Libertação, nesse contexto, requer cuidados especiais. Ninguém vá pensar que um dirigente político conseguiria reanimar sua Fé apenas freqüentando o círculo bíblico da sua comunidade de base. Ele precisa uma formulação adequada para a experiência que está vivendo, senão a mensagem bíblica fica sem sentido concreto. Ora, a fé no Projeto de Deus é um elemento da maior importância para o cristão que quer fazer da sua atividade política uma mediação para a realização histórica do Projeto do Reino. É nessa fé que assegura à política uma dimensão transcendente.

Mas evangelização não é só anúncio da Boa Nova. É também denúncia de todas as práticas políticas que impedem o Projeto de Deus. Neste sentido, faz parte da missão evangelizadora da Igreja criticar os cristãos que não pautam sua atividade política pelo Projeto de Deus.

Este é um problema muito delicado. Se é certo que a Fé cristã impõe limites éticos à atividade política, não é claro aonde se situam esses limites. Se é claro que a Fé não pode ser neutra diante do conflito entre capital e trabalho, por exemplo, ainda não é claro que qualquer forma de capitalismo atente contra a Fé cristã. A consciência moral da Igreja tem um ritmo de mudança que é preciso respeitar. Seguir cegamente os pronunciamentos do magistério eclesiástico, neste campo, não seria provavelmente a solução, uma vez que o magistério eclesiástico geralmente não descobre soluções novas para novos problemas: ele julga a validade das soluções encaminhadas pelos fiéis. Por isso, é aos proprietários cristãos ativos na política que cabe avançar uma ética do político, confrontando cada nova situação histórica com tradição e com utopia do Projeto de Deus.

Aqui aparece outra grande dificuldade: como discernir o que é o Projeto de Deus e o que são nossos próprios projetos? Não existe um Projeto de Deus em estado puro abstrato; ele está presente na história, revela-se na história, conforme as contingências de cada contexto histórico. Isto significa que ele está sempre amalgamado a uma ideologia, ou melhor, às ideologias que o informam em cada contexto histórico. Se é verdade que a Fé sem ideologia é morta (como diz J.L. Segundo), também é verdade que a Fé não pode ser confundida com as ideologias

que a tornam politicamente operativa. Como então avaliar nossos projetos políticos em relação ao Projeto do Reino, se este não existe em estado puro? Parece que só o pluralismo ideológico na pastoral política abrirá caminho pra solução do problema. Se cristãos com diferentes opções ideológicas puderem confrontar mutuamente seus projetos políticos, um conseguirá perceber no projeto do outro o que se afasta do Projeto de Deus; se, ao contrário, todos tiverem um mesmo projeto político, este lhes parecerá naturalmente seu o Projeto de Deus para aquele momento histórico, e não haverá que lhes conteste... O pluralismo possibilita o discernimento, desde que seja um pluralismo fraterno, no qual um grupo possa exigir em nome da Fé que o outro lhe preste contas de suas práticas políticas, para que todos avaliem se elas vão ou não contra o Projeto do Reino. Assim entendida, a evangelização torna-se um serviço que os cristãos se prestam mutuamente, fazendo uma “cobrança evangélica” de suas práticas políticas.

2.3 O perdão é libertador também para dirigentes políticos populares. Por isso a Igreja deve oferecer-lhes a possibilidade de uma periódica revisão de vida. Aqui não há dúvidas: quem faz política, comete erros. Há quem erre por ignorância, e quem erre por esperteza, mas não há político que só acerte. A raiz desses erros está na confusão entre o que é o bem comum e os bens particulares. Diz a definição clássica que política é a ciência e a arte do bem comum. Mas, como se distingue o bem comum dos interesses particulares? Toda classe social acredita, sinceramente que seus interesses correspondem aos interesses gerais da sociedade. Todo partido pensa que seu Programa é válido para toda a Nação. E, no limite, todo político de boa-vontade acredita que está defendendo os interesses gerais da sociedade. No entanto, sabemos que esta é a lógica de toda ideologia: apresentar sua própria visão de mundo, seus próprios valores, seus próprios interesses, como se fossem gerais. A confusão entre os interesses particulares de um grupo, um partido, uma classe, e os interesses gerais é a principal fonte dos erros políticos cometidos de boa fé. Além desses, há, é claro, o erro de má fé, corrupção, cinismo, oportunismo, etc. O fato é que os erros dos políticos são frequentes e inevitáveis. Isto assusta comunidades cristãs que, temendo ser contaminadas pelos políticos, preferem mantê-los à distância. Esta atitude, como a da avestruz, não leva a nada. Não se trata de fugir dos inevitáveis erros, mas de corrigí-los. Para isso, há que se fazer uma autêntica pastoral do perdão.

Não sabemos ainda definir como seria essa pastoral do perdão. Mas

certamente ela deve incluir um momento de séria revisão de vida, onde a prática política seja passada a limpo, questionada criticada e autocrítica. Depois incluiria também a celebração do perdão. Seja ela na forma sacramental da Penitência, seja de forma para-litúrgica. Mas é indispensável que os erros possam ser aposentados e perdoados. Enfim, a celebração do perdão deveria incluir um momento de estímulo à ação, de encorajamento para a prática política. O perdão das faltas passadas não deve ser um elemento de inibição da ação, mas um elemento encorajador, que estimule a uma prática política mais lúcida e mais intensa. Assim o perdão será realmente libertador.

2.4 A celebração da vida é elemento culminante da pastoral política. Esta é sem dúvida a demanda que mais se percebe entre os dirigentes políticos populares. Habitados às celebrações em suas comunidades cristãs populares, onde sempre se celebra a partir dos fatos da vida, quando eles deixam a comunidade de base não encontram outro ambiente propício à celebração da vida. Ou freqüentam as igrejas de centro urbano, com suas celebrações rotineiras e massivas, ou voltam às comunidades de base, mas não conseguem sintonizar-se com as celebrações porque estão distantes das lutas locais. A experiência de cursos onde se reúnem esses dirigentes políticos populares mostra que as celebrações são invariavelmente avaliadas como um dos pontos positivos do encontro. Por vezes, as celebrações deixam até a desejar sob o ponto de vista litúrgico, mas é tamanha a necessidade que dela se sente, que sua avaliação é sempre positiva.

Aí temos um bonito desafio a quem se dedica à Liturgia: como celebrar a vida política com dirigentes políticos populares? Há que ser uma celebração para pessoas adultas, com experiências de celebrações ligadas à vida, e portanto onde suas lutas políticas devem ocupar lugar central. Alguém já usou a expressão "celebrações de esquerda". É uma expressão forte, mas capaz de provocar uma reflexão para a liturgia, porque aí deve expressar-se a mística da luta, a espiritualidade da revolução. A Tradição cristã é rica na espiritualidade da luta, porém, esta é vista de forma individualizada e etérea: luta contra os impulsos sexuais, luta contra a satisfação do corpo, luta contra o egoísmo nas relações interpessoais, luta contra os maus sentimentos, etc. Uma autêntica espiritualidade da luta deveria recuperar os elementos dessa Tradição, ajudando a celebrar também as lutas políticas, as lutas sociais, as lutas econômicas.

3. CONDIÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO POLÍTICO

Vemos hoje que o acompanhamento pastoral a dirigentes políticos populares deve reunir pelo menos as seguintes condições:

3.1 Deve ser plural. Já foi assinalado antes que o pluralismo político é necessário à pastoral política, para que ela não seja confundida com uma tendência ideológica e para que não se confunda o Projeto do Reino com o projeto político de um único grupo. O pluralismo, entretanto, não deve extrapolar os limites de uma opção explícita pelas causas populares e pelo Movimento Popular. Isto significa que ela se destina a dirigentes políticos que poderíamos chamar – apesar das inconveniências dos rótulos – de “esquerda”, com as diversas opções que esta posição contém. A experiência mostra que é perda de tempo reunir dirigentes políticos de posições opostas: o máximo que se consegue é um diálogo cordial e civilizado, mas não partilha fraterna de experiências. Penso que o pluralismo político é tão importante, que se não for possível reunir pessoas de diferentes tendências é melhor não haver uma pastoral política; pois uma pastoral monolítica acabaria sendo a cobertura eclesiástica e religiosa de uma única tendência ideológica, dentro do modelo de cristandade. Se a Igreja não é capaz de despertar seus membros para a ação política com diferentes opções, não tem competência para uma pastoral política.

3.2. Precisa de responsáveis “não-alinhados”. Esta condição vem no mesmo sentido da anterior. Os responsáveis pela pastoral dos dirigentes – sejam eles ministros ordenados ou leigos – devem ser pessoas reconhecidamente comprometidas com as causas populares e o Movimento Popular, mas não alinhadas a uma tendência ou grupo. O “não-alinhamento” não significa neutralidade ou imparcialidade política, mas a autonomia diante dos grupos políticos em jogo. A expressão nasceu durante o período de “Guerra Fria”, e designava os países que não pautavam sua política externa por compromissos com nenhum dos blocos, mas não eram “neutros” como a Suíça. Assim também, os responsáveis pela pastoral política não devem ser membros de um grupo ou tendência, de modo a serem aceitos por pessoas ligadas aos diversos grupos políticos. Ainda convém lembrar que a opção política não é uma escolha arbitrária, regida apenas pela simpatia ou tradição – como a torcida por um time de futebol – mas tem a ver com o projeto do Reino. Os responsáveis pela pastoral política devem ser, portanto, pessoas

que estão na luta política, mas num nível suficientemente genérico para não se confundir com a luta específica de um partido ideológico ou tendência. Esta é uma condição para sua aceitação e credibilidade.

Um caso particular é a dos assessores. Não se pode exigir que sejam “não-alinhados”, pois é normal que cada um tenha sua opção e sua prática política articulada com um grupo. O que deve ser “não-alinhada” é a assessoria enquanto tal, isto é, o conjunto dos assessores. Uma vez que a atividade de assessoria é transitória – cada reunião conta com um assessor diferente – o convite aos assessores deve considerar a necessidade de assegurar a presença de diferentes linhas ideológicas.

3.3. Deve ser apenas serviço. A expressão “acompanhamento pastoral” é muito feliz para indicar que não se trata de um grupo organizado, associação ou entidade que admite pessoas com membros. A pastoral política não deve ter membros como outras pastorais: ela deve ser um serviço da Igreja – ou das igrejas – aos cristãos comprometidos com o Movimento Popular no campo político. Isso evita o risco de transformar a pastoral numa espécie de “tendência cristã” ou de conferir a ela a função de falar em nome da Igreja sobre questões políticas. Sendo serviço, ela pode atender as demandas dos dirigentes políticos populares – Comunidades fraterna, evangelização, perdão e celebração – mas não pode reivindicar nenhum poder. Uma experiência que está sendo feita com bons resultados são os “retiros espirituais” para dirigentes políticos populares. Reunindo-se uma ou duas vezes por ano num ambiente de comunidade humana e espiritual, a Igreja reaviva sua Fé e lhes dá novas forças para a luta, realizando um acompanhamento pastoral cujos frutos só no futuro poderemos avaliar.

4. SINTETIZANDO: PROBLEMAS E DESAFIOS

O tema Fé e Política é hoje um campo repleto de problemas e desafios teóricos e práticos. E é abordando três desses desafios que concluímos esta reflexão.

A relação entre Fé Cristã e atividade político-partidária não é apenas uma relação teórica. Antes de a apreendermos teoricamente, nós a vivemos. Nossa biografia traça essa relação dialética entre uma Fé que nos leva à atividade política e uma atividade política que questiona e

modifica nossa Fé. E isso não se dá apenas sob a forma de uma experiência individual, mas como experiência vivida por um grande grupo de pessoas: é a Igreja dos Pobres – para usarmos a expressão do saudoso Papa João XXIII – que experimenta enquanto Igreja a relação Fé e luta política de libertação. Tentamos até agora formular de modo teórico idéias que tornem compreensíveis essa experiência vivida individual e coletivamente, e neste empreendimento percebemos o quanto são frágeis nossas categorias de análise da realidade. Em outras palavras: se algo está errado, é a formulação teórica em vias de elaboração. A prática política da Igreja dos Pobres está fora de questão, pois seus frutos estão conforme o Evangelho (Lc 7,22).

Neste empreendimento de elaboração teórica precisamos levar em conta também as experiências passadas e experiências vividas por outros cristãos. Uma experiência crucial para nós é a da Ação Católica nos anos 60. Ali também foi vivida na igreja a relação dialética entre Fé cristã e luta política. Porém a instituição eclesial não suportou a tensão e levou à ruptura entre o espaço da Fé – notadamente a JUC – e o espaço da política – principalmente a Ação Popular. A ruptura representou uma séria perda para ambos os espaços: a Ação Popular perdeu a mística que a animava, e a JUC tornou-se supérflua e foi extinta. Esta experiência nos ensina que separar Fé e luta política é a pior maneira de resolver o problema. Que a relação é tensa, ninguém duvida. É difícil manter a unidade das comunidades cristãs quando são permeadas por diferentes grupos político-ideológicos, e disso temos inúmeros exemplos hoje. Porém é no manejo das tensões, é no pluralismo legítimo, que essa relação dá frutos de vitalidade para a Igreja e para o Movimento Popular. Como fazê-lo, não sabemos ainda; mas já sabemos que devemos tentar.

Enfim, devemos estar atentos para a realidade institucional das nossas igrejas, principalmente da Igreja Católica Romana. Ela é assumidamente clerical e autoritária, e seus principais dignatários consideram normal que assim seja, alegando que isto advém de sua fundação divina. Ela não é portanto um espaço favorável para o desenvolvimento de ideais democráticos e igualitários. Este fato tem levado muitos cristãos a deixarem sua igreja para ganharem maior autonomia na atividade política. Esta não é, porém, a única opção possível para os cristãos. Se há, uma eclesiologia que justifica estruturas clericais e autoritárias, há também uma eclesiologia que fundamenta uma instituição

estruturada na comunhão e na participação. Isto significa que as igrejas cristãs podem tornar-se espaço favorável à democracia, ainda que hoje não o sejam. Esta consideração nos leva a pensar que a luta pela transformação da Igreja não só é possível, como faz parte de um processo mais global de

FÉ E POLÍTICA EM NOVOS TERMOS

Como está o compromisso político dos cristãos hoje?

Clodovis Boff

As circunstâncias atuais pedem para se recolocar a questão da relação entre a fé e a política. Não se trata tanto de mudar os termos dessa relação (garantida substancialmente em sua base teológica) quanto de atualizá-los. Como se dá hoje tal relação?

Efetivamente, a situação dos dois pólos da relação em questão está hoje mudada: mudou a política e mudou também a fé em sua representação histórica.

I. MUDANÇAS NO CAMPO DA POLÍTICA HOJE: A “NOVA POLÍTICA”

A política está desde alguns anos em pleno trabalho de renovação. Importante detectar as novas tendências, mas também ajuizá-las. Não basta aqui descrever, é preciso ainda analisar e finalmente discernir ética-politicamente. Aqui vão apenas alguns elementos dessa tríplice tarefa. A parte da análise foge em parte da competência própria do teólogo, Mas que é necessário colocá-la para uma iluminação teológica precedente.

Existem alguns traços relativamente novos que estão emergindo,

sem contudo terem-se ainda afirmado. Deixando aqui de lado a dupla pretensão: à exaustividade e à coerência interna segundo princípios de ordenação, eis alguns desses traços:

1. Descrédito acentuado e geral pela atividade político-partidária. O desencanto geral em relação à atividade política institucional é um fato inegável e é hoje quase um “lugar comum”. E Tal descrédito, que sempre acompanhou essa atividade em nível do povo e inclusive de intelectuais, atinge hoje um grau e uma extensão nunca antes alcançados. A desafeição é geral: atravessa toda a sociedade e todas as sociedades, tanto no Norte como no Sul do mundo. Não se acredita mais que mudanças decisivas cheguem pela via dos partidos.

Quais são as razões disso? Olhando a questão pelo seu lado macro-dimensional, podemos dizer, em primeiro lugar, que o neoliberalismo imperante muito contribuiu para o descrédito do empenho político na medida em que dá prioridade ao mercado sobre qualquer outra instituição social, inclusive sobre as instâncias políticas, como o Estado, o Parlamento e os Partidos.

Em seguida, a queda do socialismo real levou consigo à queda da confiança nas lutas políticas para a transformação do sistema. Nos meios de esquerda, instala-se assim certa resignação e opta-se por se esconder atrás do “pensamento fraco”, rescaldo do dogmatismo anterior. As análises, os projetos as estratégias não chegam a se definir claramente e obter o consenso requerido.

Enfim, a mentalidade pós-moderna, expressiva de certos meios, particularmente juvenis, não é apta a favorecer o engajamento político: ela não acredita nas grandes causas ou grandes projetos, privilegia a subjetividade do desejo consumista e do sentimento individualizado e opta por um hedonismo desencantado.

Contudo, pode-se perguntar se é propriamente contra a política como tal que se dá a referida desafeição, ou se não é mais precisamente contra a “política que está aí”, contra a forma vigente de fazer política.

Efetivamente, há muitas razões objetivas que postulam por mais política e não por menos, embora seja também por outra política, e que mostram que a atividade política deve persistir.

A primeira razão e mais óbvia é que os problemas sociais estão aí e exigem soluções sociais, e essas passam necessariamente pela mediação política. Permanece de pé a “questão política” no sentido originário da ordenação satisfatória da “polis” enquanto todo social.

Mais: podem as vítimas da sociedade moderna deixar de buscar vida e justiça? Podem os esquecidos e excluídos do sistema deixar de sonhar com uma sociedade onde se possa viver e viver com decência? Ora, isso não significa repor, aqui também, a questão política?

Por fim, o fermento inarredável da fé no seio da sociedade não deixa também de dinamizar esse anseio difuso mas real por uma nova sociedade, onde habite a justiça, a fraternidade e a paz.

E de fato, dão-se por todo lado ensaios de uma “nova política”, como veremos em seguida.

2. Questionamento da forma-partido. Desde os anos 70 vem-se questionando o partido como instrumento específico de participação política nas sociedades atuais. Cresce a consciência de que Trata-se de uma forma histórica relativa (não tem mais de dois séculos) e que, parece, deu o que tinha que dar. Pergunta-se se não haveria outros canais de expressão política do povo ao nível do poder de Estado e mais largamente ao nível de uma nova ordenação social.

Uma primeira crítica histórica ao modelo clássico de partido foi representada pela experiência socialista da “democracia popular”. Ela se definia como “democracia substancial” em contraposição à “democracia formal” ou “burguesa”, onde, ao lado do partido único, apareciam outros condutos de expressão da vontade popular. Mas, como sabemos, tal experiência fracassou e é hoje unanimemente criticada por autoritária senão totalitária. A retomada pelos países ex-socialistas do modelo tradicional não só não abriu novas perspectivas, mas contribuiu para homologar o modelo vigente.

Seja como for, em sociedades complexas como as nossas, não parece pensável dispensar mediações políticas que expressem a “vontade geral” e que representem o povo em seus vários estratos e em suas diferentes necessidades. Não precisa que sejam os partidos atuais, mas formações que exerçam as necessárias funções de expres-

são e representação.

As novas propostas vão numa linha dupla:

a) a de um partido movimentista, que se mantenha organicamente vinculado aos movimentos sociais, gozando de uma autonomia própria e respeitando ao mesmo tempo a autonomia de seus parceiros sociais. Parece ser essa a fórmula melhor de partido, especialmente popular, apesar dos inúmeros problemas que coloca;

b) numa fórmula inversa, a de um movimento partidista. Aqui temos os exemplos do movimento ambientalista, transformado em “partido verde” e dos vários movimentos regionalistas, feministas, étnicos, profissionais, religiosos, etc. que se transformam em partido ou se dão um partido. O grande problema é que tais partidos são “monotemáticos”, enquanto que a política é essencialmente “sistemática”, pois visa por princípio o todo da “polis” - o sistema ou a ordem social em seu conjunto.

3. Preferência pela atuação política imediata e direta. Já ao nível da política institucional, a postulação atual é avançar para além da “democracia representativa”, indo na direção de uma “democracia direta”. Esta se faria, por exemplo, através de instrumentos como o plebiscito e o referendo, assim como através diferentes dispositivos extraparlamentares: os vários “conselhos” (da saúde, da educação, político, etc.), os grupos de “orçamento participativo”, etc.

Mas é especialmente nos movimentos e ONGs que se espera interferir efetivamente sobre a sociedade. Essas constituem, com efeito, formas imediatas e diretas de atuação política. O surgimento das ONGs e dos variados movimentos sociais mostra que a “vontade geral” ou pelo menos parte dela se exprime por outros caminhos que não os partidários. Pesquisas no Primeiro Mundo (especialmente na Itália e na França) dão conta disto: o que a sociedade perde em adesão aos partidos, especialmente da parte da juventude, ganha, por compensação, em compromisso nas organizações civis, especialmente no voluntariado.

Opta-se assim por atuar ao nível da sociedade civil e menos no da sociedade política. É a famosa “política com P maiúsculo. Acredita-se que a ação direta e imediata frente ao Estado ou simplesmente entre os cidadãos é mais eficaz, pelo menos em relação a questões específicas

e urgentes.

Exemplar nesse sentido é a "Ação da cidadania contra a fome pela vida", animada pelo Betinho, sem falar ainda no movimento contra a violência "Rio vivo", personalizado por Rubem César Fernandes. Aí temos formas de "democracia direta", tidas por vezes, mas de modo equivocado, como alternativas aos partidos e concorrentes do Estado.

Sintomática é hoje a linguagem que substitui o vocabulário da "política" pelo da "cidadania". Aquela olha para as instituições dos Partidos e do Estado, hoje um tanto desvalorizadas (política vertical), enquanto que esta se abre para a sociedade civil e os cidadãos que a compõem (política horizontal).

Mas fica sempre a pergunta: podem os movimentos sociais substituir realmente as funções especificamente políticas dos partidos e do Estado? Talvez se deva dizer que mais que concorrer com as organizações políticas, os movimentos e as ONGs desafiam-nas a se renovar em profundidade. Como os partidos podem traduzir as demandas provindas dos movimentos de base em nível de políticas de Estado?

4. "Personalização" da política partidária. Com o declínio dos aparatos partidários, emerge com força a figura pessoal do político. Tal "personalização" vem acompanhada com outro processo - o da "espetacularização" da política, a ponto de se falar hoje em "videocracia". Aqui a TV aparece como o principal veículo de mediação entre o político e a massa. O grande palanque é o "eletrônico". O trono, idem. O cetro moderno é o microfone. Em nossas sociedades, cada vez mais conformadas pela mídia, imagem é poder, ou um de seus componentes essenciais. E isso vale mais ainda em sociedades de massas como as nossas, onde o alto grau de analfabetismo limita sua capacidade crítica e as expõe mais facilmente às manipulações da imagem.

Conseqüentemente, os "programas" bem montados dos partidos cedem lugar hoje aos "temas", escolhidos em função das conjunturas, do político individual (assim os cinco dedos da campanha de Fernando H. Cardoso). Mais: a função de mediação que os partidos exerciam entre a base e a cúpula do Estado da lugar às "decisões" que o político individual toma por sua conta e risco e em torno das quais entende criar o consenso.

5. Direitos em vez de ideologia. As lutas sociais de hoje tendem a se fazer em nome de direitos: civis, econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais, etc.

As ideologias, se não chegaram ao fim, segundo a velha tese de Daniel Bell, esfriaram com toda a evidência. Declinaram como uma das formas dos “grandes relatos”, de que falam respectivamente certas teorias da pós-modernidade. Eram uma expressão típica do “pensamento forte”, seguro de suas verdades, feitas dogmas adamantinos. Agora avança o “pensamento fraco”, fragmentário, relativizante e mutável.

6. Etifização da vida pública. De fato, afirma-se socialmente uma rejeição moral de toda sorte de atividades que qualificaram, aos olhos do povo, a política como “coisa suja”: desvio dos bens públicos, conchavos, troca de favores, etc. Quer-se uma política limpa, moralmente transparente. Exatamente a honestidade é uma das primeiras qualidades exigidas hoje de um candidato da parte do povo.

É de se notar, contudo, que trata-se aqui da “ética pessoal” do político e não propriamente de sua “ética social” ou “estrutural” de fundo, ou seja, de suas práticas ou propostas frente às estruturas sociais: distribuição de renda, programas sociais, soberania nacional, participação democrática das massas, etc..

Ademais, para que a postulação por mais ética na vida pública vinque realmente, importa dispor de um poder judiciário forte e pouco incline à venalidade e a outras formas menos claras de corrupção. Ora, isso postula justificadamente a urgência de uma “reforma do judiciário”, de que se fala hoje, de resto com menos força que o assunto merece e necessita. A “revolução da toga”, exemplar na Itália, só foi possível graças a um judiciário independente de outros poderes sociais e sob controle democrático.

7. Subjetivização da política. Isso parece corresponder a uma sensibilidade de tipo pós-moderno. Falamos aqui em subjetivização da política no sentido da apropriação desta atividade pelo eu singular, seja ele psicológico (com seus gostos e potencialidades), seja espiritual (com seus carismas e virtudes).

A referência aqui é, decididamente, a subjetividade individual e não

a subjetividade social (que seria preferível chamar de “sujeitidade”) - tema ultramente importante, a ser tratado em outro lugar.

Na verdade, a subjetivização individual da política se manifesta especialmente nos níveis seguintes:

a) No nível da afetividade, não se quer mais hoje, pelo menos nos meios de esquerda, fazer uma política tão-só por dever, destituída de prazer, ao modo kantiano do “imperativo categórico”. Deseja-se fazer política sem sacrificar a própria subjetividade e seus direitos, como ao sentimento, à emoção, à legítima fruição do momento. Quer-se uma política feita com alegria e mesmo com humor, como modo (se não meio) de auto-realização psicológica. Enfim, fazer política “sem medo de ser feliz”, ao contrário...

Por outro lado, não se está mais disposto a sacrificar a dimensão afetiva da vida (amizade, namoro, família) no altar do bem público. Certo, esse equilíbrio não é simples, mas se oferece hoje como valor e projeto.

b) No nível da espiritualidade, particularmente da parte dos militantes cristãos, cresce a vontade de embeber a própria prática política na própria fé e nas grandes inspirações que a qualificam. E ao mesmo tempo em que se rejeita uma fé divorciada da política, rejeita-se uma política divorciada da fé e da espiritualidade. Existem militantes cristãos para os quais a política aparece como um carisma próprio, um modo de seguimento de Cristo, um caminho de auto-realização cristã.

Percebe-se que a política precisa respeitar na vida do militante espaços de liberdade e gratuidade, como os da contemplação prazerosa, do louvor transbordante e do diálogo amoroso com o Criador e Pai. Além disso, busca-se integrar a própria visão social (“sociologia”) no horizonte maior de uma cosmologia, tal como emerge hoje a partir da física moderna.

c) No nível do cotidiano, espaço específico das relações interpessoais, também há novidades. (Incluimos na esfera da subjetividade também a intersubjetividade, embora recorte o nível das relações afetivas, sendo que ambas se situam no espaço do comunitário.).

Pois bem, sabemos que desde os anos 60, nos círculos estudantis, levantou-se a questão da politização (democratizante) do cotidiano, sentido como alienado. H. Marcuse primeiro e M. Foucault em seguida ofereceram análises críticas apreciáveis nesse campo, mostrando especialmente isto: enquanto a cidadania burguesa crescia a subjetividade definhava, disciplinada por toda uma rede de dominações sutis.

Nota-se, efetivamente, hoje uma difusa vontade de quotidianizar a política, vontade que se materializa numa onda expressiva de experimentalismo de tipo participativo-libertador. Entende-se que a política diz respeito a tudo, inclusive à vida privada e interpessoal. Percebe-se que os comportamentos pessoais também possuem uma relevância política. Assim, a política vale não só no nível macro, mas também no micro, como se exprimem os pós-modernos. Valem aqui as micro-racionalidades, as iniciativas locais, as experiências transversais, os ensaios alternativos, enfim, uma política “ao alcance da mão” e carregada de apelo imaginativo.

Nessa linha não se admite mais um comportamento democrático reduzido ao campo político e mesmo à esfera social: reivindica-se democracia em todas as esferas, incluindo nesse caso as que implicam em relações interpessoais: a família, a associação, a escola, o trabalho, etc. De modo todo particular. Cresce atualmente a rejeição ao poder patriarcal em nível da família e nas relações de gênero em geral. As mulheres aqui exercem um papel protagônico de renovar a política, puxando-a para o chão da vida concreta.

Mas é preciso se perguntar, em todo esse item, se é ainda adequado se falar aqui em política “subjetivizada” e “cotidianizada” só pelo fato de o poder se encontrar também aí? Não se estenderia aí de modo indevido e talvez abusivo a noção de “política” até penetrar no íntimo das pessoas e em suas relações pessoais? Não se trataria antes de confrontar a política como tal, em suas acepção rigorosa de cuidado da “polis” como um todo, com os desafios das outras esferas, agora a da subjetividade e a do cotidiano, reconhecendo a estas esferas específicas seu caráter de “reserva” (no duplo sentido do termo)? A bem da rigorização teórica, não seria melhor falar em articulação da política com essas instâncias, em vez de em “politização” propriamente dita?

8. Valorização do poder local. Sem dúvida, ganha de mais a mais

importância à política municipal, que é para o cidadão comum a expressão mais imediata da "polis", a micro-unidade ou a célula política da nação. Essa valorização corresponde à tendência atual a descentralização, provocada pelo descrédito nas macro-estruturas e em seu compulsivo centralismo.

A política local está mais ao alcance da mão da maioria dos cidadãos e pode envolvê-los com mais facilidade. Além disso, o poder local, quando exercido com qualidade, torna-se modelo para círculos mais amplos. Possui assim um poder de irradiação sobre a sociedade envolvente, precisamente por seu efeito de demonstração. Que se pense, por exemplo, na performance social de prefeituras como Diadema, Icapuí (CE), Porto Alegre, Santos, Quixadá (PE), etc.

Mas toda a questão aqui é articular esse poder com o poder central. Pois se o poder local de um lado depende do poder central, por outro, incide sobre está e último.

II. MUDANÇAS ATUAIS NO CAMPO DA FÉ

Trata-se naturalmente aqui, não da fé dogmática, mas da fé histórica, enquanto vivida por homens e mulheres de uma determinada época e de uma certa sociedade. Aqui também é preciso ser realista e reconhecer ou "perscrutar os sinais dos tempos", mas suficientemente crítico para discerni-los ou "interpretá-los à luz do Evangelho" (GS 4; cf. 11).

Antes de tudo, cumpre reconhecer os avanços, possivelmente irreversíveis, da Igreja como um todo em termos de sua responsabilidade política. Entre esses podemos contar:

1. A política deixou de ser um tabu na Igreja e é uma posição serena, pregada e exigida por seus pastores em geral.

2. Cresceu a participação dos cristãos no campo político, seja das comunidades eclesiais em geral (em termos de sensibilidade política), seja dos militantes em particular (em termos de política partidária).

3. A Teologia da Libertação emergiu na igreja como uma teologia que veio para ficar. Purificada por crises e ampliada em sua agenda, ela prossegue em sua tarefa de animar a presença dos cristãos na vida

pública.

Perguntemos agora qual é a nova situação da fé em nossa sociedade nesta e momento?

Eis aqui alguns traços que podemos ressaltar:

1. Fé-opção livre. A fé cristã se torna cada vez menos institucional e cada vez mais livre, "pessoal e operosa" (GS 7,3). Quer dizer: é hoje mais questão de escolha do que de tradição. A "reserva simbólica" que a cultura católica garantia está se esgotando, exigindo agora uma reapropriação pessoal renovada e contínua dos conteúdos da fé.

Isso faz com que já não se pode mais simplesmente pressupor a fé na comunidade, exigindo apenas que está a tire da fé suas "implicações políticas". É preciso de mais a mais trabalhar para garantir as bases da fé, permanentemente desafiada pela cultura secularizante e pluralista. Isso é condição sine qua non que permite auferir do fundo simbólico da fé suas conseqüências políticas.

2. Fé-sentido. No contexto de nossa cultura em crise, na qual se procura sofregamente um sentido à vida, a fé aparece especialmente como resposta a essa busca.

Com ela não se visa apenas a eficácia ou a força na transformação da sociedade, mas também e antes de mais nada a luz para dar um sentido à vida. A grande questão para a fé na atual conjuntura não parece ser tanto a sua "relevância histórica" quanto a sua "significação metafísica" ou "existencial". Ela não é mais chamada apenas a lutar contra um mundo injusto, mas também e sobretudo a se opor a um mundo absurdo.

3. Fé-experiência. Além da fé-práxis dos últimos anos, busca-se hoje a fé-experiência. Portanto, se a fé era uma questão mais objetiva, hoje parece ser mais subjetiva. E isso corresponde em parte à "subjetivização" dos processos culturais que sofre a sociedade no momento atual. A subjetividade dita "pós-moderna" é a subjetividade do desejo e da experiência, diferentemente da moderna que era a da ra-

zão.

Acresce que o liberalismo, atualmente reinante, tende a subjetivizar a questão religiosa na forma de sua "privatização". Isso contribui a ampliar o pluralismo e o relativismo das crenças. O que, contudo não impede, ao contrário, provoca, como por reação, o surgimento do fundamentalismo religioso (de que se vêem expressões significativas no Islã de hoje).

O discernimento teológico a se fazer aqui a respeito da fé-experiência é se tal experiência é fuga da práxis ou se é abertura a ela.

4. Fé multipolar. Sem dúvida, verifica-se hoje um abrandamento da politização da fé. O pólo "política" da fé "polariza" menos hoje que no passado recente. E isso, em primeiro lugar, no sentido qualitativo: polariza com menor intensidade, devido ao pluralismo existente, inclusive no seio da igreja católica. E em segundo lugar também no sentido quantitativo: a política vai se tornando "carisma" próprio de segmentos especializados dentro da igreja (as Pastorais sociais em geral) e de pessoas que se sentem chamadas para isso: os militantes.

O mesmo se deve dizer da Teologia da Libertação, que hoje apresenta um "perfil baixo". De resto, o conceito de libertação "integral" já não continha em germe esse desenvolvimento?

Aqui se devem mencionar os "movimentos" e a força que representam. Pois é inegável que os diferentes "movimentos" estão ocupando um espaço crescente na igreja. São integrados maiormente por setores médios e têm uma posição política reformista, quando não simplesmente espiritualista, para não dizer alienada.

A pergunta crítica a se fazer frente a multipolarização da fé é se isso gera apenas um enfraquecimento do empenho social ou se não representa um fenômeno de alargamento da consciência e por isso mesmo da ação, no sentido de abri-la, enriquecê-la, não sem antes purificá-la.

5. Reforço conjuntural do autoritarismo eclesiástico. É Ainda que a Igreja institucional seja socialmente interventiva (cf. o Papa), não deixa de ser autoritária, seja para fora como (principalmente) para dentro.

Ora, isso faz com que o clero ocupe o proscênio, inclusive frente aos problemas sociais, ficando os leigos na sombra.

Dentro da Igreja então, sua secular “minoridade” se acha reforçada, comprometendo sua comunhão visível com a Igreja e conseqüentemente a qualidade cristã de sua atividade política.

III. A RELAÇÃO FÉ - POLÍTICA: COLOCAÇÃO DE BASE

Retomemos sinteticamente a relação fé e política em sua dialética mais geral.– Tais colocações têm um caráter fundamental e mesmo elementar. Seu desconhecimento (mais extenso do que parece) cria inúmeros impasses teóricos e práticos. Mas sem um consenso de fundo, como avançar? Recordemos, pois, a relação geral entre fé e política.

Colocações equivocadas

Para “limpar a área”, deixemos de lado as duas relações claramente equivocadas: a primeira, que vê uma oposição entre fé e política (modelo da alienação: Marx); e a segunda, que vê uma simples justaposição (modelo do divórcio: GS 43,1).

Não menos errada é uma terceira posição: a redução ou absorção de uma dimensão na outra: o politicismo, que anula a fé, ou o espiritualismo integrista, que destrói a política.

Equivocado por fim é uma quarta posição, representada pelo modelo da funcionalização, onde a fé existe utilitaristicamente para a política. Não mais a articulação “fé e política”, mas simplesmente o achatamento “fé política”. E contudo, a fé vive de sua verdade teológica (transcendente) e não de sua utilidade política, revolucionária que se queira.

Modelo geral e abstrato

O modelo corrente vê a relação fé e política em termos dialéticos, ou seja, em termos de uma “interpelação recíproca”. E aí se articulam os dois termos como duas grandezas autônomas, cada uma com sua autonomia, porém abertas uma à outra. É o modelo da “autonomia relativa”.

Para articulá-los é de grande valia (teórica, além de didática) a aplicação do “modelo de Calcedônia” para a relação entre a humanidade e a divindade em Jesus. Eis como pode se formulado: “união sem confusão; distinção sem separação”. E aí nos são dados de imediato, em forma sintética, os vícios da relação: integrismo religioso e totalitarismo político, do lado da “confusão”; e espiritualismo alienante e politicismo materialista, do lado da “separação”.

Tal relação encontra uma excelente analogia no casamento. Como entre mulher e marido, trata-se de uma relação dinâmica, móvel, tensa, a ser continuamente retomada e recolocada. Analogamente ao entendimento entre um casal, a síntese entre fé e política é sempre difícil. Nunca é plena; quando muito é razoável, satisfatória. Periga sempre se resolver seja do lado da ruptura dos pólos (divórcio), seja do lado da absorção de um pólo pelo outro (submissão ou dominação). Mas as duas são soluções de facilidade e soluções que não resolvem o problema mas tão-somente o eliminam.

Difícil é viver a dinâmica instável e fecunda da relação, armando-se de paciência e coragem ao mesmo tempo. Mas tal é o preço da fecundidade de ambas as práticas, seja da política como da fé. De resto, o cristianismo é uma fé desafiadora, que pede espírito de envergadura.

Contudo, o modelo acima referido só vale como hipótese inicial, geral e simples. Veremos que a relação fé e política é mais complexa. Varia dependendo do nível em que se situa. Isso leva à necessidade de se introduzirem ajustes para retificar e enriquecer o esquema acima.

Aplicação do modelo acima

Como o modelo descrito se aplica concretamente à relação fé política em seus diferentes níveis. Desses vemos três principais: o institucional, o prático e o existencial.

1. Nível institucional. Nesse ponto vemos a fé e a política se expressarem socialmente como instituições particulares, com suas práticas específicas. Assim, a fé e a política se apresentam como duas esferas distintas, uma ao lado da outra. Constituem então respectivamente a esfera religiosa ou eclesial e a esfera política (partidária ou estatal).

"Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mc 12,17). Nesse nível sim, entre grandezas que se confrontam face à face, é se coloca em princípio a dialética do diálogo, do encontro e da colaboração recíproca.

Aqui se aplica de modo particularmente claro a dialética da "união inconfusa"/"distinção indivisa". E é justamente nestes termos que os textos do Vaticano colocam a relação Igreja - Estado. Falam em "autonomia" e "cooperação" (GS 76,3); em "distinção" e "entrosamento" (AA 5) e na dupla pertença do cristão respectivamente ao Povo de Deus e à sociedade civil (Adg 21,2).

2. Nível das práticas. Estas têm por suporte um mesmo sujeito (no caso, o militante cristão). Por isso, mais que falar em campos autônomos, dever-se-ia falar em campos entrelaçados. Aqui as duas esferas parcialmente se recobrem. Com efeito, a prática da fé e a prática política se realizam no mesmo sujeito e nele se dão como um abraço estreito. Há uma comunhão pericorética profunda entre uma e outra. Eis, pois, aí um novo ajuste que se há de introduzir nessa relação.

Na verdade, há de se reconhecer que toda política tem uma espécie de fé imanente, assim como toda fé possui uma dimensão política interna a si mesma.

3. Nível existencial. Aqui a relação fé e política não é a rigor entre duas grandezas lado a lado. De fato, a fé é a grandeza maior que assume em si a política como uma sua dimensão interna e constitutiva - uma entre outras, como a afetiva, a interpessoal, a estética, etc. A fé é o horizonte maior de tudo, como âmbito omni-englobante, como exigência totalizante. A fé é uma inspiração global que envolve toda a política, ao mesmo tempo em que a supera. Aqui já uma esfera engloba a outra e lhe dá sentido e orientação.

Dialética específica fé-política

Situando-nos do ponto de vista teológico, que é o do militante cristão em sua vivência, devemos dizer claramente (e isso nem sempre é advertido) que estamos aqui frente a uma dialética específica e não simplesmente geral e homogênea. Sua especificidade pode-se expressar nas seguintes proposições:

1) A fé determina a política (dialética com determinante). Não a determina em sentido “despótico”, violando o seu estatuto criacional próprio, mas em sentido “político” (ou democrático), isto é, respeitando sua autonomia e ao mesmo tempo subsumindo-a em si como ao todo maior. Por outras palavras, a fé tem a primazia sobre a política. Ela “sobreordena” a política a objetivos mais elevados.

A analogia aqui é como na relação fé e razão humana, onde o primeiro termo tem a primazia incontestável e, se bem que no respeito à autonomia do segundo termo - a razão.

Na relação fé - política, o primeiro termo constitui a base, o tom dominante. Nas palavras de Bonhöffer, teólogo político: “Ressoe bem distintamente o cantus firmus. Só então o som é pleno e perfeito e o contraponto é sempre sustentado. Nem desliza, nem destaca e, no entanto permanece o que é, formando um todo.”

Ao “politique d’abord” do jurista Charles Maurras (+1952), Jacques Maritain opõe o “primado do espiritual”. E com toda a razão. De resto, os antigos já o haviam percebido. Aristóteles, por exemplo, afirma que seria absurdo que “a política comande aos deuses”. Na hierarquia das práticas, que o cristão pode perfeitamente subscrever, Aristóteles coloca em primeiro lugar a Sabedoria (atividade contemplativa ou meditante), depois vem a Ética, em seguida a Política e enfim a Técnica. Fica claro que a Política está subordinada à Ética e, mais a jusante ainda, à sabedoria da Fé.

Portanto, é legítimo sim ler o Evangelho a partir da política, mas a condição de que se leia também e mais ainda a política a partir do Evangelho. Tal é a dialética como determinante.

Por isso também afirma o Vaticano II que “a missão própria da Igreja não é de ordem política..., mas religiosa.” Mas acrescenta: “Dessa mesma missão decorrem benefícios luzes e forças” de caráter político (GS 42). Portanto, se a política não é a essência da fé cristã, ela é sem dúvida uma sua decorrência certa, uma exigência lógica.

Mas existem certos puristas, especialmente no mundo protestante, que colocam a fé em tal altura que julgam rebaixá-la se a vêem articulada com a política. Conhecida é a afirmação de Nelson Rodrigues

segundo a qual, frente à eternidade, a política é um “vil detalhe”. Mas nesse caso temos ainda aí a fé do cristianismo, o qual fala segundo a lógica da encarnação, da redenção, da ressurreição e, concretamente, do amor libertador?

2) A via que vai da fé para a política se dá em linha de continuidade. Explicando: a política como exigência ética decorre da fé de maneira absolutamente necessária. Por conseguinte, o cristão é obrigado a se envolver de uma forma ou de outra com a política. Sem isso, sua fé ficaria “mutilada” (DP 558). Isso porque a política é em realidade dimensão “integrante” da fé cristã (DP 355, 1254, 1283). “A ação pela justiça e a participação pela transformação do mundo nos aparecem plenamente como razão constitutiva da missão da Igreja”. Isso porque “a obra redentora de Cristo inclui também a instauração da ordem temporal” (Vat. II, Decreto sobre os leigos: AA 7).

Assim, a dimensão política como tal (não como essa ou aquela política) promana diretamente da fé, sem rupturas. A política, como busca do bem comum ou da libertação do povo, “provém do mais íntimo da fé cristã: o domínio de Cristo que se estende a toda a vida” (DP 516). Nesse sentido geral vale dizer “político porque cristão”.

Na verdade, é “no centro da mensagem” cristã que os cristãos encontram “inspiração para atuar em favor da fraternidade e da justiça, da paz, contra toda as dominações...” (DP 552, citando João Paulo II, Discurso Inaugural de Puebla, III).

Desse modo, a política aparece como um desdobramento da fé. Nesse sentido, entendida sem reducionismos, existe uma fé política, como existe uma fé teológica, uma fé artística ou uma fé ética.

3. Outra é a questão de qual política determinada decorre da fé. Claro, aqui entram as mediações analíticas e práticas entre a fé e a política, enquanto tal política.

Assim, a posição política em suas determinações concretas não decorre diretamente e espontaneamente da fé (“petista porque cristão”). Pois o Evangelho não dita ordens políticas, mas oferece apenas (e é muito) inspirações para a política. Afirmava Bonhffer que o Evangelho

não era a solução técnica dos problemas temporais, mas sim a palavra de sentido desses problemas.– Mas nisso não precisamos nos deter mais.

4) Por sua vez, a via inversa, a que vai da política para a fé, essa sim sofre solução de continuidade. A fé não é necessária de maneira absoluta para a política. Porque é essencialmente algo de gratuito. Essa relação (política - fé) é exigida apenas moralmente, mas não de modo necessário ou constrangedor.

O que não significa, contudo, que se possa simplesmente fazer pouco caso da fé na política. Pois se a política possui sua legitimidade própria, tal legitimidade não é absoluta e definitiva. Sua legitimação última lhe vem do Transcendente. E não pode ser diferente: só o Absoluto confere absolutidade.

E disso o cristão há de ser um testemunho no espaço particular do mundo político. Pois se no abstrato há certa legitimidade em fazer política sem fé, para um cristão em particular isso é um erro palmar. Ele há de viver a política vinculando-a o mais profundamente possível às fontes de sua fé.

Por outro lado, a existência de um desnível entre a política e a fé mostra não a auto-suficiência antropológica da política, mas antes que ela está longe de realizar a vocação derradeira, o desatino decisivo do ser humano a que quer servir: a comunhão com Deus. Ora, para tal fim é preciso muito mais que política: é preciso para isso “passar a um outro nível” - o da graça.

Isso tudo mostra que o caminho de descida (da fé para a política) não é o mesmo que o da subida (da política para a fé). De resto, a experiência mostra que quando se evangeliza, chega-se facilmente ao trabalho de libertação; mas não o contrário: quando se faz libertação não é tão simples passar à evangelização.

Por sua parte, deve-se observar que a política como tal não deixa de mostrar uma misteriosa abertura a um investimento de sentido e fé, ainda que não o postule de modo necessitante. Quer dizer: pode sempre haver - e há - boa política fora da fé, mas certamente uma política plena solicita (não mais) um “surplus”, ou melhor, uma plenitude de sen-

tido que ela não pode se dar, mas só pode lhe vir de alhures, ou seja, da dimensão religiosa da vida. Poderíamos afirmar: a fé é a plenitude da política.

Por isso, Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi* (1975) adverte que, “toda a libertação política... na medida em que está destituída de uma dimensão verdadeiramente espiritual e da sua finalidade última (Deus)... encerra em si mesma o gérmen da sua própria negação e desvia-se do ideal que se propõe... (EN 35).

Falando em particular da política democrática, Maritain via nesse campo uma necessidade especial do fermento sobrenatural. Parte do fato de que “a parte do instinto e das forças irracionais ainda é maior na existência coletiva do que na individual” e de que, em consequência, põe-se a necessidade do uso da força em política, em “seu papel subsidiário de proteção contra as voltas do instinto de dominação, de exploração ou de egoísmo anárquico”. Daí que, “mais do que nunca, e tendo em mente diminuir tanto quanto possível e pouco a pouco eliminar essas funções subsidiárias da força, tem a democracia necessidade do fermento evangélico para se realizar e para subsistir”.

5) Outra, finalmente, é a questão da relação da política institucional (Partido e Estado) com a religião institucional (Religiões e Igrejas).

Digamos em primeiro lugar que se a religião é uma dimensão constitutiva do humano, ou seja, se é um dado antropológico (natural), então não é pensável uma sociedade realmente humana que dispense essa dimensão. Jean Daniélou insistiu muito nesse ponto, falando da “função social da adoração” e referindo-se à oração como “problema político”. E H. de Lubac afirma que “os homens podem sim construir a terra sem Deus, mas ser contra o homem”.

Mas a esse nível, que é o da sociedade, o papel da política, enquanto Partido e Estado, é, antes de tudo, o de se manter em posição de estrita neutralidade ou laicidade frente às diferentes opções religiosas em presença; e, em seguida, o papel de garantir a liberdade de consciência e religião dos cidadãos, assim como o pluralismo que aí vem implicado.

Algumas conseqüências

Estas colocações gerais têm incidências práticas muito concretas. Eis as fundamentais:

1) Sem dúvida, a fé pede por política, mas não se reduz a ela: vai além. A fé é irreduzível à política. Por isso, a fé há de se manter e viver dentro certamente da mediação política, mas também fora. A cultura laica chegou a reconhecê-lo, como nesta declaração inédita do antigo Partido Comunista Italiano: "A experiência religiosa... também quando não investe explicitamente a esfera política, pode ser fonte de elevados valores éticos, pessoais e interpessoais. Nesse sentido, ainda quando apresenta conexões com a dimensão política, a experiência religiosa não se esgota nela e não se reconduz a ela".

A fé tem, pois, um pé na política, mas outro em "outra dimensão" - a transcendência. Ela possui frente à política uma inarredável dimensão de gratuidade. Ao lado da "fé útil", temos a "fé preciosa". Mas preciosa ou útil, a fé é sempre "boa companhia".

Aqui se abrem as perspectivas da contemplação, do louvor e da adoração. Pretender tirar dividendos políticos de toda e qualquer manifestação de fé é medir a fé com o reduzido metro da política. Isso é "teologia de sapo": para está e, no fundo do poço, o céu é do tamanho da boca do poço.

2) Certo, a política tem regras próprias, mas está sempre aberta à fé. Ela só encontra sua completude numa visão maior que ela: numa visão do homem e do mundo, onde a questão de Deus é necessariamente colocada, e finalmente dentro do Plano de Deus, objeto de revelação e graça.

Portanto, uma política que não se inspira em algo maior que ela mesma vira politicagem. "Atrás de cada ação humana há uma teologia. (...) Uma política que não conserve em si, ainda que em forma extremamente irreflexa, uma teologia, permanece em última análise, por mais hábil que seja, negociata".

O exemplo de Jesus

Poderíamos aduzir aqui toda a visão bíblica da política. Façamos apenas alusão ao exemplo de Cristo.

Para Jesus, César não pertencia às realidades escatológicas, isto é, as que contam decisiva e definitivamente. Era uma “realidade penúltima”, não última, na linguagem de Bonhffer. Falou-se da “indiferença” de Jesus face à política, de seu “apolitismo”. Mas é uma linguagem imprópria. O certo é que a posição de Jesus era de profunda “relativização” da política frente ao absoluto do Reino divino.

Sabemos, por outro lado, que ele foi envolvido nas tramas do poder até o sangue. Este fato está registrado nada menos que em dois lugares essenciais da fé cristã: no Credo, onde se confessa: “padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos”); e no símbolo maior da fé - a cruz, no topo da qual lê-se sua causa mortis de Cristo - morte típica dos rebeldes políticos: “Jesus Nazareno, Rei dos Judeus”.

Contudo, o envolvimento político de Jesus vem de mais longe que a política. Provém de sua missão profética: a pregação do Reino como libertação absoluta. Jesus foi político não por essência, mas por decorrência, como o é e deve ser a Igreja. Foi dentro do horizonte soteriológico, a partir de sua radical experiência mística - a do Pai como Deus dos perdidos - que Cristo se enfrentou com os poderes deste mundo e sucumbiu. Portanto, ele não foi simplesmente um “revolucionário por irritação, por acidente e contra a sua vontade”, como queria Renan, segundo Proudhon.

Notemos, porém, - e esta é uma lição permanente - que a dimensão transcendente de Jesus não esvaziou a dimensão imanente. Antes a suscitou e a animou. Se por um lado a relativizou, por outro a radicalizou:

a) a relativizou, no sentido de ter colocado a política sob a inspiração e o juízo da vontade de Deus e de seu Reino;

b) a radicalizou, no sentido de que deste modo a política chegou até o fim de suas possibilidades, que representa a entrega da própria vida.

Digamos ainda que entre estas duas funções há uma dialética: a

superação da política, isto é, sua relativização se dá por dentro, através de sua radicalização.

Certo, Jesus, como homem particular, viveu o seu destino histórico. Não foi um político profissional como Judas o Galileu, fundador do zelotismo. Mas seu exemplo, longe de ser cópia, permanece a grande inspiração de todo cristão, seja do pastor, como do militante.

Fé e Política: questão teológica

A dialética fé - política é caracterizadamente teológica. Impossível articulá-la corretamente sem uma visão ampla de fé e de igreja.

Essa visão deve ser holística, integral: o que está em jogo é o Plano de Deus, que inclui necessariamente a política e ao mesmo tempo a ultrapassa. Diz o Vaticano II no decreto sobre o apostolado dos leigos: "A obra redentora de Cristo, que consiste essencialmente na salvação dos homens, inclui também a instauração da ordem temporal" (AA 5). E ainda: "É plano de Deus acerca do mundo que os homens, em espírito de concórdia, construam a ordem temporal e sem cessar a aperfeiçoem" (AA 7).

Devemos dizer, contudo, que já dentro de uma sadia visão filosófico-antropológica, a política aparece como uma dimensão a ser transcendida como que horizontalmente. De fato, o "humano" é maior que o "político". Homo quam respublica senior (o homem é mais velho que a república, é anterior a ela) - diz a tradição clássica, que a Igreja cristã herdou. Por isso, para além (ou para aquém) da política colocam-se as dimensões da beleza, da verdade e do bem.

Certo, nenhuma destas realidades é totalmente apolítica, enquanto a política é uma dimensão diagonal que as atravessa a todas, a título de virtude "arquitetônica" (Aristóteles). "Tudo é política. E contudo, a política não é tudo" (E. Mounier). Pois cada uma delas possui sua dinâmica irreduzível, que deve ser vista e vivida como tal.

Já a "transcendência vertical" da política é realizada pela graça, enquanto realidade divina (que salva a humana) e grandeza escatológica (que consuma a histórica). S. Tomás de Aquino exprimiu a transcendência da política em virtude da fé assim: "O ser humano não

se ordena à comunidade política segundo tudo o que é e possui... Mas tudo o que o homem é, pode e possui, deve ser ordenado para Deus."E Aliás, para a grande tradição clássica, recolhida pelo mesmo S. Tomás, a política estava a serviço destes fins, assim hierarquizados: a boa ordem ou a paz social, a prática das virtudes e finalmente o exercício da contemplação.

IV. NOVOS TEMAS NA AGENDA DO MILITANTE CRISTÃO

Existem alguns desenvolvimentos novos, reflexões emergentes que devem ser hoje levadas em conta quando refletimos o compromisso político dos cristãos. São questões meta-partidárias, mas que ajudam a situar a atividade partidária dentro de uma problemática maior. Ora, essas novas questões convidam a declinar a relação fé - política segundo novas modalidades.

Vejamos alguns desses novos temas:

1. A cultura da solidariedade. Existe todo um trabalho, fundamentalmente educativo, a se realizar para manter viva a socialidade, ou seja, o "amor social", o interesse pela comunidade e, mais largamente, o cuidado pela república.

É que com a onda crescente do neoliberalismo, o individualismo foi relançado com força, ameaçando destruir o próprio tecido social e estabelecer o caos social, a anomia, matriz da violência e toda sorte de degradação humana.

Ora, sem uma atmosfera de intensa solidariedade social, sem o caldo de cultura que representa a "afeição social" (a filia aristotélica), o que se pode construir de vivo e de consistente numa sociedade, quer se pensa na política, na economia ou mesmo na religião? Certamente não basta cultura; esta precisa de mediações econômicas e políticas. Mas é também verdade que sem cultura nada é possível; com ela tudo é possível.

De resto, nem mesmo o capitalismo pode viver sem uma certa atmosfera de solidariedades sociais, como viram os neoconservadores americanos. O mesmo afirmou o historiador Hobsbawm, segundo o qual "o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista".

E isso é mais verdade ainda no campo especificamente político. O que se pode pedir de um povo desagregado, sem auto-estima, vivendo, para sobreviver, na “guerra de todos contra todos”, sem identidade nem sonhos, além da imediatidade do presente?

Mas sabemos que para nutrir uma verdadeira “socialidade” é preciso um esforço diuturno, paciente e que aposta nos “tempos longos”. Mais que uma questão política, é esta uma questão cultural, mais especificamente de educação. Mas nesta a política tem tudo a ver em termos de uma política cultural e educacional.

Portanto, a prática política hoje há de estar atenta à questão cultural como proposta de novos valores (especialmente os da solidariedade) e criação de hábitos correspondentes.

Nem se deve crer que, para criar uma nova cultura da solidariedade, tudo depende do engajamento político explícito. Essa cultura nasce e cresce também e sobretudo por via da germinação discreta de novas relações, “sem o homem saber como” (Mc 4,27). Trata-se de um trabalho pedagógico de impregnação vital do tecido social, da fermentação no cotidiano da vida social.

A fé deve buscar a eficácia, sim, mas não pode esquecer que, quando vivida intensamente, ela é, por si mesma, sempre fecunda. E. Mounier sublinhou com força que o cristianismo agiu na história através destes dois processos: ação planejada (engajamento) mas também a ação espontânea (desapego ou gratuidade).

A prova é que onde existe um trabalho pastoral ou social que desperte para a união, que crie uma mentalidade de fraternidade, que secrete uma atmosfera de solidariedade, por mais geral que seja, aí nascem organizações populares, inclusive partidos de base. O caso das CEBs: onde há CEBs aí facilmente surgem sindicatos, associações de bairro e formações partidárias de corte popular.

2. Testemunho individual e seu alcance político. Longe de opor vida privada e vida pública, há que ver sua relação mútua, ainda que sem confundir funcionalmente essas duas esferas. A sociedade é sempre composta de indivíduos, e os indivíduos são sempre “indivíduos sociais”. Por isso, o comportamento individual de um cidadão, particular-

mente de um político, possui sempre uma irradiação social e política. O cotidiano também tem sua relevância política, ainda que indireta.

A sociedade se beneficia como um todo quando existem indivíduos que se sobrepõem aos demais através de seu testemunho de vida. Que é o Brasil sem Oscar Niemeyer na arquitetura, Tom Jobim na música, Pelé no futebol, Villa Lobos na música e assim por diante? Mas não se trata de personalidades conhecidas, os "indivíduos históricos", de que fala Hegel. Trata-se antes de uma galeria de individualidades que só Deus e o povo das bases sabe.

Ora, tais indivíduos são como postes, que mantêm altos os fios dos grandes valores sociais (no caso em questão, a solidariedade), enquanto esses fios tendem a cair quando alcançam o nível do "comum da gente". O tônus político de um povo, sua atmosfera cultural global, deve muito a esses homens e mulheres, a maioria dos quais anônimos, contudo detentores de alta estatura humana.

Quanto ao militante político como tal, sem dúvida, a atividade política exige necessariamente ação coletiva, força organizada em partidos e programas. Contudo, o indivíduo nunca pode ficar apagado. A teoria de Weber já colocava em relevo o "carisma". Hoje em dia, em que - como vimos - verifica-se em toda a parte a tendência à "personalização" e à "espetacularização" da política, é preciso estar mais atento ao desempenho individual do agente político. Para um militante cristão, a "personalização" da política põe à prova sua verdadeira estrutura ética, religiosa e humana em geral. Do sábio Bias de Priene se reporta esta sentença: "O poder prova o homem de valor".

E de vez que a política, hoje mais do que nunca, não vai sem imagem, como componente essencial do poder, coloca-se para o militante cristão uma dupla questão: a da democratização da mídia como condição para uma verdadeira democracia; e a da busca de uma legítima imagem pública para o adequado exercício do cargo.

Mas nessa última questão haver que distinguir claramente uma imagem, artificialmente "produzida", e uma imagem que é irradiação do próprio testemunho e prática. Ora, só esta para dar legitimidade a uma "imagem eletrônica" a título de lastro que lhe garante o valor. Ao lado de seu lado escondido ("Vós sois o sal da terra"), fé tem seu lado público:

"Vós sois a luz do mundo.(...) Assim, brilhe a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai que está nos céus" (Mt 5, 14.16).

Nesse campo também se há de colocar a questão da ética e sua importância política. Foi só nos últimos anos que emergiu com força essa exigência no mundo da política. Mas enganar-se-ia aquele que quisesse esperar efeitos imediatos da transparência ética. Os combates éticos não são facilmente vitoriosos nos primeiros rounds e muitas vezes nem nos segundos. Eles necessitam de tempo para frutificar: é o "terceiro dia" bíblico - o da vitória final para além de todas as derrotas.

Portanto, como não ver que o cultivo de si (da fé, da ética, da afetividade) não só não se opõe hoje à política, como podia parecer até ha pouco, mas é uma demanda da própria política? A "prática de si" é parte fontal e nuclear da "prática social". O sadio "amor próprio" (a se distinguir do egoísmo) aparece como condição do "amor social" e "político", embora mantenha sempre seu valor próprio, auto-finalizado.

3. A nova pedagogia dos excluídos. Essa é uma realidade de extrema relevância nas sociedades do 1/3 como as nossas, no Sul do Mundo, "sociedades-com-maioria-pobre". O alargamento do fosso entre ricos e pobres jogou na margem do sociedade franjas cada vez maiores de "excluídos". Hoje são massas, ditas às vezes "massas sobrantes".

Como pensar em democracia ao nível dessas massas, que, por outro lado, possuem um vínculo (embora formal) com o sistema político, através do voto, acessível até aos analfabetos? Certamente que os "excluídos" exigem um tipo específico de relação por parte dos políticos. Nesse ponto faz-se urgente hoje em dia resgatar o papel da "assistência social" como primeira etapa no caminho da recuperação social e política dos abandonados. Importa, sim, "fazer-para", mas sempre como condição de "fazer-com".

De resto uma verdadeira pedagogia do excluído, ainda por construir, há de ir além (ou ficar aquém) da conhecida "pedagogia da conscientização", ainda que esta permaneça sempre como o horizonte do toda pedagogia na medida em que busca despertar todo o excluído seu ser "sujeito". E é nisso que o militante libertador se distingue do manipulador das massas, seja ele de cunho autoritário ou populista.

Mas nada substitui o contacto vivo e orgânico com os excluídos. É preciso ir lá , onde eles vivem, lutam e morrem. Se a inclusão não começa pelo corpo, ela nunca vai tomar corpo.

4. Preferência pela negociação sobre o confronto. Nos meios de esquerda, até pouco tempo privilegiou-se a estratégia do conflito sobre a da colaboração. Agora ganham relevo as idéias de convivência, de diálogo, de busca das convergências.

Efetivamente, a experiência histórica das guerras e das lutas de classe levou a valorizar a diversidade e o pluralismo, de modo que o acento se deslocou do confronto para a negociação. Esta passa a ser a forma "normal" de tratar os conflitos. Só nos casos-limites passa-se ao confronto e à luta aberta.

Sem dúvida, a tendência geral hoje é por posições que se poderiam qualificar de soft. Mas é preciso reconhecer que os conflitos antagônicos não desapareceram, assim que a perspectiva do confronto, particularmente sob a forma da "luta de classes", infelizmente permanece. Essa perspectiva traça um limite à negociação, para além do qual esta se transforma em traição dos princípios éticos e das verdadeiras causas populares.

Assim também, os processos democráticos tendem a tomar a dianteira sobre os da luta de classe. Faz caminho a convicção de que a democracia não é apenas resultado das lutas sociais, mas deve constituir a essência de seu processo. Não é só valor-fim, mas também valor-meio. meta e método.

Se seu núcleo essencial está na idéia de "participação" (de baixo para cima), então a vida social é substancialmente práxis de participação. E nisso se constrói e se alarga a cidadania.

5. O processo de globalização. "Agir localmente e pensar globalmente" - tal é a consigna, de origem ecologista. Trata-se de unir o micro e macro, como mostra ali s a teoria da nova cosmologia, segundo a qual "tudo está unido a tudo". Devido à globalização, via comunicações, o que se passa num canto do mundo acaba repercutindo na totalidade do mundo. Assim, o que se passa numa prefeitura depende, por um lado, da situação do mundo (especialmente do mercado: preços,

empréstimos, inovações, etc.) e, por outro, repercute sobre esse mesmo mundo, se irradia sobre ele, dependendo da qualidade do que faz.

A exigência de globalização se encontra com o ideal de universalismo próprio da fé católica como tal. Contudo, a questão toda a ver que tipo de globalização se propõe: se simétrica ou assimétrica. Sabemos que atualmente ela está se processando hoje em nível sobretudo econômico e sob a direção das grandes transnacionais.

Mas é impossível dar maior densidade à democracia se não se submetem às forças econômicas ao controle popular. Isso vale em nível nacional e também mundial. Nesse nível, a grande questão é a “democracia internacional” e um “governo mundial”. Isso é condição para gerir e controlar a economia globalizada para fins do bem comum universal: as liberdades, os direitos humanos, o desenvolvimento dos povos e a paz.

Como fizemos alusão, essa pulsão vai ao encontro da pulsão profunda da fé cristã por uma cidadania cosmopolita, que Tertuliano exprimiu assim: “Só reconhecemos uma república para todos: o mundo.

6. A coragem da utopia. Frente ao atual bloqueamento do horizonte histórico, os cristãos mais que quaisquer outros hão de levantar a bandeira da utopia de uma sociedade alternativa. Mas para ser mobilizadora da efetividade histórica, a utopia precisa ser hiper-realista, no sentido de levar em conta os limites e igualmente as possibilidades do presente. O hiper-realismo histórico obriga também a medir-se com a realidade atual ora em termos de contraposição ora em termos de composição, podendo pois haver lutas sobrepostas (como por desenvolvimento tecnológico, eficácia técnica, liberdade democrática, empreendedorismo econômico, etc.).

Mas nada disso, contudo, dispensa a criatividade e a ousadia que toda utopia pede. Projetos históricos viáveis só ganham força social quando banhados numa atmosfera maior e mais rica que só as utopias podem fornecer. Portanto, a “luta de classes” (por nova sociedade, novo modo de produção) só funciona bem dentro da luta mais alta, que é a “luta de civilizações” (por vida nova, por novo estilo de relacionamento global).

A utopia pede:

1. uma nova sociedade, cujas bases mínimas sejam a satisfação das necessidades básicas e o respeito às liberdades fundamentais (ir e vir, opinião, expressão e organização). Essa é a “utopia mínima”. É factível. E essa é também a base comum para a criação de uma sociedade global, rica de sua variedade, pois os modos de expressão dessas necessidades e dessas liberdades básicas podem variar de povo para povo. Trata-se, portanto de algo mais radical que a dupla institucionalidade de Fukuyama: mercado e democracia;

2. uma nova estratégia política, que é a das lutas plurais por uma “democracia extensa” ou expandida, seja ao nível geográfico em termos de uma democracia não só nacional, mas também local, internacional e intergeracional (pois na atual precipitação histórica, não existe presente que não inclua o futuro); e em nível dos diferentes espaços sociais, em termos não só de democracia política (que necessita assim mesmo de ser ampliada e melhorada), mas também de democracia doméstica ou familiar (contra todo patriarcalismo), de democracia mediática, de democracia mundial e sobretudo de democracia econômica (através do controle pela sociedade civil organizada dos processos de consumo, de circulação e particularmente de produção);

3. uma nova subjetividade social, que seja solidária e pluridimensional: doméstica, política, econômica e universalista; e que se exprima em novos sujeitos sociais: nova família, novo partido, nova classe, nova nação e nova ordem internacional e certamente nova relação, mais comunal (democrática?), entre ser humano, natureza e cosmos;

4. uma nova racionalidade, que incorpore no pensamento científico o sentimento, a intuição, a paixão, o poder de atração (Ch. Fourier); a experiência estética (F. Schiller); e a sabedoria do povo (novo senso comum). Pois só essas forças podem despertar a vontade coletiva e criar uma nova equação interesse/capacidade.

Mas como estamos numa época de transição epocal ou paradigmática, não existe um projeto histórico alternativo ao neoliberalismo, uma nova proposta global ou paradigmática, que seja política e tecnicamente viável. O que existe sim, e nisso se há de

trabalhar, alternativas parciais (na base) e, como a alma secreta destas, a utopia de uma nova sociedade (como horizonte de referência). E é no esforço combinado desses dois níveis que há chance de uma alternativa global tomar corpo.

E nisso tudo a “utopia absoluta” do Reino de Deus não deixa de representar um fermento crítico e inspiracional de primeira ordem.

V. ALGUMAS CONCLUSÕES

1. É preciso articular a polaridade fé-política no interior de um campo multipolar, onde se incluam e se destaquem a afetividade e a cultura.

2. O pólo de fé hoje é de menos a menos garantido de entrada por força da tradição cultural. Por isso, ele deve ser sempre de novo conquistado a partir de uma opção pessoal renovada e aprofundado em virtude de um trabalho deliberado.

3. Importa reconhecer e valorizar a fé em sua grandeza autônoma através de uma atitude de gratuidade. E isso sem dano para a abertura da fé ao compromisso social, bem ao contrário.

4. Num momento de transição civilizacional que vivemos hoje, a política tende a assumir um viés fortemente pragmatista. Navega-se à vista. A atitude mental mais adequada para enfrentar tempos assim é: flexibilidade quanto às mediações e firmeza quanto aos princípios. O máximo possível de “pensamento fraco” e o mínimo necessário de “pensamento forte”.

5. Uma política de tipo pós-moderno, em chave positiva, consistiria em:

- persistir na abertura à res publica, às causas do povo, à libertação do “pobre”, mas agora cuidando para não se perder a si mesmo;
- sustentar o compromisso político, sim, mas evitando o sectarismo e toda pretensão messiânica;
- prosseguir na reflexão teórica, sim, mas sem deixar de lado as funções do sentimento, da intuição e da sabedoria popular;
- manter os grandes ideais, com todo o rigor, mas sem rigidez ou dogmatismo.

Ora, para tudo isso a fé cristã é e permanece uma fonte única, como luz segura para o caminho certo e como fermento poderoso de criação e vida. Para o militante cristão, o surgimento do novo no universo político tem esse preço: manter-se firmemente vinculado às fontes da fé e à Comunidade que as guarda.

QUAL A CONTRIBUIÇÃO DOS MILITANTES CRISTÃOS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA?

Leonardo Boff e Márcia Miranda

Nos últimos tempos tem crescido entre os cristãos a discussão acerca da relação entre fé e política, mais concretamente, entre comunidade cristã e política partidária.

Num primeiro momento, o esforço ia na direção de mostrar a dimensão política da fé e até de afirmar que a própria fé, vivida seriamente, é política.

Fruto dessa discussão é o livro coletivo, coordenado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, com o título: "Cristãos: como fazer política" (Vozes, Petrópolis 1987). O Objetivo principal das reflexões consistia na mobilização dos cristãos para a participação político partidária dentro de um projeto popular e liberatório que tivesse como sujeito primordial o próprio povo organizado. Tratava-se não mais da participação individual mas coletiva e organizada, dentro de um partido que viesse do povo e se preocupasse em implementar politicamente o projeto popular.

Os cristãos se lançaram na política partidária. Há centenas de cristãos militando politicamente e em distintos níveis de representatividade e responsabilidade. Agora, neste segundo momento, esses cristãos invertem o questionamento: a partir da política questionam a fé, a igreja, as celebrações e cobram a contribuição específica dos cristãos na política partidária; colocam demandas novas com referência à formação de quadros e à necessidade de acompanhamento e de articulação dos militantes cristãos.⁽⁵⁾

⁽⁵⁾ *Desejamos deixar claro que, ao falarmos "militantes cristão", consideramos militantes homens e mulheres. Esta simplificação visa apenas facilitar a redação sem, no entanto, ignorar nem desvalorizar a importância da contribuição das militantes cristãs.*

Para aprofundar, numa primeira abordagem, esta questão, reuniram-se ultimamente alguns militantes cristãos, seja na política partidária, seja na atuação social, a fim de, junto com teólogos(as), intercambiar experiências e reflexões e provocar um debate mais amplo com todos os que esposam as mesmas preocupações. O presente texto recolhe, de modo informal e fragmentário, algumas perspectivas do rico debate havido e as expõe como propostas para ulteriores desdobramentos.

I - A PARTIR DA MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA, DISSABORES FACE À IGREJA INSTITUCIONAL

Muitos militantes políticos vieram dos setores renovados e progressistas das Igrejas, particularmente daqueles marcados pela codificação da fé elaborada pela Teologia da Libertação que, por sua vez, reflete a prática pastoral libertadora, junto aos oprimidos. Uma vez assimilados pela militância político-partidária, começam a ver diferentemente a Igreja institucional (hierarquia da Igreja e práticas eclesiais). Em primeiro lugar, têm dificuldades em retornar às suas bases eclesiais (nestas predomina o consenso e o espírito de colaboração, enquanto no partido experimentam o reino do conflito e o de disputa pelo poder). Os políticos dificilmente conseguem aí expressar sua fé, pois vêem as comunidades como ingênuas e idealistas; as comunidades, por outro lado, tendem a desconfiar dos políticos, de seus interesses e de suas atitudes secularizadas. Com referência à Igreja institucional os militantes políticos sentem estranhamento; o ambiente eclesial é muitas vezes bofarente e parece indiferente ao contexto brasileiro de miséria, com atitudes ridículas de certos atores eclesiais, numa atmosfera de irrealdade e acentuada mediocridade. Persiste um processo de infantilização dos fiéis, não se sabendo valorizar as lideranças políticas e a competência de muitos leigos. Lula pode ser um líder nacional, mas no ambiente eclesial é visto apenas como leigo que, não raro, deve escutar as lições aborrecidas de um padre. Frei Betto se mostra um articulador de excepcional capacidade e interlocutor privilegiado com mundo socialista (Cuba, Polônia e URSS), mas a Hierarquia não lhe dá a mínima importância nem usa de seus bons serviços para melhorar a atuação da Igreja no seio da política brasileira ou a influência da Conferência dos Bispos no Congresso Constituinte. Há uma "ceenebebezação" de toda vida eclesial brasileira. Em grande parte a Igreja institucional não sabe se livrar do papel que as classes dominantes e o Estado burguês lhe confiaram que é o de ser uma força poderosa de consolidação da ordem vigente, uma

espécie de permanente partido anti-comunista, a defensora obrigatória da civilização ocidental cristã e a promotora da civilização do amor sem tocar nos conflitos de classes. Por outro, em termos político-eclesiásticos, nota-se uma dissidência dentro das próprias forças eclesásticas. Há muitos movimentos cristãos como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a PO (Pastoral Operária) e muitas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que buscam uma nova ordem, contra a ordem vigente (vista na perspectiva do povo conscientizado como ordem na desordem); procuram libertar a institucionalidade da Igreja do cativo capitalista e desatar as amarras da Palavra de Deus, subjugada a uma interpretação clerical, machista, espiritualista e burguesa, em favor de uma leitura popular e libertária que resgata a grande tradição velho testamentária, jesuânica e apostólica. É doloroso também constatar as contradições entre a prédica e a prática na Igreja: anuncia-se fraternidade e participação, mas as mulheres continuam eclesiasticamente invisíveis e os leigos marginalizados; a centralização nas decisões eclesásticas pouco ajuda à democratização e à gestação do homem e da mulher novos. Por isso, quando os políticos que são cristãos são chamados de "igrejeiros", geralmente quer-se atribuir a eles comportamentos direitistas. Na verdade, porém, eles provêm de um compromisso sério com os oprimidos dentro de uma pedagogia democrática e libertadora.

Apesar desses dissabores face à institucionalidade da Igreja, muitos militantes confessam que não vêem diminuída sua paixão por Deus e pelo povo. Na contradição, ela até cresce e se mostra a necessidade de uma mística na política.

Que fazer, então, eclesialmente, com esse problema suscitado pelos cristãos militantes na política partidária? Esse é um desafio a que os próprios militantes têm que responder, por eles mesmos, ajudando Igreja institucional a situar melhor sua missão no quadro social e partidário.

II - A IDENTIDADE DOS CRISTÃOS MILITANTES NO PARTIDO POLÍTICO

As dificuldades sucitadas acima levam muitos militantes cristãos a uma crise de fé. Lamentavelmente não existe na Igreja nenhum foro onde essa crise possa ser refletida e os militantes apoiados. Essa situação gera várias reações. Salientamos aqui algumas mais comuns:

muitos perdem a fé; a ideologia do partido preenche a necessidade de uma visão mais ou menos coerente da totalidade; resta muitas vezes a saudade dos tempos generosos da vivência religiosa. Outros relegam a fé à dimensão subjetiva e ao campo do privado. Podem ir ao culto mas não gostam quando são vistos aí. É a religião invisível, própria das sociedades pluralistas modernas que perderam a homogeneidade ideológica e cultural, como falam os sociólogos Peter Berger e T. Luckmann. Além disso, não é mais possível haver um denominador comum para todos os cristãos, pois eles militam em vários partidos distintos com projetos políticos diferentes. Em razão da fé, não é possível constituir uma única frente política comum.

1 - O grito de independência política dos militantes cristãos.

Nota-se um afastamento generalizado dos militantes de um projeto político libertário e transformador da sociedade, com referências às posições políticas da Hierarquia. Normalmente são pessoas de direita que fazem apelos à fé ou reivindicam a tradição cristã. Historicamente, a Igreja institucional tem estado mais ao lado dos regimes autoritários e dos contra-revolucionários do que apoiado movimentos libertários e participado nas revoluções. Não se pode negar que a Igreja institucional (inclusive em seu aspecto multinacional) passa uma imagem de si repressiva com respeito à moral sexual; ela não projetou uma utopia da família, da afetividade, do enfrentamento dos conflitos que fosse humanitária e esperançosa para as pessoas. Os homossexuais e os aitédicos se sentem maltratados pela Igreja. A posição oficial atinente à educação e ao aborto se caracteriza pela rigidez; e há um visceral anticomunismo histórico e muita desconfiança face ao socialismo que lhe faz esquecer a memória do comunismo primitivo dos Atos dos Apóstolos e da dimensão perigosa e subversiva da prática do Jesus histórico. Está para se criar ainda a imagem de Igreja ligada politicamente aos pobres e à sua causa de transformação social, com a estratégia e as táticas que se fazem necessárias.

Frente a isso tudo, militantes cristãos se perguntam: até que ponto fizemos nosso grito de independência **política** face à Igreja institucional? Até que ponto elaboramos nossa autonomia relativa de militantes cristãos na política partidária? Até que ponto; a partir de nossa experiência de fé, construímos nossa identidade de militantes e nosso projeto de atuação política?

Essas perguntas demandam uma reflexão mais fundamental sobre

a identidade cristã da militância político-partidária. Historicamente, a identidade cristã foi definida pela Hierarquia e pelos teólogos no âmbito do espaço institucional. Essa definição é limitada pelo lugar eclesial e social que os bispos e os teólogos ocupam; é o lugar de quem detém o poder religioso e tem sobre si a responsabilidade da condução das comunidades cristãs. Além disso, por serem todos homens, têm uma visão fortemente marcada pelas características da lógica masculina. Se assim é historicamente, não precisa ser teologicamente. O espaço dos cristãos não é só o oficial e o institucional. É maior. A fé e o evangelho não podem se exaurir numa única expressão, por mais oficial que seja. Jesus não é prisioneiro das malhas de nossa compreensão e de nossos planejamentos pastorais. Os cristãos e cristãs devem aprender a desentranhar do evangelho e da prática de Jesus perspectivas e inspirações novas. Por exemplo, a dimensão libertária e política subjacente à caminhada pessoal do Jesus histórico e sua inovadora atitude de reciprocidade face às mulheres. Se os militantes cristãos não o fizerem a partir de sua própria experiência de fé, ninguém o fará eles ou alguém o fará a partir de fora, sem muita pertinência e mordência.

Para encaminharmos esta questão, sugerimos o seguinte encaimento.

2 - Fé teológica e fé teologal

A identidade cristã está ligada à fé. Ma há duas maneiras de considerar a fé e, em decorrência, de se entender e viver a identidade cristã. Essa questão é fundamental e exige a máxima atenção; caso contrário, não sairemos das respostas convencionais que desembocam sempre na crise dos militantes.

Em primeiro lugar, podemos entender a fé no seu sentido **teológico**. Esta é a fé assim como se encontra expressa no Credo das Igrejas e na doutrina oficial, elaborada somente por homens, acolhida pela comunidade, coordenada pelos pastores (com outros nomes, conforme a confissão cristã). Aqui se trata da fé no seu sentido confessional. É a fé organizada num corpo de doutrinas (dogmas e teologias), num código de conduta moral cristã, numa forma de celebrar (liturgia) dentro de uma ordenação jurídica (direito canônico), a partir de uma ótica masculina. É a fé explícita, que possui a sua dicção regrada; por isso a chamamos de fé teológica. O militante cristão tem essa realidade de fé como referên-

cia de sua vida. Se lhe perguntarmos pela religião ou pela Igreja que adere, ele responderá: sou da Igreja luterana, católica, metodista etc. Sabe também dos níveis de adesão à Igreja, que têm distintos graus de intensidade. Se disser, por exemplo que não acredita em Jesus como Salvador do mundo, Filho de Deus, encarnado em nossa miséria, nem na presença viva dele na Eucaristia, sabe que já rompeu com sua confissão cristã. Sabe também que, pela doutrina romano-católica, o matrimônio é indissolúvel, mas sabe também que, se alguém se separou (desquitou ou divorciou) e entrou num segundo matrimônio, não está em conformidade com a doutrina oficial, mas nem por isso perdeu a fé ou destruiu seu laço com a confissão. Há aí um problema, mas não é a mesma coisa se tivesse negado a divindade de Jesus Cristo. Nessa fé teologicamente elaborada, com no caso romano-católico, há também uma doutrina social da Igreja; aí se tenta orientar a prática dos cristãos, no campo social e político; essa orientação, contudo, não desce às concreções político-partidárias; mantém-se num nível de grande generalidade, pois se dirige a todos cristãos que vivem dentro de vários tipos de sociedade, desde ditaduras militares de católicos como Augusto Pinochet até regimes socialistas onde estão cristãos socialistas e católicos como Daniel Ortega da Nicarágua. O ensino social das Igrejas pode ajudar os militantes no aspecto ético e como inspiração para os grandes ideais, mas os deixa desamparados com referência às atitudes concretas da política partidária. Acresce ainda que esta doutrina social foi elaborada pelo Magistério, de cima para baixo, dando sempre a visão da sociedade na ótica da instituição religiosa e machista, sem recolher a experiência das mulheres e dos militantes cristãos, homens e mulheres, nas políticas partidárias. Em razão disso, essas orientações sociais não preenchem as necessidades concretas dos militantes em ordem à atuação prática nos partidos.

Para identificarmos uma saída mais promissora para o problema em tela precisamos abordar a outra maneira de entender a fé. Além da fé teológica (confessional) existe a fé teologal (experiência pessoal de fé). Por essa fé teologal vemos toda a realidade pessoal, comunitária, social e cósmica perpassada pela presença divina e inserida dentro do projeto histórico de Deus. Não há espaço neutro e intocado pela graça de Deus. O projeto de Deus na criação se chama Reino quer dizer, a libertação de todo tipo de iniquidade e a plenificação de tudo e de todos na comunhão de Deus que é convivência, interpenetração e coexistência de três divinas e distintas pessoas, tão unidas entre si pela vida e pelo amor que são

um só Deus vivo. Jesus, filho eterno encarnado em nossa situação humana e desumana, significa a presença completa de Deus na história e já a primeira antecipação da utopia do Reino. Com o Espírito Santo e por sua Ressurreição, Cristo fermenta todos os dinamismos da criação e da sociedade rumo ao termo bom e feliz da criação. Ao lado do Reino e contra ele, existe também o anti-Reino, quer dizer, o projeto da liberdade humana que se nega à proposta de Deus e se instaura a si mesmo como sentido derradeiro; é o projeto da exclusão da relação egocêntrica seja a nível do pessoal ou do social. Onde quer que no mundo haja um gesto ou um processo que se ordene à produção da vida do oprimido ou à restauração do direito pisoteado, aí está emergindo um bem do Reino de Deus. Quando a vida dos outros é sacrificada em nome de uma ordem elitista, quando as relações sociais destilam marginalização e avassalamento das mulheres de classes minoritárias, aí imperam sinais do anti-Reino.

Um cristão vive a fé teologal quando consegue ver Deus fora dos espaços onde Deus é falado e venerado, e sempre que discernir a presença dos sinais do Reino na história. Muitas vezes pessoas e processos sociais não se referem a Deus ou até podemos opor-se ao que as religiões e confissões chamam de Deus e de fé. Mas por suas práticas se alimentam bem dentro da perspectiva do Reino. Em outras palavras, a fé teologal permite ver a presença divina para além da fé teológica, identifica a ação do espírito e do Ressuscitado para além dos quadros confessionais. As Igrejas são sacramentos, quer dizer, sinas conscientes espaços de tematização da presença universal de Deus na história. A missão primordial das Igrejas é ajudar os fiéis a descobrirem esta presença de Deus, a reforçá-la e a colocar-se a serviço da causa de Deus e suas comunidades nos processos históricos.

A fé teologal atende ao dado objetivo que independe de nossa vontade, ao fato da penetração de Deus em todas as coisas, para além das Igrejas e religiões ou do posicionamento humano fechado ao projeto de Deus. Quando essa fé teologal se torna consciente e se organiza em comunidade se chama fé teológica. A fé teológica deve continuamente se remeter à fé teologal: a consciência religiosa deve apontar para a realidade religiosa, caso contrário, se transforma em ideologia, em consciência falsa, como se Deus, Reino e sua graça vigorassem somente nas Igrejas ou lá onde tais realidades são conscientizadas e faladas. Não. Elas acontecem lá e sempre onde a vida é defendida, especialmente a vida dos pobres, onde a liberdade ocorre efetivamente, e onde

o sentido da justiça e do direito informa as relações da convivência e onde homem e mulher reciprocamente comungam e reproduzem a vida.

A fé teologal tem suas raízes na experiência vivida pelo ser humano na sua totalidade e que a racionalidade lógica não consegue explicar. Envolve a pessoa mas a transcende e aí revela Deus. Está ligação à dimensão mística que existe dentro de toda humana criatura e que passa pela afetividade, pelo coração. É a experiência marcante que dá vida à criatividade à fé aprendida e pensada que transforma a fé infantil em fé adulta, que faz homens e mulheres livres para amar a Deus. A fé teologal parte e se alimenta da comunhão.

Por que a fé teologal é importante para os militantes cristãos? Porque eles não podem manter somente uma referência à Igreja, portadora da consciência do Reino e da fé teológica. Há outras mediações do Reino, portadoras da consciência do Reino da fé teológica. Há outras mediações do Reino, distantes das confissões. Adere-se a Deus não somente quando se está no espaço religioso e eclesial, mas quando se milita num projeto de transformação que visa mais justiça e comunhão, se busca a transparência do poder e se entra em contato com movimentos ou pessoas cujas práticas se ordenam ao que chamamos reino de Deus. A racionalidade política, o jogo de poder como mediação para a transformação libertadora e a militância partidária, aos olhos de quem vive a dimensão teologal da fé, são serviços a Deus e forma de ser um operador do reino. O militante político deve desenvolver esta experiência teologal e garantir os espaços onde possa desenvolver seu aparelho de conversão que alimenta permanentemente esta ética. É esta dimensão, diria mística, que faz falta aos militantes. Aqui se trata de ser mais cristãos e menos igrejeiro. Há igrejeiros, quer dizer, pessoas que frequentam o espaço organizado das Igrejas, que não possuem a fé teologal, e não conseguem ver Deus fora das Igrejas ou religiões. A política fica num lugar meramente profano, vazio de Deus, e não uma maneira de servir ao Senhor da história e de concretizar o amor social.

3 - Com quem nos identificamos? O processo encarnatório

A identidade cristã não pode passar ao largo de Jesus Cristo e do mistério da encarnação. Importa superar um tipo de compreensão da encarnação que a transforma apenas em um fato teológico curioso: a coexistência de duas naturezas distintas (divina e humana) na única

pessoa do Filho eterno historizado. Considerando assim, nos quadros de uma metafísica das naturezas abstratas, a encarnação não mostra o seu eminente significado paradigmático para a existência humana e religiosa. Importa recuperar o caráter histórico da encarnação, assim como é apresentada nos evangelhos sinóticos. Que é no fundo a encarnação? É um processo de identificação de Deus com a totalidade da existência humana assim como ela vai se dando e desdobrando na história. O que há em primeiro plano é um homem, um profeta ambulante, de nome Jesus de Nazaré, que suscitou grande esperança ao redor da proclamação do Reino de Deus a ser realizado em breve, atraindo atrás de si multidões e um punhado de seguidores mais próximos, os apóstolos. Quando falamos de encarnação do Filho de Deus na realidade concreta deste homem, afirmamos que desde o início, no primeiro instante de sua concepção, em cada momento e em cada etapa de sua vida, o Filho foi se apropriando desta existência, com todos os vaivens que ela encerra. O projeto histórico desse homem, de começar a realização do Reino de Deus pelos pobres e marginalizados, de comunicar um Deus diferente (pai do filho pródigo, da ovelha tremalhada, da ternura e da misericórdia), de colocar a vivência do amor como eixo do relacionamento humano e de ver no serviço aos outros a verdadeira liturgia que agrada ao Pai, foi também assumido pelo Filho, de sorte que na caminhada de Jesus podemos discernir o que Deus quer na história.

Este processo encarnatório constitui uma verdadeira “lei da encarnação”, quer dizer, uma maneira de se entender a identidade cristã como processo de inserção na história. Antes de identidade, pois ela supõe uma essência ou natureza (algo abstrato), deveríamos falar de processo de identificação. Como Jesus se inseriu na história? Como e com quem se relacionou? Com quem se identificou? Na medida em que Ele ia se relacionando, se identificando, ia mostrando sua identidade real. Jesus (o Filho de Deus encarnado nele) se relacionou e se identificou com o pobre, com o hanseniano, com o cego, com a mulher, com quem não contava historicamente, com o mais distante. A caminhada de Jesus não é tão complicada, em termos críticos, que não saibamos logo com quem se identificou e que coisa rejeitou ou submeteu a severa crítica. O poder, a riqueza, a grandiloquência dos títulos e a pomposidade das aparências são por ele rejeitados, embora essas coisas mais tarde constituam as vestes das Igrejas que contraditoriamente reivindicam sua memória. O serviço, o amor, a capacidade de perdo-

ar, o cuidado com a vida, a sensibilidade pelos fracos e penalizados pela sociedade, a relação límpida e terna na reciprocidade e na igualdade com as mulheres, a relação transparente e confiante para com Deus-Pai estão no centro de suas preocupações. Uma atmosfera de desafogo e de libertação, de acolhimento e comunhão emana irresistivelmente de sua palavra candente, de sua prática perigosa para os poderes do tempo. O Evangelho não é somente um conteúdo libertador, mas é também e principalmente uma atmosfera de alegria, de generosidade e dilatação das dimensões do coração, que se irradia da prática de Jesus. Se o evangelho não produzir igual ou semelhante efeito ainda nos dias de hoje, devemos questionar sua autenticidade jesuânica. Será que não regrediu a uma Lei? Será que não caiu sob o cativeiro dos novos escribas e fariseus, tão combatidos por Jesus? O que queremos enfatizar com o processo encarnatório é o fato de que todas as dimensões da vida humana, seus condicionamentos materiais e sócio-econômicos, foram apropriados pelo Filho eterno. As coisas deste mundo foram tocadas pelo Verbo da vida. Por isso, independentemente de sua referência eclesial, elas possuem valor divino e teologal. Esta perspectiva é importante para os militantes cristãos. Mesmo sem referência direta à sua Igreja e às suas doutrinas, eles estão envolvidos no processo de encarnação, eles prolongam um movimento que saiu de Deus, penetrou a nossa cansada realidade, a libertou e a fez sua. O político, na medida em que integra a mística e a racionalidade, a dimensão feminina e a masculina, constrói socialmente uma convivência segundo os ditames da reciprocidade, da solidariedade e da justiça, está querendo e concretizando na secularidade da política o que Jesus quis e concretizou, está sendo um operador do projeto de Jesus, mensageiro do projeto de Deus.

III – AUTO-ACOMPANHAMENTO ESPIRITUAL DOS MILITANTES

Como toda vida, também a vida de fé precisa ser alimentada. Que instâncias alimentam a experiência de fé teologal e teológica e a perspectiva da encarnação?

Geralmente a Igreja tem deixado os militantes entregues a si mesmos, quando não nutrido distância e desconfiança diante deles. Ultimamente, se tem proposto a criação de uma nova frente pastoral: a “pastoral de acompanhamento dos militantes” (Clodovis Boff), com duas funções específicas: a formação da fé libertadora (do lado eclesial) e a formação da competência política (do lado político). Efetivamente, em

várias dioceses do país está sendo criada uma pastoral política de acompanhamento dos militantes cristãos de base.

Creemos que esta nova iniciativa pastoral poderá desempenhar um papel importante junto aos militantes de base e aos iniciados. Estes provêm das CEBs ou da militância de grupos de Igreja e começam a ingressar na política partidária em funções de responsabilidade. Para esse começo há insuficiência nas duas frentes: na eclesial, com a necessidade de aprofundamento de fé articulada com os problemas específicos da política, do poder, das ideologias, da pedagogia popular e insuficiência na frente política, com a urgência de melhorar a capacidade analítica, de conhecer os sistemas sociais com suas lógicas e manejo distinto do poder e outros temas afins.

Mas há também limites que devem ser conscientizados. A iniciativa dessa pastoral vem da Igreja, quer dizer, do lado institucional. Por mais que interpretemos as doutrinas, a Igreja-instituição possui limites bem sensíveis no campo da atuação política. Os militantes não conseguem dar o grito de independência, porque perdura uma tutela doutrinária e da ética cristã-confessional na leitura da realidade. A instituição não digere bem uma fé teologal que mostra o caráter relativo da instituição, abrindo a percepção da presença de Deus e de Cristo para além das confissões cristãs, portadoras da consciência cristã e da gramática do discurso confessional. Pastoral, por mais discreta que seja, sempre tem a ver com a oficialidade das Igrejas. No caso romano-católico, a Pastoral cai sob competência, responsabilidade e controle dos bispos. Concretamente há questões fechadas, em termos pastorais, que prejudicam os militantes cristãos, como é a questão da sexualidade, da família, do marxismo, da propriedade e outras que aventamos acima.

Por isso, ao invés de falar de acompanhamento pastoral dos militantes, preferimos dizer: "auto-acompanhamento espiritual dos militantes". Antes de mais nada, trata-se de uma formulação mais aberta, supraconfessional, orientada a todos os que tiverem preocupações de fé, numa linha fundamental, de experiência teologal da fé, visando uma espiritualidade de compromisso com a transformação da sociedade a partir de e com o povo organizado. Propositadamente, queremos evitar a palavra "pastoral", pelas razões aduzidas. Preferimos dizer "espiritual".

Esse acompanhamento não é algo organizado pela igreja (e por isso "pastoral"), mas pelos próprios militantes cristãos. Eles criam uma articulação entre eles mesmos e convidam pessoas competentes no campo da fé e da teologia (leigos, homens e mulheres, pastores comprometidos e teólogos), de sua confiança e afinidade. Podem participar padres e até bispos, caso forem convidados, mas a título de companheiros e não de representantes das instituições eclesiais. Esse "auto-acompanhamento espiritual", como a palavra mesma sugere, depende dos próprios militantes que sentem necessidade de realimentar a sua fé e a articulação do discurso da fé com o discurso político. Supõe já a realização teórica e prática da autonomia dos militantes com referência à instituição eclesial, mantendo com ela uma comunhão de nível teológico (reconhecendo a função da instituição como o lugar de elaboração da consciência cristã e também de vivência organizada do mistério cristão) e, sempre que possível, uma comunhão de participação concreta na vida da comunidade eclesial.

Há três funções que esse auto-acompanhamento espiritual deve preencher: em primeiro lugar deve ajudar a aprofundar a experiência teológica da fé, mediante a reciclagem espiritual e teológica; aqui não bastam as reflexões de uma visão intuitiva do fenômeno cristão, mas é preciso uma verdadeira reflexão teológica, pela qual se dão as razões da fé, se aprofundam os temas maiores que permanentemente alimentam a experiência: Deus-Trindade como comunhão de Pessoas e não solidão do Uno, a pessoa e a prática de Jesus, a ação do Espírito na história, particularmente nos processos de mudança, na luta de resistência e de libertação dos oprimidos, Maria e a presença-papel da mulher na execução do projeto de Deus, a vasta temática do Reino, da antropologia cristã, da eclesiologia, etc. Aqui cabe o método dialético em uso pela Teologia da Libertação: como a compreensão da fé se enriquece quando ela vem interrogada a partir do mundo da política e como o mundo da política se aprofunda quando questionado a partir da fé. Em segundo lugar, cabe aprofundar temas articulados com a fé, como os métodos de análise dos sistemas e das conjunturas, as correntes de pensamento que subjazem aos processos sociais, os desdobramentos dos modelos econômicos e sociais, as questões emergentes das ciências etc. Um cristão deve poder apreciar à luz da fé essas realidades e elaborar uma postura coerente. Por fim, em terceiro lugar, importa celebrar a fé; aqui mais que a cabeça pensante, entra o coração que sente em profundidade. Deus é antes de mais nada uma rea-

lidade profunda a sentir do que a pensar; é na celebração que se alimentam as motivações radicais e se trava o encontro com Deus-Comunhão de amor. Geralmente, o efeito da celebração bem conduzida e ativamente participada é o entusiasmo e o reforço na própria caminhada.

A periodicidade dos encontros de auto-acompanhamento espiritual detive ser decidida pelos próprios participantes; a Igreja institucional pode propiciar a infra-estrutura e o ambiente de tais encontros, já que ela se caracteriza por ter organizado uma vasta e bem montada infra-estrutura em razão de seu planejamento pastoral. O serviço que ela presta se ordena às realidades que ela mesma quer viver e fomentar neste mundo; a causa do Reino, a vivência de Deus em profundidade e o compromisso das pessoas pelas transformações que impeçam opressões e marginalizações.

IV – CONTRIBUIÇÃO DOS CRISTÃOS À POLÍTICA PARTIDÁRIA

A fé cristã potencia enormemente o projeto humano e, quando vivida com coerência, gera grande humanização em todos os campos da existência. Há a convicção de que os conteúdos da fé não são acessíveis somente aos fiéis, mas que pelo menos em boa parte são racionalizáveis e por isso passíveis de serem assumidos por outros que não comungam da mesma fé. Os ideais sociais das sociedades modernas, como a liberdade, a participação, a fraternidade, a solidariedade, o respeito à dignidade de cada pessoa humana, o cuidado pelos fracos, têm suas raízes numa cultura penetrada pela mensagem cristã que fez de tais conteúdos parte integrante de sua mensagem. Hoje, apesar de todas as contradições, tais referências ainda vigoram e continuam alimentando o imaginário social dos vários agentes sociais e políticos. É difícil constituir um partido cristão, pois cada partido se sente imbuído de elementos cristãos ou pelo menos não se define contra o cristianismo. Com isso não se quer insinuar que se deva constituir um partido cristão, apenas constar a presença de muitos valores cristãos no tecido social das sociedades de hoje, valores que penetram, ora mais ora menos, as várias tendências políticas. Esse caráter difuso do cristianismo impediu também que os militantes cristãos dessem uma maior contribuição à ética política. Hoje, a partir de uma teologia do político e da ênfase no aspecto libertador da fé cristã, se projeta um perfil mais definido da prática política a ser testemunhada pelos cristãos. Queremos aqui revelar algumas contribuições possíveis dos mili-

tantes cristãos.

1 - No nível pessoal: o cristianismo desenvolveu historicamente grande sensibilidade para as questões da subjetividade e da pessoa humana; chegou a elaborar toda uma utopia do “homem e da mulher novos”, abertos para Deus como filhos e filhas, para os outros como irmãos e irmãs, para o mundo como senhores e para si mesmos como um mistério vivo sempre em comunicação e comunhão com tudo e com todos. Essa sensibilização para as questões da intersubjetividade faz com que os cristãos se mostrem também abertos a questões afins como a da feminilidade, da ecologia, da integração da afetividade, do novo acordo para com a natureza, a família, a comunidade, e os marginalizados pelos mais diferentes estigmas.

Neste campo o cristão pode dar uma inestimável colaboração, pois na esfera do político, em razão da própria lógica interna do político, essas questões da subjetividade são relegadas a um segundo plano ou são tidas como irrelevantes.

O contexto da luta pelo poder, com a necessidade do constante aperfeiçoamento da racionalidade crítica, na maioria das vezes não deixa espaço para a mística, para a ternura, para a gratuidade. Esta situação gera um descompasso entre o ser masculino e o ser feminino com um conseqüente aumento de repressão ao modo-de-ser-mulher. As pessoas não integram dentro de si mesmas o masculino e o feminino e por isso não conseguem um relacionamento recíproco, equilibrado e enriquecedor com o outro sexo para a construção de real comunhão.

Na verdade, não são poucos os cristãos e os políticos que, por causa da absorção da militância, viram ruir suas famílias, perderam amigos, desestruturaram sua afetividade e até perderam sua própria moral. Muitas vezes esses problemas são mais importantes do que aqueles da relação entre fé e política. É então que o militante cristão pode fazer-se presente com um testemunho eficaz e suscitar dentro do partido essas questões como importantes para o debate e como integrantes de uma nova forma de convivência social que se quer construir. A partir de sua experiência de fé, o cristão dispõe de energias espirituais e morais para enfrentar as tentações ligadas ao poder com as vantagens e mordomias que lhe são afetadas, para poder suportar

sem demasiados desgastes as dimensões neurotizantes da vida partidária, das lutas internas das tendências e da disputa pelo poder. O militante cristão pode colaborar na transparência e retidão nas decisões políticas, sujeitas muitas vezes a conchavos escusos. A fé leva a ser generoso e a viver a gratuidade na luta e ver as pessoas humanas para além de seus papéis sociais, de seu ser-mulher e seu ser-varão, e então respeitá-las e valorizá-las na riqueza de sua especificidade: a fé leva a conviver com os adversários ideológicos e até com os inimigos, exercendo tolerância e renúncia ao espírito de vingança; essas atitudes são altamente relevantes nas relações políticas e ajudam a elevar a ética política, constituindo, na compreensão de Mikhail Gorbatchev, uma verdadeira espiritualidade, tão necessária face à frieza das estruturas do poder.

Importa viver, já agora, germinalmente, o homem novo e a nova mulher, que queremos para todos; não se há de esperar a grande aurora quando então estourará a sociedade transformada; se ela não começar pelos próprios atores que a querem e para gestá-la historicamente se organizam, ela nunca surgirá. O diário de Che Guevara nas florestas da Bolívia é um eloquente testemunho deste imperativo. Como ele mesmo afirma: “Hay que endurecer-se, pero sin perder la ternura jamás!”.

2 – No nível social: perspectiva da fé libertadora que se traduz por uma opção pelos oprimidos e marginalizados supõe um projeto de sociedade, baseado na participação mais larga possível, na igualdade em direitos e dignidade de todos os cidadãos, no respeito às diferenças, impedindo que degenerem em desigualdades e discriminações e incentivando à comunhão entre as subjetividades e para com o próprio Deus, sentido derradeiro de todos os sentidos intra-históricos. Para além de todos os pragmatismos, o militante cristão crê na construção possível de uma nova sociedade que não democratize apenas os meios de produção, mas também os meios do poder e os meios de significar (cultura) e que permita uma nova aliança com a natureza. Essa nova sociedade não será fruto dos cristãos ou de elites iluminadas ou poderosas, excludentes de “outros” diferentes, mas da vontade coletiva do próprio povo organizado, homens e mulheres com seus aliados e aliadas, que ultrapassa a democracia representativa para concretizar uma democracia participativa. O cristão militante projeta a sua visão do poder, como mediação para a transformação e para a justiça e se legitima

na medida em que reforça o poder do povo em suas organizações, das mulheres e dos culturalmente diferentes (povos indígenas e negros entre outros) na defesa de sua identidade e de seus direitos igualitários. Por isso, o poder deve ser sempre controlado e mantido sob permanente transparência de seus mecanismos e de crítica de seus objetivos. Para os militantes cristãos há uma forma de enfrentar os conflitos, não exorcizando-os como patologia social, mas vendo-os como pólo dialético da própria realidade social em processo, convivendo com eles, aprendendo pedagogicamente a tolerá-los e a tirar deles energias de transformação. A perspectiva da fé, que permite ver a eminente dignidade dos fracos, marginalizados e oprimidos e valorizar sua cultura, seu modo, de ser feminino e masculino, e suas lutas, ganha especial relevância num ambiente político onde a história é lida e organizada a partir dos que detêm o poder, o saber oficial e o ter.

3 – No nível pedagógico: aqui há uma grande contribuição que os cristãos têm a dar a partir do trabalho popular animado nos últimos 30 anos pelas Igrejas: partir sempre de baixo, do nível de consciência dos grupos, valorizar sua história de resistência e de libertação, ouvir a todos, especialmente os mais humildes, potencializar tudo o que possa significar um avanço na consciência crítica, na participação e na inauguração do novo, fazer com que se viva, nos grupos, associações e comunidades, a democracia participativa. Nesse processo pedagógico se desmontam preconceitos que tanto penalizam as mulheres, os negros, os pobres e demais marginalizados. O espírito cristão procura muitas vezes equivocadamente, germes verdadeiros que devem ser resgatados e potenciados no interior de um quadro mais são e completo. Essa pedagogia de inclusão ajuda a desmontar sectarismos e a rigidez de soluções teóricas distanciadas dos processos reais da vida do povo.

4 - No nível holístico ou globalizante: tudo é político, mas o político não é tudo, dizia Mounier. Existem outras dimensões da realidade para além da política, como as relações inter-subjetivas, a dimensão religiosa do povo e dos próprios militantes, a capacidade de celebração e de significar simbolicamente o mundo. Para o cristão, a revolução e a inauguração de uma sociedade humana para os humanos não é a última palavra da história. Há a ressurreição da carne, a começar por aquela dos crucificados. que participaram da paixão do Crucificado sob Pôncio Pilatos, e, por fim, o Reino que culmina com o que foi aqui construído de justo, participado, terno e fraterno. Essa perspectiva religiosa possui a

força de desabsolutizar a política, os projetos globais da sociedade, de dessectarizar as posições partidárias e de manter sempre o processo aberto a novos desdobramentos. Esta perspectiva ajuda também a buscar sempre a integralidade das soluções, evitando os unilateralismos tecnológicos e chamando a atenção para outras dimensões humanas pouco contempladas pela política partidária. Geralmente os grupos progressistas e literários não são ricos na criação de símbolos e celebrações. Os militantes cristãos podem testemunhar aqui a sua criatividade ao propiciar celebrações que unem os militantes e aplainam conflitos, muitas vezes de cunho afetivo. Se uma proposta não alcança o nível do símbolo ou uma conquista não vem a ser celebrada, é sinal de que nem a proposta nem a conquista chegaram a ser consolidadas e a penetrar na alma do povo.

Os militantes cristãos que tornaram a sério a sua experiência da fé, expressa na política, garantem o caráter humanístico e popular desta mesma política, base para qualquer democracia participativa e antídoto melhor contra o autoritarismo político.

V – É POSSÍVEL E ACONSELHÁVEL A ARTICULAÇÃO ENTRE OS MILITANTES CRISTÃOS?

A discussão dos últimos dois anos avançou um ponto importante: é aconselhável que as comunidades cristãs de base, conscientizadas politicamente, façam um discernimento interno e coletivamente optem por um partido de cunho popular e libertário. Assim se evitaria o impasse criado com o trabalho político dos cristãos nas bases: conscientizam mediante cartilhas, debates com candidatos e reuniões comunitárias numa linha popular e libertadora, mas deixam o membro da comunidade totalmente desamparado e sozinho na hora de votar, permitindo que candidatos de partidos burgueses acabem ganhando a eleição. A decisão comunitária por um partido que venha de baixo e represente a causa dos oprimidos facilita a superação desse problema. Há, pois, uma articulação dos simples cristãos dentro de suas comunidades para exercerem eficazmente seu direito de voto, concentrando-se numa definição mais específica em termos de partido.

Outra é a questão acerca da articulação do militantes cristãos na política partidária e que desempenham cargos conquistados pelo voto majoritário. É possível e aconselhável pensar-se numa articulação en-

tre eles? Sob que emblema far-se-á essa articulação? Quem se articula com que e ao redor do que?

Essa questão possui muitas implicações e por isso encontra diferentes respostas. Não madurou ainda nenhuma posição consistente. Todos estão à procura de encaminhamentos práticos. Todos vêem sua necessidade. Mas como?

Há gente que parte da seguinte constatação: dentro de pouco haverá, por exemplo, algumas centenas de vereadores pelo PT (Partido dos Trabalhadores); muitos deles vêm das CEBs e imbuídos da mística cristã e da metodologia libertadora ensaiada nas bases. Se eles não se articularem entre si, para fortalecer sua fé e ao mesmo tempo construir uma contribuição específica, estarão correndo o risco de se distanciarem de suas origens, enfraquecerem sua identidade, abrindo espaços para serem cooptados por outras ideologias. Aqui se trata de ser menos idealistas e mais práticos: sozinhos, isolados, conseguiremos crescer na fé e na nossa identidade cristã? Como preservar essa força política em favor do povo, em coerência com aquilo que esses vereadores eleitos pensaram e viveram em suas bases? Excogita-se então uma Pastoral Política (PP), como existe uma Pastoral Operária (PO), Pastoral da Terra (CPT), pastoral dos Indígenas (CIMI), Pastoral da Juventude (PJ). Essas pastorais significam espaços onde as questões específicas são refletidas à luz da inspiração cristã e se encaminha a militância para dentro de movimentos maiores, com um pé dentro da Igreja e outro dentro dos movimentos sociais.

Já consideramos acima as limitações internas de uma Pastoral Política. Mas não devemos perder de vista o alcance relativo de tal iniciativa. A Igreja poderá promover semelhante pastoral, o que não significa que os militantes cristãos se contentem com isso. Como aventamos acima, deverão promover uma articulação entre eles para um "autoacompanhamento-espiritual". Tais iniciativas, por parte da Igreja e por parte dos próprios militantes, poderão coexistir, pois não há nada de antagônico entre elas. Evidentemente, essa Pastoral Política deveria ter um caráter ecumênico; a temática seria aberta, não confessional (a perspectiva de uma única Igreja), iluminada pelo pensamento cristão em suas linhas fundamentais e bíblicas, pois aí é mais fácil a verificação de consenso interconfessional.

Outros vêem a inviabilidade concreta de uma articulação entre os políticos que são cristãos. Como ficam os políticos de direita que também se confessam cristãos? Outros cristãos estão já em outras articulações. Como ficariam dentro da articulação específica dos cristãos? Haveria o risco de rachas que prejudicariam a todos. Poderia ocorrer o fato de que políticos importantes ficassem de fora da articulação. Ademais, haveria o perigo de os cristãos criarem uma tendência ao lado de outras dentro do Partido (por exemplo, no PT), comprometendo o bom andamento partidário. Os cristãos não deveriam atuar, sendo cristãos, dentro das tendências, sem eles mesmos criarem uma outra tendência? Os cristãos se encontram enquanto cristãos só ou enquanto cristãos que assumem determinado projeto com uma metodologia mais ou menos comum? O pólo de agregação seria mais o projeto e a metodologia do que o fato de serem cristãos. Nesse ponto, nada obstaría que outros políticos, sem confissão religiosa, também pudessem agregar-se aos cristãos em razão do mesmo projeto e da mesma pedagogia. Evidentemente, isso é possível e aconselhável, pois os cristãos numa perspectiva de fé teológica, já refletida acima, estão em comunhão com todos os que assumem a mesma causa e as mesmas lutas. Entretanto, continua de pé a questão: os cristãos que se têm como tais e que comungam de um mesmo projeto e de uma afim pedagogia podem articular-se entre si, estando abertos a outros que caminham com eles, sem entretanto caminhar juntos em termos de fé. Assim se manteriam unidos os dois elementos: o fato de ser cristão e o fato de simultaneamente assumir um projeto e uma metodologia afins e comuns.

Essas reflexões levaram um grande número de militantes a esse consenso: a articulação é necessária, mas a sua natureza não pode ser nem confessional nem criadora de uma tendência. Ela deve ser feita ao redor de um projeto de base com sua correspondente metodologia. Unindo tudo numa formulação única, dir-se-ia que os cristãos se articulam ao redor dos seguintes pontos:

- a) acreditam que é possível uma nova sociedade em termos da economia, da política e da cultura (maior integração do feminino, da ecologia, etc.);
- b) consideram o povo como sujeito de sua realização histórica;
- c) dentro de uma prática democrática, de baixo para cima, com uma

metodologia libertadora que valoriza o marginalizado, o menor e a força histórica dos pobres.

A partir desse consenso mínimo, outros poderão também aderir, pois os cristãos não se entendem como um grupo fechado, messiânico, portador exclusivo dos ideais libertários.

Esta articulação é viável. Como já refletimos mais acima, ela deve ser montada pelos próprios militantes cristãos que se assessoram de pessoas que os ajudem no aprofundamento das questões de fé e das questões políticas. Ponto importante, nesta articulação, é a criação do espaço coletivo para a alimentação da dimensão de fé, articulada com a dimensão política, como já escrevemos acima. Seria desejável que dessa articulação nascessem pronunciamentos sobre questões candentes da situação nacional e internacional que representassem sem a posição dos cristãos. Por que a CNBB sozinha assume estas funções?

Dentro da Igreja e no espaço ecumênico dos cristãos podem existir diferentes posições que, democraticamente, podem coexistir: de mais a mais, pela posição oficial (ligada também ao caráter transnacional da Igreja romano-católica) que a CNBB ocupa, seus pronunciamentos vêm limitados por esta mesma posição. Ela não goza da liberdade de que goza um grupo de cristãos com menos representatividade oficial mas com possibilidade de formular respostas mais concretas e pertinentes, também inspiradas pela fé cristã.

VI – A FORMAÇÃO DE QUADROS POLÍTICOS

Uma articulação de militantes cristãos implica uma instância de formação permanente que garanta uma reflexão continuada do processo político e o melhoramento dos quadros cristãos. Na igreja existem centros apenas para reproduzir os quadros clericais, os seminários e faculdades de teologia. Faltam instituições que atendam às demandas de formação dos militantes cristãos. Sabemos que as esquerdas possuem suas escolas de formação e reciclagem de quadros bem como o próprio sistema imperante possui seus centros de elaboração de estratégias e táticas, capazes de fornecer as armas teóricas que garantam a hegemonia dos detentores do capital. Não existem escolas de quadros cristãos, como havia para o capitalismo brasileiro, por exemplo, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). O que existe é a

presença de muitos cristãos nas bases e de muito poucos nas direções dos partidos populares. Geralmente são os cristãos com suas organizações populares que garantem o caráter massivo das manifestações de esquerda ou dos grupos ou partidos progressistas.

Sugeriu-se a criação de um Instituto de Formação Política. Fica ainda em aberto quem será o portador e o responsável desse Instituto, seja a própria articulação dos cristãos a que nos referíamos acima, seja um outro Instituto maior que se abra a acolher esta nova frente (como por exemplo, o Cajamar). Importa sempre cuidar para que não se transforme em aparelho de outras organizações.

Esse Instituto de Formação Política deverá possuir um perfil definido: aberto a todas as grandes questões lidas na ótica dos oprimidos; que suponha já realizada a assimilação do marxismo como método de análise (a partir do oprimido), dentro da perspectiva cristã; que seja evidente a posição de considerar o povo e seus movimentos o sujeito principal da transformação social; que se incluam explicitamente em tudo as mulheres e a contribuição que possam dar na teoria e na prática; que se valorize a dimensão; simbólica e afetiva como formas de conhecimento e relação; que a democracia não seja considerada apenas como uma forma de relação social mas um modo de ser que pervade todas as dimensões da vida, na família, na escola, nas comunidades, na vida partidária e, evidentemente, na política.

Parte importante na formação coerente e sistemática do Instituto deverá ocupar o aprofundamento da experiência teológica de Deus, a espiritualidade do compromisso, a correta articulação entre fé e política e entre mística e ação. Em seguida, será fundamental fornecer aos militantes o hábito de análise da realidade no interesse da transformação na perspectiva das maiorias; que se domine aí o código político, a visão revolucionária do mundo, que se forneçam ferramentas teóricas para superar o idealismo, típico dos cristãos (que leva, por medo do assistencialismo, a não atender às necessidades do povo, deixando de ser humanitário), o batismo (só o povo sabe de sua política e só ele conta), o messianismo (amanhã virá a revolução feita pelos pobres), o empirismo (análise apenas dos efeitos sociais malévolos sem descer à identificação de suas causas estruturais), o paralelismo de discursos (por um lado o discurso da fé libertadora e justaposto a ele, desarticulado, o discurso da análise), o machismo (visão do real exclusivamente a partir do homem).

Pertence também ao Instituto discutir o exercício novo do poder dentro dos partidos de cunho popular e libertário, formas novas de articulação com as bases e como relacionar-se com o poder existente que é burguês e anti-popular.

Por fim, importa discutir e elaborar um projeto-Brasil, que seja fruto da reflexão acumulada, dos anseios articulados dos movimentos populares e resposta às frustrações históricas das lutas por mais participação e democracia.

Para concluir, reconhecemos o caráter fragmentário destas reflexões. Mais que reflexões de um grupo, elas são expressão de uma reflexão em grupo, no qual, livremente, se discutiu a urgência da articulação dos militantes cristãos e da contribuição que poderão prestar ao conjunto da política brasileira. Este texto quer recolher, de forma criativa, os vários nós problemáticos da discussão já havida e encaminhar outros encontros e outras discussões nas bases cristãs e nos grupos que enfrentam com seriedade e preocupação a temática presente. Caso se preste a animar o debate, ele cumpriu plenamente sua função.

A POLÍTICA COMO LITURGIA

Waldemar Boff⁽⁶⁾

OS 10 MANDAMENTOS DO SERVIDOR POPULAR

Agradeço a coordenação deste encontro o convite para falar-lhes nesta tarde. Aqui vocês estão se reunindo para rever seu trabalho junto ao povo, aprofundar, suas idéias celebrar um projeto em que estamos todos envolvidos não só politicamente, mas também emocionalmente. Estamos também aqui reunidos para celebrar nossa amizade, nossa benquerença e para renovar nossa reservas de entusiasmo.

O tema que escolhi para falar é a mística do trabalho popular. Chega uma hora em que se pergunta: afinal, qual é a razão última de eu estar metido nisto, sofrendo com o povo e quase sempre não levando nada, a não ser aborrecimentos e preocupações? Qual é o impulso, o élan que mantém neste serviço? E mais, com que disposição interior, com que cabeça, com que espírito estou no meio do povo? Vocês devem estar notando que me coloco longe daquela velha política que usa do povo, faz negócio com ele e que só aparece em época de eleição. Sei que vocês e suas comunidades estão desiludidos com esta política. Vocês estão buscando outro espírito, outra prática, outra mística. Estão buscando o novo que rompa com o velho e, com o tempo, o destrua. Vocês querem servir o povo e não mandar nele e fazê-lo instrumento de seus projetos pessoais ou do seu grupo. Os antigos chamavam a este trabalho popular de liturgia – *laós* (= povo) e *urgia* (érgon = trabalho).

⁽⁶⁾ Secretário Municipal de apoio comunitário, do Editorial da Vozes.

Por isto, não é de se estranhar esta atmosfera festiva, descontraída, celebrativa deste encontro. Paramos para celebrar e refletir sobre nossas práticas "litúrgicas".

Gostaria de traçar um código de conduta, um manual de boas maneiras para o político no trato com o povo. Aqui político é toda aquela pessoa que lida com a comunidade, quer em repartições públicas, nos postos de mando da máquina do governo, nos sindicatos, no movimento popular, nos clubes e condomínios. Só quero me referir ao político-pastor, àquele que tem amor ao povo. Não trato do político-mercenário, interesseiro, astuto, que bate no seu ombro, mas que no fundo nutre um secreto desprezo por você. Coloco para a discussão os 10 mandamentos do servidor popular:

1. Com-paixão

Quem lida com o povo deve ter paixão, gosto por este serviço. Mas donde vem este gosto? Para alguns ele é natural. Gostam de política, como outros gostam de música, de pescaria, de futebol. Política é um fogo que queima dentro deles. Para outros, política é decisão amadurecida. Sem que também são responsáveis como cidadãos e não podem e não querem se omitir. Outros ainda se metem em política porque se rebelam contra a desigualdade de classes, contra a injustiça social e sonham com uma sociedade mais igualitária e fraterna. Outros, enfim, vêem na política uma extensão comunitária do amor ao próximo. Entram na política por questões religiosas. Querem servir a Deus, servindo não só a pessoas individuais, mas servindo à comunidade, organizando-a politicamente. Este amor ao próximo quer ser um amor político. Querem cumprir a vontade política deus sobre a sociedade.

Os que trabalham com o povo, por este ou por aquele motivo, têm paixão pelo povo. Mas não basta ter paixão. É preciso ter com-paixão. A paixão pode considerar o povo como objeto, como instrumento, como elemento importante para o meu projeto. A com-paixão considera o povo como sujeito. Eu vou ao povo, não para usá-lo, para me aproveitar dele. Não, eu vou ao povo para sofrer com ele, para agir com ele, para aprender com ele. A com-paixão é aquele sentimento de dó que esconde certa pieguice inoperante. Não, é aquele sentimento ferido que se revolta diante de um ser humano ultrajado, empobrecido, enfraquecido, impedido de ser gente. A com-paixão não inferioriza mas liberta, não utiliza

mas valoriza o povo. Quem tem com-paixão pelo povo não vai à frente do povo, conduzindo-o, mas vai ao lado, acompanhando-o, perde-se em seu meio, sustentando-o e animando-o. Todo o verdadeiro trabalho popular é um ato amoroso, respeitador e fecundo.

2. Pureza

Quem frequenta a casa do povo, examine-se com que ânimo a frequenta. Não podemos ser hipócritas, dizendo ao povo uma coisa e nós pessoalmente fazendo outra. Nem podemos ser sacrílegos, mercantilizando o sofrimento e as carências populares. O serviço ao corpo sofredor do povo é para o cristão o serviço ao corpo do Senhor. Não sejamos indignos desse serviço. Lembro aqui as palavras do ex-presidente de Angola, o poeta Agostinho Neto: "Não basta que seja pura e justa a nossa luta. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós".

O zelo pela pureza interior requer vigilância sobre a vaidade. O político é muito parecido com o artista. Ambos vivem do aplauso do público. Não há nada de errado com a vaidade, enquanto ela permanecer com estímulo ao serviço popular. Jamais poderá tornar-se um fim em si mesma, entretanto como critério decisivo em nossos projetos políticos.

E para mantermos esta pureza interior é necessário a revisão diária, o exame político de consciência. Toda a noite devemos nos submeter à autocrítica ou à crítica dos companheiros. Diariamente, vamos nos perguntar: o que quero com este trabalho? Por que quero trabalhar com o povo? A comunidade está caminhando para a independência, para a autonomia com este meu trabalho? Ou está se tornando dependente de mim? Se eu me afastar totalmente deste trabalho, o povo continuaria a caminhar sozinho? Como trato o povo? Confio nele? Acho que ele tem valor e tem coisas a me ensinar? Aprecio sua cultura, seu fazer, sua comida, sua maneira de criar os filhos, de se divertir a acreditar?

3. Objetividade

Este é um mandamento difícil de cumprir. Quem está lidando com política, lida com os grupos de interesse, com diferentes visões de um

mesmo projeto, com motivações pessoais, muitas vezes disfarçadas em preocupações sócias. Os conflitos internos ao grupo vão para a imprensa que lhes dá a versão que lhe convém. E a imprensa normalmente defende os interesses da classe dominante, da burguesia. As questões políticas populares que contrariam interesses das elites são distorcidas, criando suspeitas na opinião pública. Tão pernicioso quanto a imprensa burguesa é a fofoca política maldosa. A política de pé-de-ouvido é universal e necessária. Mas não a maledicência, a mentira, a calúnia como armas silenciosas para ferir pessoas e desprestigialas. Além de buscar a objetividade dos fatos para além da versão da imprensa e da passionalização da fofoca, o bom político mantém sempre distância das pessoas e acontecimentos. Não por indiferença, mas sim por paixão pela verdade. E sobretudo discerne a pessoa de sua função pública, o ego interior da máscara exterior. Quem está em trabalho político e comunitário está exercendo um papel, está desempenhando uma função. E papel não é pessoa; representação pública não é presença pessoal íntima. Para a cultura brasileira esta distinção é difícil. Nossa tradição política tem sido patrimonialista: o poder está com o rei, o presidente ou o governador que o delega a pessoas de sua inteira confiança. Poder então é algo de confiança, de doação pessoal, que gera, em troca, a obrigação e a dependência. Esta concepção de poder permeia nossa política e não representa a concepção de poder como propriedade do povo que o delega a alguém para servi-lo. Se não o serve a contento, o povo retoma o mandato e o entrega a outro.

4. Ética

Vocês já ouviram muitas vezes: os fins não justificam os meios, ou seja, para se conseguir uma coisa boa, não posso lançar mão de meios ruins. Para conseguir o bem do povo não posso, como os adversários, lançar mão da mentira, da calúnia, do suborno. A ética pressupõe no fundo o respeito pela pessoa e pela comunidade. Há uma sacralidade que não pode ser profanada. A pessoa nunca pode ser usada, manipulada como coisa, como objeto, embora vivo. Ela é sujeito, portador de dignidade, glória e mistério. O valor radical da pessoa reside em sua participação na divindade e em sua comunhão com a humanidade.

Neste ponto gostaria de dizer uma palavra sobre a violência, não só a violência física, mas também a violência psicológica e espiritual. Quem inaugura a violência é sempre opressor. A violência do oprimido,

do pobre é sempre resposta a uma violência primeira, estruturada em sistemas econômicos exploradores. Quando o povo é violento, ele está se defendendo contra a ameaça de vida, pessoal ou familiar. A violência do oprimido é legítima defesa. A nossa tradição cultural é de não-violência. Isto não significa resignação diante da justiça, conformismo com a espoliação. Não. A não-violência não é pacifismo inerte, mas ação, resistência, pressão, Brandamente, lentamente, jeitosamente, mas firmemente, permanentemente, pressionadamente vamos dizendo ao opressor: não te é lícito oprimir teu semelhante, devorar a carne de teus irmãos, torturar o pobre, filho de Deus, como tu!

Diz-se que quem tem poder, baseado na autoridade, não necessita da força para se impor. Mas isto não é verdade. O exercício do poder público lida com grandes interesses e com a pulsões instantivas mais profundas do homem. Por isto, mesmo quem tem o poder legítimo, necessita da força para exercê-lo em benefício da maioria. A minoria, contrariada que não queira se submeter democraticamente, deve ser compelida pela força a fazê-lo. Por isto, não há comunidade alguma organizada que não tenha suas forças armadas para a defesa da autoridade constituída e do povo, e nunca para proteger os interesses de oligarquias insaciáveis e para reprimir as justas reclamações populares.

5. Ternura

Governar é cuidar de gente e não fazer negócio. Lidar com o povo é tarefa fundamentalmente maternal, feminina. É cuidar do bem-estar do corpo e da alma das pessoas. Isto pode lhes parecer afeminado. Mas não. É que estamos acostumados a ver uma política machista, onde um clube de chefões, usando o nome do povo, fazem grandes negócios em benefícios próprio e de seu grupo. Bom governo é aquele que tem seu povo vestido, alimentado, cuidado, instruído. Mas vejam a nossa situação atual: a 8ª economia do mundo tem um povo abandonado por seus governantes mercenários. O povo anda por aí vagando, desprezado, fedorento, faminto e sem futuro. Nós que lidamos com o povo devemos cultivar esta dimensão feminina de todo o ser humano: o cuidado, o carinho a ternura. Che Guevara nos lembrava que na luta pelo povo "hay que endurecerse, pero si perder la ternura jamás".

Neste relacionamento amoroso com o povo temos de nos vigiar para não cairmos em dois vícios sutis: o paternalismo e o autoritarismo.

O paternalismo cuida do povo, dá-lhes coisas, protege-o, não o deixa crescer. O povo vive em perpétuo estado de minoridade sem nunca atingir a independência, a autonomia. No fundo, o político paternalista não quer que o povo cresça, porque pode eventualmente sofrer críticas dele, perder voto e capital político. O autoritarismo é a atitude do agente que acha o povo ignorante, fraco e de pouco valor. Por isto, precisa ser conduzido, mandado, orientado. O povo não sabe nada, não pode nada, não vale nada. O agente autoritário esconde um secreto desprezo pelo povo e alimenta uma asquerosa arrogância que o faz julgar-se melhor e superior.

No relacionamento com o povo só há uma atitude: a do bem-querer. Devemos nos perguntar sempre: qual é o bem que o povo quer? O que lhe interessa? Logicamente, a resposta a esta pergunta não pode ser ingênua. Às vezes, o povo também se ilude sobre seu próprio bem. O trabalho do agente torna-se então o trabalho da parteira que ajuda o nascimento da consciência crítica, o despertar para ver o que está detrás das aparências. Todo agente deveria ter como lema: "É necessário que o povo cresça e que eu diminua".

6. Cooperação

Homem algum é uma ilha. Somos um nó de relações. O movimento popular deve se dar as mãos. Afinal, o objetivo final é o mesmo. Mas qual é este objetivo? Uma sociedade, onde todos possamos participar do fruto de nosso trabalho; onde haja liberdade de pensamento; onde seja respeitada a diferença. Queremos uma democracia em que a economia esteja na mãos dos trabalhadores; a política nas mãos do povo organizado e onde seja assegurada a igualdade básica sem sacrificar as diferenças pessoais. Um governo assim seria um socialismo democrático ou se preferirem uma democracia socialista. Para atingirmos este objetivo final, devemos fazer alianças com os partidos, com os movimentos de igrejas, com os sindicatos e associações. Mas quais seriam os critérios destas alianças?

1. Respeito pela autonomia e independência de cada movimento. Partido é partido, sindicato é sindicato, associação de moradores é associação de moradores. Cada entidade tem sua dinâmica, sua estrutura e sua vida própria. O movimento popular não pode ser manipulado, instrumentalizado, atrelado, por grupos políticos ou econômi-

cos. Vira no fim correria de transmissão e trampolim dos espertalhões e inescrupulosos. Chamo aqui a atenção de vocês para as práticas tradicionais dos partidos políticos. Eles são hábeis em se aproveitar dos movimentos populares para fins eleitoreiros. Vocês como políticos-pas-tores devem correr com estes mercenários e mercadores.

2. A busca da autonomia popular e o esforço para fazer crescer a caminhada do povo. Aqui é a experiência quem vai dizer quem é aliado ou não.

A igreja às vezes ajuda, às vezes atrapalha, dependendo do bispo ou do vigário. Os PC's, por sua ideologia das vanguardas revolucionárias que devem conduzir o proletariado, normalmente tem o mesmo problema como a Igreja. Os sindicatos pelegos e as associações autoritárias não ajudam a independência e o caminhar nos próprios pés. Neste ponto, sigam o preceito evangélico: se a aliança produz consciência, crescimento, amadurecimento, então é boa. Se, ao contrário, produz manipulação, dependência e constrangimento, então é uma má aliança. Deve ser desfeita o quanto antes.

7. Confiança

Ninguém faz negócio com pessoa fraca e pobre. Que pode receber em troca? Por isto, o político tradicional e o agente autoritário não acredita na força do povo. O povo não tem poder, pensam eles. A força política que tem é o voto que pode ser negociado por uma saca de cimento, por uma certidão de nascimento ou por uma matrícula na escola.

Mas o povo disperso, adormecido, desesperançado não tem realmente força política visível. Sua força está na carência, no vazio, na falta do humano que de direito lhe pertence. E este vazio clama para ser preenchido, satisfeito. É uma necessidade profunda que não cessa de suplicar até ser atendida. É uma fome e sede de justiça que atormentam e impulsionam à ação transformadora. Por isto, a pobreza traz consigo as promessas de futuro. O pobre luta pelo amanhã, enquanto o rico defende o passado e o presente. Quando este não-ser, esta falta, este vazio, carregados de esperanças, são organizados em sindicatos, associações, clubes de mães e pastorais do menor, da saúde, da mulher marginalizada, então começam a adquirir força política. A organização desta frente de esperança está calcada sobre uma

imensa carência e frustração. Esta frente criadora pode transformar-se também numa frente de destruição. A grande miséria social é material de fácil combustão. Daí a responsabilidade do político e do agente social em canalizar e administrar esta explosiva energia que a ruptura social produziu.

Não se faz trabalho popular duradouro, sem a fé no futuro do povo humilhado, desprezado, silenciado e sem a confiança na capacidade de o povo encontrar o seu caminho rumo a libertação. Esta confiança valoriza o saber popular que não é necessariamente um compreender, mas um sentir sobre o que lhe convém ou não. Creio que a grande contribuição ao pensamento político ocidental foi dada por Paulo Freire, quando institui o pobre desprezado como fonte legítima de conhecimento: o povo sabe porque vive e sofre, costuma ele dizer. Esta afirmação deixa verdadeiramente apavorados os acadêmicos pedantes e as vanguardas iluminadas que se julgam a consciência exclusiva do proletariado. Por isto, ao irmos ao povo, vamos primeiro escutar e só depois falar. Para haver uma verdadeira troca de saberes é preciso desarmar-se das certezas e estabelecer um campo receptivo e aberto ao diálogo.

8. Paciência

Paciência vem do verbo latino *pati* (= sofrer). Paciência é sofrer resistindo. É suportar não com resignação, mas com ação: e ação firme, permanente, destituída de ódio e violência. Vocês que lidam com o povo já devem ter sentido cansaço: trabalha-se, luta-se e a coisa não anda. O povo não participa e, quando participa, a ação não se desenvolve no ritmo que gostaríamos. É que a história anda devagar e não tem o mesmo passo nosso. Semeamos, mas outros vão colher. Gostaríamos de ver a colheita ainda em vida. No entanto, só nos é dado ver os brotos, as promessas.

Por isto, não desanimamos na travessia. Vamos nos reconfortar com os companheiros, manter a esperança e suportar a aridez de nosso trabalho. Quando há resultados e nos sentimos animados, vamos aproveitar para renovar nossos propósitos. Vamos nos reunir, sempre que possível, como neste domingo, para celebrar nossas vitórias, rever nossos descaminhos e alimentar-nos com o pão da nossa amizade. A travessia é longa, o deserto ardente, os lobo, vorazes e as miragens muitas.

9. Gratuidade

Somos portadores de desejos e sonhos. Mas quem nos faz desejar e sonhar? Qual é a fonte donde brota esta vontade de libertar o povo? Quem nos sustenta neste trabalho onde se colhem mais espinhos que rosas? É um mistério. Conhecemos o desejo, mas desconhecemos quem ou que provoca este desejo. Por isto, agimos e trabalhamos envoltos no desconhecido, no escuro. Mas temos a sensação profunda de que este desconhecido não é ameaçador, tenebroso, mas antes aconchegante e confortador. É uma presença amiga, desinteressada gratuita. É graça. Somos impulsionados de graça, sustentados de graça e consolados de graça. Continuamos na luta, sem saber muito por quê. Mas continuamos e no fundo gostamos. Não é um gosto vaidoso, narcisista, mas antes união e ternura que vem de alguém ou algo maior do que nós.

10. Serenidade

Por causa da gratuidade, do envolvimento gracioso, somos serenos em nosso trabalho com o povo. Percebemos que no fundo somos instrumentos, servos de um projeto histórico maior, cujos detalhes desconhecemos, mas em cujo fim acreditamos. Servindo ao povo sentimos estar servindo a um Senhor maior. Não somos os donos, somos antes co-operadores; não mandamos, somos antes mandados; não somos os principais necessários, somos antes os secundários dispensáveis. Não propomos a palavra, antes respondemos. Não agimos, antes estamos à disposição generosa. A serenidade, mesmo nas encruzilhadas mas difíceis, é a certeza de que "tudo o que acontece é adorável", na misteriosa frase de Léon Bloy.

Para concluir, gostaria de me antecipar a uma observação que muitos de vocês estão querendo fazer: isto tudo é muito bonito, mas é irreal, é utópico. Mas eu lhes digo, como os estudantes franceses em 68: "Porque somos realistas, por isto somos utópicos e sonhamos." É que o sonho faz parte da realidade. É a utopia, o sonho, o não-realizável que fermenta a nossa triste e inacabada realidade. O princípio da realidade torna-se frio e cruel se não for embebido no princípio do desejo. A utopia desperta a esperança, mobiliza forças escondidas e nos confere o brilho do futuro. Sonhar nos reconforta, nos reanima. Sonhar é celebrar e reacender projetos que a dureza da realidade insiste em apagar.

Meus amigos, vamos voltar ao nosso trabalho reconfortados pela nossa benquerança e incendiados pelos nossos sonhos. E nossos sonhos são possíveis. Queremos que todos comam, que participem do que produzem, que criem filhos com dignidade, que tenham espaço para se divertir, criar, adorar. Na realidade cinzenta em que vivemos, custamos manter acesos mesmo os pequenos sonhos. Mas junto com a força dos fracos, vamos construir o Brasil que a gente quer e merece.

DE COMO FAZER POLÍTICA SEM PERDER A ALEGRIA DE VIVER

Cristóvão Pereira⁽⁷⁾

INTRODUÇÃO

A minha intenção é tentar fazer a ligação estreita existente entre política e vida, política e militância, com a alegria de viver, a busca constante, consciente ou inconscientemente, da alegria de viver, o nosso desejo de ser feliz, realizar-se.

Enfim, o que se pretende é mostrar que política, fazer política, viver na pólis é uma questão que vai além da questão partidária, da visão e exercício do poder, de estratégias e táticas. Numa palavra: política e humanismo estão bem próximos, se implicam. Política supõe uma maneira de ser e de viver, de se relacionar com os outros homens (homem e mulher), no seio de um espaço comum que chamamos de pólis, num relacionamento diferente com a natureza, com o planeta, com a vida como um todo. Trata-se, afinal, de todo um esforço, uma ascense de superação de uma postura racional, cartesiana e positivista de nós mesmos, da natureza, do mundo e da sociedade por uma visão integradora, holística, onde a parte supõe e está no todo e é o todo que dá sentido, suporta, explica a parte. Um não vai sem o outro e um está no outro.

Importa repensar a política, a militância, dentro de uma prática política nova, de um agir político novo, englobando nesta prática a pessoa como um todo, cada um de nós como uma totalidade. Para ilustrar tudo isso, discorrei sobre três fatos que aconteceram comigo e que me toca-

⁽⁷⁾ *Cristóvão Pereira é sociólogo, franciscano, assessor político na Prefeitura de Ipatinga, MG.*

ram profundamente, isto é, foram importantes para mim (*importante*, do latim "importante"; "in" significa *dentro*, no *interior*"portare", por sua vez, quer dizer *portar*, *carregar dentro*, *faz parte de*, *carregar*); daí, *importante é aquilo que carrego dentro de mim, faz parte do meu ser, de minha vida, algo que me faz crescer de dentro para fora*; agora é, passa a ser, sangue de meu sangue, vida em minha vida.

1. O Discurso de Lula

O discurso do companheiro Lula no VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 03/06/90, é o primeiro fato.

Já fazia algum tempo que tinha lido esse discurso-testemunho de Lula. Em contato quase diário com a turma que está à frente de Sindicatos da cidade (Ipatinga), como também do Partido dos Trabalhadores, e, na qualidade de Coordenador de assuntos políticos da administração petista da prefeitura municipal, portanto, convivendo diariamente com os que estão mais diretamente ligados com as diretrizes políticas da administração local, algumas tiradas do Lula, chamas candentes de um coração inflamado, ficaram como que martelando-me na cabeça, ou melhor dizendo, no meu coração; afinal, em todo o meu ser, em minha vida. Relembro algumas tiradas, entre tantas outras, a título de ilustração, como veia inspiradora dessas considerações em torno da temática: a dimensão prazerosa de se fazer política, de ser político, de ser militante de esquerda, portanto, de alguém que se compromete e se engaja na luta por algo diferente de tudo que está aí; de se envolver, de corpo e alma, inteiramente, num processo pedagógico também diferente, começando consigo mesmo; de formação de um "uma nova mulher e de um novo homem", conseqüentemente de uma nova pólis, de uma nova Sociedade, almejada por todos nós com todas as veras de nosso coração, vale dizer, de nossa vida.

Resumindo: como ser político, fazer política, ser da oposição, ser da esquerda, ser militante sem medo "medo de ser feliz!" Sem deixar de ser gente, pessoa, amigo, companheiro, humano, solidário, ético, homem, mulher, esposo, esposa, pai, mãe, namorado, noivo, irmão, enfim. Sem perder a alegria de viver.

Vejamos então algumas tiradas do companheiro Lula:

"...é preciso que nenhum de nós se autodetermine como dono da

verdade. É preciso que a humildade seja a ponta de lança da condução de um dirigente político-revolucionário. A verdade não está individualmente em nenhum de nós, a verdade está na síntese coletiva que fomos capazes de tirar dos nossos congressos, das nossa convenções, dos nossos encontros” (palmas).

“Volto assumir a presidência do Partido dos Trabalhadores com um orgulho extraordinário... e no momento em que o socialismo cai em desgraça na boca da burguesia e no noticiário da grande imprensa... no momento em que o socialismo está em baixa diante da opinião pública... Para nós, do PT, o socialismo não é um estado do espírito, o socialismo é uma concepção de vida, de uma sociedade que nós sonhamos construir com seus acertos e com seus defeitos”.

“Nós, do Partido dos Trabalhadores, que temos 10 anos de existência, nós, que estamos aqui nesse plenário – e tenho certeza de que pelo menos 70% começou a fazer política a partir do PT – nós, que estamos sonhando com uma nova sociedade, nós que estamos sonhando enfrentar um governo populista, neoliberal, fascista, que tomou posse dia 15 de março; nós que estamos nessa convenção precisamos sair daqui convencidos de uma coisa e, ao chegar ao poder, exercer o poder, é acreditarmos naquilo que foi a razão do nascimento do PT, é acreditarmos numa coisa chamada trabalho de organização de base, conscientização da classe trabalhadora e politização dos oprimidos” (palmas).

“Eu fui embora ontem, com o meu companheiro Espinosa, que é militante sindical e está acima da média política de nossa sociedade, até porque trabalha há tanto tempo comigo que já aprendeu alguma coisa. Ontem ele foi me buscar em casa pela manhã e disse: ‘Lula, penso que vou sair do PT’: ‘Por que você vai sair do PT?’. Ele disse: ‘Porque eu não entendo o que estou fazendo neste partido!’. E eu dizia ao companheiro Espinosa que, as vezes, há coisas que a gente não entende (palmas), e é importante termos a humildade de dizer que não entendemos para que as pessoas possam nos ensinar a entender. Um dia um companheiro – não vou citar o nome, mas ele deve estar aqui – me dizia: ‘Lula, quando alguém escrever ou disser alguma coisa que você não entende, você é burro. Quando, pela segunda vez, alguém disser ou escrever alguma coisa que você continua a não entender, você ainda continua burro. Mas pela terceira vez, quando alguém dis-

ser ou escrever alguma coisa que você não entende, burro é quem escreveu ou falou e não você que não entendeu" (palmas).

" A questão da democracia não é uma coisa fácil. A gente aprende que a democracia é difícil a partir da nossa casa, convivência com a mulher, com os filhos, na convivência das companheiras com os maridos, os namorados, afinal de contas não é todo mundo que gosta de lavar a louça, de enxugar os pratos, arrumar a casa, arrumar a cama, lavar a cueca, lavar as meias de manhã. É muito mais cômodo jogar num canto do banheiro na expectativa de que alguém passe, lave e deixe limpo no dia seguinte. Na política é mais ou menos igual. As coisas são complicadas. As vezes seria mais fácil fazermos grandes conchavos, evitarmos as grandes discussões, quem sabe contentaríamos muita gente. Mas não do ponto de vista do nosso partido, que tem como meta prioritária a politização do povo, porque nós do PT entendemos uma coisa que é sagrada: povo que não é politizado não é povo, é massa de manobra. E nós queremos povo politizado, povo conscientizado, povo preparado politicamente (palmas). Por isso somos diferentes".

"... de todo o coração quero dizer que um dia, quando eu ainda não tinha consciência política, eu dizia a Marisa: 'Vou largar o sindicato e voltar para casa para ajudar a mulher a cuidar dos filhos'. Eu nem tinha noção de que um dia ia criar, junto com vocês, o PT. E quando ela esperava que eu fosse deixar o sindicato para voltar para casa, eis que surgiu o PT e, em vez de voltar para casa, eu arrumei outra casa para começar a freqüentar, que era a sede do partido, os debates do partido. Depois vieram as eleições para o governo do Estado e eu dizia para a Marisa: 'Se não der certo essa, eu paro um pouco volto para casa'. Depois vieram as eleições de 86, a fundação da CUT, depois vieram as eleições de 88, de 89 e eu falei para a Marisa: 'Se não der certo a Presidência, a gente vai viver uma vida tranqüila, porque eu não quero mais ser deputado'. E agora eu volto à presidência do partido e sei que tenho mais trabalho do que tinha antes para fazer, tem muito mais tarefas para a gente fazer" (palmas).

"Eu acho que política não pode ser uma coisa raivosa; política para nós, da esquerda, tem que ser uma coisa gostosa, é preciso compatibilizar política com as coisas boas da vida. Não é obrigatório alguém se separar da mulher ou a mulher do marido por causa de um partido político. Esse

partido político não presta se ele obrigar as pessoas a se separarem, ele tem que fazer com que as pessoas se juntem a trabalhem cada vez mais; se as pessoas tiverem que se separar, será por outras razões, nunca por causa do partido, nunca por causa da luta” (palmas).

Dentro desta ótica, torna-se quase inevitável e imprescindível resgatar essa dimensão antropolítica, existencial do nosso compromisso político, do cotidiano de nossa luta e militância, libertando-nos de um modo de entender política como algo estreitamente relacionado com a questão da tomada do poder do Estado e dos instrumentos para o exercício desse poder. E, então, a gente se perde nos desafios e conflitos do dia-a-dia, na obsessão doentia de querer marcar presença, conquistar espaço, garantir a hegemonia, explicitar com clareza e o máximo de objetividade o que é meio e fim, o que é tática e estratégia, os passos que devem ser tomados ou então o recuo que se faz necessário. O imediatismo nos consome, nos envolve de modo sorrateiro, subliminar, porém impiedosamente. Do imediatismo para o pragmatismo e fisiologismo a distância não parece tão grande.

2. A chatice da Esquerda: “Somos chatos e discurseiros”

Outro fato que mexeu comigo, me fez mudar por dentro, avançar no processo dinâmico e vital de conversão, no sentido de crescer de dentro para fora, foi o último Encontro Nacional do Movimento Fé e Política, realizado nos dias 14-15-16/12/90, São Paulo, Cajamar. No domingo, pela manhã, após uma aquecimento que fizemos apenas uns quinze minutos, através de alguns exercícios de expressão corporal quando nos descontraímos a valer, tanto os que participaram diretamente dos exercícios como os que ficaram, cabreiros, na observação embora, morrendo de rir, portanto, na condição de participantes-observantes, fomos divididos em grupos, à livre escolha, em torno dos seguintes temas:

Tema 1: Socialismo e Democracia (“O Socialismo acabou; agora, a luta é pela democracia”).

Tema 2: Subjetividade Humana x Objetividade Política (“Não se faz revolução sem mudança pessoal”).

Tema 3: Mitos, Utopia e Condição Humana.

Tema 4: Ética, Espiritualidade e Condição Humana (“Cabeça x Coração; Presente x Futuro: meios e fins”).

Tema 5: Mercado x Necessidade – Desejo x Necessidade – Reino da Necessidade x Reino da Liberdade.

Não sei bem o porquê, mas senti o desejo para participar do grupo que optara pela temática nº 5: “Política e Desejo”.

No grupo, a partilha corria solta e no final elencamos nada menos de 12 pontos a serem apresentados na Plenária.

Destaco entre eles a colocação de um companheiro, militante político, deputado estadual, pelo Partido dos Trabalhadores, em Goiás.

“Nós, da esquerda, enfatizava ele, somos por demais discursivos, chatos. Dissociamos o discurso afetivo. Somos demasiadamente teóricos, racionais, exigentes e rígidos para conosco e para com outros. Não sabemos vender o peixe, o nosso Projeto Político, nossa causa, nossa bandeira. Somos sacos. Não sabemos explorar o imaginário religioso, a dimensão afetiva, humana de nossa luta, de nossa militância. A direita, sim, utiliza, explora, manipula com o religioso como expressão constitutiva do desejo. Basta ver a campanha do Collor! Como a mídia explorou o simbólico, a religiosidade popular encarnada na pessoa lendária de frei Damião etc. Não estamos suficientemente amadurecidos para não ter medo de ser feliz, como petistas, como militantes de esquerda, de alguém que crê e aposta no Socialismo. Ficamos como que embutidos, acanhados, com pudor, vergonha até de falar, lutar pelo Socialismo.

E o “Religioso” entendido não tanto como confessional, mas como expressão mais profunda do Desejo, da busca do sentido último de Vida, da globalidade, do Tau, do absoluto, do transcendente, de Deus, enfim!

Devemos pensar o religioso como expressão de integridade. Pensar na sua religiosidade como “ser uma pessoa inteira”, como realização de nossas utopias mais profundas e radicais. Enfim, Política para nós é algo de racional, coisa só da cabeça, da razão e pouco ou quase nada do coração!

E o desafio maior é superar isso para a gente mesmo. Dentro da gente! E a coisa complica quando, na condição de intelectuais orgâni-

cos, somos chamados, desafiados a traduzir isso de modo que bata com os anseios populares!

Não sabemos bem como ser socialista, o que é Socialismo, o que é esquerda, o que é ser militante-petista, o que é e como deve ser uma administração petista! Qual o lugar da mulher, sua contribuição específica, na Política, no Sindicato, no PT!

3. O Testemunho de um militante sindicalista

Fiquei conhecendo o João Rocha, coordenador, salvo engano meu, do setor de Formação do Sindicato dos Químicos em Salvador. Gente nossa, militância cristã e sindicalista, no Vale do Aço, mais precisamente, em Timóteo.

O fato se deu na sede do Metasita. Sindicato dos metalúrgicos da Acesita. Timóteo, Minas Gerais. Quando entrei na sala da presidência, peguei o restinho da conversa e, de enxerido que sou, pescocei alguma coisa, uma vez que o assunto era "Formação Sindical"!

Logo percebi que o Rocha estava metido no negócio até o pescoço! Falava com entusiasmo (*em-Téos*, isto é, *cheio de Deus*), com ardor e paixão. O negócio é investir de corpo e alma na Formação de Lideranças, de novos quadros sindicalistas. Cabe a nós plantar hoje e não importa que outros colham amanhã; sendo para o bem, a libertação do povo, a gente se sente realizado, feliz! A conversa era neste tom!

E o Rocha nos deixou uma lição riquíssima! Nos cursos e encontros de Formação costuma ele lançar a seguinte provocação à moçada:

Além do trabalho duro na Fábrica, das reuniões de sindicato e compromissos com a Comunidade, o que vocês fazem no final da semana? Seria, segundo ele, a operação "ODV": Outras Dimensões de Vida. E não é que a turma se enrosca toda?! O barzinho, a cachaça, o barulho, a pelada, uma boa soneca e, por vezes, a pescaria. Outros, além das horas extras, o mutirão, o conserto ou aumento da casa, a limpeza do jardim ou do quintal, a TV. E a convivência com a patroa, com os meninos, com a namorada, a noiva? A gratuidade de gastar tempo com os de casa, os mais íntimos, os seus?

Era o que menos aparecia e o que mais carecia! O que importa é o negócio, aquilo que é útil, aquilo que produz! O ócio, o gratuito, partilhado com os mais de perto, os mais íntimos, ficava em segundo plano, ou até mesmo considerado inútil, coisas de classe média, de burguesia! Fora eu ao Metasita para convidar a turma para o Seminário: “O Socialismo que queremos”, promovido pela Coordenadoria de Assuntos Políticos, da Secretária da Prefeitura de Ipatinga, no qual um dos temas abordava esse assunto sob título: “O Socialismo Utópico”.

4. O Retiro sobre Fé e Política

Este evento se deu nos dias 1º, 2 e 3 de fevereiro último, no Recanto das Mangueiras, em Cel. Fabriciano, para militantes de nossas Comunidades, da Oposição Sindical, dos Movimentos Populares e Militância do campo parlamentar. 38 pessoas participaram do retiro, na sua grande maioria de jovens. O tema central girava em torno da espiritualidade, espiritualidade *no* e *do* conflito, coerência e compromisso de vida, reconciliação consigo mesmo, com os outros, com Deus e com a natureza.

A dificuldade maior era convencer a coordenação, depois a turma, de que se tratava de retiro, momento forte de recolhimento, encontro consigo mesmo, com os outros, com a natureza, o mundo, Deus enfim; não de encontro dias de estudo, discussão de conjuntura, amarração, planejamento de atividades.

A pedagogia empregada foi a do PTP – Prática, Teoria, Prática. Do vivenciado e, na medida do possível, dependendo da abertura e maturidade da turma, partilhado, a gente ia refletindo, sistematizando, aprofundando as coisas, o que ia surgindo, brotando do coletivo. Pois, na verdade, ninguém convence ninguém; converte ou muda ninguém; cada um é que se convence, muda aquilo que deve mudar, o que deve derrubar jogar fora e o que colocar no lugar.

O ponto inspirador era a Bíblia, figuras de realce na História da Salvação, culminando com o exemplo mais complexo, a práxis de Jesus Cristo.

A gente trabalhava com a técnica do deixar acontecer e cavocar em cima do acontecido. Como era de se prever, muita gente, inclusive

da coordenação, começou a boiar e se incomodar até que o conflito viesse à tona, explodisse na Plenária:

- Frei, aonde o sr. Quer chegar? O sr. está doido, perdeu o fio da meada! A programação proposta foi pro brejo, o horário combinado furou!

Duas jovens, não cabendo mais dentro de si, desafogaram: "questão de ordem!"

- Não estamos entendendo mais nada! Seria bom que outro da coordenação assumisse a direção e a proposta inicial respeitada e o horário observado!

Coloquei a coordenação em aberto! Na condição, porém, de que a votação fosse também em aberto, pública. Que cada um assumisse o seu voto perante o mundo!

Impasse criado. Na verdade, esperado e desejado por mim! Depois de muito rolar de bola, ficou convencionado que alguém do plenário assumisse a coordenação, o frei iria para o Plenário e que não bagunçasse as coisas, observasse as regras do jogo!

Tudo combinado e feito! Uma vez contornado o embaraço geral e os ânimos acalmados, o Plenário devolveu a coordenação ao frei para as considerações finais.

A questão pendente era a seguinte: há possibilidade de planejamento ou não? O momento era oportuno, o tempo maduro, para organizar, estruturar mais e melhor, no Vale do Aço, a Pastoral Política ou a turma optaria pelo mínimo de estruturação do Movimento Fé e Política, preservando assim o que é demais específico na espiritualidade do leigo e no ministério da militância cristã e no social, no político, sua autonomia, considerando a conjuntura eclesial em que estamos em nível de Instituição-Igreja? Tempos difíceis, de retração, desconfiança, tensão, confusão e mesmo de conflito! Haveria ou não encerramento com a celebração da Eucaristia? O altar e os utensílios sacros estavam sobre a mesa. O rito penitencial fora realizado na véspera, à noite, com participação intensa da turma, com confissão dois-a-dois, confissão comunitária e absolvição. A liturgia da Palavra tivera seu início com a oração da manhã e reflexões individuais e partilha na Plenária. Restava fechar o retiro com a parte eucarística.

O consenso maior foi pela não celebração eucarística uma vez que as tensões, divergências e diversidade de opiniões, certo grau de desconfiança e fechamento, por parte também da coordenação, eram evidentes e ainda não superados. O que se conseguiu, no momento, foi tirar uma comissão para dar continuidade ao Retiro, em termos de programar o Movimento Fé e Política no Vale do Aço. Isso seria depois do almoço.

5. Rever ou substituir a palavra “militante”

Militância é outra palavra, entre tantas outras, que deve ser repensada, ou melhor, dizendo, recheada de amor, coração, paixão, mística e espiritualidade. Militante faz pensar em militar, milícia. O acento cai mais para a sua dimensão de funcionalidade, a conquista de um determinado objetivo. As palavras não surgem à-toa. Elas estão carregadas de ideologias e valores bem determinados e nem sempre disto estamos conscientes. Por isto mesmo, as utilizamos quase como que automaticamente, o que facilita o processo de sermos utilizados por elas ao invés de as utilizarmos!

Falamos muito em “militante” e “militância”, “capitalizar politicamente”, “engrossar as fileiras do partido”, em trabalho de massa. Por que isto? Talvez, o que é mais grave, sem o querer, utilizando-as ou procurando vivenciá-las, estamos fortalecendo o sistema, o modo de produção que queremos derrubar.

Edgar Morin (*Para sair do século XX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 299-300.) chama a atenção para o fato de que, na História, há uma “minoridade” de indivíduos que se sentem internamente dedicados ao interesse geral e ao dever político. Daí os militantes.

Sendo minoria, os militantes, em princípio, são o que sal é, deve ser, na comida. O militante é o sal da terra. Deve ser um desprendido vazio de vaidades e ambições, para se dedicar aos fins coletivos. O risco de vida, como prova de veracidade e coerência da e com a causa que abraça, lhe é exigido e cobrado, sem tréguas. Ele deve irradiar entusiasmo, solidariedade, fraternidade.

Morin, com felicidade, chama a atenção também para os subprodutos da ação do militante. Os desvios que a história nos lega: burocracia e

sectarismo partidário. A substituição da estratégia pela obediência militar. A visão dialética de luta torna-se maniqueísmo. O discurso que deveria ter a força da persuasão, porque é expressão de vida, algo que brota do coração, pode tornar-se, rotina, ladainha, propaganda, som oco! O sectarismo, o preconceito, a exclusão dos que pensam diferentemente; a recusa da amizade aos que deviam. O amigo perdido torna-se inimigo, é motivo de desprezo, de ódio.

A palavra desgastou-se. Esvaziou-se de sua virtude, de sua força intrínseca. O modelo organizacional, ideológico, disciplinador deve ser substituído pelo sabor diferente que o animador responsável reacende.

Daquele que manda, dá ordens, surge aquele que organiza, sem manipular, que comunica; não dirige, mas anima.

Ele propõe e inspira. O modelo, segundo Morin, torna-se, então, não o do médico que conhece o remédio de que o corpo social doente necessita, mas a do acupuntor que estimula um centro periférico que, pouco a pouco, despertará o organismo, o qual, por si mesmo, operará a sua cura.

O militante, visto mais como um animador/ responsável, é uma pessoa apaixonada, vibrante, cheia de amor pela causa que crê e por ela se entrega. É movido por sua "dinamis", uma energia interior, uma mística, uma espiritualidade que o mantém sempre de pé, alerta, confiante, perseverante; no sucesso, discreto, humilde, recatado; nos revezes, se penitencia, reconhece o erro, a limitação; perdoa e sabe acatar o pedido do perdão. Ele é, em suma, um corajoso (dom latim: *cor, coração; agere, agir*), alguém que age com o coração, vale dizer, com a vida.

6. Concluindo: um pouco de Espiritualidade

Resgatar a dimensão prazerosa, afetiva, erótica, da Política, da militância, do fazer política, de ser um agente pastoral, um agente social.

Ser alguém, um grupo que faz história, sem negar a si mesmo, o outro enquanto outro e diferente. Se imbuir de uma espiritualidade que nos move e impulsiona e nos une. Espiritualidade, como coração do coração, não na sua matriz cultural grega, dualística, em oposição à matéria. Mas, antes, em sua raiz bíblica, onde Espírito se opõe à morte,

à inatividade. Espírito no sentido de vida, ação, o motor de minha vida, o que move a minha ação, me dá sentido de integridade, paz interior, alegria de viver, de lutar, se doar; morrer pela causa que se crê e com a qual a gente se mistura, se identifica.

Uma espiritualidade que se alimenta do Deus do Êxodo e da Encarnação quenótica. De um Deus que desinstala, sacode, faz sair de uma situação de não-povo, de massa, de escravos, para ser povo em busca da Vida, da Libertação, concretizadas na conquista da Terra, da Terra Prometida.

Espiritualidade do Deus que está purificando seu povo no Exílio e o convoca para o retorno à Pátria, à reconstrução do Templo, à observância da Aliança. De um Deus que, após a restauração, com a criação do Reinado, das cidades, sacode seu Povo para se converter das idolatrias e limpar de seu meio as injustiças, os sinais de não-vida. O povo faz a experiência de um Deus que desinstala quando a tendência geral é a acomodação, a lei do menor esforço, o consumismo, daríamos hoje em dia.

Espiritualidade da Encarnação quenótica, no exemplo de Jesus Cristo que, nas tentações, poderia ter seguido o caminho tradicional do Poder, do Maravilhoso. Daquele que assumiu a natureza humana naquilo que tem de mais vazio, frágil e fraco. A gente, então, recorda e relê os passos da Paixão do Mestre, a cena do Jardim das Oliveiras, o processo, a flagelação, a cruz, a crucificação, a morte no Calvário. Pobreza, Dor, Morte. Vem à mente os cânticos do Servo de Javé: Is 42,53 e F1 2,7. "Ele não apaga a mecha que fumega", sopra os gravetos que restam. Não "quebra a cana rachada", dá para aproveitar, há sinal de vida! Uma espiritualidade que é respeitosa, parte do que já existe, procura, busca o que de valor traz no seu bojo.

Espiritualidade que inspirava a pedagogia de Jesus. Não veio com a resposta pronta. Ela é respeitosa, distila confiança. Daí também todo o seu vigor, sua força, o ânimo que a anima. É aí que Deus está falando, está agindo.

Espiritualizar a Política, a práxis política, a própria Pólis, o espaço humano, a casa comum que queremos construir para todos nós. Esta espiritualidade é que devemos descobrir, reinventar para conservar a difícil, mas necessária arte de fazer Política sem perder a alegria de viver.

MILITÂNCIA E CRISE DE SUBJETIVIDADE

Paulo Fernando Carneiro de Andrade⁽⁸⁾

Tem-se tornado freqüente falar em crise de subjetividade. Nos mais diversos ambientes por onde passa um assessor de pastoral, o tema volta e quase sempre de forma angustiada. O que está acontecendo? O que fazer? São muitas as indagações e poucas as respostas. Nestas páginas, procurarei refletir, um pouco sobre o tema, de forma despretensiosa, apenas para colocar alguma lenha na fogueira. Farei isto a partir de algumas afirmações comentadas.

1. Existe uma crise de subjetividade no militante cristão.

Este é o ponto de partida: reconhecer que existe uma crise de subjetividade no militante cristão, que não parece ser nem superficial nem passageira, e que é geral. Não se trata de uma crise de um ou de outro militante, mas de algo muito abrangente e profundo. Essa crise, ainda quando não vem explicitamente manifestada, se faz ver de muitos modos: desânimo, apatia, afastamento de importantes lideranças, fortes crises existenciais que colocam até mesmo em xeque o sentido da vida, perda do sentido da luta, crise dos valores éticos etc.

2. A crise de subjetividade não é exclusiva do militante cristão

Diante do quadro acima descrito, muitos se assustam e deixam de perceber algo fundamental: a crise do militante cristão insere-se dentro

⁽⁸⁾ O autor é leigo, casado e doutor em teologia. É atualmente professor e coordenador de pós-graduação em Teologia na PUC-RJ e membro da equipe de Assessoria Pastoral do ISER.

de um quadro muito mais amplo de crise de subjetividade que está se dando em nossa sociedade. A crise não é propriedade privada dos militantes: são muitos os não-militantes que estão em crise tão ou mais profunda que a dos militantes. A crise também não é exclusiva dos cristãos, e parece abranger um grande número de pessoas. Penso ainda que se deveria falar não de uma crise, mas de várias crises que se cruzam e inter cruzam: é a crise de esperança ou das utopias, é crise de gerações e de idades (crise dos 30, dos 40...), de afetividade, de valores de referência, de paradigmas teóricos e existenciais de interpretação do mundo e tantas outras. Nesse sentido, é preciso adquirir por vezes um certo, embora difícil, distanciamento da própria crise para não ser absorvido por esta, considerando-a única, exclusiva e total. É necessário também procurar discernir as várias causas de uma crise pessoal para que não se atribua as causas secundárias os motivos que levaram a essa situação, procurando então, falsas soluções.

3. A crise do militante cristão tem características específicas

Não obstante as considerações feitas acima, não se podem deixar de reconhecer, entretanto, que a crise dos militantes cristãos tem seus contornos específicos. A crise do Socialismo Real e das utopias trouxe para muitos militantes uma perda do sentido de seu engajamento nas lutas de transformação social e, portanto, uma crise de identidade e do sentido de suas vidas. É natural que nesse contexto sujam dúvidas e questões como estas: será que as energias despendidas e os sacrifícios feitos até agora foram inúteis? Desperdicei minha vida lutando contra moinhos de vento? Muitos chegam aqui a se considerar traídos pela história e pelo povo e têm a sensação do abandono e da solidão. A essa frustração soma-se ou conjuga-se uma outra: a da descoberta de que depois de tantos anos de militância não se chegou a uma realização pessoal. O tempo passou, os militantes de 64 e 68 já estão com 40 ou 50 anos, idades de crise, que neste caso chega forte: o que fiz com minha vida? O que é ainda possível fazer? E se tivesse escolhido outro caminho, não seria mais feliz? Neste ponto é necessário ter o cuidado de não atribuir à militância frustrações pessoais que nada ou pouco têm a ver com esta. Muitos aqui chegam a tal rejeição, que pretendem recuperar o tempo que julgam perdido abandonando a militância, a casa e a família para tentar tudo de novo. Para alguns a questão chega de um modo diverso: sentem-se frustrados

por julgarem ter “cedido ao sistema”. Este é um problema que se encontra principalmente em militantes que são profissionais liberais. Deve-se perguntar se realmente aconteceu isto, ou se o que está acontecendo não é um choque entre certos projetos de juventude e a vida que se construiu a partir de critérios mais pragmáticos, sem que isso signifique o abandono ou o abrandamento da luta e da militância. Fazem parte da crise do militante também questões sérias sobre sexualidade e a família. Foram questões não tratadas por serem julgadas pessoais e não sociais ou então já resolvidas. Muitos vivem hoje crises em seu casamento, em sua afetividade e na sexualidade. Surgem dúvidas, bloqueios e dificuldades que se pensavam superadas, mas estavam só sepultadas no inconsciente e agora emergem. Nesse ponto muitos descobrem, talvez tardiamente, que seus casamentos passam por crises como todos os outros, sendo que, porém, algumas tendem a atribuir a responsabilidade exclusiva dessas crises à militância. Na área da sexualidade existem muitas questões sobre o modo, o sentido e a direção de um comportamento verdadeiramente livre e integrado, além da dificuldade de se superarem certos bloqueios que surgiram como frutos de uma educação altamente repressora dada durante a infância e adolescência em certos ambientes cristãos. Aqui surgem também muitas questões por ocasião da educação dos filhos, ou quando esses passam a assumir certos comportamentos que, em teoria, os pais consideravam corretos ou possíveis, mas que na prática não conseguem aceitar. E principalmente nesse momento que irrompem com muita força velhas questões não resolvidas. Lugar importante ocupa também, na crise dos militantes, a questão religiosa. A atual “estação de seca na Igreja Católica” tem um peso fundamental neste contexto. Diante do avanço do neoconservadorismo na Igreja, muitos militantes começam a não mais ter espaço na Igreja até para celebrar sua fé e vão, pouco a pouco, se afastando ou sendo afastados da Igreja. Outras vezes, o fato de não ter encontrado uma espiritualidade que corresponde à sua prática ou às suas novas demandas espirituais, tem sido o responsável pela crise nessa área. Muitos então saem em busca de experiências religiosas alternativas, onde, por vezes, se realizam, mas onde não poucos têm encontrado novas e profundas frustrações.

Embora ainda se pudesse falar de muitas outras especificidades da crise de subjetividade do militante, penso ser melhor seguir adiante com mais algumas reflexões.

4. A necessidade de debater: repensando o lugar da ética, da realização pessoal, do desejo e da corporeidade, da natureza e da religião.

O excelente, embora por vezes monótono filme de Win Wenders, "Asas do desejo" (ou " O Céu sobre Berlim"), trata de um tema impensável antes da modernidade (ou pós-modernidade?): o desejo dos anjos de se tornarem homens. No filme vem repensado de modo belo e poético a corporeidade, o desejo e o sentimento de inutilidade dos anjos no mundo contemporâneo. Os anjos vêem preto e branco porque não desejam; ao desejar e se apaixonar por uma trapezista de circo, uma anjo vê, por um momento, em cores. Cansado com a monotonia de sua vida e tendo provado o desejo, o anjo deseja ser homem. É tentado por um homem (na verdade um ex-anjo), que não pode vê-lo, mas pode senti-lo: este lhe fala sobre o quanto é bom ter corpo, poder sentir frio, esfregar as mãos para se aquecer, pegar com elas uma xícara de café quente... O desejo do anjo é satisfeito e ele se torna homem. Não mais pode se deslocar sem estar preso ao tempo e ao espaço, sente dor, pode ser enganado, pois perdeu o poder de ler pensamento, mas pode desejar, amar, e vê as cores do mundo. Tem de aprender a chamar as cores pelo seu nome, a lidar com dinheiro, e a procurar o ser amado. Como no denso filme de Win Wenders, muitos cristãos através da militância deixaram o mundo dos anjos e se fizeram homens e mulheres. Ganharam um corpo, o poder de desejar e sonhar, e a possibilidade de ver o mundo com suas cores. Porém, muitas vezes, ainda não aprendemos a lidar com nossos corpos e nossos desejos nem a chamar pelo nome todas as cores. Daí a necessidade de repensar, numa situação de crise, velhas questões. É urgente ampliar o espaço para o diálogo em torno da integração da dimensão pessoal e individual na militância, para o lugar da ética pessoal na luta pelas transformações sociais, sobre a felicidade, nossa relação com a natureza, nossa afetividade, sexualidade e a Igreja. Sobretudo, é necessário discutir esses temas de uma forma nova, a partir das experiências e vivências, superando os antigos esquemas por vezes excessivamente carregados ideologicamente.

5. Alguns riscos

O debate em torno a pontos tão fundamentais não é isento de riscos. Procurei a seguir abordar aqueles que julgo mais importantes ou mais presentes hoje.

O risco do retrocesso – Uma tentação sempre presente é a da saudade das cebolas do Egito. Diante das dificuldades e desafios do tempo presente, aparece muitas vezes a vontade de “de jogar a toalha no chão”, voltar atrás e dar razão a todas as críticas que os setores mais conservadores nos faziam: não é possível nenhuma transformação social; devemos cuidar apenas de nós mesmos, porque o mundo não tem jeito; tudo não passou de um erro de juventude. Na maioria das vezes, esta posição aparece de modo mais moderado, sob a forma de um revisionismo que pretende ser um avanço, mas é apenas a assunção crítica de velhas posições e críticas feitas há tempos por setores conservadores. Penso que as posições que fomos assumindo ao longo da história não podem ser rígidas nem devem ser fossilizadas, mas, ao contrário, devem ser sempre criticadas e modificadas para que a vanguarda de ontem não se transforme no conservador de hoje. Porém, as posições assumidas tinham suas causas, uma lógica e uma razão. Lembrar por que se chegou a tal prática ou idéia ajudar sempre para que um processo de revisão crítica seja um verdadeiro avanço, uma superação das posições presentes (no sentido de *Aufhebung*, palavra cara a Hegel, Marx e Engels), e não simples revisionismo. Um exemplo mais prático pode ser dado com relação à questão da relação entre ética social e ética pessoal. Com a emergência da crise da subjetividade e a crise do Socialismo Real, ressurgiu a questão da insuficiência de uma ética social dos relacionamentos pessoais para a construção de uma nova sociedade. A partir daí retornou para alguns a idéia de que só é possível surgir algo novo se antes se transformar cada um dos indivíduos através de uma pregação ética e que o surgimento de uma nova sociedade será decorrência automática deste processo. Esta posição esquece de que se chegou a uma acentuação unilateral em torno à ética social foi como reação à teoria e à prática de certos setores que, desconhecendo as diferenças entre relacionamentos pessoais e relações sociais, julgavam poder transformar o mundo apenas a partir da boa vontade e de um comportamento ético pessoal irrepreensível, ignorando que mesmo uma pessoa “boa” em seus relacionamentos pessoais pode ser “péssima” em suas relações sociais. Claro que a situação atual exige a superação de uma ética social que desconhece que deve haver uma correspondência entre o agir social e o agir pessoal e que o segundo não decorre automaticamente do primeiro. Neste sentido é necessária a construção de uma ética e de uma prática que integrem ética social e ética pessoal, que devem andar juntas, para que se possa chegar a uma nova sociedade.

“Terapia de grupo” selvagem – Um outro risco no qual se pode cair com facilidade é o de transformar certos encontros e cursos numa espécie de “terapia de grupo” selvagem. Uma das conquistas da modernidade foi a descoberta do inconsciente e de formas próprias de lidar com essa realidade através do surgimento da psicanálise. Ainda existe, por parte de não poucas pessoas, uma resistência a encaminhar questões específicas dessa área a especialistas. O resultado é que muitas vezes improvisam-se terapias e psicólogos de forma que julgo bastante arriscada. A ansiedade de trazer certas questões e uma certa confusão no modo de encaminhá-las acabam por transformar certos encontros e cursos em uma espécie de terapia de grupo, só que dirigidas por não especialistas, sem regras ou técnicas adequadas, resultando naquilo que se pode chamar de “terapia selvagem”. O risco é que tal forma de “terapia” sem controle tanto pode dar resultados satisfatórios como pode levar, como ocorre na maioria das vezes, a situações mais complexas de crise e frustração.

O deslumbramento – Outro risco é o da absorção pela crise por parte do militante resultando numa forma de deslumbramento com as novas descobertas acerca do próprio eu e da subjetividade que o impede de seguir adiante e construir uma personalidade mais integrada, onde se equilibram exigências pessoais e engajamento social. Normalmente o deslumbramento acaba por levar, pouco a pouco, a uma posição conservadora e ao desengajamento, nunca reconhecido pelo militante que se julga mais avançado que os outros, que não teriam ainda descoberto a verdade que este descobriu. Os outros estariam ainda presos a velhos modos de pensar e de agir, seriam os “velhos”.

6. O maior risco: Evitar o debate em torno à crise de subjetividade ou não levá-lo a sério

Por fim, depois de ter feito referência a alguns riscos presentes no debate, não poderia deixar de tornar a insistir no fato de que o maior risco não está no debate, mas em evitá-lo, qualquer que seja o motivo. A crise existe, não é modismo nem é passageira e só pode ser superada através de muito debate, reflexão, estudo e da construção de uma nova espiritualidade, novas práticas e novas teorias. Trata-se de buscar os meios, inclusive pastorais, para construir uma subjetividade articulada na história e que se dá nesta, superando uma subjetividade construída em oposição à história ou desvinculada desta.

POLÊMICA POÉTICA I

Frei Betto ⁽¹⁾

SEQUESTRO DA LINGUAGEM

Primeiro. Disseram que não haveria mais guerrilhas
Acreditei e, com as botas, abandonei sonhos revolucionários

Em seguida, disseram que terminaria a luta armada
Tornei-me pois violento pacifista

Depois, disseram que a esquerda falira,
E fechei os olhos ao olhar dos pobres

Enfim, disseram que o socialismo morreria,
E que uma palavra basta: democracia.

Então nasceu em mim
A liberdade de ser burguês.
Sem culpa.

POLÊMICA POÉTICA II

*Esta poesia pretende ser o resgate do conteúdo seqüestrado
na linguagem do poema de Frei Betto*

Chagas⁽⁹⁾

RESGATE DO CONTEÚDO ⁽¹⁰⁾

Primeiro, disseram que todo poder era dos conselhos,
Entendi que socialismo não era contra a democracia.

Depois, militalizaram os sindicatos.
E eu me rendi à força das armas.

Depois, disseram que existia uma única verdade,
E chorei ao ver o massacre das massas insatisfeitas com os dogmas.

Enfim, disseram que democracia era uma coisa de burguês.
E em nome da palavra socialismo impuseram a tirania,
Então, nasceu em mim a vontade de construir o socialismo
Com liberdade e democracia

⁽⁹⁾ Chagas é diretor do Sindicato dos Plásticos – São Paulo

⁽¹⁰⁾ Publicado no Boletim Quinzenal do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, nº 144, 15 de abril de 1999, p. 30.

RUMO A UMA DEMOCRACIA ECOLÓGICO-SOCIAL

Leonardo Boff⁽¹⁾

Já nos primórdios da filosofia política entre os gregos se sabia que não basta discutir acerca das distintas formas de governo de uma sociedade (monarquia como governo de um só; aristocracia como governo dos melhores; democracia como governo das maiorias). A sociedade não é uma coisa, mas uma rede de relações sociais. Nestas relações emergem, impreterivelmente, questões de responsabilidade, vale dizer, de respectividade, daquilo que diz respeito a um e a outro. E aí surge a ética. A ética dá-se nas relações que o ser humano entretém nas mais variadas direções. Ela se preocupa sempre com o mundo das excelências; por isso o imperativo ético alcança para além de qualquer concretização factual; ele possui um nítido caráter utópico. Então, ético-politicamente, importa indagar: entre as várias formas de governo, qual é a *melhor*?

Neste contexto de interesse se apreciou a democracia como sendo a forma melhor de organização da sociedade. O pressuposto básico é este: o que interessa a todos deve poder ser pensado, discutido e decidido por todos. Ora, o bem viver social interessa a todos. Por isso, todos devem poder participar na sua formulação e construção. Democracia, fundamentalmente, significa isso: a construção comum do bem comum.

⁽¹⁾ Doutor em Teologia e vice-presidente do CDDH – Petrópolis

1. Várias formas históricas de democracia

Da história se conhecem várias formas de realização da democracia, combinada com vários regimes de governo (monarquia constitucional, parlamentarismo, presidencialismo etc.).

A primeira é a democracia *direita*. A própria sociedade organiza-se democraticamente na medida em que todos os cidadãos participam, diretamente, da elaboração das decisões. Foi vivida em Atenas somente por um terço da população livre; o outro terço era constituído de escravos e mais um terço por artesãos e forasteiros, portanto, 2/3 excluídos da vida democrática. Esta forma de democracia pressupõe relativamente um pequeno número de pessoas para que todos possam viver frente-a-frente e constituir a imediatez da participação. Hoje a democracia direta é vivida em pequenas comunidades, como as eclesiais de base. Mas fica sempre como uma referência utópica da democracia fundamental.

A segunda é a democracia *representativa*. A democracia é uma forma de organizar o Estado como centro de decisão da sociedade. Os cidadãos elegem representantes, pelo voto, para que estes os representem nas diversas instâncias do poder. É uma democracia indireta. O povo participa diretamente apenas no momento de votar ou ao se fazer um plebiscito. De resto, seus representantes fazem a política quotidiana.

Numa sociedade de classes, esta democracia representativa se mostra muito imperfeita. As classes mais poderosas, especialmente a dominante, têm condições econômicas, ideológicas e políticas de eleger seus representantes. Estes vão defender, fundamentalmente, os interesses de sua classe.

A terceira é a democracia *participativa* ou *social*. Além dos representantes, a sociedade organiza-se de tal forma que outros corpos sociais participam das decisões, como os sindicatos, as associações de caráter nacional como a ordem dos advogados, as igrejas, os organismos de direitos humanos etc. Aqui se socializam os meios do poder e assim a democracia ganha um caráter mais quotidiano e dinâmico. O efeito é o crescimento do sentido de responsabilidade social dos cidadãos, como sujeitos da sociedade e co-construtores da história comum.

A quarta é a democracia *como valor universal*. Ela resulta do exercício bem articulado da democracia participativa. A democracia emerge aqui como um valor a ser vivido não somente na instância da política, como relação de poder, mas em todas as esferas humanas: na família, na relação mais igualitária entre marido-mulher-filhos; na escola como comunidade de aprendizado ao superar a divisão entre educador e educado; nas igrejas e nos grupos sociais tais como associações de moradores, clubes de mães, núcleos sindicais e partidários. Para que haja aí democracia deve prevalecer a pedagogia de baixo para cima e o propósito de ouvir a todos que quiserem se comunicar e, por fim, desenvolver uma atividade fundamental de acolher os diferentes, ouvir o que eles tem as dizer, atitude de sempre estar aberto a dar a sua colocação e a se deixar corrigir e ensinar pelos outros. Deste exercício permanente se gera uma cultura democrática.

A democracia como valor universal remete para a dignidade de cada pessoa humana. Ela é sujeito com direitos inalienáveis. O cidadão pode contar com o respeito à sua subjetividade como pessoa, como sexo, como cultura e como ideologia ou religião. Mediante a solidariedade se impede que as diferenças naturais e históricas sejam tratadas como desigualdades. Deste comportamento resulta uma sociedade tendencialmente mais igualitária no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos e das liberdades e por isso com menos taxa de conflito social.

2. Que é uma democracia ecológico-social

Junto com várias formas de democracia está surgindo uma nova forma de vivência da democracia, seja como valor universal, seja como forma mais integradora de organizar uma sociedade, a democracia ecológico-social. Vivemos um estágio mais alto de consciência universal, pois, mais e mais nos damos coletivamente conta da questão ecológica.

A ecologia trata das relações dos seres entre si e todos eles com o seu meio ambiente. Todos estamos interessados na qualidade da vida. Sofremos com a ameaça que pesa sobre todo o nosso planeta que é de ser destruído por um cataclisma nuclear. Pesa-nos o fato da agressão sistemática da natureza com o desaparecimento de espécies vegetais e animais. Desola-nos o cinturão de miséria que circunda nossas cidades.

Todos estes dados têm a ver com a questão ecológica. E isso não é alheio à nossa compreensão da democracia. Daí a razão de busca de uma democracia que não seja apenas participativa e social, mas que seja também ecológica.

Os movimentos **ambientalistas**, conservacionista e ecológicos deixaram de ser movimentos à parte de outros movimentos, como os únicos que levantaram a bandeira da ecologia. Hoje eles compõem o movimento social. Mais e mais a dimensão ecológica perpassa todos os movimentos. Assim como a partir dos anos 60 as ciências do social e do humano constituíam a mediação necessária para todas as atividades políticas, para não serem mistificadoras e fazerem justiça ao caráter estrutural da realidade histórica, assim hoje a ecologia constitui uma mediação imprescindível para cada saber e cada prática social poderem dar a contribuição que se espera deles no sentido de garantir a integridade do criado, principalmente a salvaguarda da vida, a começar por aquela mais ameaçada.

A ecologia exige-nos, em primeiro lugar, a superação do *antropocentrismo*. Ele se apresenta muito arraigado em nossa cultura ocidental. Sempre de novo vem reafirmando por certo tipo de apresentação da tradição religiosa do judeo-cristianismo acerca do ser humano como senhor da criação e rei do universo. Faziam-nos crer que ele é o centro de tudo. Que todos os seres se destinam aos humanos. Que Através do ser humano as criaturas encontram sentido e louvam a Deus. Que todas as criaturas estão à mercê dos seres humanos, homens e mulheres, para serem usadas, dominadas e exploradas.

A compreensão da realidade que subjaz ao projeto científico-técnico da modernidade afirma a mesma vontade de dominação. Descartes, Galileo Galilei, Newton e Bacon ensinaram que saber é poder e que poder é dominar. Quer dizer, desenvolver a capacidade de colocar todos os seres e suas forças como escravos ao nosso serviço.

Esta compreensão consagrou e reforçou a violência e a agressão que já nos primórdios da modernidade (ela começa com a invasão da A. Latina em 1492) se praticou contra a natureza. Ela está presente no modelo de desenvolvimento que então se elaborou e que persiste até os dias de hoje como o maior e mais poderoso mito do consciente e inconsciente coletivo da humanidade: o desenvolvimento econômico

ilimitado sem consideração dos custos ecológicos como quebra dos ecossistemas, poluição da biosfera, pilhagem dos recursos naturais não renováveis (combustíveis fósseis) etc.

Este modelo de agressão à natureza foi desdobrado em agressão a outros povos mais débeis e outras culturas militarmente mais fracas.

Os povos latino-e-afro-americanos, Por exemplo, foram colonizados e até escravizados e as culturas foram desestruturadas e, em muitos casos, destruídas. Além da América Latina, África e Ásia foram vítimas desta agressão dos países europeus nos quais se elaborou o projeto da modernidade. Trata-se de uma mesma vontade de sujeição e avassalamento que engloba os seres humanos e a natureza.

Face a isso, a reflexão ecológica ajudou-nos a entender que o ser humano é parte da natureza e da biosfera. Ele não é o centro do universo. Ele está numa profunda comunhão com todos os seres. O que o caracteriza é o fato de ser um ente moral. Isto significa: ele pode tomar decisões livres; pode acolher, assim como pode destruir os outros seres; pode agir para além de seus próprios interesses e mostrar-se desinteressado a ponto de assumir a causa do outro dentro da perspectiva do outro; ele pode assumir sua responsabilidade na preservação da natureza e promover todo o tipo de vida, particularmente, a vida dos oprimidos.

As pesquisas mais modernas em biologia e etologia mostraram que a lei que comandou o processo da constituição dos ecossistemas não foi a luta pela sobrevivência do mais forte, mas a colaboração e a solidariedade entre os seres. O ser humano não pode negar as suas raízes cósmicas e seu imbricamento com os conglomerados de bactérias e vírus que estão nele e que existem há bilhões de anos. Sua psiqué tem milhões e milhões de anos e vem habitada por arquétipos ancestrais que lançam suas raízes nas experiências vitais que remontam aos primeiros ensaios de vida na terra há 450 milhões de anos atrás.

Ele não está no meio da criação em atitude senhoril como Adão que dá o nome a todas as coisas e assim as possui. Mas uma atitude servicial de pastor e zelador dos seres, responsável pela sua integridade, utilizando-os consoante às suas necessidades. Esse é o sentido genuíno da passagem bíblica do ser humano como imagem e semelhança de Deus.

O homem e a mulher são um fim e não um meio. Mas não são os fins últimos. Não há centro fixo, pois todos os seres podem constituir um centro. O que existe é um equilíbrio entre a vida e a morte em um jogo de relações que abraça a todos os seres.

Em segundo lugar, faz-se mister reconhecer a *alteridade* de cada ser da criação. Cada ser, animado ou inanimado, possui um valor em si mesmo. Ele tem suas potencialidades e seus limites dentro de seu ecossistema. Para a inteligência e afetividade humanas, cada ser constitui uma provocação de decifração da mensagem de existência, de vida, de beleza e de racionalidade que ele contém em si mesmo. Cada ser, especialmente os vivos, merecem ser reconhecidos e também respeitados em sua *alteridade*. Ninguém tem o direito de agredir e destruir o que o imenso processo de evolução demorou bilhões de anos para construir. Tudo o que existe e vive merece existir e viver.

O fato de cada ser constituir-se em outro, diferente de mim, funda também uma exigência ética para mim. Somente o ser humano pode bendizer esta alteridade, conviver graciosamente com ela, ou atropelá-la e até destruí-la. Nisso reside sua responsabilidade ética. Existem os direitos do ambiente e uma justiça ecológica: tudo tem direito de continuar a existir, dentro do equilíbrio ecológico. A esse direito corresponde o dever do ser humano de preservar e defender a existência de cada ser da criação. É o que se chama de *dignitas terrae*, A dignidade da terra como um todo.

Por fim, é urgente entender as exigências de uma *ecologia social*. A ecologia social estuda os sistemas histórico-sociais humanos em interação com os sistemas ambientais. A história humana é inseparável da história do seu meio ambiente, do tipo de relação que foram aí tecidas, num jogo dinâmico de mútuo envolvimento.

A ecologia social relaciona a injustiça social com a injustiça ecológica. O ser humano mais agredido é o pobre; sua relação social concernido aos bens necessários à sua subsistência vem distorcida pela exploração de sua força de trabalho. A pobreza revela-se pela falta de infra-estrutura de subsistência e de vida digna: águas contaminadas, ar envenenado, moradias insalubres, transporte poluidor e relações sócias de violência. Como o ser humano é parte do meio ambiente, a injustiça social caminha junto com a injustiça ecológica. Importa

estabelecer uma justiça ecológica. Entretanto, sem um mínimo de justiça social torna-se impossível realizar a justiça ecológica, entendida em seu sentido pleno.

A ecologia social preocupa-se com a *solidariedade generacional*. As gerações pósteras têm direito de herdarem uma terra conservada e uma biosfera sã. Os que vêm depois de nós, humanos e todos os seres da criação têm um *direito ao futuro*. Não temos o direito de destruir o que não criamos. Cabe projetar um tipo de desenvolvimento que não apenas minimalize os custos ecológicos mas que seja adequado aos recursos da própria natureza-ambiente (a tese extrativista de Chico Mendes). Por fim, no âmbito do direito do ambiente, devemos estender a opção pelos pobres a uma *opção pelos seres e espécies mais ameaçadas*, a começar pelos humanos pobres, pelas culturas em extinção como os kaiapó, os yanomamis e outros, entre os animais o mico-leão-dourado, o iurapuru e o urso-panda, enfim, pelos milhares de espécies que estão desaparecendo (somente na Amazônia se calcula cerca de 50.000 espécies de insetos, plantas e outros seres vivos até o ano 2000), sob o impulso devastador dos grandes projetos tecnológicos que agridem a natureza.

Neste contexto, que significa uma democracia ecológico-social? É uma democracia que aceita em seu seio como cidadãos não apenas os humanos, mas todos os seres da natureza, especialmente, os seres vivos. Uma cidade não é apenas constituída por cidadãos, suas edificações, suas ruas e os serviços públicos. Na cidade e muito mais no campo, existem árvores, águas, pedras, montanhas, animais domésticos, passarinhos, chão de terra, estrelas no firmamento que temos o direito de contemplar, caso não houver poluição atmosférica.

Como seria pobre a convivência humana sem tais realidades tão carregadas de sentido simbólico porque ocupam nosso imaginário e habitam nossa profundidade na forma de arquétipos inspiradores! Bem escreveu C.G. Jung: "Todos nós precisamos de alimento para a psique; é impossível encontrar esse alimento nas habitações urbanas, sem uma única mancha de verde ou uma árvore em flor; necessitamos de um relacionamento com a natureza; precisamos projetar-nos nas coisas que nos cercam; o meu eu não está confinado ao corpo; estende-se a todas as coisas que faz e a todas à minha volta; sem estas coisas não seria eu mesmo. Não poderia ser um ser humano. Tudo o que

me rodeia, é parte de mim". Portanto, todos os seres são também cidadãos, sujeitos de direitos, de serem respeitados como outros em sua alteridade, em sua existência, em sua vida, em sua comunhão conosco e com o nosso destino em seu futuro, que pode independe de nós.

Para que a nova mentalidade comece a vigorar é urgente desenvolver uma atitude de veneração, respeito, compaixão, fraternidade-sororidade, ternura e fraternura para com toda a criação em suas dimensões de infinitamente grande, infinitamente pequeno e infinitamente complexo.

Há uma exigência política de uma educação ecológica para que os seres humanos aprendam a conviver com todos os seres, animados e inanimados, como cidadãos de uma mesma sociedade. É a democracia ecológico-social-cósmica.

No dia em que ela prevalecer, o ser humano terá alargado as dimensões de seu horizonte, engrandecido seu coração pela sensibilidade, aprofundando seu conhecimento, não como dominação, mas como forma de comunhão e participação no sentido de existência do outro e terá moldado como potência de colaboração para a vida e de serviço a tudo o que for frágil e ameaçado de desaparecer. Ele vibrará com todo o universo. Porque desapareceram as razões para temer, sentir-se-á livre e libertado para ser feliz em comunhão com todos os seres, concidadãos do mesmo planeta e irmãos e irmãs na mesma aventura cósmica, sob o olhar paternal e maternal de Deus.

ROTEIRO PARA EXAME DE CONSCIÊNCIA O MANDAMENTO DO AMOR (Mt.5)

Pedro A. Ribeiro de Oliveira ⁽²⁾

Temos aí o PROJETO de Jesus: o projeto do Reino. É uma nova sociedade, que só se faz com o homem novo e a mulher nova. Jesus não separa as coisas. Nossa vocação é ser santos e heróis.

A nova Lei de Jesus é para ser levada a sério. Será que somos mesmo felizes com ela? Acreditamos nela? Ou nossa confiança está no dinheiro?

O Projeto do Reino é eminentemente POLÍTICO: Deus está interessado na Humanidade; quer que a gente se torne uma comunidade, conforme o modelo da Trindade.

Mas Jesus não é ingênuo. Sabe que seu projeto traz ruptura e contradição. Por isso nos manda AMAR O INIMIGO. Precisamos ter pelo menos um inimigo para sermos cristãos... Jesus também não é bobo. Fazia análise de conjuntura e chegava até a enganar os outros, para não correr riscos desnecessários (Jo 7, 8-10). A partir desses textos, e mais as leituras que cada qual quiser fazer, deixar um tempo para reflexão pessoal, conforme o Espírito mandar. Mas tentar focar um tema central: o PROJETO DE JESUS, o MANDAMENTO DO AMOR e a ÉTICA POLÍTICA. Como é que Ele nos manda lutar na política? Quem são os nossos inimigos e como os amamos?

REVISÃO DE VIDA

Neste retiro, não vamos ficar naqueles pecados abstratos e etéreos das nossas celebrações, que falam das nossas pequenas falhas, ego-

⁽²⁾ Leigo, Doutor em Sociologia da Religião, assessor do ISER – RJ, Professor da UERJ e UFJF – MG

ísmos e omissões. Temos que examinar é nossas PRÁTICAS, nossos ATOS contra o projeto do Reino. Sem frescuragem. Para ajudar, aqui vai um roteiro de pecados políticos. Quem não tiver cometido pelo menos um pecado de cada grupo, talvez tenha cometido um outro pecado: omissão na luta de Libertação...

1. Pecados contra o povo

Manipulei a massa? Enganei a massa? Apropriei-me daquilo que é do povo? Roubei o Sindicato, a associação, o partido, a comunidade? Fugi da minha responsabilidade? Fui covarde? Traí o povo em benefício do meu grupo ou de mim mesmo? Fugi da luta? Desprezei o povo, seu saber, sua cultura, sua religião? Fiquei orgulhoso com o poder? Deixei-me corromper? Tive uma atitude corporativista?

2. Pecados contra os companheiros/as

Fiz trapaça com os meus aliados e companheiros para conquistar posição e poder? Menti? Traí meus companheiros e aliados? Joguei meu concorrente na fogueira para eliminá-lo da disputa? Abandonei os companheiros na hora da luta? Fui covarde? Queimei algum companheiro? Pus meus interesses pessoais acima dos interesses do partido ou do grupo? Paguei minha contribuição financeira? Aproveitei da situação de poder para submeter outra pessoa aos meus projetos?

3. Pecados contra os adversários

Joguei sujo contra meus adversários? Fui desleal, desrespeitando as regras do jogo? Vinguei-me, fui à forra? Humilhei o inimigo derrotado? Usei a mentira, a calúnia e outros meios para colocar o adversário para escanteio?

4. Pecados contra a família

Abandonei as obrigações familiares sob pretexto da política? Usei a militância para fugir da realidade doméstica e familiar? Joguei os encargos familiares contra outra pessoa? Correspondi às necessidades afetivas da companheira/o e dos filhos? Esforcei-me para manter os laços familiares, mesmo com as pessoas que têm outra posição política?

5. Pecados contra si mesmo

Cuidei do meu corpo e da minha saúde? Abusei de bebida? Dei-me tempo para descansar e refazer as forças? Cuidei da minha vida afetiva e sexual?

VARIANTE DE UM POEMA SIOUX

O Espírito de Deus

age na água
dorme na pedra

sonha na flor
pente no animal

pensa no homem
sente o que pensa na mulher

OS 10 MANDAMENTOS DA RELAÇÃO FÉ E POLÍTICA

Frei Betto⁽¹⁾

1º Mandamento:

A fé e a política destinam-se ao mesmo objetivo de realizar o projeto de Deus na história. Mas não são a mesma coisa, são diferentes.

2º Mandamento:

A vivência da fé é necessariamente política.

3º Mandamento:

A fé é um dom que nos vem de Deus através da Igreja – da comunidade dos que crêem. A política é uma ferramenta que exige aprendizado.

4º Mandamento:

Uma política contrária aos direitos do povo faz da fé expressão de uma religião “ópio do povo”.

5º Mandamento:

A política tem autonomia e não depende da fé.

6º Mandamento:

Fé e política são coisas diferentes que se complementam na prática da vida.

7º Mandamento:

A fé é especialmente “tratada” na Igreja, onde é celebrada, anunciada e refletida. A política é diretamente “tratada” nos movimentos populares, sindicais e nos partidos políticos que assumem os direitos dos oprimidos.

¹ *Frei Betto é escritor e assessor de movimentos pastorais e sociais, autor de “entre todos os homens”.*

8º Mandamento:

Não devemos confundir a esfera da explicitação religiosa da fé, a Igreja, com as esferas da política. Mas, embora diferentes, são complementares.

9º Mandamento:

O Evangelho contém valores que criticam e norteiam a atividade política.

10º Mandamento:

A política é tanto mais popular quanto mais a gente se encontra ligada à luta do povo. A fé é tanto mais evangélica quanto mais a gente se liga ao Deus da Vida através da comunidade cristã.

Crônica

DO CÉU, VÊ-SE TUDO

(História do Movimento Fé & Política Vista do Céu)

Maurício Abdalla Guerrieri⁽¹²⁾

Certa feita, São Pedro, sobre as nuvens que servem de teto para os homens e de piso para os anjos, foi chamado a detalhar um relatório que há dois mil anos atrás havia entregue a Deus. É bem verdade que o relatório havia sido entregue há dois dias. É que “para Deus mil anos é como um dia” e acredito que o inverso também seja verdadeiro.

O relatório quase provocou uma briga entre Pedro e João, pois o objeto do relato foi um evento que se desenvolveu sob os auspícios do último santo. Mas, como pelada no céu não tem falta, ficou tudo por isso mesmo.

No tal relatório, Pepê (é assim que Jesus costuma chamar o dono do chaveiro) informava o Senhor sobre um grupo de cristãos que se reuniu e formou algo com o nome de “Movimento Fé & Política”.

– Honra, glória, poder e louvor! – bradou Pedro entrando no escritório da Santíssima Trindade.

E lá estava a Trindade, impávida, extremamente confusa, não se sabia quem era quem.

⁽¹²⁾ Leigo, Professor de Filosofia, integrante, cronista e humorista do Movimento Fé & Política.

– Bom mil anos, Pedro! – (já disse que para Deus mil anos é como um dia).

– Bom dia Deus! – (para Pedro um dia era um dia mesmo).

– Pepê, não aprendes? Quem te saudou fui eu, Jesus.

– Perdão.

– Lembra-te do relatório?

– Claro, Jesus!

– Ei! Quem perguntou agora fui eu, o Espírito Santo!

– Perdão. Mas, lembro-me sim.

– Como? Faz dois mil anos...

– Dois dias para mim, ó Santo Espírito.

– Deus!

– Perdão, Deus – Pedro franziu o cenho conturbado e, em atitude de súplica, pediu-Não dá para falar um só?

– Tudo bem, falo eu.

– Eu quem?

– O Pai.

– Combinamos assim, então – concluiu o santo aliviado.

Seguiu-se um silêncio. Pedro perturbou-se e tentou dar prosseguimento à conversa.

– Pai...

– Um momento, estamos atendendo a um pedido. Novamente o silêncio. Após isso, seguiu-se o diálogo.

– O que, afinal, é isso, caro Pedro, “Movimento Fé & Política”? Não disse bem claro o meu filho que o que eu uni o homem não separe?

– Eles não separam, Senhor. Ao contrário, tentam unir de forma indissociável.

– Quem participa disso, além dos que constam do relatório?

– Não se sabe.

– Como se organizam?

– Não se sabe, Senhor.

Deus suspirou entediado. Foi esta a causa do furacão no México. em que pese a não coincidência de data. Afinal, para Deus mil anos...

– O que pretendem fazer? – prosseguiu o Pai.

– Dizem que, enquanto movimento, não fazem nada.

– Mas que diabos...?

- Pai?! – espantou-se Jesus, o filho.
- Perdão, filho. Pedro, meu santo, já que a coisa está tão indefinida assim, investiga e faz um novo relatório.
- Assim farei, ó Santo dos Santos!
- Agora vá, teus pedidos estão acumulados na mesa.

Pedro espantou-se.

- Como sabeis, Senhor?
- Onisciência, filho, onisciência...

Pedro, o santo, sentado à sua mesinha de recepção abarrotada de pedidos – a maioria de pescadores –, fazia a sua sessão de cadastramento das novas almas que haviam ascendido ao céu. À sua frente, um tipo estranhíssimo, de barbas e óculos escuros, seguido de uma imensa fila que sumia nas nuvens.

– Nome? - São Pedro, sem tirar os olhos do grande livro, segurava entediado a sua pena ansioso pela informatização prometida por Maria, a Mãe, que fazia os serviços de administração do céu.

Raul Santos Seixas...

Neste momento, soou uma pequena e melodiosa campainha no canto da mesa do santo. Era um chamado da Santíssima Trindade. Pedro suspirou agastado, largou a pena e dirigiu-se ao escritório da Trindade. O sujeito de barba, para suportar a espera, cantarolou baixinho: “Eu nasci, há dez mil anos atrás...”

- Honra, glória, poder e louvor!
- Pepê, a respeito de teu suspiro agastado...
- Perdão, err... Jesus?
- Quem mais te chama de Pepê?
- Perdão, Senhor, é o cansaço.
- Aquele grupo de cristãos de quem nos falavas voltou a se reunir, não é?
- Sim, Jesus, mas confesso...
- Espírito Santo.
- Pedro pensou: “vai começar de novo...”
- Eu ouvi isso.

- Quem ouviu?
- Não importa, prossiga.

Pedro, de fato, estava com um aspecto de cansaço em virtude das tantas almas que nos últimos anos vinham chegando, principalmente de crianças...

– Confesso - prosseguiu o santo – que não tive como escrever um relatório. Primeiro pelo tempo, ó Santíssimo, segundo por uma enorme confusão que este grupo arranja.

– Tempo? O que fizeste nestes últimos milhares de anos?

– Não chegou a um ano, Senhor – a voz de Pedro assumia um tom choroso. (A propósito, já disse que para Deus mil anos...)

– Certo, mas quais são as novidades?

– Eles já começaram a se organizar de forma ainda um tanto quanto indefinida, Senhor, mas já representa um grande avanço.

– Sabes, santo Pedro, confesso que estou tendo uma simpatia especial por este grupo. Temo só que ele acabe antes do tempo.

– Pelo andamento do processo, ó Santo dos Santos, creio que vão perdurar. Sabei que neste último encontro eles já definiram até quem são os integrantes do grupo: todos os que aceitarem a carta de princípios e que venderem dez cadernos destes

– Pedro aproximou-se da Trindade e pôs sobre a mesa o exemplar nº4 do “Cadernos de Fé & Política”. A propósito, Senhor, neste caderno podereis encontrar dados sobre a natureza do movimento. Eles pretendem ser suprapartidários, não confessionais...

– Estou lendo isso, Pedro.

– Certo, Senhor. Além disso, já elegeram coordenadores e estão articulando o movimento a níveis estadual e municipal. É bem verdade que existem os que questionam o nome “movimento” para caracterizar um grupo que não pretende ser rígido em suas estruturas. Mas há quase um consenso de que um mínimo de organização deve ter e... e... Ah! Senhor, eles complicam muito a coisa... Falam em níveis estadual e municipal, mas nem sequer têm um controle sobre as atividades dos grupos...

– Eu entendo tua confusão, Pedro. Foi assim com a Igreja, lembra-te? Depois, deu no que deu. Entendo também a preocupação destes meus filhos. Se organizar demais, como dizem os homens, esculhamba.

– Sabeis, Senhor temo que isto aconteça com eles. Estão estruturando muito, não acha, ó Senhor dos Senhores?

– Deixa de lado tuas preocupações, Pedro. E pára um pouco de

me chamar com estes títulos. No mais, eu estarei velando por eles.

– Posso ir, Pai?

– À vontade.

Pedro ia se retirando quando Deus comentou baixinho: “Bom este caderninho, não?”. Pedro voltou-se e perguntou: “Disse alguma coisa, mestre?”. “Não, nada...”, respondeu a Trindade.

O sujeito de barbas e óculos escuros estava sentado nas nuvens esperando a volta do Santo. Sentando-se novamente na cadeira, Pedro prosseguiu o cadastramento.

– Quem é mesmo você?

O estranho sujeito respondeu cantando: “Eu sou a luz das estrelas...”

Passado alguns meses, Pedro voltou a ser chamado no escritório da Trindade.

– Honra, glória, pod...

– Deixa disso, Pedro - interrompeu serenamente a Trindade. Vamos direto ao assunto. Já sabes porque te chamei, não é?

– Sim. Eu sei também que a cada ano cresce a sua predileção por aquele movimento.

– Já é consenso este nome?

– Na verdade, ainda não. Existe ainda uma certa discordância. Que tendes achado, Senhor, das suas celebrações?

– São ótimas! É difícil ver tamanha riqueza e sinceridade. Como sabem casar bem a fé com a sua militância!

– Senhor... – Pedro baixou o tom da voz – o que temeis parece que está para acontecer.

– Como?!

– Elegeram um coordenador que irá articular o movimento no país inteiro, definiram uma contribuição financeira dos membros, enfim, estão cristalizando uma estrutura. No sul existe até um “secretário geral” do movimento. E os critérios de pertença estão cada vez mais rígidos, embora haja discussão a respeito disso.

– Meu Jesus!

– Sim, ó Pai?

– Não. Foi apenas uma expressão, filho. Acho que o Espírito Santo

descuidou-se um pouquinho. Não dá para dar uma sopradinha mais forte?

– Perfeitamente, Pai.

Pedro voltou à conversa.

– O ano que vem terá novo encontro e essas coisas serão melhor definidas.

– Eu cuidarei disso, Pedro. A propósito, não tens mais daqueles caderninhos? Eles demoram milhares de anos para sair...

(Creio que já disse que, para Deus, mil anos...)

– Nada de novo, Senhor, apenas um retiro sobre ecologia e as mesmas discussões.

– Intensificarei o sopro de meu Espírito...

Desta vez, Pedro correu ao escritório da Trindade por sua própria iniciativa, sem que houvesse um chamado exclusivo.

– Honra, glória e etcétera...

– Que espécie de saudação é esta, Santo?

– É que tenho pressa, Senhor. Acabaram de destruir o “Movimento Fé & Política”... !

– Como?! Eu já estava fazendo as minhas malas para ir morar lá com eles... Acho que o sopro foi exagerado.

– É verdade, ó Pai, me parece que são loucos...

Neste momento, alguém bateu à porta.

– Entra, João - disse Deus. Já te vi escutando atrás da porta.

– Desculpai, Senhor - João entrou meio sem graça -, mas é que Pedro não vos esclareceu direito sobre o que ocorreu. Afinal, o santo que está acompanhando o movimento desde a sua fundação é este que vos fala.

Pedro fez um muxoxo e voltou a face para o chão. João prosseguiu.

– Há uma meia verdade aí. De fato, o movimento, enquanto organização, acabou mesmo. A proposta inicial de ser uma articulação entre os militantes cristãos no mundo da política foi, mais do que nunca, reavivada e agora houve um consenso que o movimento deve ser um

espírito, sem organização, sem seleção de integrantes, sem uma coordenação nacional que seria responsável pelas estaduais ou municipais – não há nem ao menos estes níveis. Quem quiser que se reúna, mas sem vinculações com instâncias superiores. O que havia de serviço no movimento eram os cadernos...

– E muito bons, por sinal - interrompeu Jesus.

– ... que continuarão. O grupo que será responsável pela publicação destes cadernos se incumbirá de também realizar encontros nacionais, dos quais quem quiser pode participar. Os cadernos serão melhorados e tornarão uma nova dimensão. E... deixe-me ver se me lembro mais de algo...

– Podes parar, caro João, creio que entendi. Ademais, acredito que isto sairá no próximo caderno. Acho que é melhor assim, pois agora não correm mais o risco de se tornarem uma igreja ou mais uma das tantas organizações que existem que, no fim, acabam sempre caducando. No mais, caros santos cumpridores fiéis de suas tarefas, aguardarei os próximos milhares de anos para um novo encontro se realizar...

Pedro e João, juntos em coro, disseram: “Um ano, apenas, Senhor!”

É que, para Deus, mil anos...

SER PARLAMENTAR E SER CRISTÃO

Selvino Heck ⁽¹³⁾

1. Em primeiro lugar, creio ser importante considerar uma trajetória de luta e de compromisso com a classe trabalhadora nos últimos 15 anos. Aí está a base, a causa e o sentido de eu ter sido um parlamentar com determinado tipo de atuação, e não outra, e pertencendo a determinado partido, e não outro.

Esta trajetória de luta e este compromisso com a classe trabalhadora deram-se através das CEBs, da Pastoral Operária, da luta de bairros e da presença no movimento sindical. A partir daí, e não previamente, no meu caso, surgiu a consciência de classe de forma mais nítida, tornou-se clara a necessidade da militância político-partidária e de organização de um partido político coerente com esta prática já vivida e consolidada.

O que isso quer dizer? Que nesse processo formou-se uma visão política e formou-se uma visão do que é ser cristão.

O parlamentar, em todos os momentos, procura estimular a organização da classe trabalhadora, colocar todo seu empenho na consciência. Assim, ele contribui, com o conjunto do seu partido, na elaboração e fortalecimento do seu projeto de sociedade, para que um dia ele se concretize e a classe trabalhadora chegue ao poder.

Portanto, dentro do seu espaço, da sua tarefa, o parlamentar mantém-se fiel à causa da classe trabalhadora e dá tudo de si, esforço pessoal, capacidade política, dinheiro etc., para que esta causa, afinal, seja vitoriosa.

⁽¹³⁾ Ex-Deputado Estadual PT/RS, integrante do Movimento Fé & Política.

5. Fica bem claro e evidente que o espaço político e parlamentar pode e deve ser ocupado sem constrangimentos e sem vacilação por qualquer cristão. Não é por estar ali que, automaticamente, a pessoa vai perder sua fé ou será corrompida, ou vai esquecer a classe trabalhadora. Não, absolutamente não. Quem está inserido conscientemente num projeto político, procurará levá-lo adiante, não importa o lugar onde esteja. O parlamento é um espaço da sociedade a ser ocupado. Claro que é importante discutir mecanismos que podem ajudar o parlamentar, qualquer parlamentar, também o cristão. Estes mecanismos podem ser do próprio partido (por exemplo, da parte do salário, avaliar a atuação, discuti-la coletivamente etc.), como da comunidade (reuniões freqüentes com os parlamentares eleitos, avaliação de sua atuação etc.), ou ainda da Igreja (ver ponto seguinte).

Mas não se precisa temer, de modo algum, a presença no mundo político e parlamentar. A aversão a este espaço, a desconfiança ou a fuga dele só interessam a quem não quer ver a classe trabalhadora um dia chegar ao poder.

6. Por fim, em último lugar, quero dizer de minha consciência de que estas reflexões têm aspectos polêmicos, em que nem todos pensam igual e de que, inclusive, neste campo ainda estamos, os cristãos, muitas vezes tateando, e de que é preciso estimular e aprofundar a reflexão.

Creio também ser necessário à Igreja como instituição ou os cristãos que atuam mais diretamente neste campo da militância político-partidária encaminharem uma pastoral política, ou coisa parecida, sem significar, absolutamente, que se esteja a formar uma tendência dos cristãos ou uma nova corrente política, sobre o que, nas reflexões acima, creio ter deixado clara minha posição.

Esta pastoral política (o nome pode ser outro) servirá para estimular a vivência e reflexão da fé e para incentivar que mais e mais cristãos assumam a militância político-partidária, porque têm importante papel a assumir na construção da nova sociedade que, sem eles, não virá ou tardará demais.

Os parlamentares cristãos já estão engajados neste processo, mas é preciso que ninguém fique fora dele. Todos estão convidados a se comprometerem com partidos políticos, filiarem-se, militarem, eventualmente serem parlamentares. Este é um campo de luta decisivo para a transformação da sociedade.

REFUNDAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA A PARTIR DA NOVA COSMOLOGIA⁽¹⁴⁾

Leonardo Boff⁽¹¹⁾

Em que se funda a luta pelos direitos humanos? Especialmente aquela que parte da perspectiva das vítimas? Vale dizer, daqueles segmentos da humanidade que nem mais constituem o exército de reserva dos atuais sistemas vigentes? Grandes porções da humanidade estão condenadas ao lumpesinato. Sequer têm o privilégio de serem explorados pelo próprio sistema do capital. Os explorados estão dentro dos sistemas, embora em sua margem perversa. Têm acesso a alguns benefícios do sistema como o salário mínimo e a seguridade social (saúde e aposentadoria). Mas muitíssimos nem nisso têm, pois se encontram excluídos da ordem vigente. E há grupos no Terceiro Mundo, particularmente na América Latina, que se empenham pelos direitos desta humanidade humilhada. Têm a ousadia de colocar a questão dos direitos universais a partir dos direitos destes últimos. Onde estão os fundamentos para tal compromisso?

1. EM QUE SE FUNDA A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DAS VÍTIMAS?

O primeiro fundamento está na dignidade da pessoa humana. Os considerados "últimos" tem igual dignidade que os chamados "primeiros".

⁽¹⁴⁾ Conferência apresentada no VII Encontro Nacional dos Direitos Humanos, realizado em Brasília, de 26 a 31 de janeiro de 1992

Que significa aqui dignidade? Dignidade é um valor. Em todo valor comporta duas dimensões mínimas: uma atitude de fascinação face ao outro e uma irradiação que origina esta fascinação.

Alguém descobre no outro algo amável, respeitável e irredutível no outro mais "outro", no oprimido e excluído. Sem a identificação desta atitude, sem um mínimo de gosto de amizade, de admiração e de amor á pessoa humana, por mais humilhada que seja, a luta por sua dignidade é incompreensível. Não se trata de amar alguém do mesmo povo, da mesma raça, um membro da família ou da mesma profissão religiosa. Trata-se de admirar e amar a uma pessoa humana enquanto pessoa humana. Antes de qualquer outra determinação posterior, como "último", humilhado e ofendido, proletário ou burguês, religioso ou agnóstico. O capitalismo não ama a pessoa humana. Interessa-se apenas por parte dela, sua força de trabalho, os músculos do operário e a cabeça de um trabalhador liberal. Outros sistemas amam só a atitude de adesão ao credo religioso e atropelam, ser for preciso, a dignidade da pessoa como tal.

A segunda dimensão da dignidade reside numa irradiação, numa profundidade que se desvela na pessoa humana. Não depende da vontade da pessoa mesma. Trata-se de um valor da qual ela é apenas suporte e portador. Algo maior a habita. Uma luz emana dela. Ela se impõe simplesmente. Tal realidade produz fascinação e produz o respeito face à pessoa do outro.

Que fenômeno é esse? Esse fenômeno reside na vida enquanto vida humana no fato de alguém estar aí vivo e presente. Toda vida, particularmente a humana, constitui uma realidade indisponível. Não descartável. Vida é algo que nós não produzimos, mas acolhemos. É um fenômeno que emerge de forma misteriosa dentro da criação.

Toda vida causa admiração. É algo imediato ao mesmo tempo último. Tudo o que vive, se move a partir de dentro. Constitui-se numa realidade aberta para fora. A vida se estrutura numa simbiose com o meio do qual tira os elementos essenciais para a sua sustentação e reprodução. Constata-se aí uma dialogação permanente com o meio ambiente. Acolhe, cria continuamente, auto-organiza-se, controla e sintetiza todos os dados assimilados.

Toda pessoa encontra-se nesse círculo vital. O que a caracteriza é decididamente uma presença. Esta categoria da presença é fundamental para descrever e compreender a singularidade do ser-pessoa. Estar presente não significa estar aí como uma pedra. Estar ao nível vivo e humano comporta uma densificação do ser; é apresentar-se como uma permanente proposta que exige uma resposta e que estabelece uma responsabilidade.

Proposta, resposta e responsabilidade: eis três categoria que deixam aparecer a singularidade da vida humana. Ela se propõe ao outro como uma provocação e uma comunicação. Pela simples presença. Mesmo que não tenha a dizer ou não domina nenhum código comum. O simples fato de estar aí vivo face-a-face do outro já estabelece uma comunicação e uma proposta de oferecimento ao outro. A proposta provoca uma resposta. Pode ser de acolhida ou de rechaço ou de indiferença. São atitudes possíveis de resposta. Esta resposta não pode ser esquivada, negada ou postergada. Tem que ser dada. Aqui constatamos algo que se impõe pela própria força intrínseca do fenômeno. Por aí entendemos a emergência da responsabilidade. Etimologicamente, responsabilidade significa o dever e a capacidade de responder ao outro.

Por que a vida humana (e, no limite, toda forma de vida) se impõe desta maneira, de forma inarredável, imperativa e avassaladora? Tudo o que vive merece viver. Por que esta exigência? Respondemos, porque a vida é sempre sagrada.

Que é o sagrado? Fenomelólogos discerniram duas dimensões básicas do sagrado. Ele é primeiramente uma dimensão de fascinação e de êxtase; diante do outro ficamos parados, abrimos a boca, encaramos os olhos e afiamos os ouvidos, captamos, admirados, a proposta do outro; podem ocorrer situações em que sentimos a necessidade de gritar, de chorar, de cairmos de joelhos e de encurvarmos a face ao chão (como, por exemplo, diante de pessoas portadoras de grande carisma, seja artístico, religioso, político e ético-humanitário).

Em segundo lugar, é uma dimensão que nos impõe respeito; não podemos simplesmente desconsiderá-la; ela se impõe ao nosso reconhecimento; nem sequer nos é permitido tocá-la de qualquer jeito; ela exige certo rito; é proibido passar por cima dela; não podemos forçá-lo a

nada nem a fazer o que desejaremos; somente podemos convidá-la a entabular uma dialogação.

Os antigos expressaram esta experiência do sagrado e da dignidade da pessoa humana com este aforismo: *res sacra homo = o ser humano é uma realidade sagrada!*

Portanto, o homem e a mulher são um lugar privilegiado de revelação e experiência do sagrado. Paremos diante deles. O poder encontra neles seu limite intransponível. Todas as instâncias humanas, particularmente as religiões, devem promover e defender tal sacralidade, pois é essa sacralidade intrínseca à pessoa que confere sacralidade a espaços e a tempos e a outros objetos como o altar, a estátua, a linguagem que então se tornam de profanos em sagrados.

Recapitulando: os direitos humanos se fundam na dignidade humana; a dignidade humana se funda na vida enquanto vida e enquanto vida humana; a vida humana; por sua vez, revela uma sacralidade irrecusável. E esta sacralidade irrecusável se funda em quê? Que se esconde atrás dela? Abordemos esta última indagação.

Se analisarmos a vida em sua especificidade, constatamos que sua característica fundamental é a criatividade. A vida, como dizíamos acima, encontra-se num continuado processo de dialogação com o meio. Assimila dele o que precisa para viver; sintetiza os elementos mais díspares; e forma uma unidade holística ou uma inteireza indivisível. A vida constitui sempre uma totalidade orgânica. Esta totalidade é fruto de um processo de criação. Não existe uma serialização como uma máquina. Aí sabemos de antemão tudo o que vai ocorrer e como será o produto porque lhe conhecemos o, projeto inicial. Os produtos apenas se distinguem pelo número. Com a vida não ocorre assim. Há sempre o novo e surpreendente. A síntese deve ser sempre feita, nunca é um dado simples. A vida constrói um mundo, projeta um sentido e aponta para um propósito em permanente abertura para todos os lados. E tal fenômeno ocorre não apenas com aqueles que dispõem de muitos meios de vida. Se dá com todos, por mais empobrecidos que tenham sido feitos.

Portanto, a dignidade da vida humana radica na sua criatividade. O ser humano cria sua própria significação; confere ao mundo uma direção; molda a seu modo o ambiente circundante natural ou social. A

criatividade é outro nome para a liberdade. A liberdade é a capacidade de construção de si, de seu universo de significações em contínuo diálogo-interação com o meio ambiente.

Qual é a violência maior que se pode fazer á pessoa humana? Prescindindo a de tirar-lhe a vida, consiste em negar-lhe a liberdade e em impedir-lhe a criatividade. É condená-lo à repetição e à adesão ao projeto do outro. Por isso, a criatividade-liberdade é sagrada, inviolável e um valor supremo.

2.TEMATIZAÇÕES DA DIGNIDADE-SACRALIDADE-CRIATIVIDADE-LIBERDADE HUMANAS

Esta experiência originária foi captada em seus diferentes níveis e elaborada com os mais diversos instrumentos de expressão e comunicação.

a) A expressão religiosa da dignidade humana

A mais antiga expressão foi dada pelas religiões. Por mais díspares que se apresentem as religiões, nestes dois pontos encontram seu denominador comum. Elas valorizam a vida; defendem-na, promovem-na, prometem-lhe a eternidade. Em seguida, todas as religiões desenvolvem a compaixão para com as vidas vulneradas, dos excepcionais, dos doentes, dos pobres e injustiçados. Em algumas culturas, o nascimento de algum excepcional é considerado uma epifania da divindade. Todas o adotam como filho ou filha. Toda a sociedade se organiza para compensar o que a natureza lhe negou. Portanto, as religiões defendem a vida a partir daquelas vidas mais ameaçadas e feridas.

A dignidade de toda vida provém do fato de elas serem criadas por Deus. Toda vida humana guarda uma marca da divindade. Por isso, ela é imagem e semelhança de Deus. Mais ainda, cada pessoa humana, saída de Deus, é entendida como filho e filha de Deus. Por mais singela que seja a origem e por mais contraditória a expressão, cada pessoa jamais deixa de ter suas raízes do coração de Deus. A tradição judaico-cristã levou tal visão até as últimas conseqüências, afirmando que o ser humano foi criado criador. Assim como Deus criou o universo, deu-lhe movimento e harmonia, assim deve o ser humano levar avante este projeto criador. Deve moldar seu mundo, tirar-lhe

potencialidades escondidas e levá-las à concretização. É este o sentido originário da expressão “imagem e semelhança de Deus” aplicada ao ser humano, homem e mulher: ser um deus em miniatura, capaz de prolongar o ato criador de Deus para dentro da criação e fazê-lo como um filho ou filha responsáveis e não como um déspota irresponsável (o que de fato ocorreu na modernidade).

Pelo fato de sermos filhos e filhas de Deus, Gandhi, por exemplo, tirou poderosas conseqüências políticas: denunciava todo tipo de violência do sistema colonial, a humilhação das pessoas e a violação da liberdade. “Não podemos aceitar que se faça isso a um filho e a uma filha de Deus”. Com sua ação de não-violência ativa criava situações tais que a própria verdade, com sua força intrínseca, desmascarava e destruía à agressão á sacralidade humana.

b) A expressão filosófica da dignidade humana

Que tipo de ser e que modo de ser se revela no fato de alguém ser criador e livre? Esta indagação nos coloca no coração da filosofia. A filosofia não dispõe de um saber específico ao qual somente ela tem acesso. A filosofia se propõe a pensar o que sabemos, a ouvir o não-dito no dito e auscultar o não-pensado no pensado. Quando dizemos que o ser humano é criador e livre, que estamos dizendo do ser humano?

Estamos dizendo que o ser humano é um ser que não está aprisionado no arranjo existencial que ele criou. Que não é refém de suas próprias estruturas. Que não está chamando a apenas reproduzir o mundo no qual vive. Queremos dizer que ele pode ver além do próprio mundo. Que ele pode fantasiar outro mundo, que ele sempre tem brechas e janelas pelas quais pode ver outras paisagens, diferentes daquelas ás quais está acostumado. Ser criador é ser-em-abertura para todos os lados; é ser em permanente dialogação consigo mesmo e com as potencialidades da realidade que ainda não foram atualizadas. Nada mais criativo que um músico ou um pintor. Ele não toca sempre a mesma melodia nem pinta sempre o mesmo quadro. Está continuamente produzindo novas combinações com os 8 sons da escala musical e novos motivos com as cores do arco-íris. Cada ser humano é criador, pois cada uma assimila do seu jeito tudo que lhe entra pelos sentidos, sintetiza as experiências, projeta novidades, concretiza-as sempre conferindo ao que faz a sua singularidade.

Tolher a pessoa humana em sua capacidade de criar, de expressar sua visão das coisas obrigá-la a ser eco da voz dos outros e cortar a ação criadora de singularidades significa violência ao direito fundamental de ser e de viver como humano. Mais que violar este ou aquele direito codificado é agredir a dignidade de ser um ente de abertura e de criação.

c) A expressão antropológica da dignidade humana

O ser criativo (dimensão religiosa) e o ser-em-abertura (dimensão filosófica) traduzem-se numa perspectiva antropológica pela categoria pessoa. Pessoa quer dizer um ser em relação. O ser humano apresenta-se como um nó de relações. Ele existe, isto é, está voltado para voar, em todas as direções, também para dentro de sua interioridade. Sem a relação o ser humano não existe. Eu sou meus relacionamentos. Por isso, a estrutura pessoal reside no dar, receber e retribuir. É dando que o ser humano fica mais ele mesmo; recebendo, se enriquece e permite ao outro também ser, pois lhe propicia dar; retribuindo, estabelece a rede de relações de dar e receber. Neste jogo se constrói a personalidade.

Nada mais violento que impedir o ser humano de se relacionar com a natureza, com os outros semelhantes, com os mais próximos queridos, consigo mesmo. Significa reduzi-lo a um objeto inanimado e morto. Pela participação ele se torna responsável pelo outro e con-cria continuamente o mundo, como jogo de relações, como permanente dialogação.

d) A expressão ética da dignidade humana

A dimensão ética surge quando nos sentimos responsáveis pelo nosso destino e pelo destino do outro. O ser humano emerge como um ser ético quando sente o outro como outro, quando se solidariza com ele, quando desenvolve compaixão com sua vida e sua causa. Ser ético é poder assumir os interesses do outro até mesmo quando esses interesses não coincidem com os meus. São assumidos porque são percebidos como justos e retos. Somente um ser livre pode ser um ente ético, respeitando o outro, impondo limites ao próprio poder e a própria paixão para salvaguardar a liberdade do outro. O sentido ético da liberdade pessoal reside na capacidade de acolher e potencializar a liberdade do outro. Não exercer minha liberdade até os

limites da liberdade do outro. Antes, comporta estar em comunhão com a liberdade do outro para que ela seja mais livre. Ser livre é fazer com que o outro seja livre. A liberdade existe para afirmar a liberdade do outro. Quer dizer, para estabelecer uma relação com a outra liberdade. Desta relação nasce a responsabilidade, a comunhão, que dão origem à comunidade.

Cortar a capacidade de relação, impedir a responsabilidade pessoal e coletiva, obstruir a capacidade de sentir o outro e deixar-se envolver por sua vida e causa implica em desconsiderar a dignidade humana, comporta reduzi-la a algo que não tem valor e para a qual não vale a pena abrir-se a ela e com ela construir juntos um caminho e um destino.

Portanto, ser criador, ser aberto, ser pessoa implica responsabilidade diante de si e face ao outro. Comporta uma dimensão de inclusão consciente do outro, de construção de um caminho comum, de compaixão com sua paixão e sua causa. Sem ética nada mais tem valor. Enchafurdamos no pântano dos interesses individuais contra os interesses dos outros e da comunidade. O resultado é a ameaça permanente do pisoteamento da dignidade de cada ser humano e também de cada ente da natureza reduzido a mero recurso para nosso desfrute. Por isso, o imperativo básico da ética não é: faça o bem e evite o mal. Nesta formulação assim abstrata não está decidindo o que é o bem e o que é o mal. Somos entregues a decisões subjetivas e à lógica dos próprios interesses. O imperativo iniludível e cristalino é esse: liberte o pobre! Libertar o pobre supõe a compaixão, implica amor à pessoa em sua dignidade de pessoa, significa vergar-se sobre ele como fez o bom samaritano da parábola evangélica, comporta solidariedade em sua desgraça e vontade de resgate e libertação de sua dignidade. Uma sociedade que não mostra compaixão para com os penalizados da vida (doentes, velhos, crianças abandonadas) é uma sociedade que desrespeita sistematicamente a dignidade da pessoa humana. Ela não vive no direito e na justiça.

e) Expressão política da dignidade humana

A dignidade humana em suas várias expressões, exposta acima, leva também a uma dimensão política. A política tem a ver com as formas de participação no poder de construção da sociedade. O fato de ser criativo, pessoa, livre, responsável, o ser humano vem dotado

de uma vontade ontológica de participar. Não se trata de uma veleidade que poder ser ou não ser. Essa vontade é intrínseca. Sem a participação, o ser humano se sente oprimido, forçado a secundar um projeto político do outro para o qual não teve nenhuma colaboração. Mesmo que se sinta beneficiário do sistema social (como é o caso do socialismo de Estado), não se sente feliz porque não é participante na gestão do bem comum. O ser humano politicamente não quer ser beneficiário, mas participante. Ora, as sociedades históricas que conhecemos se caracterizam por poucos mecanismos de participação dos cidadãos. Participam os que detêm o poder, o saber e o ter. Os demais são hegemonzados e reduzidos a uma função subalterna.

A dignidade humana politicamente coloca uma exigência de uma democracia no sentido originário da palavra: na participação do poder por todos, em níveis a serem sempre estabelecidos, no controle deste poder e na rotatividade das funções. Ademais, a sociedade como um todo é somente sã caso predominarem as relações de inclusão o mais possível de todos, relações de solidariedade entre todos, relações de reciprocidade e de complementaridade. Tal dinamismo social é propício à salvaguarda da dignidade humana. Cria as condições de ela se expressar e assim construir o bem comum.

3. FUNDAMENTAÇÃO QUÂNTICA DA DIGNIDADE HUMANA

Até agora temos trabalhado com uma cosmovisão clássica, aquela fundamentalmente ligada a Newton e à fenomenologia moderna. Refletimos a partir da consciência e do que nela se manifesta em termos de relações que se enquadram no espaço, no tempo e na interioridade humana. Mais e mais, porém, se está impondo uma nova cosmologia baseada na mecânica quântica, na nova biologia e na psicologia transpessoal. Esta visão se remonta às partículas subatômicas e às energias originais que subjazem a todo o universo. Esta cosmovisão vem confirmar, curiosamente, os resultados conseguidos pela reflexão anterior. Seu valor reside nisso: mostram que aquilo que pensávamos ser um valor no âmbito humano, religioso, político, na verdade, corresponde à própria realidade em sua expressão mais radical e fundamental. A verdade da consciência se encontra com a verdade das coisas. A lógica da razão coincide com a lógica das energias e partículas subatômicas. Por isso, estimamos que a dignidade humana, numa perspectiva quântica, ganha uma fundamentação derradeira e muito

convincente. Exporemos brevemente esta cosmovisão, consciente dos limites de linguagem e da fragmentaridade das representações.

Pela teoria da relatividade de Einstein, massa e energia são intermutáveis. Considerando a totalidade do universo, a massa/matéria ocupa uma ínfima parte do espaço. Para a física atômica, subatômica e quântica, a matéria existe apenas tendencialmente. As partículas elementares que entram na composição do átomo, do núcleo e dos prótons não são outra coisa que energia em altíssimo grau de concentração.

A mecânica quântica (a expressão “quântico”, “quantum”, vem de Max Plank para designar a quantidade de energia que os átomos irradiam intermitentemente em forma de pacotes) sustenta que se pode descrever todo ser como onda de energia eletromagnética ou como partícula subatômica. Ambos, ondas e partículas, são expressões da mesma realidade. Eles ocorrem sempre simultaneamente. A partícula possui seu momento onda e a onda possui seu momento partícula. São dimensões simultâneas e complementares. Nunca podemos determinar ao mesmo tempo a dimensão onda e a dimensão partícula. Vige uma profunda indeterminação no campo subatômico: o elétron, por exemplo, por ser onda, como pode ser partícula. Pode também se apresentar nem totalmente como onda nem totalmente como partícula, mas como uma composição de ambos; ocorre, como se diz um “pacote de onda”.

A representação que a física quântica faz da realidade é a seguinte: existiria um transfundo de energia pura, um oceano abissal de energia cósmica da qual irromperiam partículas que existem por um tempo íntimo ou ondas que se manifestam em bilionésimo de segundos para, em seguida, tanto ondas quanto partículas, voltarem a imergir nesse manancial inesgotável de energia. Não há vácuo. Tudo constitui uma dança cósmica de energias, um campo energético que pervade tudo e tudo engloba. O universo é um todo unificado e indivisível. Ele forma complexíssima rede de relações em todas as direções e em todas as formas. Tudo está relacionado com tudo e em todos os seus pontos. Nada existe fora da relação.

Se as coisas são assim (energia fundamental, partícula/onda, como surgem as coisas que existem como existem? Como passar dos eventos quânticos para os elementos físicos?

É aqui que entra a função da consciência. A física quântica com Max Planck, Einstein, Dirac e Pauli havia deixado a consciência de fora. Mais ainda. Considerava-se que a imagem de mundo projetada por ela era tão contraditória com a imagem convencional que dever-se-ia deixar de lado qualquer divulgação dela. Só criaria perplexidade. Famosa é a afirmação de Niels Bohr: "Se alguém não ficar perplexo e não se escandalizar com a física quântica é sinal que não a atendeu".

Com Werner Heisenberg, entretanto, entrou a importância do sujeito observador. É impossível medir simultaneamente a velocidade e a posição de uma partícula. Devemos escolher ou uma ou outra. Se medirmos a velocidade, a posição da partícula já mudou; se medirmos a posição, nos escapa a velocidade. Desta forma há uma radical indeterminação no mundo subatômico.

Nas palavras do próprio Heisenberg em seu conhecido livro *Física e Filosofia*: "O ato de observação por si mesmo muda a função de possibilidade de maneira descontínua; ele seleciona, entre todos os eventos possíveis, o evento que realmente ocorreu. Portanto, a transição entre o possível e o real ocorreu durante o ato de observação. Isto significa reconhecer que o sujeito observante influencia o fenômeno observado. Mais ainda. O observador, consoante a mecânica quântica, é imprescindível tanto para a constituição quanto para a observação das características de um fenômeno atômico. Na observação, elétrons que são simultaneamente partícula e onda tornam-se, como por encanto, ou partícula ou onda, dependendo do tipo de experiência que queremos fazer.

O sujeito entra na constituição do real. Descrevendo o real, descrevemos também a nós mesmos implicados nesse real. O mundo não é a coleção de objetos distintos; ele aparece como uma rede de relações entre as diversas partes de um todo unificado. O ser humano é parte constituinte deste todo e é ele que define constantemente o campo real que observamos. Como escreveu uma conhecida física quântica, Danah Zohar, "a realidade acontece quando a vemos; como a realidade acontece, depende de como a vemos" (*O ser quântico* 45,48). O ser consciente con-cria o universo; o sujeito entra em diálogo com o seu meio e dá forma concreta a uma das múltiplas possibilidades da função de onda/partícula.

Se o observador consciente entra na conformação da realidade, então a questão da consciência é fundamental para a física. Não são poucos os autores que colocam a consciência como a ponte entre a vida cotidiana (a matéria com seu peso e medida, seu espaço e tempo) e a realidade quântica (tudo é energia aparecendo como partícula e onda).

Sem estar em análises mais pormenorizadas, podemos dizer com os físicos quânticos que o essencial da consciência é sua unidade relacional, sua inteireza relacional não dividida. Próprio da consciência é sintetizar todo tipo de experiências e apresentar uma unidade que recolhe como num nó toda a teia de relações. Em termos quânticos, significa que as ondas vibram de forma uníssona e se sobrepõem tão completamente que constituem uma única onda só. Ou que as inúmeras partes que compõem um sistema ordenado se comportam como um todo e se fundem formando um todo único. Sobrepõem-se de tal forma que perdem completamente a própria individualidade (condensado Bose Einstein de tipo Fröhlich), qual o som de violinos (formado de muitos violinos) ou uníssono de muitas vozes. Quando isso emerge, a consciência.

Quando se dá este fenômeno? Somente no nível humano? Na perspectiva quântica tudo o que existe pré-existe e, o que existe e pré-existe, co-existe. A consciência como todos os demais seres possui a sua ancestralidade e sua genealogia. Ela desenvolveu-se através de um longo processo evolutivo a partir de formas elementares de consciência. Assim observou-se que todos os sistemas vivos apresentam o fenômeno da sobreposição das funções de onda e por isso surge uma inteireza relacional.

Uma ameba ou mesmo um caramujo apresentam certo nível de consciência neste sentido de totalidade relacional. Podemos retroceder na busca das raízes da consciência e chegaremos às partículas elementares. A consciência não é uma propriedade da matéria, mas essencialmente um relacionamento entre duas ou mais partículas. "Assim, a forma mais elementar possível de mentalidade seria uma consciência muito primitiva, ligada a duas partículas com funções de onda sobrepostas. Qualquer coisa acima disso, os muitos estados e graus de consciência dependeriam dos muitos tipos e graus de relacionamento que, por sua vez, dependeriam dos muitos tipos e graus de estrutura. Nossa consciência humana, portanto, não é diferente em

espécie daquela associada às mais elementares formas de vida ou à matéria elementar, mas é diferente em grau e em nível de complexidade" (Danah Zohar, *O ser quântico*, 124). A diferença, pois, é de grau e não de princípio.

Desde o início, quando houve a primeira sobreposição de onda entre dois elétrons, portanto, quando se estabeleceu a primeira relação entre dois seres elementares, aí se anunciava a consciência em sua forma mais primitiva. O elétron funciona como observador. Entra em relação com o meio. Age e interage, carrega experiências acumuladas. Esse processo con-cria a realidade assim como existe. A consciência vai ascendendo, se complexificando, sendo cada vez mais criativa até alcançar o patamar humano. Aqui o observador autoconsciente ganha maior força de criatividade e co-produção do mundo.

Somos também expressão da estrutura última de todo o ser, a dualidade partícula/onda. O lado partícula em nós se densifica e surge o que chamamos corpo. O lado onda em nós origina a mente. Nós somos simultaneamente partícula e onda (corpo e mente). As centenas de partículas subatômicas se apresentam sob dois tipos básicos, férmions e bósons. Os férmions constituem um conglomerado de partículas que dão origem à matéria (elétrons, prótons e nêutrons). Suas funções de onda se sobrepõem em pequena escala. Por isso existe a solidez da matéria e pouca relação. Os bósons (fótons, glúons e grávitons) são partículas de relacionamento. As funções de onda se sobrepõem e por isso criam a unidade do universo relacional. Têm menos densidade e são mais comunicação. Bósons existem desde o início. São parceiros da criação. Na medida em que somos corpo estamos do lado dos férmions, na medida em que somos mente estamos do lado dos bósons. Somos uma realidade que, de forma simultânea e complementar, se afirma e está aí (corpo), mas ao mesmo tempo nos abrimos e entretemos uma complexa trama de relações em todos os níveis de nossa existência (espírito).

Na visão quântica mais avançada, aquela que dialoga com as ciências biológicas, já não se vê a matéria como algo estático e inerte. É algo ativo e vivo, pois a matéria possui interioridade, na expressão do prêmio Nobel de química em 1977, Ilya Prigogine. Em cada partícula de um ser existe uma história de bilhões de anos, mudanças, interações com outras partículas. Tudo isso introduziu modificações irreversíveis,

experiências ligadas à seta do tempo, à evolução e à história. “Portanto, toda a matéria do universo se caracteriza pela reatividade, criatividade e neste sentido diálogo” (R. Weber, Diálogos com cientistas e sábios, 227).

Por causa desta dinâmica, a criação toda revela um sentido de direção; tende a gerar formas cada vez mais complexas e interativas. Nos seres vivos, mostra-se um sentido cada vez mais nítido. O sentido realiza-se no ato cada vez mais rico de dialogação e de criação. Os seres vivos são complexos organizacionais abertos, sem um equilíbrio rígido (Prigogine chama a isso de “estruturas dispersivas”) e em permanente simbiose com o meio num ininterrupto fluxo dinâmico. Esse jogo não é aleatório, regido pelo acaso e a necessidade (J. Monod), mas é espontâneo, novo e criativo. Mostra uma auto-organização, autocontrole e uma beleza cada vez mais grandiosos. O caos é sempre generativo e vai criando ordens sempre mais complexas e criativas. A vida tende a criar continuamente mais vida e maior unidade holística, panrelacional, vale dizer, ela se torna cada vez mais interiorizada e assim consciente e autoconsciente.

Esta criatividade se manifesta eminentemente na pessoa humana. Ela se encontra em permanente dialogação com a realidade. Atualiza potencialidades da natureza e as transforma em história. Atua sobre si mesma e vai criando sua própria história em articulação com a totalidade do universo no qual está inserida e é parte e parcela. Sua subjetividade também é partilhada: acolhe o outro, abre-se ao mundo como valor. Cada ser humano se torna responsável pelo mundo porque, na relação para com ele, ajuda a criá-lo. A consciência constitui a dinâmica básica através da qual o universo se expande. Quanto mais cresce a consciência e o nível de dialogação com o mundo, mais se acelera o processo evolutivo, mais emergem complexidades, maior se revela o sentido de unidade na riqueza das diversidades. Mais e mais o universo se acerca ao seu ponto ômega.

Nesta perspectiva quântica, como se despreende, o ser humano emerge como um ser de relações. Ele se insere no universo das energias que se apresentam simultânea e complementarmente como partículas e ondas; convive com estes contrários, conferindo dinamismo à sua unidade; por outro lado, os contrários que não são contraditórios (um não anula o outro) se complementam dando ainda maior expressão ao fluxo vital.

Sua característica singular reside no fato de ser consciência. Com isso forma um todo relacional, resume em si o universo. Pela consciência revela sua característica essencial: ser criador. Continuamente interage com o universo, pode criar unidades e coerências cada vez mais complexas e ricas.

O ser humano emerge, pois, como con-criador do universo. Nas palavras de Danah Zohar, uma das físicas que mais ajudou ao lado de David Bohm, Ilya Prigogine e Fritjof Capra e outros, a formular uma cosmovisão quântica: "A cosmovisão quântica transcende a dicotomia entre mente e corpo, entre interior e exterior, revelando-nos que as unidades básicas constitutivas da mente (bósons) e as unidades básicas constitutivas da matéria (férmions) brotam de um substrato comum (o vácuo que é cheio, pois se trata do oceano das energias cósmicas) e estão empenhadas num diálogo mutuamente criativo, cujas raízes remontam ao próprio cerne da criação da realidade. Em outros termos, a mente é relacionamento e a matéria aquilo que é relacionado. Nenhuma delas, sozinha, poderia evoluir ou expressar algo. Juntas, elas nos dão os seres humanos e o mundo" (O ser quântico, 292).

A percepção da unidade do todo e da interligação de todos os seres evoca, como primeiro sentimento, o senso da fraternidade universal, a reverência para com a criação e a com-paixão para com o lado sofredor da criação. Custa-nos tolerar a terra ferida e seus habitantes penalizados por aqueles que rompem egoisticamente o todo em benefício de sua parte. Sentimos responsabilidade para com a totalidade dinâmica mas harmônica. Todos têm direito de viver solidários e sentir sua inclusão num todo maior.

A partir destas considerações, surge clara a eminente dignidade de cada ser humano. Nele se capitalizam as energias cósmicas e o sentido do universo. Através de sua consciência, cujas raízes remontam ao princípio do Big Bang, o universo interage e mostra totalidades relacionais cada vez mais complexas. Sua dignidade está em ser co-criador do universo. Não era outra a intenção das religiões e do pensamento humano mais ancestral e moderno como vimos no início de nossas reflexões quando se falava do ser humano, homem e mulher, como criado criador, como ser-abertura, como pessoa, como um nó-de-relações, como responsável pelo destino próprio e dos outros e como um ser de participação na construção política da história.

Por isso também não há violência maior feita ao ser humano do que impedir-lhe de ser criador, de exceder sua consciência e sua liberdade para estabelecer cada vez mais abertas e exclusivas. Por aí vemos o quanto devemos mudar em nossas sociedades e nos modelos de convivência para estarmos à altura da vocação humana. A luta pelos direitos humanos, a perspectiva das vítimas, é uma luta política, pois deseja erradicar as causas político-sociais que produzem a permanente violação da dignidade humana. Essa luta política inclui a gestação do homem novo e da mulher nova, convertendo sua mente e seu coração para o ato do criador, para o sentido da totalidade orgânica e da fraternura (fraternidade e ternura) universal para com todos os seres da criação. Se sua mente estiver límpida e seu coração amorizado, sua relação para com o universo dos seres, a começar pelos que sofrem, será de com-paixão e responsabilidade para com a cura das chagas que sangram injustamente.

Esta luta, para que seja universal, deve começar pelos últimos, aqueles que sempre são humilhados e ofendidos da história. Somente a partir dos últimos pode abrir-se aos penúltimos e antepenúltimos, enfim, a todos os demais, liberando a criatividade e refazendo a fraternidade rompida, na qual não haverá primeiros e últimos, mas simplesmente cidadãos e irmãos e irmãs.

Daí o caráter messiânico e profundamente libertador dos grupos que organizam a luta pelos direitos humanos a partir da ótica dos empobrecidos, marginalizados e excluídos. Pelo fato de serem humanos, eles estão con-criando o universo. Por que não podem ser con-criadores do mundo no qual querem viver? Por que devem ser atrelados à criação excludente de uma classe ou subalternizados por aqueles que apropriam para si os instrumentos de participação social e política?

Precisamos fazer o nosso grande êxodo, atravessar o mar vermelho do mundo das inclusões, da realidade da repetição para a realidade da criação; importa atravessar o nosso rubicon que nos mantém na pré-história de nós mesmos para irrompermos na terra prometida dos seres humanos entrelaçados por uma rede de vida, de sentido, de colaboração, de diferenças que se complementam, construindo juntos o reino humano no qual a própria seta da criação ascende rumo a uma unidade orgânica e supremamente bem-aventurada que nós chamamos Deus.

Crônica

MORTE E VIDA MILITONTA

Maurício Abdaúa Guerrieri⁽¹²⁾

Nepomuceno era um daqueles baianos que vieram novinhos para o sudeste e que ainda carregam um forte sotaque, meio misturado, naturalmente, mas que ainda falam “muntcho”. Trabalhou desde menino e provou que esta estória de baiano ser preguiçoso é puro preconceito; baiano é só mais tranquilo... Teve de largar os estudos no primeiro ano do segundo grau, para arrumar um emprego, pois desde que seu pai falecera (e que Deus tenha o finado Deoclécio), Nepomuceno virou arrimo de família.

Na construção civil ganhou o apelido de Popó, por motivos mais que óbvios. Trabalhava duro e ganhava pouco. Sonhava em um dia poder subir na vida, sem andaime, com honestidade e, quem sabe, um pouquinho de sorte. Mesmo ganhando pouco, Popó resolveu se casar com a bela Rosalva, com quem teve dois filhos sustentados à base do concreto armado.

Popó era o tipo “proletário” mesmo. Construiu uma casinha na periferia, onde só o banheiro era de alvenaria. Na primeira oportunidade reformou a casa. Aumentou o banheiro em três vezes, colocou janelas tipo “colonial” com um vidro fosco de cada cor e colocou todas as portas dos cômodos saindo na cozinha.

⁽¹²⁾ O autor é Leigo, Professor de Filosofia, Integrante, Cronista e Humorista do Movimento Fé & Política.

Quando fritava peixe, um cego não sabia distinguir o que era quarto e o que era cozinha. É bem verdade que faltou dinheiro para rebocar a casa e para acertar problemas de saneamento e instalação elétrica, mas o mais importante estava feito.

Sempre que chegava em casa torva uma pinga, deixava os sapatos no meio da sala e tentava agradar a esposa com as “novidades” em utilidade doméstica que havia comprado nos camelôs. Poucos funcionavam como o vendedor demonstrava, mas todos eram guardados com muito carinho. Sempre que acabava de jantar deixava o prato na pia com os restos de comida e ligava a televisão para ver a novela junto com os filhos.

O dinheiro da poupança deu para comprar uma bicicleta “zerinho”. Popó não tardou em equipá-la com uma buzina de ar, uma capa de celim com babados e escudo do Flamengo, olhos de gato nos aros, fitinhas de Nosso Senhor do Bonfim no guidon e um retrovisor. Assim era Nepomuceno.

“Seo” Amorim era muito amigo de Popó. Sempre “marmitavam” juntos e Amorim tentava convencer o nosso amigo de que era preciso fazer uma chapa de oposição para ganhar o sindicato. Popó nunca se convencia. O que Amorim tardou a saber era da formação religiosa do baiano. Deu-lhe então vários boletins da Pastoral Operária para ler e passou a dizer sempre sobre a necessidade de um cristão lutar pelos seus direitos, e um deles era tirar os “pelegos” do sindicato.

Depois de algum tempo, Nepomuceno estava sentado toda sexta-feira à noite na Igreja, discutindo os problemas da sua vida cotejados com a Palavra do Evangelho. Um grupo de operários na obra passou a discutir sobre oposição sindical, sempre com os membros da Pastoral Operária incentivando. Uma grande reunião foi feita na Igreja e Popó foi fazer parte da coordenação da oposição. Sua esposa e seus filhos já passavam a sentir sua ausência.

Nosso amigo passou a militar com mais intensidade e passou a se apropriar de várias expressões muito utilizadas na esquerda. É claro que muitas delas eram na verdade uma versão. Dizia, por exemplo, que iam fazer o “diabo aquático” para ganhar a eleição do sindicato e às vezes advertia uns companheiros que estavam indo “com muita sede

ao poste". Propôs várias vezes fazer um "colorama" de trabalho para não se perderem em mil atividades. Quando se desesperava, dizia estar "num mato sem coelho" etc.

A chapa de Popó ganhou a eleição. O baiano passou a ser dirigente sindical. Participou de um porção de encontros nacionais e se tornou uma grande liderança. A primeira atitude de mudança de vida que teve foi abandonar a Igreja e chamar seus antigos companheiros de "igrejeiros", em tom pejorativo. Comprou uns livros de Marx e Lenin para colocar na estante da sala, logo acima da televisão e ao lado da estatueta de gesso de uma samaritana, embora nunca tenha passado da leitura dos índices.

Passava às vezes o dia inteiro no sindicato. Sua mulher passou a reclamar e ele, numa atitude revolucionária, abandonou a família, convencido de que ela era uma instituição burguesa, um aparelho ideológico do Estado.

Passou a ter militância mais intensa no partido e a participar de mais encontros nacionais. Quase não parava em sua cidade. Distribuía títulos de pelego a Deus e o mundo, sem se lembrar do seu passado antes do Amorim.

Nepomuceno aprendeu a repetir chavões. Falava em neoliberalismo, revolução, socialismo (sempre tendo como referência os países de "socialismo real"), até positivismo aprendeu a falar. Numa reunião, logo no início de sua militância, passou vergonha por defender o positivismo dizendo que o "negativismo" não leva ninguém a nada ... Agora é contra o positivismo.

Ouviu falar nas revoltas populares nos países do "socialismo real". Primeiro achou que era trama do imperialismo e da imprensa burguesa, até que o muro caiu e o "socialismo real" foi por água abaixo. Viu Nicarágua perder as eleições. Seu sindicato foi derrotado por uma chapa apoiada pelos patrões. Sentiu-se muito só e não teve amigos para desabafar. Pensou em voltar a acreditar em Deus, mas tinha vergonha de rezar.

Seu filho mais velho comunicou-lhe que havia passado no vestibular e iria fazer Administração de Empresas. Sua filha havia se filiado à

ala jovem de um partido de direita e fazia campanha para um candidato burguês.

Nepomuceno suou por uns bons anos. Outro dia viram-no trabalhando como trocador de ônibus urbano. Havia casado novamente, como uma mulher de uma igreja fundamentalista, morava em uma casa razoável, montou um abatedouro de frango e havia comprado uma bicicleta nova.

A MÍSTICA DA MILITÂNCIA EM TEMPO DE CRISE

Marcos Arruda⁽¹⁵⁾

*À Teresa e Cláudio Vereza, companheiros na luta
por uma nova Humanidade.*

2 de Agosto

Por entre as lúcidas ondas
Que lambiam os seus pés,
A Estrela-do-Mar chamou-o:

"Vem ao meu amigo e monta,
É o Cavalo-Marinho,
E, no passeio, responde:
Quantos anos você faz?"

Pablo, montado ao revés,
'Braçado no Pacatá,
Gritou sorrindo, já longe,
E sem nem mesmo pensar:

"Tenho 15 bilhões de anos
E nasci dois an'atrás!"

Ao Pablo, meu filho cósmico, Marcos, 1992

Este pequeno poema condensa toda uma visão do sagrado. No batizado do Pablo, Leonardo Boff aprofundou esta visão, comentando

⁽¹⁵⁾ Representante do PACS na Europa. Coordenador do Grupo de Trabalho de ONG's sobre o Banco Mundial (Genebra). Membro do Movimento Fé & Política (Rio de Janeiro) e do Instituto Transnacional (Amsterdã).

que Pablo já havia nascido muito antes, na própria intencionalidade do Universal. Na verdade, é fora dos parâmetros do espaço-tempo que se situa o nascimento de cada um de nós.

Pois foi com este poema que começamos o Encontro de Manguinhos, Espírito Santo, sobre "A Mística da Militância em Tempos de Crise", com um grupo heterogêneo de pessoas, várias do PT, uma do PDT, diversas operárias e operários, agentes de pastoral e membros de centros de defesa dos direitos humanos. A diversidade era salutar para o grupo e me permitiu sublinhar a própria natureza do Movimento Fé e Política, conforme a definimos desde sua gênese, em 1989: um movimento de vida, de partilha, de comunhão e de celebração, de caráter não confessional, portanto, aberto a todas as pessoas que tenham algum tipo de militância social/política e, ao mesmo tempo, se preocupem com a vivência de uma fé, de uma dimensão do Real que transcende o imediato, o atual, o visível e tudo aquilo que se apresenta como "impossível" mas que oculta no seu âmago o "possível".

Li o poema como forma de explicar ao grupo porque teria que regressar mais cedo ao Rio: o aniversário do Pablo. E identifiquei como objetivo principal do tema do Encontro a redescoberta do sagrado na vida de cada dia, como via de ressurreição da mística da militância, ferida de morte pelas crises que abalam a civilização da qual somos parte.

A CRISE TEM UMA FACE DE MORTE

Esta frase dá a impressão de uma interpretação pessimista da crise, que não contribui para reanimar a mística já tão abalada de muitos militantes. Falar de morte ao referir-me à crise da civilização ocidental não seria enfatizar a dimensão de destruição e desesperança que lhe é inerente? Sim e não. Existe de fato a dimensão da morte nesta crise e é preciso tomar conhecimento profundo dela. E é justamente quando alcançamos o profundo, que se manifesta também o seu potencial de ressurreição, de nova vida. Vejamos como ela se manifesta.

– Morre um tipo mais atrasado de capitalismo e nasce outro, ainda mais tecnocrático, sofisticado, informatizado. Nele, o valor do ser humano é mais uma vez redefinido: não é tanto sua força física de trabalho que importa, mas sua inteligência. Esta redefinição, contudo, se dá

sem qualquer mudança qualitativa no plano ético: antes se tratava da mercadoria força física de trabalho, agora se trata da mercadoria inteligência. Daí que um número crescente de trabalhadores, inclusive nos países ricos, está sendo marginalizado do próprio mercado, da sociedade, da cidadania, do direito mesmo de sobreviver. “Sequer têm o privilégio de serem explorados pelo próprio sistema do capital”, diz Leonardo Boff⁽¹¹⁾. Com aquela forma hoje arcaica de capitalismo, morrem também, um pouco mais, as possibilidades de uma democracia genuína no contexto do capitalismo⁽¹⁶⁾.

– Outras civilizações e culturas, portadoras de modos de organização social diversificados, de valores e maneiras de ver o mundo diferentes dos que predominam ao Ocidente, são levadas física ou culturalmente à extinção, por imposição de um sistema de vocação global que só admite a diversidade no espaço e dentro dos limites do mercado. Este totalitarismo do mercado ⁽¹⁷⁾, caracterizado por uma ética funcional e uma ideologia sacrificialista, tem um efeito devastador sobre o ser humano. A escolha que resta (quando há escolha...) aos povos autóctones que antecederam os europeus nas Américas, África e Ásia/Pacífico é aculturar-se ou extinguir-se. Aculturar-se significa substituir seus próprios valores, atitudes, comportamentos e modos de vida e de relação pelos do mundo do capital, abrindo mão, portanto, da própria identidade.

- Morrem diversas experiências históricas de socialismo, fundadas no “estatismo de planejamento centralizado”. Esta morte corresponde a um terremoto histórico, de proporções semelhantes ao que foi a Revolução Francesa ou a própria Revolução Soviética. É preciso atentar para um fato importante nessa morte: ela foi consumada não por forças externas - como por exemplo a ação da CIA, ou uma invasão do Ocidente, ou mesmo uma guerra nuclear - mas sim pelos próprios povos daqueles países. Isto a torna um acontecimento ainda mais grave para o projeto socialista. Por um lado, indica o grau de esvaziamento e até de substituição das propostas originais de socialismo. Comparo este fenômeno aos das Cruzadas, da Conquista e Coloniza-

⁽¹¹⁾ Leonardo Boff 1992. “Refundação da Dignidade Humana a Partir da Nova Cosmologia”, em *Cadernos Fé & Política*, n. 7, Petrópolis, julho, p. 37.

⁽¹⁶⁾ Ver Marcos Arruda, 1992. “Transformações Global e o Desafio da Construção da democracia”, PACS-PRIES, Rio de Janeiro.

⁽¹⁷⁾ Hugo Assmann e Franz Hinkelammert, 1989. “A Idolatria do Mercado: Ensaio sobre”. *Economia e Teologia*, Ed. Vozes, Petrópolis, pp. 263-290.

ção das Américas e da Inquisição, em relação ao Evangelho. Por outro, abre o espaço para que intelectuais orgânicos do capital, como o nissei norte-americano Francis Fukuyama, anunciem que se trata do “fim da história”, ou da vitória “definitiva” do capitalismo, em virtude da própria força democrática de insurreição daqueles povos.

– Com essa morte desaparece um sistema que serviu de marco referencial para muitos milhões de pessoas mundo afora, que o viam como “modelo” alternativo ao poderio do sistema do capital. Para estes desaparece também a esperança em que o socialismo seja uma possibilidade histórica, ou mesmo que seja algo desejável a polarizar nossas energias de militantes. Entra em crise, portanto, a própria cultura do socialismo, no seu sentido mais abrangente, isto é, a convicção de que é possível um outro sistema de valores, comportamentos, atitudes, expectativas e modos de relação, fundado na dignidade do ser humano como ser ao mesmo tempo natural, pessoal e social e expresso na relação de solidariedade e de irmandade entre os seres humanos e com o universo. A uniformização do mundo parece o único imperativo viável, centrada nos valores “capital”, “propriedade privada”, “acumulação de bens e riquezas materiais”. A competição encarnizada por esses bens e riquezas, pelo predomínio nos mercados, por empregos cada vez mais escassos, ou mesmo pelo espaço que garanta a sobrevivência de cada indivíduo ou limitado grupo social, parece consolidar-se como a única forma possível de relação entre os seres humanos.

- No plano das relações interpessoais, a mercantilização das relações humanas tem gerado a morte de uma sexualidade baseada no respeito ao outro e na dignidade da mulher. A juventude se liberta de tabus e proibições marcados por um moralismo piegas, mas não consegue construir outros parâmetros morais, bombardeada pela cultura competitiva, libertina e até pornográfica da televisão e do cinema. Aprofunda-se, em conseqüência, o divórcio entre amor e sexo, entre a pessoa do outro e sua sexualidade. Morre também a família, como a conheceram nossos pais e avós. Um sem-número de casais se separaram, justamente desencantados com a pobreza de um sistema familiar fechado e excludente. Os parceiros sentem-se incapazes de recriar seu compromisso de vida em comum numa perspectiva de partilha, transparência e criatividade. Os modelos de relações amorosas e sexuais passados pelos meios de informação também influem para persuadir-lhes de que um casamento sincero, amoroso e dinâmico é impossível.

vel. O paradigma da competição afeta a própria identidade de cada um. O ambiente psicológico dominante é de insegurança e exteriorização. Os valores ligados ao "ter" prevalecem sobre o sentimento de que valho pelo que sou e pelo que sou capaz de dar ou partilhar.

- Nesse contexto de desagregação e de morte, a militância também está em crise. "O Real evoluiu e continuou emanando sentido, mas o real formulado por muitos de nós ficou parado. Hoje há muito militante que o é por ser, por inércia, ou por puro profissionalismo. Como padres que perderam a fé e dizem 'mas que posso fazer se só sei rezar missa?', esses militantes performam a liturgia da militância sem conteúdo de vida, de renovação. Já não tem a paciência histórica de não aceitar o real atual como definitivo e de alimentar sua militância com a fé", com a visão sempre renovada do ultra-histórico.

Seria possível seguir enumerando as diferentes facetas da crise da nossa civilização. Por esta ótica da morte, a crise civilizatória que o mundo atual está vivendo resulta também na crise da mística da militância. O Real parece não ter nenhum lado "misterioso, escondido". A atual idade imediata, com sua roupagem luxuriante para alguns e terrivelmente cruel para tantos outros, a qual os pragmáticos nos convidam insistentemente a nos apegarmos, parece ser mesmo a única realidade.

Alguns transferem suas esperanças para a social-democracia. Outros, ainda mais descrentes, como grande parte dos habitantes da Europa Central e Oriental, para o próprio sistema capitalista "de livre mercado".

A crise contamina, igualmente, o cotidiano dessas pessoas, sua identidade, suas relações interpessoais, seus ideais, suas paixões e desejos. Chega-se a propor que "o mundo está precisando fazer uma psicanálise planetária". Ou, como já disseram muitos ex-militantes sociais ou políticos: "Chega de pensar nos outros. Agora vou cuidar é de mim." É neste contexto que se situam os seguintes comentários, que o Encontro de Manguinhos fez aflorar:

"Estou muitas vezes cansado, desesperado, querendo ter uma vida normal de gente - só recebo novas forças em casa e de alguns compa-

nheiros do PT, já que nem todos no PT são companheiros...”, disse alguém que está mergulhando na crise de uma militância demasiado onerosa. “Confesso que já não tenho o ímpeto de tempos atrás. Até a Nica-rágua caiu.”

“Não sabemos quantos partidos existem no PT”, comentou outra companheira. “O PT até hoje não tem na sua prática um proposta para a sociedade; ainda não aprendeu a dar testemunho de um proposta realmente nova. Quero ver a teoria virar prática!”

“A podridão hoje é tão grande que pode ser exposta”, comentou outro, falando da crise político-moral brasileira, “e o povo, e até nós, estamos chegando ao ponto de não acreditarmos mais em ninguém nem em nada. Entrincheirar-se no individualismo mais exacerbado parece ser a única solução para a sobrevivência.”

“Estamos marcados hoje por uma profunda crise de identidade, justamente porque temos sido levados a identificar-nos com falsos ídolos. Por eles serem falsos, no fundo nos sentimos órfãos, e isto é infantil. Minha oração mais freqüente hoje é ‘Deus, livra-me de deus’.”

“A vida atual é como um tremendo liquidificador”, disse outro. “Nela, a busca da fé parece ser incompatível com as atividades da militância”. Ele expressava, assim, sua necessidade de grupo, de comunidade, de uma referência coletiva de identidade e de sentido, que hoje parece inexistir.

MAS A CRISE TAMBÉM TEM UMA FACE DE RESSURREIÇÃO

A face de ressurreição é precisamente o lado oculto e invisível da crise. Ou o lado sagrado, misterioso, escondido. E foi justamente sobre ele que propusemos concentrar nossa atenção nesse Encontro. Pois para reativar a mística da militância nos parece essencial restituir a percepção do sagrado. E descobrir o sentido misterioso dos acontecimentos é também reativar a fé e a esperança. Mais ainda, é, para o militante, resgatar o Amor como práxis por excelência ⁽¹⁸⁾.

Recapitulando as várias dimensões da crise foi possível ir desvendando a potencialidade que nela existe de ressurreição. Partimos de um

⁽¹⁸⁾ Marcos Arruda, 1990. “deflexões sobre Fere Política à Luz de Spinoza”, em *Caderno, Fé & Política*, n.3, Petrópolis, p. 18. Ver também Leonardo Bog 1983, “Mestre Eckhart: A Mística de Ser e não Ter”, Ed. Vozear, Petrópolis, pp. 11 a 23.

visão dinâmica e histórica da Realidade, que não é habitual para nós, pois estamos enraizados na cultura dominante no Ocidente, arcada por uma perigosa mistura de romantismo subjetivista, racionalismo empirista e tecnocratismo positivista. Todas as três correntes filosóficas se combinam para dar-nos um sólido lastro metafísico e, ao mesmo tempo, materialista no sentido mais vulgar. É neste lastro que nos leva a ver a realidade sob um prisma unidimensional. O real confunde-se com o atual, se perde nele. Nosso sentido de transcendência tem sido insistentemente entorpecido pela cultura economicista dominante. E se torna difícil ver, por trás da dimensão atual do Real, sua outra dimensão: o potencial que está inerente nele, ainda que não venha necessariamente a realizar-se. É este potencial que legitima a utopia (embora tantas utopias resvalam para a metafísica).

A semente de uma laranja é semente e, ao mesmo tempo, laranjeira em potencial. Mas não se tornará laranjeira senão sob condições que é preciso criar. Se a semente for jogada sobre a pedra, não brotará. Se cair na areia ou terreno estéril, talvez brote, mas não crescerá por falta de água e nutrientes. O momento histórico de crise também possui uma dimensão real e outra potencial. E esta última exige dos seres humanos uma ação consciente e crítica de construção das condições objetivas e subjetivas para realizá-la. Neste sentido, a crise abre espaços para avanços até hoje ainda não efetivados pela humanidade.

– Surgem pela primeira vez as condições materiais e geográficas para a emergência de uma economia de bem-estar e de suficiência generalizada na esfera global. Por um lado, a compressão planetária a que está submetida a humanidade a está obrigando a socializar-se cada vez mais para sobreviver. Por outro, os avanços da ciência e da tecnologia e o alcance planetário das atividades produtivas, distributivas e comunicativas eleva as possibilidades de a humanidade redescobrir-se como um todo, cujas partes só se realizam na sua articulação orgânica com as outras partes e com o todo. Mas esses avanços no plano social, tecnológico e de consciência conflitam cada vez mais com as estruturas e as instituições que prevalecem nas quais o indivíduo concebido abstratamente continua sendo visto como valor absoluto, e suas relações não superam o marco da mera competição e eficiência material. Esta contradição abre, como nunca antes, o espaço para enfrentarmos o desafio de reconstruir nossas economias e sociedades no sentido da planetarização socializante e democratizante.

– Uma consciência nova pode emergir deste processo, e de fato o nosso movimento (Fé e Política) já é um sinal vivo dela. Trata-se de uma consciência de espécie humana”, que transcende os estreitos limites do clan, da nacionalidade e mesmo da etnia ou da religião. É uma consciência peculiar à espécie humana (considerando apenas os seres conscientes que conhecemos até hoje), pois nela cabem, ao mesmo tempo, a pessoa humana em processo de crescente diferenciação, identificação e conscientização, e a coletividade, da esfera local até a planetária. O desafio é, portanto, construir comunidades humanas nas quais o interesse e a dinâmica do conjunto se construa a partir da diversidade e da liberdade de escolha das partes componentes, as pessoas.

– Para esta mesma percepção convergem as possibilidades abertas pelo colapso dos socialismos estadistas. Por um lado, somos chamados a superar o coletivismo vulgar, que concebe “a massa” como um conjunto amorfo e despersonalizado de indivíduos. Essa crise permite nos darmos conta de que as comunidades humanas são constituídas de pessoas, com um conjunto de atributos peculiares que formam sua singularidade, e um potencial próprio de criatividade e de comunicação. A construção de unanimidades (vontade comum, projeto comum, economia solidária, política participativa) a partir da diversidade (a subjetividade e a singularidade de cada membro do coletivo) passa a ser, portanto, uma necessidade das comunidades humanas do século XXI.

- A busca de superar a crise está levando também a um questionamento, por um lado, do voluntarismo determinista e, por outro, do ativismo fatalista que têm marcado contraditoriamente o estilo de ação das esquerdas. A crise nos força a re-situarmos o eixo da construção da História no cotidiano. A visão generalista e futurista que se despega do aqui-e-agora perde o vigor e se esvazia de sentido concreto. Igualmente perde sentido o imediatismo existencialista que ignora o movimento da vida e da História e induz ao ativismo compulsivo ou à busca descontrolada de prazer. A sabedoria está em colocar um olho no cotidiano e o outro no grande movimento da História e do Universo. Ou, um olho na vida e o outro na morte. E é com esta sabedoria que o militante conseguirá reaquecer a mística do seu compromisso com a História, com a Humanidade e consigo próprio.

– Por outro lado, os dogmatismos e os doutrinanismos de qualquer tendência perdem terreno. Somos convocados a combatê-los e superá-

los, religando-nos com o Real, com o Histórico, na sua complexidade e no seu movimento. Em vez de repetidores de cartilhas e manuais, somos chamados a escrever criativamente, na vida e no papel em branco, uma nova História, com base naquilo que aprendemos do que as sociedades viveram e acumularam até aqui. Desvela-se a vocação de cada militante a tornar-se um pesquisador do Real. Uma nova concepção de ciência, que a liberte das suas angras racionalistas e positivistas, se faz necessária. A ciência precisa interessar-se por perseguir sempre mais o Real na sua totalidade, que não se restringe à dimensão física do mundo e da matéria. Para isso, a ciência precisa dar-se conta de que não é só com a razão que o ser humano conhece. Abre-se, portanto, a possibilidade para uma revolução na concepção ocidental de conhecimento e das faculdades de conhecer do ser humano. E, conseqüentemente, para uma revolução na educação, tanto de crianças como de adultos, como dos próprios militantes e dirigentes.

“Desta crise total, o ser humano emerge buscando novos caminhos. Fé em quê? No ser humano. Neste ser humano que ainda não se conhece, que está sedento de conhecer-se. Quando a gente se redescobre, passa a tomar cada dia como um presente!”

A IRMÃ MORTE

Para aguçar nossa percepção sobre o Real, fizemos um momento de passeio individual, para que cada um observasse, em si e no que o cerca, sinais da morte. O fato é que nossa cultura eurocêntrica exclui e abomina a morte como se ela não existisse ou como se pudéssemos adiar sua realidade até o dia em que ela prevaleça sobre nós. Este é mais um divórcio que herdamos de um mundo voltado para o atual, o sensível e o imediato: o divórcio entre morte e vida.

“Não consegui ver morte apenas, nem fora, nem dentro de mim. O lado da vida para mim é mais forte que o da morte. Com meus trigêmeos, vivi ‘quatro anos de incubadora’. Cada passo da vida continha um risco de morte e uma promessa de vida. Aprendi a viver assim, entre estas duas realidades.”

“Tentei fugir do exercício de observar a morte. Depois, tentei refletir e não me convenço de que a morte seja coisa boa. Bom mesmo é a

vida. E nela, pergunto-me se é o momento de se falar da revolta, e não do amor.”

“Aquele que deixa de acreditar, que se agarra só aos bens materiais, pára de respirar. Ele transmite só o vazio, o negativo. Alguns já se degradaram tanto, que não têm retorno. Eu fiz a opção pela vida. E esta é uma opção por ser, plenamente, e não por ter como forma essencial de viver.”

“Para viver é preciso superar o medo da morte. E isto só é possível se passamos a conviver com ela como uma companheira de cada dia, como uma porta que um dia vamos abrir para uma obscuridade cheia de luz.”

Eu trouxe uma pequena aranha que encontrei morta e ressecada na sua teia, numa esquina de janela. A aranha havia vivido de comer pequenos insetos, como nós nos alimentamos de organismos vivos, que devemos matar para garantir nossa vida. Assim, vamos alimentar com a nossa morte os meios e os frutos do seu próprio trabalho, com a sociedade e a espécie humana, com cada outro ser e, enfim, consigo próprio. Esta religião corresponde ao sentido maior do termo religião ⁽⁷⁾. Seria algo como a redenção histórica da religião, embora vários dos que acreditam na sua possibilidade a situem não apenas no campo da história, mas também além dele. Na “ultra-história”, portanto, se consumaria a construção, na terminologia de Teilhard ⁽⁸⁾, de um “ultra-humano”.

FÉ, HISTÓRIA E COTIDIANO

Três observações sobre a fé são inescapáveis. Apesar de merecerem uma discussão muito mais profunda, devo listar-me aqui a enunciá-las.

Uma, a fé, por sua própria natureza, é um desafio pessoal. Na sua forma mais espontânea é um processo histórico e culturalmente determinado. Para superar esta forma espontânea e condicionada de fé, somos desafiados a desconstruí-la e reconstruí-la num plano vivencial e

⁽⁷⁾ “*Todo o Novo Testamento pode ser entendido - por uma mentalidade orientada pelo marxismo - como um protesto contra a alienação religiosa*”. Thomas Merton, “*Marxism and Monastic Perspectives*”, em *A New Charter for Monastkksm* (ed por J. Moggt), Notre Dame, 1970; 69s. Citado por L. Boff 1983, na nota 7é, p. 43.

⁽⁸⁾ Ver Teilhard de Chardin, 1950. “*Sobre a Ex& tência Provável, Adiante de Núm, de um “Ultra-Humano”*”, PACS-PRIES, Rio de Janeiro; tradução e nota introdutória de M. Arruda.

convivencial superior, dominado pela consciência, mais que simplesmente pelo inconsciente. Esta reconstrução consciente da fé - envolve uma práxis, que pode ser definida como a construção, por cada um, de uma espiritualidade para cada dimensão da sua própria existência pessoal, natural e social. Construção significa trabalho, esforço, luta, disciplina. Não uma disciplina que submete e escraviza, mas que incorpora, integra e liberta, como a do pianista que, depois de muitos anos de prática no piano e de teoria musical, transforma-se em artista quando passa a ser um com o seu instrumento e com a música que ele cria. A comunicação da fé, nesta etapa, não ocorre como proselitismo, mas como simples testemunho direto, que se expressa na práxis, muito mais que no discurso.

A segunda é que a fé é uma experiência que transcende o racional. É por isso que, num mundo em que o racionalismo e o materialismo vulgar predominam a fé tornou-se algo sem sentido para os pragmáticos, ou então, para os que lutam por não entregar-se inteiramente aos valores culturais dominantes, uma experiência divorciada da prática social cotidiana. Isso não quer dizer que a razão não seja também interpelada pela fé. Ao contrário. É exatamente porque a fé se impõe a tantos como uma experiência vivencial profunda, pelas mais variadas vertentes religiosas, ou até a-religiosas (como a fé na Humanidade expressa por um Trotsky, por exemplo), que a razão é também chamada a explorá-la com todos os recursos de que dispõe. Testemunhos disto são os trabalhos confluentes de pelo menos dois autores que, na minha opinião, se situam na encruzilhada da ciência com a fé: Teilhard de Chardin e Fritjof Capra ⁽⁹⁾.

A terceira é que a fé é meio e não fim. Ela é caminho, portanto, é um estado de espírito que tende a ser superado. "Já não tenho fé, pois experimentei", comentou um companheiro na intimidade de um outro encontro comunitário de fé e política. Essa experiência que supera e

9) Teilhard de Chardin foi um geólogo, antropólogo, paleontólogo e biólogo, jesuíta, cuja obra ficou praticamente inédita durante sua vida devido à interdição imposta pela ordem e pelo Vaticano. Sua cosmologia penetrante e inovadora valeu que o enviassem para a Coreia durante 30 anos. Quase todos os seus escritos já foram publicados pela Editora Seuil, de Paris. Um dos seus livros foi publicado no Brasil, "O Fenômeno Humano" (Ed. Cultrix). O PACS-PRIE traduziu e publicou dois dos seus textos e pretende fazê-la com outros mais. Para uma leitura acessível de Teilhard, ver "Teilhard de Chardin: Sinfonia < Universal", de Frei Betto, ed. Letra & Letras, 1992. ⁽¹⁰⁾Fritjof Capra é um físico teórico de origem austríaca, que escreveu dois livros marcantes, "Tao da Física", em que mostra a tendência convergente da evolução da física contemporânea e das místicas orientais; e "O Ponto de Mutação", em que apresenta uma crítica do paradigma de pensamento e ação acadêmicas e enuncia uma visão alternativa de sociedade humana. Ambos publicados pela Cultrix.

dispensa a fé e o amor, o “ágape”, a vivência direta, portanto, supracional da comunhão, da integração, da iluminação, da convivência com a Totalidade. Evito intencionalmente a palavra “fusão”, e utilizo “convivência” para exprimir a idéia de que se trata de uma integração com o Todo, o Uno, o Universal, na qual preservamos integralmente nossa personalidade singular. Portanto, uma integração tão misteriosa quanto a da Trindade. Daí esta também misteriosa probabilidade de que, com esta experiência mística, já não seja necessário dizer “acredito”. E não estou falando aqui de uma experiência transcendental apenas subjetiva ou mental, mas sim igualmente física, corporal, como com a natureza, com outro ser humano ou, ainda mais profundamente arrebatadora, com a comunidade humana, ou a consciência coletiva, que nos dá, no momento da luz, a misteriosa e encantada percepção de que somos, por “vocação”, indivíduos sociais.

Espiritualidade do Cotidiano - O militante que vive conscientemente sua fé tem uma visão que lhe permite estar plenamente inserido no aqui-e-agora. É neste momento do espaço-tempo que ele percebe que está bebendo da infinitude do passado que o gerou e, simultaneamente, construindo o futuro que o desafia. Isto significa que, a fim de equipar-se para viver o cotidiano, precisa educar cada dimensão de si próprio e cada relação que o constitui. A auto-educação do corpo e dos seus sentidos materiais, da emoção, do desejo, da paixão, do sentimento, da intuição, da vontade, do inconsciente, da razão, dos sentidos espirituais (sentido humano, sentido da unidade, sentido da beleza, sentido da transcendência, sentido do amor...) exige um prolongado e disciplinado trabalho multidimensional. Por meio dele vamos superando o divórcio de nós próprios.

Igualmente, a espiritualidade do cotidiano obriga à auto-educação para a luta pela superação dos outros divórcios – em relação à natureza; a sociedade e à espécie humana; e a cada outro. Dizer que no interior de cada relação reside o espírito, ou o sentido profundo de nós próprios, não significa desprezar a dimensão aparente, fenomênica da relação, como se fosse menos real. Apenas não é todo o real. É por isso que falo em espiritualidade do cotidiano - uma conexão com a dimensão invisível, misteriosa, silenciosa e sagrada do real de cada momento, para que encontremos e possamos dar sentido à dimensão visível e eloqüente desse real. Eis porque a espiritualidade do cotidiano não pode deixar de ser uma espiritualidade da práxis.

Espiritualidade da História - Esta imersão no aqui-e-agora, porém, não leva o militante que tem fé a perder-se num existencialismo vulgar e estéril. Nem tampouco dispersar-se num ativismo que o mantém sempre ocupado, mas que não é estrategicamente operativa ou transformadora. A visão estratégica, histórica e, para os que têm fé, ultra-histórica, é que dá organicidade à militância do cotidiano. Eis porque a espiritualidade da História também não pode deixar de ser uma espiritualidade da práxis.

A tessitura do movimento do aqui-e-agora se chama História. E esta não é apenas uma sucessão linear, aditiva, de momentos do espaço-tempo, mas é algo qualitativamente superior e integrador, embora constituído da articulação tecida pelo cotidiano. No caso humano, as partes que constituem o todo da humanidade e da História são núcleos energéticos, totalidades em si, devido à sua consciência reflexiva, autônoma e carregada do potencial de liberdade. Portanto, sua articulação com o Todo - seja social, seja pessoal dá-se de forma peculiar, até misteriosa: atração, articulação, integração, comunhão que não elisa, mas antes releva, sublinha, valoriza a personalidade singular de cada núcleo energético. No plano histórico, esta unidade da diversidade é a substância mesma da genuína democracia. No plano ultra-histórico, ela seria a culminação do processo pessoal de "amorização", para o qual a morte seria a porta.

Portanto, assim como o militante deve atribuir toda a importância a cada momento e a cada ação, não perdendo de vista o movimento contínuo e profundo da natureza, da vida e da consciência, assim também ele deve perceber a profunda relatividade de cada momento e de cada relação espaço temporal. Aprende, assim, a viver no interior de si próprio a atitude de que "tudo é importante e, ao mesmo tempo, nada é importante". Descobre que sua ação, resultante da aplicação concreta da sua vontade individual e coletiva à História, contribui para a construção do mundo e de si próprio; e, ao mesmo tempo, que a vida tem seu próprio movimento, que temos que aprender a pesquisar, perceber, detectar, para a ele nos identificarmos, no intuito de transformá-lo a partir do seu próprio interior. Assim, o militante aprende que é preciso "fazer tudo como se só dependesse dele" e, ao mesmo tempo, "acreditar, confiar na Vida como se tudo dependesse só dela".

Enfim, a imagem que melhor pode ilustrar essa visão e atitude dialética frente a um Real tão rico e complexo é que o militante que tem fé precisa aprender a caminhar "no fio da lâmina". Trata-se de viver no

espaço do risco e da incerteza, que é, na verdade, o espaço da liberdade. De um lado da lâmina está o abismo do ativismo, fatalismo, espontaneísmo, imediatismo, democratismo, obreirismo, existencialismo. Do outro lado, o abismo do teoricismo, voluntarismo, dirigismo, autoritarismo, teleologismo, vanguardismo.

O "caminho do meio", o mais difícil, não rejeita ou elimina esses riscos, mas marcha com eles e no meio deles. É o caminho que incorpora o sentimento ao intelecto, a ação ao pensamento, a espontaneidade à aplicação firme e disciplinada da vontade à ação, a visão e ação sobre o imediato com a compreensão e eficácia histórica e estratégica dessa ação, a atitude democrática de criar espaços e oportunidades para a construção de sujeitos e a autoridade de quem é reconhecido como testemunho de que um mundo solidário e humano é possível. É também o caminho que incorpora a paixão pela matéria com a fidelidade ao espírito e ao sagrado que a transpassam e lhe dão vida e sentido.

Este caminho, de novo, necessita de cada militante um esforço pela construção de uma espiritualidade da práxis, que é, no final das contas, a espiritualidade do risco, da incerteza e, portanto, da liberdade. É nela que o amor se torna efetivamente uma possibilidade ao mesmo tempo cotidiana, histórica e ultra-histórica.

REFLEXÕES DE FÉ E POLÍTICA

Leonardo Boff⁽¹¹⁾ e Marcos Arruda⁽¹⁵⁾

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA INTEGRAL⁽¹⁹⁾

"... Deste ponto de vista, a concentração progressiva, experimental, do pensamento humano numa consciência sempre mais desperta para os seus destinos unitários é inteiramente respeitada. Mas em vez do vago foco de convergência requerido como termo desta evolução, aparece e se instala a realidade pessoal e definida do Verbo encarnado, em que tudo ganha consciência... E, para assegurar a continuidade psíquica, em todas as suas fases, deste vasto desenvolvimento, estendido a miríades de elementos disseminados na imensidão do tempo, um só mecanismo: a educação."⁽²⁰⁾

A teologia da libertação, desde os seus primeiros passos no final dos anos 60, teve uma dimensão pedagógica. A libertação significa um processo histórico social que pressupõe a conscientização dos primeiros interessados na libertação, que são os oprimidos, significa sua organização, a elaboração de uma nova utopia que se traduz num projeto de uma sociedade mais democrática, participativa, justa e alegre e, dentro dela, de um novo tipo de organização do cristianismo. Tal dili-

* Pierre Teilhard de Chardin, geólogo e teólogo, 1938

⁽¹¹⁾ Teólogo da Libertação, Escritor e Professor de Ética e Filosofia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante do Movimento Fé & Política.

⁽¹⁵⁾ Representante do PA CS na Europa. Coordenador do Grupo de Trabalho de OGNs sobre o Banco Mundial (Genebra). Membro do Movimento Fé & Política (Rio de Janeiro) e do Instituto Transnacional (Amsterdã).

⁽¹⁹⁾ Texto feito para publicação em alemão num livro da fundação Ciba-Geigy, Suíça, em 1994.

⁽²⁰⁾ "Héritié Sociale et Progrès: Notes sur la Valeur Humano-Chrétienne de l'Éducation", in L' *Avenir de l'Homme*, Seuil, Paris, 1959, p.51.

gência não se realiza se não for acompanhada por uma pedagogia da libertação. Não é sem razão que entre os pais fundadores da teologia da libertação se conta o brasileiro Paulo Freire. Dele são os livros fundamentais para a pedagogia da libertação: “Pedagogia do Oprimido” e “Educação como prática da liberdade”. Ainda hoje, o campo de atuação de Paulo Freire e de muitos de seus discípulos é o movimento social, as comunidades eclesiais de base e os espaços das igrejas que fizeram uma opção pelos pobres. A teologia da libertação não quer possuir um projeto de sociedade próprio. Ela assume o projeto que vem sendo elaborado pelo movimento social dos oprimidos, marginalizados e excluídos, projeto que incorpora muitos elementos da tradição bíblico-cristã. Os cristãos engajados na libertação de seus irmãos e irmãs oprimidos tentam dar a sua contribuição nessa imensa tarefa a ser realizada por todos que não aceitam as sociedades históricas atuais e sonham com uma humanidade mais humana, ecologicamente centrada e espiritualmente vivificada.

Se quiséssemos definir esse projeto popular, diríamos que ele, mais do que um socialismo, deve ser entendido como uma democracia integral. É essa a expressão mais recorrente nos movimentos sociais de base e nos grupos cristãos militantes. Queremos neste trabalho conjunto aprofundar as implicações pedagógicas desta democracia integral, chamada também por nós de democracia ecológico-social.

Sabemos que conceitos e processos surgidos de movimentos libertadores têm sido redefinidos e absorvidos pelas forças da opressão ao longo de toda a História. Os conceitos de desenvolvimento, democracia e educação são exemplos vivos deste fenômeno. Há aqueles que defendem que abandonemos tudo aquilo que é cooptado pelos poderes dominantes, e há os que trabalham por redefinir os conceitos cooptados e reorientar os processos absorvidos pelas forças da opressão, numa perspectiva superadora (no sentido do *aufheben* hegeliano) e, ao mesmo tempo, inovadora, pois centrada nas idéias-matrizes e nas forças sociais vivas de criação do novo na História. Escolhemos este segundo caminho e acreditamos que a reflexão de Teilhard de Chardin, acima, fornece a razão fundamental desta escolha. Na verdade, nosso trabalho de educação popular realiza esta opção na própria práxis educativa, induzindo trabalhadores urbanos e rurais a buscarem a definição vigente de determinados conceitos-chave, examinarem criticamente esta definição à luz da sua experiência de vida e trabalho, e

criarem uma definição própria que coincida com os seus interesses e expectativas enquanto pessoas individuais e, simultaneamente, trabalhadores ou seres sociais.

Sendo pequeno o espaço que podemos ocupar neste livro, decidimos fazer um percurso sintético sobre as principais questões ligadas ao desenvolvimento e sua relação com a educação. O marco teórico da reflexão é o contraste entre o que chamamos “cultura do capital” e “cultura democrática” ou projeto de uma democracia integral, que buscaremos igualmente definir. Neste contexto, a educação, concebida como educação da práxis, é a mediadora privilegiada entre o desenvolvimento humano e o que chamamos democracia integral. Este texto, por ter a natureza de uma síntese, pode ser tomado como esboço para um trabalho de maior alcance no futuro.

I - Desenvolvimento e educação segundo a cultura do capital

A concepção dominante de desenvolvimento é a que o Mundo experimenta hoje de forma cada vez mais generalizada e globalizada. Ela está baseada numa série de postulados, entre os quais focalizaremos apenas três: o de desenvolvimento como mero crescimento econômico, o da democracia como um conjunto de direitos apenas individuais, aos quais têm pleno acesso somente aqueles que vivem do capital mais que da sua força de trabalho; e o da educação como um processo seletivo e de caráter predominantemente funcional, visando formar pessoas dispostas e capazes para perpetuar o sistema dominante de divisão do trabalho.

Desenvolvimento é apresentado pela cultura do capital como sinônimo de crescimento econômico, de modernização industrial, de progresso tecnológico e de acumulação ilimitada de bens materiais. A herança do Racionalismo e do Iluminismo inclui a crença na dominação da natureza pela Humanidade através da indústria e da técnica. O ser humano é colocado arrogantemente não apenas no centro do Universo e da natureza, mas é visto como um ser superior à natureza, todo-poderoso por virtude da sua razão e dos objetos que ela cria.

Lawrence Summers, quando era economista principal do Banco Mundial, em 1992, disse que a saída do subdesenvolvimento dos países do Hemisfério Sul está na reativação econômica dos países desen-

volvidos. Aqui está bem representada a concepção reducionista de desenvolvimento como mero crescimento econômico, e também a visão mecanicista de que o crescimento do hemisfério pobre é - e deve continuar sendo - subsidiário, subordinado e dependente do crescimento do hemisfério rico. É o mesmo que dizer "quanto mais ricos ficarem os ricos, mais vão se desenvolver os pobres". Mas os fatos têm provado o contrário. Nos últimos 25 anos (1965-90), a riqueza global cresceu dez vezes, enquanto a população do planeta apenas dobrou. Neste período, a parcela da riqueza apropriada pelos países ricos aumentou de 68% para 72%, enquanto sua população passou de 30% para 23% da população mundial. A parcela da riqueza em mãos dos 20% mais ricos da população mundial aumentou de 72% para 83%, enquanto a que coube aos 20% mais pobres caiu de 2,3% para 1,4% (1965-89).⁽²¹⁾

A apostasia do mundo do capital está exatamente em ter transformado o meio em fim, em ter deificado o dinheiro, o lucro, o Capital e a Técnica e, simultaneamente, coisificado o ser humano. Portanto, não é apenas a cultura do capital que estamos criticando, porém, ainda mais agudamente, a religião do capital e a ética dela decorrente. São estas que justificam toda e qualquer atividade cujo objetivo é acumular dinheiro e reproduzir o capital. Se este é o fim, todo meio para alcançá-lo parece justo. Eis o que explica a simbiose do capitalismo com a escravidão, eis o que torna "natural" no capitalismo qualquer atividade desumanizante que possa render lucros, o comércio de armas, a prostituição, inclusive infantil, a pornografia, o comércio de drogas, as mais variadas formas de corrupção política e empresarial. O crime, segundo a ética do capital, não são essas atividades, mas sim ser publicamente descoberto. Os grandes empresários italianos, que se suicidaram recentemente, o fizeram não quando optaram por envolverem-se em atividades corruptas, mas quando foram presos e expostos ao público pela operação "Mãos Limpas".

O crescimento econômico tornou-se um absoluto para a cultura do capital por outra razão também: a centralidade da quantidade em contraposição à qualidade. Cada empresa ou conglomerado, tomado abstratamente como entidade isolada, controlada por um pequeno número de pessoas, com um fim em si e um modo de operar autônomo,

3) A partir de dados do Relatório do Desenvolvimento Humano, 1992, PNUD, Nova York: World Development Report, 1993, Banco Mundial.

deve buscar." seu próprio crescimento através do mecanismo impessoal do mercado e da competição. O oxigênio das empresas na economia centrada no mercado é o lucro; e para realizá-lo é preciso investir, produzir e vender sempre mais. Sem crescimento, as empresas terminam por sufocar. Se é preciso sacrificar a qualidade pela quantidade, que assim seja. É o que explica a prática da "obsolescência planejada" (produtos feitos propositalmente com qualidade inferior para deteriorarem-se mais rapidamente e obrigar o consumidor a comprar mais).

A cultura do capital tem se apoiado predominantemente na indústria bélica como motor da evolução tecnológica. Os experimentos feitos para a guerra e para a morte são os que maiores montantes de investimentos consomem e seus resultados são, em seguida, convertidos para fins lucrativos pacíficos. Esta é, sobretudo, a história da revolução da informática. A lógica do capital também conduz a que se crie e desenvolva toda e qualquer tecnologia que tenha um potencial de lucro. É este o legitimador das escolhas. Por outro lado, com crescimento absoluto, a natureza termina por esgotar-se, seja por exaustão dos recursos não-renováveis, seja pelo esgotamento da sua capacidade de absorver os rejeitos resultantes desse crescimento compulsivo.

Ainda outro aspecto é que todo mercado desregulado - em particular os macromercados globais - tende ao monopólio ou à coalizão dos agentes mais poderosos. Se, em determinado mercado, a competição durante um certo período beneficia os consumidores, assim que uma só ou um pequeno número de empresas passa a dominá-lo, os benefícios se transformam em prejuízos e a liberdade de escolha se converte em perversa dependência. Em síntese, o sistema centrado no mercado e na competição consiste neste universo de micro-entidades teoricamente isoladas, auto-contidas e controladas por um pequeno grupo de elite, buscando essencialmente maximizar seu próprio interesse corporativo. Nosso argumento é que um tal sistema não se traduz em economias nacionais nem numa economia mundial coerentes - que garantam o atendimento das necessidades materiais e, sobretudo, culturais, mentais e espirituais, na forma de um bem-estar sempre mais qualitativo e generalizado para cada um e todos os seus cidadãos. A economia centrada no mercado e no lucro também não é capaz de gerar um equilíbrio sustentável com a natureza. Prova disso é a crise econômico-social e a proto-crise ambiental que vivem os países altamente industrializados, justamente os que concentram a maior parcela da ri-

queza mundial e utilizam a maior proporção dos recursos do planeta, embora em conjunto sejam menos populados que o resto do mundo.⁽²²⁾

As elites dos países pobres, por seu lado, promovem acriticamente este mesmo tipo de desenvolvimento no hemisfério sul. O representante da Tailândia, por exemplo, falando em nome do Movimento dos Não Alinhados, em novembro de 1993, logo depois de assinado o novo Acordo do GATT, defendeu o direito dos seus países ao mesmo desenvolvimento dos países ricos. Como se isto fosse econômica, política e ambientalmente possível e culturalmente desejável.

A questão da democracia está ligada a quem exerce na prática o papel de sujeito do desenvolvimento, tanto no plano político quanto no econômico, tecnológico, social e cultural. Na cultura do capital, o sujeito é sinônimo de “livre mercado”, ou “setor privado”. Pressupõe-se que o livre mercado é uma realidade onipresente e não basicamente uma idealização dos manuais de economia a partir de Adam Smith. Também se pressupõe que a propriedade, o controle e a gerência privada e excludente dos recursos e meios de produzir a riqueza e a vida são não apenas a melhor, mas a única forma racional e natural de organizar a economia e a sociedade, seja a nível das nações, seja do mundo. Na base deste modo de organizar as empresas e a produção, está uma divisão de trabalho perversa, pois cria um fosso entre o capital e o trabalho, reduz o trabalhador a mera “mão-de-obra” e subordina ao capital sua criatividade e seu próprio direito à vida. Ao monetarizar as relações sociais, subordinando todas as pessoas e todas as coisas ao mercado e ao imperativo da acumulação ilimitada de bens materiais, o capital personaliza o mercado e o dinheiro, enquanto converte o trabalhador, o consumidor, o ser humano em mercadoria. Tomado como simples fator de produção, ou como “capital humano” (na linguagem do Banco Mundial), o ser humano e sua “força de trabalho são divorciados dos meios de produzir, da natureza e dos outros seres humanos. Estes passam a ser ou competidores (os outros trabalhadores), ou donos, em última instância, do seu próprio direito de sobreviver (os donos do capital). Sua cidadania é essencialmente limitada ao processo eleitoral (quando há efetivo pluripartidismo). Resumindo, a democracia do capital é seletiva e excludente no que se refere aos que podem usufruí-la e

⁽²²⁾ Citemos apenas alguns artigos relevantes sobre esta questão: Claude Julien, *Ces “élites” qui régissent sur des masses de chômeurs*, *Le Monde Diplomatique (MD)*, Paris, abril 1993; Bernard Cassen, *Vers une révolution du travail*, MD, março 1993; Ricardo Petrella, *Pour un désarmement économique*, MD, agosto 1993.

restritiva em termos dos diferentes aspectos e dimensões da existência humana e social que ela abrange.

É certo que se encontram elementos democráticos nos países regidos pela cultura do capital, tais como o direito ao voto e à organização, o acesso à informação e outros. Mas existem mecanismos que empobrecem ou até impedem a participação plena de todos os cidadãos no exercício desses direitos. São os grandes grupos econômicos os que controlam os aparatos políticos e os meios de comunicação. Eles exercem efetivamente o poder de “moldar” a imagem da realidade que é transmitida à sociedade. As trabalhadoras e os trabalhadores, as minorias étnicas, a força de trabalho migrante são todos excluídos da dimensão econômica da democracia, ou do direito de participar equitativamente não apenas dos frutos do crescimento econômico, senão também e sobretudo da propriedade e da gestão da sua unidade produtiva, da sua comunidade, dos seus respectivos serviços, etc. A democracia, na cultura do capital, é efetivamente a democracia do capital. São os que possuem e controlam o capital os que têm todos os direitos. Os que sobrevivem somente, ou predominantemente, da sua força de trabalho têm um acesso limitado ou nulo àqueles direitos.

Neste contexto sócio-político de exclusão e subordinação, a educação é direito apenas de alguns e é tanto mais abrangente e de qualidade quanto mais próximo o indivíduo estiver no topo da pirâmide social. As maiorias, que compõem a base da pirâmide, são ou privadas do acesso à educação ou orientadas para uma educação predominantemente funcional que se convencionou chamar “capacitação” (em inglês, “capacity building”). Aprendem os que podem contribuir para o crescimento econômico, são excluídos os que não podem ou não são necessários para esse fim. Que aprendem aqueles? O necessário e o suficiente para desempenharem um papel determinado no sistema produtivo-reprodutivo; um aprendizado de habilidade que dá pouca ou nenhuma importância ao desenvolvimento físico, social, cultural, psicológico, ético e espiritual do estudante para além do que exige a função a desempenhar. É justamente este conceito de educação como mera capacitação - educação reduzida à transmissão de capacidades, de habilidades - que foi adotada como núcleo da proposta do programa “Educação Para Todos”, do Banco Mundial. A educação para compreender criticamente a realidade, para desenvolver uma visão prospectiva e o potencial de gestão e tomadas de decisão fica restrita aos membros

das elites, cuja função será dirigir a economia, a sociedade e o Estado e, assim, perpetuar o sistema socialmente estratificado do capital.

II - Desenvolvimento do ser humano e educação integral

Nossos postulados, na perspectiva da democracia integral, se opõem frontalmente aos postulados da cultura do capital: é parte do próprio processo de evolução do universo, da vida e da consciência. E, visto como elemento-chave do processo evolutivo, não pode ser separado ou desarticulado do processo educativo.

Teilhard de Chardin, enquanto cientista da natureza, visualiza o desenvolvimento dos seres reflexivos que somos na esfera História como um processo que dá continuidade ao desenvolvimento do Universo e da Vida na esfera da natureza. A conquista mais invencível e mais definitiva da Vida, para Teilhard, é a consciência individual e coletiva, dimensão culminante da Evolução, através da qual o ser humano, enquanto "crista da onda evolutiva", franqueia a derradeira etapa que o separa do Ponto de Convergência de todo o processo evolutivo.

"'Amem-se uns aos outros, reconhecendo no fundo de cada um de vocês o próprio Deus nascendo'. Esta palavra, pronunciada primeiro há dois mil anos, tende a descobrir-se hoje como a lei estrutural essencial do que chamamos Progresso e Evolução. Ela entra no domínio científico das energias cósmicas e das leis necessárias", diz Teilhard⁽²³⁾, definindo progresso da forma mais abrangente e radical, livre do reducionismo atual que o concebe apenas como progresso tecnológico, e trazendo a evolução para o seio da própria História. Desenvolvimento seria o processo de construção de uma sociedade caracterizada pelo amor como modo-de-ser de todas as relações. E progresso seriam os avanços obtidos nesse processo, tanto no espaço da existência de cada pessoa, de cada família, comunidade e nação, quanto no espaço do Planeta e do próprio Cosmos.

A definição oferecida pela Declaração da ONU sobre Direito dos Povos ao Desenvolvimento⁽²⁴⁾ também pode servir-nos de referência para conceituar desenvolvimento: "um processo econômico, social,

⁽²³⁾ "Réflexions sur le Progrès", 1941, in *L'Avenir de l'Homme*, Seuil, Paris, 1959, p.100.

⁽²⁴⁾ "Declaration on the Right Development", ECOSOC, United Nations, Commission on Human Rights, 18 outubro 1993.

cultural e político abrangente que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele". Achamos necessário ampliar a definição para incluir nela também as dimensões psicológica e espiritual do ser humano.

Portanto, postula-se que as atividades voltadas para a satisfação das necessidades materiais são apenas meios para garantir o desenvolvimento cultural, mental e espiritual do ser humano, de todas as suas faculdades e potenciais enquanto pessoa e ser social. Vista como simples meio para a satisfação das necessidades materiais do ser humano, a atividade econômica exige, portanto, uma redefinição. Ela precisa abranger todos os cidadãos não apenas na satisfação das necessidades ou no usufruto dos seus benefícios, mas na própria atividade de produzir para aquela satisfação. A economia estará deficiente e enferma enquanto houver ainda que seja uma só pessoa privada das condições de trabalhar criativamente pelo bem-estar próprio e coletivo. Por outro lado, a atividade econômica não pode ser organizada como um "imperativo categórico" nem deixada ao sabor de sua própria dinâmica. Precisa ser cuidadosamente planejada, regulada e orquestrada para poder servir àqueles fins e não tornar-se um fim em si mesma. Precisa produzir o que de fato é necessário, desenvolver as tecnologias mais adequadas para esse fim, não produzir o que é supérfluo ou excessivo, e usar equilibradamente os recursos limitados da natureza. Nada disso pode ser feito sem planejamento, regulação e orquestração dos agentes econômicos de uma sociedade. Nem pode ser feito adequadamente sem a participação de cada um e de todos os cidadãos em todos os aspectos e etapas das atividades do desenvolvimento.

Podemos contrapor necessidades materiais às imateriais da mesma forma como contrapomos quantidade e qualidade. As necessidades materiais incluem todas as que têm a ver com a manutenção e reprodução da vida material - comida, trabalho, moradia, vestimenta, saúde, transporte e todos os bens e serviços que viabilizam o desenvolvimento das faculdades culturais mentais e espirituais do ser humano. Por aí fica evidente que não há de fato contraposição, mas complementaridade entre ambas, que a produção de bens materiais é e será sempre indispensável para a vida e o desenvolvimento humano. A questão é se se centra a vida humana nas necessidades e no desejo

de acumulação de bens materiais e se se busca um crescimento ilimitado da sua produção em resposta a um apetite de consumir supostamente ilimitado. A perspectiva do desenvolvimento humano integral exclui a produção e o consumo ilimitados de bens materiais. A quantidade de produtos é subordinada à qualidade, não apenas dos produtos, mas da vida e do meio ambiente, e também a um critério que não faz parte da economia neoclássica ou neoliberal: o suficiente. É preciso produzir e consumir o que é necessário e não produzir ou consumir o que é supérfluo, excessivo ou abusivo. Esta é a economia do suficiente. Toda produção voltada apenas para a geração de lucros ou para a satisfação de necessidades social ou culturalmente doentias precisa ser reconvertida ou eliminada. E todo consumo excessivo precisa ser estancado.

O postulado da economia do suficiente está ligado à questão do progresso tecnológico. As decisões sobre em que pesquisas científicas investir, que tecnologias criar, para que prioridades e fins, são todas decisões político-sociais que só podem ser tomadas de forma democrática através da participação ativa, direta e/ou indireta, de todos os que são por elas afetados. A transformação da tecnologia e da indústria são elementos básicos para viabilizar uma economia voltada para o desenvolvimento humano, a qualidade da vida e o suficiente.

É na formulação do grande objetivo do desenvolvimento - o ser humano, ao mesmo tempo pessoa e sociedade - que se encontra sua íntima conexão ou divórcio em relação à democracia e à educação. Vimos que, para a cultura do capital, desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico e este é tomado como um fim em si. Sendo o capital privado o sujeito deste processo, apenas um número limitado de pessoas - a elite econômica, financeira e política - exerce plenamente o direito democrático e tem acesso a uma educação mais abrangente. Persiste, portanto, um conceito estreito e reducionista de desenvolvimento, num contexto político excludente ou subordinador das maiorias nas esferas mais fundamentais da sua existência.

A economia é apenas o fundamento material sobre o qual se busca construir uma sociedade cada vez mais humanizada, na qual cada um e o conjunto dos seres humanos tenham suas potencialidades materiais, culturais, mentais e espirituais sempre mais integralmente desenvolvidas. Para isso, cada um e todos os cidadãos da sociedade são chamados a participar, enquanto sujeitos ao mesmo tempo singulares e

plurais, do desenvolvimento, e de todas as instituições a ele relacionadas, desde a aldeia, o bairro e as unidades produtivas, até o Estado. Democracia integral seria o sistema político que garante a cada um e a todos os cidadãos a participação ativa e criativa, enquanto sujeitos, em todas as esferas de poder e de saber da sociedade; o sistema que garante a cada um e a todos o direito de sermos co-autores do Mundo.⁽²⁵⁾

A questão do sujeito central do desenvolvimento é chave. Incluído na definição de desenvolvimento da Declaração da ONU está o reconhecimento de que o sujeito central do desenvolvimento é o ser humano. Implicitamente, portanto, o mercado, o capital e o setor privado não são, nem devem ser, o sujeito central do desenvolvimento. As implicações disso são profundas. Entra em cena a proposta da participação dos setores populares - isto é, daqueles que vivem prioritariamente do seu trabalho – enquanto sujeitos e não meros objetos em todos os processos que influem na sua existência. Esta dimensão participativa do processo abrangente do desenvolvimento implica transformações estruturais desde o nível mais local, imediato, tático e micro-econômico-social (a empresa, a comunidade, o bairro, o município), até o nível mais global, mediato, estratégico e macro (o Estado, o projeto nacional e global de desenvolvimento, os grupos transnacionais, a comunidade das nações, o sistema produtivo global).

A proposta de uma democracia integral, portanto, começa pela afirmação de que cada um e todos os cidadãos sejam constituídos sujeitos de um desenvolvimento libertador do ser humano, seja em relação ao trabalho para responder às suas necessidades materiais, seja em relação ao desenvolvimento dos seus potenciais de personalização e socialização no sentido de uma consciência pessoal e coletiva sempre superior. Tornar-se sujeito implica três processos. Um, o de conquista do poder (em inglês existe uma palavra, *empowerment*, que sintetiza esta idéia), por cada cidadão e por cada coletividade, de ser sujeito de todos os processos relacionados com o seu desenvolvimento pessoal (portanto, unificador) e coletivo (portanto, diversificador). O segundo é a cooperação, acima e para além da competição; eis porque as formas comunitárias e cooperativas de organização da economia terão crescente preferência às formas privadas e excludentes. O

⁽²⁵⁾ Danah Zohar, *The quantum Self*, HarperCollins, London, 1991, chapter 13.

terceiro é o de educar-se contínua e ininterruptamente, na prática e na teoria, para o exercício dessa subjetividade.

É neste ponto que emerge com clareza a estreita vinculação entre desenvolvimento integral e educação. A proposta de desenvolvimento humano só é viável se o vinculamos a um processo de construção da democracia integral. E este só pode progredir se apoiado num movimento educativo permanente que abranja todos os cidadãos e todos os aspectos e dimensões da sua existência pessoal e social e vise educá-los para o exercício sempre mais pleno e integral do poder, tanto na esfera da sua subjetividade e da sua singularidade quanto na esfera das suas relações interpessoais, sociais e políticas. Trata-se de construir, por um lado as instituições, mecanismos e relações sociais coerentes com os objetivos do desenvolvimento humano. Por outro lado, e ao mesmo tempo, trata-se de edificar os sujeitos que regerão as mesmas no sentido da realização dos objetivos mais altos do desenvolvimento.

É importante estabelecer uma distinção entre educação, nessa perspectiva totalizante, e capacitação, justamente para explicitar a crítica do conceito e da prática de educação que se exaure na capacitação e afirmar, em contraposição, a práxis educativa integral como aquela que contém a dimensão da capacitação, mas vai muito além dela.

Necessidades materiais e imateriais, personalização e socialização, diversidade e unidade. Contentemo-nos em mencioná-los e deixar o desafio para a criatividade dos leitores.

Desejamos concluir esta reflexão examinando com mais atenção o que seria uma educação capaz de contribuir eficazmente para a viabilização de um desenvolvimento centrado no ser humano e uma democracia integral. É o que chamamos de Educação da Práxis. A concepção de conhecimento da Práxis postula como fonte primeira do conhecimento humano a prática; concebe que o ser humano concreto é, ao mesmo tempo, individual e social e, portanto, que o conhecimento humano nasce de sua prática individual e social. Conhecer tem, por conseguinte, um sentido de experimentar, vivenciar e, a partir daí, conceitualizar, ganhar consciência. Desta concepção surgem as seguintes convicções:

- O ato de conhecer é um caminho para a compreensão da realidade; em si, conhecer não transforma a realidade; só a conversão do co-

nhecimento em ação transforma a realidade. Chamamos PRÁXIS a esta contínua conversão do conhecimento em ação transformadora e da ação transformadora em conhecimento.

- O ato de conhecer, portanto, não tem um fim em si; é o ser e o fazer consciente, crítico e criativo que dá sentido ao conhecer.

- O ato de conhecer, quando convertido pelo sujeito em ação transformadora, gera ao mesmo tempo uma transformação no próprio sujeito; a Práxis é também, portanto, o caminho da construção da consciência humana e universal.

- A criação do conhecimento não é um monopólio dos que estudaram nos livros e nas escolas; ao contrário, é um processo acessível a todos aqueles que têm uma prática; é a Práxis a que faz de uma pessoa ou um grupo social o sujeito da criação de conhecimentos.

- O trabalhador, portanto, não precisa absorver, nem memorizar, nem assimilar linearmente uma quantidade ilimitada de conteúdos; o essencial é que aprenda a teorizar sua própria prática individual e social, em todos os campos e dimensões do seu trabalho e de sua vida, articulando o local, particular e imediato com o global, geral e mediato; e que domine a arte de, a partir desta visão totalizante da realidade, extrair os elementos para o direcionamento estratégico e tático de sua ação transformadora.

- Neste contexto, desenvolver o domínio da linguagem é fundamental para o trabalhador, ainda que, num primeiro momento, não necessariamente a linguagem escrita; o domínio da linguagem, enquanto mediador do conhecimento e da comunicação, é um poderoso instrumento de poder; na perspectiva da Práxis, conhecer é dialogar com o mundo, comunicar é dialogar com outros seres humanos; a linguagem enquanto diálogo crítico e criativo é, portanto, um fator de democracia, de participação.

“Pela educação se busca, graças à difusão progressiva de perspectivas e atitudes comuns, a lenta convergência dos espíritos e dos corações, fora da qual não parece haver saída, adiante de nós, para os movimentos da Vida”. (Teilhard de Chardin).

- A Práxis enquanto diálogo crítico e criativo - portanto questionador e edificador - traduz-se, por um lado, no plano interpessoal e social, em interação, contradição e, por outro lado, em comunicação, compaixão, solidariedade, comunhão, amor. Na verdade, o amor é a Práxis por excelência. Nele, cada um é chamado a ser plenamente e, ao mesmo tempo, a compartilhar seu ser com o outro plenamente. O amor é unidade na diversidade.

- Saber interpretar e transformar o mundo de modo consciente é fonte de grande poder. O caminho da Práxis vai da ação ao conhecimento e deste à ação transformadora; portanto, a Práxis é uma condição indispensável da constituição dos sujeitos sociais e do seu poder libertador.

Na perspectiva da democracia integral, a educação é a aprendizagem da Práxis. Portanto, a educação é uma aprendizagem de poder. Seus objetivos essenciais são:

- 1) A apropriação por cada cidadão e cada comunidade dos instrumentos adequados para a teorização da sua própria prática individual e social; para a compreensão profunda desta prática em todas as suas dimensões e articulações, isto é, para o desenvolvimento da sua consciência social e universal; e para a criação de uma visão totalizante da realidade que lhes permita extrair dela os elementos necessários à orientação estratégica e tática das suas ações e das suas alianças. Entre os elementos indispensáveis para esta busca da totalidade do Real estão a pesquisa, a experimentação, o processo de análise-síntese, a edificação de um universo conceitual coerente com a perspectiva da Práxis, planejamento, avaliação, gestão e comunicação.

- 2) A apropriação por cada cidadão e cada comunidade de todo conhecimento científico, político, social, cultural acumulado pela humanidade ao longo da História que possa servir para a satisfação das suas necessidades e aspirações.

- 3) A apropriação por cada cidadão e cada comunidade dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento universal acumulado, seja o conhecimento científico, seja o conhecimento histórico-social, seja o conhecimento de si próprio, de modo que os educandos possam identificar seu caráter histórico e cultural e se proponham renová-lo, atualizá-

lo e mesmo recriá-lo. Tais instrumentos incluem a razão, mas também outras capacidades cognitivas do ser humano, como o corpo e os seus sentidos materiais, a intuição, o sentimento, a vontade e os diversos sentidos imateriais, como o sentido da unidade, da beleza, da transcendência, do amor.

A educação da Práxis é harmônica e coerente com o projeto de um desenvolvimento e de uma democracia integrais. Os três objetivos da educação da Práxis que enunciamos a tornam, inescapavelmente, educação integral, ao visarem abranger todos os cidadãos das diversas comunidades, unidades produtivas e espaços sociais que constituem a sociedade, a nação e o mundo; todos os aspectos da existência material e social; e todas as dimensões do seu ser. É evidente que se trata de uma educação de vida inteira. Nela, o educador tem por tarefa guiar cada educando – pessoa, classe, comunidade - na busca do seu próprio caminho, da sua própria identidade e singularidade, na arte de construir unidade a partir da diversidade; e a contribuir com cada um deles na sua constituição enquanto sujeito do desenvolvimento, da democracia e da sua própria educação.

"Na educação, primeiramente, tem continuidade e emerge, sob uma forma reflexiva, e nas suas dimensões sociais, o trabalho biológico hereditário que faz, desde as origens, emergir o mundo em zonas de consciência sempre superior. Colaborador imediato da criação, o educador deve imprimir o respeito e o gosto do seu esforço num sentido profundo e comunicativo dos desenvolvimentos já alcançados ou esperados pela natureza. Cada uma das suas aulas deve amar e fazer amar aquilo que há de mais invencível e de mais definitivo nas conquistas da Vida."

(T. De Chardin, idem)

“CARNEIROS”

Silvana Mendes Senhora dos Remédios - MG

São os homens como carneiros
Que rumam para onde lhes prometem pasto...
Ávidos de alguém que lhes dirijam os caminhos,
À caça de profeta e lhes seguem o rastro...

Quando escravos, batalham e se rebelam,
Cantam hinos a uma nova sociedade...
Se lhes quebram os grilhões, ficam sem rumo;
não sabem o que fazer da sua pouca liberdade...
São os homens como carneiros:
Precisam de um pastor que lhes diga aonde ir.
Se lhes asseguram o pão, parco pão de cada dia,
Eis que os homens esmorecem, se põem a dormir...

Em verdade, os homens não vivem libertos:
Anseiam por um chefe que lhes dirija as ações.
Clamam por um Rei, um líder, um pastor, um Deus.
Refugiam-se nas aras de suas religiões...

E se lhes quebram as algemas, ficam perdidos
E clamam por um profeta que multiplique o pão,
Por um cajado que separe as águas do mar,
Mãos que façam chover maná pelo chão...

ESPIRITUALIDADE DO MILITANTE

Reflexão teológica com enfoque pneumatológico

Fr. Clodovis M. Boff, OSM⁽²⁶⁾

1. O QUE SE ENTENDE POR “ESPIRITUALIDADE”

Antropologicamente, trata-se do espírito humano: as atitudes de fundo com que se milita, as causas e motivações que sustentam o próprio compromisso. O que empolga, entusiasmo. A paixão que sustenta e move a ação.

Mas teologicamente e mais radicalmente, refere-se ao Espírito de Deus, As inspirações luzes e energias que infunde no cristão comprometido na política. A paixão de Deus em nossa vida, o entusiasmo que infunde o Espírito de Deus em nossas ações.

Assim, para se desenvolver uma “espiritualidade da política” é preciso ver qual é a relação do Espírito com a Política. O que faremos em seguida de modo sucinto. Trata-se pois de explicitar uma pneumatologia bíblica no interesse da espiritualidade do militante.

O Espírito no Antigo Testamento: força de Deus para criar vida

Em toda a Bíblia, mas especialmente no Antigo Testamento, o Espírito Santo (“Ruah YHWH”) é uma força psíquica e moral que inves-

⁽²⁶⁾ Teólogo, participante do Movimento Fé e Política e membro do ISER - assessoria

te de modo particular os dirigentes do povo. Derrama sobre eles as qualidades adequadas para bem conduzir o Povo de Deus, especialmente a força e a sabedoria.

Numa concepção ainda primitiva, as primeiras intervenções do Espírito se manifestam de um modo bastante exterior através do transe, a possessão, o delírio, como se vê em Saul (1Sm 10,9-13; 19, 20-24). Aí a “Ruah” se manifesta como uma força física ou mesmo cósmica, como um vento que pode arrebatá-lo para longe (assim Elias: 1Rs 18,12; 2Rs 2,16; e com Habacuq: Dn 14,36-39). Posteriormente, o Espírito adquire conotação mais “espiritual” ou interior. Então ele aparece como princípio de vida nova, divina, sobrenatural (cf. Ez 36,25-28; Jl 3,1-5; Sl 51, 12-14).

Seja como for, são os dirigentes políticos (além dos profetas e sábios) que aparecem como criaturas particulares da “Ruah YHWH”, portadores privilegiados da força de Deus, o Espírito. Porque eles exercem um papel importante na execução do Plano de Deus no mundo.

Assim é que vemos a “Ruah YHWH” atuar:

- . nos libertadores, como Moisés (Nm 11,17-25) e Josué (Nm 27,18);
- . nos juízes, como Otoniel (Jz 3,10) e Sansão (Jz 13,25; 14,6);
- . nos Reis, como Saul (1Sm 10, 5-6.10-12) e Davi (1Sm 16,10);
- . e finalmente no Messias prometido. De fato, o Messias-rei será repleto dos dons da “Ruah” (Is 11,1-9); o Messias-servo será ungido pela “Ruah” para sua missão de libertador universal (Is 42,1-4; 61,1-2).

2. PNEUMATOLOGIA DA LIBERTAÇÃO (NT)

Do Novo Testamento (NT) relevemos alguns passos que oferecem uma inspiração profunda para a espiritualidade do militante.

1) Batismo. No Novo Testamento, Jesus só parte para sua missão profético-libertadora depois de sua investidura bíblica da parte do Espírito no dia do batismo (Lc 3, 21-23). Aliás, Lucas sublinha a presença do “Pneuma” em toda a vida de Jesus, em suas palavras e ações (Lc 3,16; 4,18; 10,21; 11,13; 11,20; 12,10; 12,12). Assim fará posteriormente nos Atos em relação à atividade da Igreja apostólica (especialmente 2,1-3; 8,14-24; 11, 12-16; 16, 6-7; 19,1-7; 20,22-23).

2) Tentações. É de se notar, antes de tudo, que Jesus não entra em sua missão pública despreparado. Antes de se medir com o demônio em público, Jesus o faz no deserto, a sós, de pessoa a pessoa.

É que a espiritualidade do militante se alimenta de fontes mais profundas que as imediatamente políticas. Os combates pessoais frente a frente com as forças do mal, presentes dentro de nos e ao nosso redor, não são de modo nenhum irrelevantes para nosso ulterior desempenho público. Os antigos sabiam: Só quem governa bem a si mesmo está em condições de governar os outros.

Que vemos no episódio das tentações? Vemos o Messias enfrentando o Diabo no deserto e vencendo, mediante a força do Espírito, as tentações ligadas a um pseudo-messianismo (Lc 4,1). Ora, essas tentações são as de um pseudo-messianismo. São as tentações de toda falsa política:

- a concepção materialista de saciar a fome humana apenas com pão físico, sem oferecer ao mesmo tempo a Palavra que dá sentido, esperança e vida plena;

- o poder-dominação de quem "entrega a alma para o diabo" ("tudo isso ser teu se prostrando me adorares") para construir o seu poder e a sua glória sobre o esmagamento dos outros;

- a vaidade política de quem busca o aplauso popular fácil através de uma performance barata e a fama mediante feitos milagreiros. Observemos que, seja aqui como na primeira tentação, Jesus se recusa a usar o poder taumatúrgico em favor de si mesmo. De resto, Jesus não fez um milagre sequer em benefício próprio, mas tão-somente em favor dos outros.

3) Pregação inaugural. O grande texto da pregação de Jesus na Sinagoga de Cafarnaum (Lc 4,18-19) que é particularmente significativo para o militante. Ai temos a peça central da "pneumatologia da libertação". Constitui sem dúvida uma das peças-mestras da espiritualidade de todo o militante. Ai Jesus retoma Is 61,1 aplicando a si a profecia da consagração do Profeta escatológico.

Relevemos nesse texto os seguintes traços:

a) A missão pública de Cristo é obra do Pneuma. E ele que envia Jesus ao serviço do mundo. "O Espírito do Senhor... me enviou..." (Lc 4,18). Aliás pouco antes líamos: "Impulsionado pelo Espírito, voltou para a Galiléia" (Lc 4,14). A obra messiânico-libertadora de Jesus é iniciativa do Espírito.

Notemos: lançar-se no compromisso político em favor do povo poderia ser entendido como um "carisma" ou dom-serviço que próprio Pneuma suscita no coração de quem "lhe apraz" (cf. 1Co 12,11). Sem dúvida, as listas que dá Paulo dos carismas (1Co 12,8-10.28; Ro 12,7-8; Ef 4,11) não contemplam carismas que sejam exteriores ... Comunidade eclesial. Mas na medida em que a política é uma forma de amor (e "das mais altas", segundo Pio XI, em 18/12/37), das "mais exigentes", segundo Paulo VI: (OA 46,3), ela se coloca no horizonte do carisma "supremo" - o agapé (12,31; 13,13). O cristão político pode se entender como "deputado", se não pela Igreja, ao menos pelo próprio Senhor para uma missão específica: instaurar o Reino na sociedade (cf. AA 3,1).

b) A missão messiânica de Jesus, de que o militante também participa, é uma investidura do Espírito. "O Espírito do Senhor me consagrou" (Lc 4,14). Jesus é consagrado pelo Espírito para a missão libertadora.

No fundo a política é uma "vocação", mas não apenas no sentido antropológico de Max Weber (Politik als Beruf, 1919), mas no sentido teológico denso. É um negócio do Espírito. Antes de ser um "chamado" da Comunidade ou do próprio coração, há de ser um chamado do Espírito. Claro, a voz do Pneuma passa pelo discernimento das próprias aptidões e dos estímulos da Comunidade. Mas a fonte última da vocação política do cristão é o Pneuma libertador.

"Ele (o Pneuma) me conferiu a união". O óleo é um símbolo do Espírito por sua virtude de impregnar, de fazer penetrar no profundo do ser a energia mesma de Deus. Quer dizer: espiritualidade é estar cheio, compenetrado do Espírito Santo, de modo que sua presença, luz e energia possam irradiar de nós e de nossos atos. Assim no hino das nove da "Liturgia das horas":

"Boca, olhos, mãos, sentidos,
Tudo possa irradiar
O amor que em nós pusestes
Para os outros inflamar."

c) Mas a "união" é sempre dada em vista de uma missão: "ungiu-me" para... enviou-me:

- para anunciar a boa-nova aos pobres,
- proclamar aos cativos a libertação,
- aos cegos a recuperação da vista,
- para despedir os oprimidos em liberdade,
- para proclamar o ano de graça da parte do Senhor" (Lc 4,18).

Eis o conteúdo programático da missão do Messias. Vê-se aí que a substância da missão é a "libertação" de toda a sorte de necessitados: os pobres, os presos, os cegos, os oprimidos e finalmente os beneficiários do "ano de graça", que era justamente o "ano jubilar", ou seja, os endividados e os escravizados (cf. Lv 25; Ex 23 e Dt 15).

Segundo o Espírito de Jesus, a atividade política, ou é libertadora ou não é cristã.

3. ESPIRITUALIDADE: "ANDAR SEGUNDO O ESPÍRITO"

Tal é a expressão que usa Paulo para vida espiritual ou pneumatológica (Ro 8,5; cf. Gl 5,16-18). Nesse sentido, que é o mais profundo e teológico, "espiritual", não é, de entrada, o que se refere ao espírito humano, a interioridade antropológica, mas sim o que se faz segundo o Espírito de Deus, mesmo as coisas aparentemente menos espirituais: comer, beber, repousar, trabalhar e também fazer política.

Vale a pena nos determos alguns instantes sobre a pneumatologia (doutrina do Espírito), porque ela é a base mais segura da espiritualidade cristã. Ela é particularmente rica de inspiração e estímulo para a espiritualidade do militante.

Digamos, para começar, que, bíblicamente falando, o Pneuma é fundamental e essencialmente energia pessoal. E, de modo particularizado, energia de vida (força vital), energia de mudança (força de transformação) e luz para o discernimento. Tal é o resumo da pneumatologia

bíblica. Ora, é disso que um político precisa mais que tudo, ou seja: da luz e da força do Espírito, colocadas a serviço da vida. Detalhemos um pouco o sentido dessas três linhas-de-força da “espiritualidade do Espírito Santo” em função do militante cristão.

1) Como energia vital, o Espírito é o princípio de criação. O Spiritus Creator. No Gênesis ele “paira sobre as águas” (Gn 1,2), como a fecundá-las para o nascimento do mundo. Ele é em seguida infundido nas narinas de Adão, o qual se torna então um “ser vivente” (Gn 2,7). Finalmente, tudo se mantém vivo por meio d’Ele (cf. Sl 104,30).

O Espírito é invenção, é fonte de criatividade, de autêntica novidade. Aliás, “novo” (kainos) é uma categoria pneumatológica. Representa a eterna novidade do Espírito, o novo perene, consistente, muito diferente do que é recente (néos) e por isso passageiro. Mais: em relação ao velho mundo, o Pneuma força emerge como “renovadora” de todas as coisas. É o sentido da antífona conhecida: “Envia o teu Espírito e tudo será criado, e renovareis a face da terra”.

Por ser o criador do novo e do novo absoluto, ou seja, o novo perene e escatológico, o Espírito é origem de surpresa e maravilhamento. Ele realmente opera maravilhas na história humana. A fonte surgiva de novas possibilidades dentro do mundo, energia inaugural de novas auroras. Olhando para Ele se pode sempre dizer com o antigo poema védico: “Ha muitas Auroras que ainda não brilharam”.

2) Como energia de mudança, o Espírito é o grande transformador e revolutor. Ele faz os ossos secos voltarem à vida (cf. Ez 24). Ele faz o deserto florescer no direito, na justiça e na paz (cf. Is 32,15-20).

Ele é o que arrebenta todas as amarras e desbloqueia todos os impasses. Vêmo-lo romper a clausura da casa em que os Discípulos estavam encerrados e libertá-los para a missão (At 2).

O grande texto que mostra a força transformadora do Espírito é o Pentecostes (At 2,1-13). Eis os elementos espirituais que podemos aí apreender:

a) O Pneuma realiza a transformação profunda das pessoas: os tímidos discípulos tornam-se ardorosos apóstolos, que não hesitam em

enfrentar os tribunais, as prisões, as torturas e a morte, como mostra o livro dos Atos por inteiro.

b) O evento se dá na “festa da lei” dos judeus (cf. Ex 19-20). Com a vinda do Espírito, chega a “nova lei”, lei interior, escrita no fundo do coração, como lei do amor e por isso como “lei da liberdade” (Tg 1,25; 2,12; cf. Ro 8,2). O Espírito doravante é o verdadeiro guia e condutor dos discípulos.

c) O Espírito impele à missão, como sempre. Pentecostes representa a verdadeira investidura apostólica. Mas a missão aqui objetiva a reunificação dos seres humanos divididos e dispersos. Pentecostes é tipologicamente a contraposição de Babel. Nesta a multiplicidade das línguas levou à separação e dispersão; naquela o Espírito, através da própria diversidade de línguas, faz ouvir sinfonicamente a mesma mensagem de conversão e graça, e suscita a nova Comunidade messiânica. Eis os excluídos integrados na comunhão da nova humanidade, dentro de um mundo transformado.

3) Por fim, o Pneuma é luz para o discernimento. Dos sete dons prometidos ao Rei messiânico mais da metade se referem à inteligência: a sabedoria, a ciência, o entendimento e o conselho (os outros três são a fortaleza, a piedade e o temor de Deus). Pois o Espírito revela a “gnose” divina, o conhecimento profundo do Mistério de Deus e de seu Plano no mundo (cf. 1Cor 2,10-16). Ele dá aquela penetração profunda que permite descobrir os caminhos corretos dentro das ambigüidades da história (cf. 1Tes 5, 19-22).

4. ESPECIFICIDADE DO AGIR CRISTÃO EM GERAL

Numa perspectiva pneumatológica compreende-se mais facilmente qual é a contribuição específica que dá o cristão à atividade política.

Na verdade, não se trata, em política, de fazer “coisas” diferentes dos outros. Trata-se antes de fazer as mesmas coisas que todo político deve fazer (desde a luta com o povo até às campanhas e aos debates parlamentares), mas com um “espírito” diferente.

Como se vê, a questão toda do “específico cristão” na política se relaciona com a forma e não com o conteúdo ou a matéria como tal.

Especificidade é questão do jeito, do modo, do estilo, do ar, da inspiração, finalmente do “espírito da coisa”.

Mas que espírito é este? É concreta e pessoalmente o Espírito de Jesus - o Espírito Santo. O “específico cristão”, portanto, opera essencialmente através da referencia inspiracional a Cristo: à sua palavra, seu exemplo, suas promessas, seu Reino, em síntese, ao seu espírito.

Trata-se praticamente do “agapé” ou do amor cristão. Pois, “agapé” é a “forma” de toda a atividade do cristão, inclusive da política. O “agapé” é como a alma da militância: ele anima, direciona e unifica toda a prática política do cristão comprometido. Em resumo: o Espírito nos remete a Cristo e Cristo nos remete ao Amor agápico.

Na verdade, Cristo apontou o “agapé” como o “sinal” de reconhecimento, ou “senha”, de seus discípulos: “Nisto conhecereis todos que vós sois os meus discípulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35). Não só: o testemunho do “agapé” é o primeiro e fundamental apostolado do cristão leigo. Lemos, com efeito, em outro passo: “Que todos sejam um, a fim de que o mundo creia...” (Jo 17,21; cf. v. 23).

A política, para um cristão, é uma forma do agapé, uma diaconia, um serviço de amor. O político cristão é a seu modo um pastor do povo. Eram assim que eram chamados os chefes do povo no mundo antigo, inclusive no mundo bíblico (cf. Ez 34; Mt 9,36; Jo 10).

Duas virtudes do militante: amabilidade e discrição

Dissemos que a especificidade cristã na política não está nisso ou naquilo. Não é um “quê”, mas um “como”. É uma maneira particular de fazer política: uma maneira marcada pela irradiação que da inspiração evangélica. Praticamente é o espírito do “agapé” ou da caridade cristã.

Se assim é, podemos deduzir que uma “virtude política” relevante nos cristãos comprometidos é o respeito, mais, a humanidade e amizade para com cada pessoa, mesmo para com o adversário político, como sugeriu J. Maritain, inspirador da primeira grande leva de políticos cristãos do nosso século. Trata-se, em outras palavras, da simpatia, da amabilidade ou da “afabilidade”, na expressão do Vaticano II (AA 4,9).

Em termos neotestamentários, trata-se da “mansidão” (Mt 5,5; 11,29), da “doçura” evangélica (cf. 1Pd 3,16; Col 3,12).

E isso é tanto mais relevante quanto menos simpatia gozam os políticos hoje na opinião pública. Para o povo, a política são os políticos. Não há meios de recuperar o crédito na política sem uma nova geração de políticos credíveis. Só políticos autenticamente amáveis tornam a política amável.

Outra virtude elementar, que se pode deduzir do “específico cristão”, tal como o colocamos, é a discrição em relação á própria confissão de fé, como enfatizava E. Mounier, grande expoente de uma nova raça de políticos cristãos na modernidade. Portanto, numa cultura que deprecia a fé ou a instrumentaliza, e isso é evidente na esfera política, deve-se seguir a consigna de Jesus: “Não jogueis vossas pérolas aos porcos” (Mt 7,6).

Não que a confissão manifesta da fé não possa ter lugar, apresentando-se a oportunidade. Mas o regime normal é a “discrição” verbal e a aposta na eficácia do testemunho puro. O próprio Chê, em sua célebre convocação aos cristãos para entrar na luta revolucionária, não exigia mais: “Os cristãos... devem vir sem a pretensão de evangelizar os marxistas, mas também sem a covardia de ocultar a sua fé para assemelhar-se a eles”.

A mesma atitude sintética de vivência rigorosa de própria inspiração de fé e ao mesmo tempo humildade em sua exposição pública é recomendada por um exemplar político cristão (cujo processo de canonização está em curso), que foi um dos fundadores da Democracia Cristã italiana, Alcide De Gasperi, quando sugeria: Nós, os cristãos, devemos fazer política “sem tirar motivo de vaidade de nossa aspiração profunda”, deixando antes que o fazer concreto traia a inspiração de que parte nossa ação política.

5. A ESPIRITUALIDADE PRÓPRIA DO MILITANTE EM PARTICULAR

Qual é a espiritualidade do cristão militante? É a espiritualidade de todo cristão. Pois antes de ser militante, o cristão é um cristão. “Cristão” é o substantivo, e “militante” o adjetivo ou aposto. Não é o “cristão” que se acrescenta ao “militante”, mas o contrário. Na base, não existem

duas espiritualidades cristãs, dois caminhos de santificação, mas um só e fundamental: o seguimento de Jesus. O Vaticano II, no decreto sobre o apostolado dos leigos, falando da “espiritualidade dos leigos”, diz que consiste essencialmente nas virtudes teologais da fé da esperança e da caridade (cf. AA 4). Ora, essa é a via de todo cristão.

Por isso mesmo, é impossível a um militante buscar apenas uma “espiritualidade militante”. Ele precisa se abeberar com abundância das grandes correntes da espiritualidade válidas para todos.

Mais: num mundo globalizado como o nosso, inclusive em nível cultural e religioso, é preciso aproveitar-se também, a partir da própria identidade cristã, das espiritualidades de outras religiões: budista, hindu (bhakti), islâmica (sufi) e por aí vai.

Seja como for, os cristãos envolvidos na política, vivem a espiritualidade cristã a seu modo. Portanto, existe e deve existir um “estilo militante” de viver a fé a esperança e a caridade comuns a todos.

Esse “estilo militante” de viver a espiritualidade cristã tem três tratados: é uma espiritualidade encarnada no mundo (laicidade); é uma espiritualidade com ênfases; e é uma espiritualidade dialética: ela confronta fé e vida. Expliquemos cada um dessas três características.

1. Espiritualidade “encarnada” na laicidade política

Todas as linhas inspiracionais da espiritualidade cristã não de ser vividas pelo militante na imanência histórica, no esforço da vida política. Devem-se encarnar no material mesmo de que é entretecida sua vida. Pois é de dentro de seu mundo vital que ele há de encontrar Deus e viver de seu Espírito. O pecado capital do militante é naturalmente fugir da realidade. A sua é a mística da terra. Ele pode dizer como o grande místico sufi Al-Hallaj (+922): “Mas que terra pode ser vazia de Ti, para que eu deva buscar-te no céu?”.

Isso significa que a espiritualidade do militante é essencialmente de encarnação. A fórmula de sua identidade espiritual já foi encontrada: *contemplativus in actione*. Trata-se de uma espiritualidade tipicamente “leiga”, como mostra muito esclarecedoramente o Vaticano II no precioso

so n. 31 da Lumen Gentium. Nesse sentido, pode-se falar numa "espiritualidade secular", em nosso caso, numa "santidade política".

Efetivamente, o mundo político é um espaço que pode ser "espiritualizado" na medida em que o militante o vive na sintonia do Espírito. "Os assuntos seculares não devem ser estranhos à espiritualidade da vida cristã do leigo, segundo a expressão do Apóstolo: 'O que quer que fizerdes por palavra ou por ação, fazei-o em nome do Senhor Jesus Cristo, dando graças a Deus Pai por Ele "(Col 3,17)" (AA 4,1).

2. Espiritualidade com ênfase

Há ênfases ou destaques legítimos que dão os militantes a partir do riquíssimo universo da espiritualidade cristã. Eles como que "declinam" os "mistérios cristãos" na ótica da militância. Conferem como que uma "inflexão" própria às verdades da fé.

Vejamos mais concretamente como isso se dá, ou seja, como as grandes verdades da fé podem inspirar o militante cristão enquanto tal. Assim, se relevam de modo todo particular os seguintes temas:

- a Encarnação, enquanto leva à comunhão profunda com a paixão e a esperança do povo oprimido;

- o Reino, como o grande sonho de Jesus de um mundo desalienado e confraternizado em todos os seus níveis.

- a Cruz como preço e ao mesmo tempo caminho de transformação pessoal e social;

- a Ressurreição, como fonte de esperança radical para além de todos os impasses históricos;

- a Graça, como força divina de libertação dentro de um mundo dividido e contraditório;

- o Pecado, como realidade particularmente evidente no campo do poder político em sua tendência à hybris, à desmedida, à prepotência; donde a advertência contínua de Cristo à vigilância;

- o Espírito, como o grande e misterioso agente da história, e que age no coração da humanidade, despertando toda sorte de boas inspirações na direção de mais justiça e paz; e por aí vai.

- o Cristo Jesus, profeta do Reino, amigo dos pobres, apaixonado pelo Pai e por sua vontade, etc.

- a Pessoa humana, como centro de toda instituição humana (sábado), etc.

É de temas como esses que o militante deverá se impregnar em profundidade, até que se tornem nele carne e sangue, corpo e espírito.

3. Espiritualidade Dialética

Sem dúvida, a espiritualidade militante se dá em confronto com a vida: é uma espiritualidade que nutre a política. Mas é preciso também operar uma necessária “volta dialética” da política para espiritualidade, na medida em que as vicissitudes políticas podem realimentar a vida espiritual e assim fazer crescer em maturidade cristã o próprio militante. Afinal, antes que o militante “espiritualize” a política, esta já se encontra habitada e fermentada pelas energias do Espírito. A espiritualidade cristã implica então em reconhecer aí a presença e ação do Espírito.

Seria, contudo, ilusório pensar que basta o envolvimento na ação para alimentar-se espiritualmente, sob o pretexto de que “tudo é oração” ou de que “Deus está onde se pratica a justiça e o amor”. Qualquer namorado sabe que não basta batalhar pela amada; importa também e mais ainda encontrar-se a sós com ela. Só quem sabe ver a Deus na imediatidade consegue vê-lo nas mediações. Só quem se abre a Ele na gratuidade pode descobri-lo na libertação. Para isso não basta duas ou três devoções por dia. “É preciso mais que a devoção de um dia para conhecer e possuir a riqueza de um dia” - escreveu o maior poeta dos EUA e defensor da “desobediência civil”, H. Thoreau.

Nesse ponto bastaria considerar o exemplo de Jesus e dos grandes santos, também políticos. Seja, contudo, permitido referir o de um pagão, segundo relato de Paulo Gélio (+175): “Todas as manhãs, antes de o dia clarear, Cipião o Africano subia ao Capitólio e se fazia abrir

o santuário de Júpiter. E lá permanecia longo tempo, sozinho. Parecia entreter-se com o deus sobre os negócios do Estado.

A Ótica política inspirada na espiritualidade

Da consideração destes mistérios surgem atitudes básicas que conformam o comportamento ético do militante.

Falamos aqui, em primeiro lugar, dos grandes imperativos morais do militantes, imperativos esses ligados as virtudes cardeais (prudência, justiça, temperança, fortaleza):

- amor pela coisa pública;
- opção preferencial pelos pobres e esquecidos;
- espírito de serviço ao povo;
- magnanimidade ou grandeza de alma, que leva a transcender toda mesquinaria e a ser generoso no perdão e da reconciliação para com todos, mesmo para com os inimigos;
- fortaleza na luta, mesmo sob as ameaças de morte;
- coragem da verdade ("parresia"), até à denúncia profética;
- inconformismo e rebeldia contra toda injustiça;
- sobriedade como padrão de vida (pobreza evangélica);
- valorização ao que é pequeno, mas seminal;
- modéstia ou humildade política;
- simplicidade das pombas, sempre dialeticamente aliada á prudência das serpentes (cf. Mt 10,16);
- mansidão evangélica, ou seja, o ânimo pacífico que lança mão preferencialmente de meios não-violentos, por atuarem sobre as consciências e poderem transformá-las (cf. Mt 10,16), etc.

Falamos, em segundo lugar, daqueles imperativos básicos que estão no fundo dos comportamentos acima e que se situam do lado das “virtudes teológicas” (fé, esperança e caridade):

- a confiança da Graça, sempre mais forte que o pecado (Ro 6,20), graça que pode transformar as pessoas mais inflexíveis e abrir as situações mais fechadas;

- o senso da Cruz nos contextos de perseguição e de martírio, conseqüências do empenho para instaurar a justiça e a solidariedade;

- a perseverança frente à adversidade e ao bloqueamento dos horizontes históricos, “esperando contra toda a esperança” e acreditando que o “assassino não prevalecerá para sempre sobre sua vítima” (Horkheimer);

- a alegria do Espírito, alegria essa que se mantém mesmo no seio da luta e da prova, etc.

Como se vê, aqui estamos no campo da ética política, de per si distinta da espiritualidade. Pois a ética consiste em imperativos e deveres, enquanto que a espiritualidade vive de verdades e certezas. Mas é ética é animada de dentro por espiritualidade e nela se enraíza.

6. ESPIRITUALIDADE PRÓPRIA DO POLÍTICO CRISTÃO: A “ESPIRITUALIDADE DO PODER”

Seja como for, existe uma questão que é própria, embora não exclusiva, do militante político cristão, em confronto com outros cristãos. E o tema que o caracteriza: o poder.

De fato, o militante político se distingue dos outros cristãos pelo fato de ele lidar **ex professo** com o poder político. Por isso, a espiritualidade própria do militante será a espiritualidade do poder. De resto, é ela que faz infletir numa direção determinada todos os temas que vimos, sejam os espirituais como os éticos.

Aqui não podemos nos deter longamente sobre isso. Pois já existem alguns desenvolvimentos a esse propósito. Demos apenas alguns parâmetros essenciais.

1) E preciso ter a consciência clara de que o poder, embora não seja mau em si, é sempre um perigo. Ele possui uma dinâmica problemática e por vezes dilemática. Quem não possui a consciência dos riscos do poder será vítima dele. E para isso mesmo que o poder deve ser exercido como dever e não deve ser procurado como ideal. E onus, antes de ser honor. E peso, e não escada para a ascensão própria.

Seria ainda preciso justificar o caráter problemático do poder, sua tendência a se tornar poder-dominância? Para nos convencer disso basta dar uma olhada global na história passada, com seus despotismos e imperialismos e, mais recentemente, com as ditaduras e os totalitarismos modernos. E o espetáculo presente do poder no mundo, embora em grande parte "democrático", não é de jeito a suscitar edificação e menos ainda entusiasmo.

Os grandes filósofos políticos, tanto os antigos como os modernos, já tinham advertido sobre o "demonismo" do poder político, demonismo este que faz com que todo o poder tenda, como que naturalmente, para o abuso, o arbítrio e a dominação. "O poder quer sempre mais poder", sentenciou Hobbes.

Enfim, a apocalíptica judaica e cristã descreveu com uma força expressiva sem paralelo a satanismo do poder político na forma de figuras monstruosas, como é evidente no último livro da Bíblia, o Apocalipse.

Ora, é preciso ser ingênuo para não perceber isso. Advertia S. Gregório Magno, alguém que teve a experiência do poder, e não só religioso, e que o exerceu do modo exemplar: Só exerce bem o poder, sem ser vítima dele, aquele que sabe de sua força de sedução e cegamento.

Daí a necessidade para o político de contínua auto-crítica e da hetero-crítica fraterna, a fim de não se deixar envolver pelas armadilhas que todo o poder encerra. Foi na base dessa consciência que a democracia instituiu diferentes mecanismos de controle e limitação do poder: divisão em vários poderes, temporariedade, eleições pelas base, prestação de contas, etc.

2) Cristo propôs uma concepção revolucionária (e revolucionada) do poder: o poder-serviço. Trata-se aí de um poder essencialmente diverso do poder-dominação. E o poder convertido, exorcizado do domínio da prepotência que o habita.

Este idéia é antes de tudo um “evangelho”, isto é, uma boa-nova a ser vivida como um credo, uma convicção profunda, no nível da espiritualidade. E o “espírito” do poder-serviço que deve estar profundamente inviscerado no cristão que milita na política. E isso deve constituir tema permanente de meditação e fonte contínua de inspiração. Trata-se de um ideal que deve penetrar em todas as veras da alma e do corpo, para daí irradiar em atitudes e comportamentos conseqüentes.

3) Mas qual é o conteúdo concreto interno do poder-serviço? Poderíamos determinar esse conteúdo nas seguintes atitudes fundamentais:

a) A gratuidade. E a despreensão ou desinteresse com que o poder deve ser exercido. E trabalhar pelo povo sem pensar em recompensas pessoais e em outros dividendos corporativos. Nada mais eloqüente desse espírito que a parábola do “servo inútil” (Lc 17, 7-10).

b) A ausência de desambição. A política é palco para a glória e escada para a carreira. O vedetismo, como vimos, foi uma das tentações de Cristo. No entanto, vale aqui a palavra do Mestre: “Quando deres esmola, não toques a trombeta... Que tua mão esquerda não saiba o que faz a tua direita” (Mt 6,2-3).

c) O empenho generoso em favor do outro. Aqui o sentido evangélico encontra o sentido ordinário de “serviço” como trabalho árduo e sacrificado. E um trabalho eficaz e frutífero de quem põe a render o talentos (cf. Mt 25,24-30). E um trabalho “amoroso” ao modo do Bom Pastor (cf. Jo 10). E um serviço que se dispõe mesmo a “servir a própria vida” em benefício dos irmãos (Jo 10,11; Mt 16,25; Mc 10,45: “servir e dar a vida”).

Todas essas atitudes poderiam ser sintetizadas nessa virtude basilar do edifício espiritual de todo cristão: a humildade. A humildade é uma virtude política de primeira ordem. E o antídoto da dominação. Mas longe de tirar o poder, ela o purifica, radicaliza e reforça em sua essência evangélica e em sua vocação libertadora. Pois dá ao poder-

serviço uma força moral única, feita de atração e de confiança, como mostra exemplarmente o caso mesmo de Jesus.

Mas aqui devemos introduzir a idéia da justiça como central na espiritualidade militante. Pois se o poder é serviço, é sobretudo serviço em favor da justiça. Aliás a qualidade essencial de todo governante é a justiça, e isso tanto na Bíblia como na grande tradição antiga. Pois a finalidade do poder não é outra que a instauração da justiça. Em outras palavras, a força só se legitima em favor do direito.

E por isso que o político cristão há de ser uma pessoa que sente “a fome e sede de justiça” (cf. Mt 5,6), mesmo... às custas de perseguições (cf. Mt 5,10-11).

Necessidade de tipos exemplares

No ponto da “santidade política”, mais que indicações abstratas, se deveria apontar para exemplos: tipos de políticos que serviram ao povo segundo a proposta evangélica. Poder-se-ia apontar aqui para tipos conhecidos como o Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Giorgio La Pira (cuja causa de beatificação está em curso) e outros. Mas não nos faltam modelos à mão, próximos a nós.

Mas seria preciso resgatar para o militante de hoje a memória dessa expressiva galeria dos santos políticos de ontem, como Luís IX, Eduardo da Inglaterra, Wenceslau da Boêmia, Estevão da Hungria, Henrique II da Alemanha, sem ainda falar nas mulheres exemplares em política, como Margarida da Escócia e outras. Precisamos de um “santoral” para os cristãos políticos de hoje.

Por sua parte, no céu particular que Dante criou para os políticos santos, o sexto céu (Par. cantos XVIII-XX), ele coloca, entre os príncipes sábios e justos, as figuras bíblicas de Josué e de Judas Macabeu, as figuras históricas de Carlos Magno e de Godofredo de Bulhões. Eram milhares de luzes, aparecendo em forma de uma cruz brilhante e que em seguida foram formando a frase bíblica: “Amai a justiça, vós que governais a terra” (Sab 1,1). Depois, aquelas luzes compuseram o símbolo do poder político, uma águia. E no olho desta, o poeta coloca cinco grandes figuras de reis santos: Davi, Ezequias, Constantino e dois reis pagãos: Rifeu, “o mais justo dos troianos” (Virgílio), e Trajano, por ter feito justiça

a uma viúva pelo assassinato do filho. A inclusão de dois políticos não-cristãos é significativa, pois o Poeta tem consciência que a justiça política não é monopólio dos cristãos. (Aliás, dedica o canto XIX do Paraíso para atacar a corrupção dos príncipes cristãos do tempo).

Portanto, vale falar de um “novo estilo de santidade”, como fazia Maritain sessenta anos atrás. E Aliás, o Vaticano II “democratizou” a busca da perfeição evangélica quando, na *Lumen Gentium*, cap. V, falou na “vocação universal a santidade” (especialmente n. 40). Não escapa ao Concílio a relevância político-humanística disso: “Por esta santidade se promove também na sociedade terrestre um modo mais humano de viver” (LG 40,2).

7. PASTORAL DA ESPIRITUALIDADE DO MILITANTE

Chegamos agora a Pastoral, como a instância responsável da estruturas de expressão e sustentação de uma caminhada espiritual.

Pois a fé, também em seu nível mais desenvolvido - a mística - não se vive em absoluta solidão (relativa, sim), mas se processa em regime de sociabilidade, especificamente, de eclesialidade. Por isso, importa que o militante cristão viva a comunhão eclesial, recebendo e dando das riquezas variadíssimas da fé.

Nesse sentido, é necessário que cada militante tenha sua Comunidade cristã de referência. A comunhão sacramental com a Igreja é condição *sine qua non* de uma espiritualidade cristã. Isso supõe, por um lado, que aquela comunidade reconheça essa vocação cristã específica e, por outro, que o cristão militante reconheça e respeite os outros carismas presentes na Comunidade. O que não pode é que haja uma comunidade que exclua a militância, porque então é a fisionomia total da fé que fica então mutilada. Igualmente, equivocada é a posição de quem quer uma comunidade eclesial formada tão-somente de militantes, porque então é a fé que fica reduzida à mesmice de um só carisma, como o corpo a um membro (cf. 1Cor 12,15-20).

Isso supõe que na sua Comunidade eclesial, o militante possa encontrar oportunidades de formação para sua “fé política”, em termos de uma pastoral específica qual seja a dos militantes, como reconhece

o próprio Documento de Santo Domingo (n. 99). Da parte da Igreja institucional, há de existir um decidido "acompanhamento pastoral", termo preferido ao de "direção" pelo mesmo Documento (cf. n. 36, 53, 77b, 92e, 96b, 102d, 110, 112-115, etc.). Tal acompanhamento, como recomenda a mesma Conferência, pode ser perfeitamente personalizado na forma da "direção espiritual" (n. 43 e 46).

Isso tudo não impede que os militantes se organizem autonomamente para dispor de espaços próprios de nutrição da própria fé ("autoacompanhamento"), como propõe o "Movimento fé e política".

Importa, outrossim, que o militante recorra abundantemente às fontes da vida divina que são a escuta da Palavra e a participação nos Sacramentos, especialmente da Eucaristia e da Reconciliação. Assim ele renova sua identidade cristã. E o que recomendam diretamente aos leigos o Vaticano II (AA 4,1) e a Conferência de Puebla (nn. 798 e 1225).

Em especial, é de vital importância ter um ritmo sustentado de oração, inclusive pessoal, para manter acesa a chama do Espírito dentro dos vendavais da atividade política. É só um coração "conquistado por Jesus Cristo", como diz Paulo de si (Fil 3,12), que pode resistir vitoriosamente às seduções da política e, mais ainda, transformá-la em profundidade. A palavra e o exemplo de Cristo são aqui eloquentes.

Efetivamente, o poder não consegue realizar sua destinação, sequer natural, se não é secundado pela Graça. O realismo do pecado original obriga a procurar humildemente o socorro do alto para realizar as tarefas de baixo. Foi sempre convicção da Igreja que na condição post-lapsária (depois da queda) a própria ordem natural não realiza seus fins senão com o auxílio divino, isso tanto na ordem do conhecimento (revelação) como no do compromisso (graça). De fato, a doutrina da graça enuncia:

Gratia perficit naturam (a graça leva a natureza a perfeição). E isso vale também para a política. Nesse sentido, R. Guardini enfatizava a existência de uma ordem de verdades que são em si mesmas naturais, mas que não se conhecem bem a não ser com a ajuda da luz sobrenatural. E Assim é com os direitos imprescritíveis da pessoa humana, como, por exemplo, em relação ao valor absoluto da vida, a prioridade do pobre, a igualdade fundamental de todos, etc. Portanto, pode-se dizer que

só a fé enxerga bem na política. Enxerga bem no sentido indicado pelo Concílio Vaticano I, em base a Tomás de Aquino: ou seja, “facilmente, com certeza absoluta e sem mistura de erro”.

Assim, o regime eclesial-sacramental aparece como oferecendo as condições ótimas para realizar uma política proporcionada ao Projeto de Deus para o mundo. Não admiti-lo seria ceder ao semi-secularismo, que dispensa a fé e a graça por supérfluas, reduzindo-as a condição de enfeites, como “flores na lapela”.

8. ESPIRITUALIDADE EM TEMPO DE TRANSIÇÃO

Estamos não só em época de transição mas numa “transição de época”. Santo Domingo fala numa “crise cultural de proporções inimagináveis”, que põe aos cristãos um “desafio gigantesco” (n. 230a). Em tempos assim temos mais dúvidas que certezas; mais perguntas que respostas. Estamos vivendo em tempos de nevoeiro denso. Navegamos à vista.

Ora, a postura que se recomenda em situações de crise é caminhar por “tentativas e erros”. E usar a imaginação criadora. E ousar.

Além disso, às vezes cumpre fazer o que faz um navio que em perigo iminente de afundar: joga ao mar toda carga supérflua. Talvez devamos hoje estar dispostos a nos aliviar de tudo o que não é realmente vital. Para isso, convém dar larga margem ao chamado “pensamento fraco”, que privilegia a dúvida, a hipótese, a relativização dos pontos de vista e, na vida prática, a negociação sobre tudo o que é negociável.

Contudo, é impossível também nos desfazermos de tudo, sob a pena de ficarmos à mercê das circunstâncias históricas e das ideologias de moda. Por nós outros também, com as certezas de nossa fé, embora reduzidas ao essencial, fazemos parte da realidade presente e por isso condicionamos seu futuro.

Por tudo isso, importa mais que tudo combinar de modo muito hábil ambos os registros: o do “pensamento forte” e o do “pensamento fraco”. Em particular, o cristão, nesses tempos de crise, dispõe de um núcleo sólido de verdades que não só podem mantê-lo acima das flutuações do momento, como lhe dão condições para controlá-las. A identidade cristã se vê hoje reduzida ao seu núcleo central. Ela é obri-

gada a um processo de essencialização. Mas a “rocha” da fé, como tantas vezes na história, sustenta sim mais esse embate, o de nossa transição epocal.

Ora, o núcleo central da fé se encontra numa fórmula de confissão registrada pela Carta aos Hebreus: “Jesus Cristo é o mesmo: ontem, hoje e o será para sempre”. E o afirma precisamente no contexto do surgimento de “toda espécie de doutrinas peregrinas” (Hb 13,8-9). Aliás, a Conferência de Santo Domingo tomou essa frase como seu lema.

Por outro lado, não é lícito ceder ao “pensamento fraco” sem mais no terreno do social. Fazê-lo é ceder ao “pensamento covarde”. Com efeito,

- no campo da análise, é evidente que a realidade atual não é de modo nenhum “suave” para as imensas maiorias. Não é “fraca” a violência da fome de 1/3 da humanidade, como não é negociável a desigualdade crescente entre os ricos e os pobres, entre do Norte e do Sul;

- no campo do projeto histórico, não é coisa para um pensamento “leve”, ao contrário, o desejo de um mundo diferente, alternativo ao sistema-que-está-aí;

- no campo das estratégias, não é tão-pouco seguro entregar-se a “revolução das elites” (Ch. Lash), ou das “novas classes médias” (Peter Drucker). A opção pelos pobres como sujeita opção que hoje assume a forma da preferência pelos excluídos, é uma questão irrenunciável para todo pensamento ético e *a fortiori* para a concepção cristã da sociedade.

Na verdade, é firmando-se fortemente nesta dupla raiz: a fé em Cristo e a opção pelos pobres, que o cristão militante mantém a vitalidade do pensamento da libertação, tanto em termos de fé, teologia e igreja, como em termos de espiritualidade, de política e sociedade.

Para fechar esse bosquejo de teologia espiritual do militante, eis uma quadrinha, que é todo um programa, um conjunto de convicções fortes, da autoria de uma das figuras mais luminosas em humanidade da América Latina, o herói da independência cubana, José Martí (+1895). Aí temos as convicções fortes que norteiam todo bom político cristão: a

fé evangélica, a prudência como sabedoria prática ou virtude da ação, o “sin perder la ternura jamás” de Chê e enfim a prontidão para a luta:

En el corazón, el Evangelio;
Entre las cejas, la prudência;
Los brazos, a cuantos los quieram;
Y el arma desenvainada.

E. Poder-se-ia conceber o cristão que parte para a luta política como que “mandado” pela Comunidade cristã para exercer naquele campo específico, em nome da mesma Comunidade, a missão da “diaconia política”. Algumas igrejas (ex. Rio Branco) têm “enviado” formalmente os militantes para a “missão política” através mesmo de uma celebração específica. Contudo, tal posição é problemática pelo modelo de neocristandade que pode esconder, como, aliás, se escondia no extinto mecanismo do “mandato” da extinta Ação Católica.

FÉ E POLÍTICA - Fundamentos é uma coletânea de artigos publicados nos Cadernos de Fé e Política. Os Cadernos foram o principal veículo de comunicação do Movimento Fé e Política entre 1989 e 1996. Ainda hoje é atual o pensamento ali elaborado, principalmente no campo da teologia, da ética e da espiritualidade próprias a quem está na Política. A seleção dos artigos para esta publicação teve como critérios de escolha sua atualidade e sua abrangência, no sentido de a reflexão não se restringir à problemática interna ao Movimento Fé e Política, mas de ampliar seu campo para toda pessoa que busca na vida política uma forma privilegiada de expressão de sua Fé cristã.